

HELOÍSA ROCHA DE ALKIMIM

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Esta arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA: UMA ARENA DISCURSIVA
EM EXAME**

**BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG**

2004

**LIVRO DE CONSULTA
NÃO PODE SER EMPRESTADO**

HELOÍSA ROCHA DE ALKIMIM

418

A4156

2004

T

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

Esta arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA: UMA ARENA DISCURSIVA EM EXAME

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística

Linha de Pesquisa:
Lingüística dos Gêneros e Tipos Textuais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Graça Costa Val

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Inv.06



2030510

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG

2004

LIVRO DE CONSULTA
NÃO PODE SER EMPRESTADO

Tese aprovada em 14/09/2004 pela Banca Examinadora constituída
pelos Professores Doutores:

LEI DO DIREITO AUTORAL
Os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

Maria da Graça Ferreira da Costa Val - UFMG
Orientadora

João Bosco Cabral dos Santos - UFU

Marco Antônio de Oliveira - PUC/MG

Delaine Cafiero Bicalho - UFMG

Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho - UFMG

LIVRO DE CONSULTA
NÃO PODE SER EMPRESTADO

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia acontecer se não houvesse a inteira colaboração da Polícia Militar de Minas Gerais, que se abriu para que eu pudesse recolher Boletins de Ocorrência de Trânsito e buscar informações a respeito dessas ocorrências e da produção desses documentos. Desejo agradecer de modo especial à Ten.-Cel. Miriam Assumpção e Lima (ocupando, na ocasião em que me atendeu, o posto de Comandante da 10ª Cia., com a patente de major), ao Maj. Márcio José dos Santos, (na época, Comandante da 9ª Cia.), ao Cap. Marcos Vinícius Gonçalves Calçado (do Setor de Comunicação do 34º BPM). Uma palavra também há que ser dirigida ao Cb. Anderson Rocha Amaral, como reconhecimento pelo trabalho realizado, a partir do qual pude mergulhar em hipóteses, teorias, discussões e, finalmente, chegar ao ponto de realizar esta tese.

Foi de igual importância a participação de militares do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica – CIAAR, nas pessoas de seus Comandantes (Cel.-Av. José Roberto Scheer, Cel.-Av. Francisco da Silva Lobo, Cel.-Av. Márcio João Zanetti, Cel.-Av. Antônio Fernando Costa de Resende); dos Chefes da Divisão de Ensino, Cel. Inf. Lucas Xavier Pinto, Ten.-Cel. Arm. Ari Cesarino Machado, Ten.-Cel. Av. Jean Batista de Araújo, Ten.-Cel. Av. Luiz Gonzaga da Silva Júnior; Ten.-Cel. Av. Benedito Ernesto da Silva e Maj. –QFO-Bib. Izolina Costa Ferreira; da Chefe da Subdivisão de Planejamento, Cap.QFO- Ped. Maria Luíza Vianna Arruda; dos Chefes da Subdivisão de Avaliação, Maj.-Inf. Roberto Torres Alpino, Cap. –QFO-Est. Cléria Rodrigues Costa, Cap.-Arm. Marcos Juarez Lopes dos Santos, Maj.QFO-Psi. Sonali Paula Guimarães, pois, cada um e a seu tempo, com responsabilidade e reconhecimento constante da importância do aprimoramento profissional de um docente, permitiram a minha frequência às aulas e demais atividades pertinentes ao desenvolvimento do projeto. É preciso citar, também, os nomes do Ten.Cel.- Av. Deusedith Carlos Reis e do Cap.-Av. Alexandre Gomes da Silva, que ofereceram material e importantes comentários referentes ao Boletim de Acidentes de Tráfego Aéreo. Desejo também deixar público meu agradecimento ao Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) pela licença concedida para que eu finalizasse o

trabalho. Aos colegas do CIAAR que estiveram sempre do meu lado (e seria imensa a lista desses nomes), resolvendo minhas dificuldades com a informática, ouvindo minhas aflições, demonstrando apoio para cobrir minhas ausências e dividindo comigo a satisfação diante de cada etapa vencida.

À minha família, meu muito obrigada pela compreensão e apoio, nesse período de envolvimento quase exclusivo à tarefa que se impôs nos últimos tempos (aos netos, prometo agora muitos momentos para sorvetes, bolos, brincadeiras e passeios).

Ao Carlos, pelo acompanhamento e estímulo incondicionais, minha gratidão.

Ao Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira (MAO) devo agradecer porque, mais uma vez, sua participação e seu incentivo culminaram na definição de um projeto meu de pesquisa acadêmica, ao manifestar seu parecer sobre o tema que me propunha estudar (nem sei se ele se lembra disso).

À Prof^a Dra. Maria da Graça Costa Val (nossa Graça), que puxou teorias, recomendou leituras, remendou textos, acreditou no projeto e me fez terminá-lo, meu agradecimento e minha admiração para sempre.

Ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe, pelas histórias, poesias, trava-línguas, charadas, palavras-cruzadas, adivinhações, leituras e mais leituras com que estimularam na minha infância o interesse pela linguagem, mais do que agradecer, eu dedico o meu trabalho.

LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610/1998.

Esta arquivo não pode ser reproduzido ou transmitido sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos ou quaisquer outros.

“Escrever é fácil. Você começa com maiúscula e termina com ponto. No meio, você coloca idéias”.

Pablo Neruda

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre o gênero discursivo "Boletim de Ocorrência de Trânsito", a partir de uma situação real de uso da língua, considerando-o como ato de linguagem e procurando explicitar as circunstâncias que determinam o jogo linguageiro em que se envolvem os sujeitos e definem a configuração formal do texto: o material lingüístico resultante. Tendo estabelecido um ponto de vista discursivo, a partir da explicitação de pressupostos que circunscrevem nossas concepções de língua, texto, produção de sentido, bem como das relações entre oralidade e escrita, pautamos nossa abordagem por teorias que se voltam para a atividade linguageira situada num determinado contexto social, procurando examinar também aspectos relativos à textualidade e à textualização. A análise fundamentou-se, principalmente, na Semiolingüística, de Patrick Charaudeau, e na teoria da textualidade de Beaugrande, tendo ainda buscado apoio em outros quadros, com o recurso a conceitos complementares: na Análise do Discurso Francesa, as noções de polifonia e poligrafia, na Psicologia Social, as noções de grupo e relação. Reconhecendo a interseção das questões lingüísticas com outras áreas, tivemos como objetivo ampliar teoricamente o campo de visão que focava o texto em sua dimensão discursiva. O entrelace dessas teorias levou a uma melhor compreensão da cena discursiva como uma arena, um espaço de jogo e conflito, em que se degladiava o policial redator do gênero textual que analisamos. Essa compreensão se estabeleceu mais claramente ao discutirmos a teoria de Charaudeau e concluirmos que se podem abranger, no quadro da competência semiolingüística, os diversos aspectos relativos à atuação do sujeito envolvido num ato linguageiro, apontados isoladamente em diferentes teorias. Essas conclusões permitiram tecer considerações de interesse para a prática docente, na medida em que alargaram nossa compreensão sobre a complexidade de todo ato humano de linguagem – escrito ou falado – e sobre a pertinência e a relevância de aspectos discursivos e textuais a serem trabalhados em sala de aula.

ABSTRACT

This dissertation presents reflections about the discourse genre "Traffic Incident Report", based on a real situation of language use, considering it as a speech act and aiming to explain the circumstances that determine the linguistic game in which the subjects are involved and define the formal configuration of the text: the resulting linguistic material. After establishing a discourse point of view, from the presuppositions which circumscribe our conceptions of language, text, production of meaning, as well as of the relations between oral and written language, we base our approach on theories which turn towards the linguistic activity situated in a social context with the objective of examining aspects regarding textuality and textualization. The analysis was based mainly on Patrick Charaudeau's Semiolinguistics and on Beugrande's Textuality theory, having also looked for support in other frameworks, with the engagement of complementary concepts: in French Discourse Analysis, the notions of polyphony and poligraphy; in Social Psychology, the notions of group and relationship. By recognizing the intersection of the linguistic aspects with other areas, our objective was to theoretically amplify the field of vision that focused the text in its discourse dimension. The weaving of these theories led to a better comprehension of the discourse scene as an arena, a place of game and conflict in which the policeman-writer struggles to produce the textual genre that we have analyzed. This comprehension became clearer as we discussed Charaudeau's theory and concluded that the various aspects regarding one's performance in a linguistic act dealt with separately in different theories can be encircled in the semiolinguistic competence framework. These conclusions led to considerations of interest to the teaching practice, while widening our comprehension about the complexity of all human linguistic acts – written or spoken – and about the appropriateness and importance of textual and discourse aspects to be developed in the classroom.

RÉSUMÉ

Ce travail présente des réflexions sur le genre discursif "Constat", document expédié, au Brésil, par des agents de police, en partant d'une situation réelle d'usage de la langue où cet usage est considéré en tant qu'acte de langage et cherchant à en expliciter les circonstances déterminantes du jeu langagier dans lequel se mettent les sujets et qui définissent la configuration formelle du texte et le matériel linguistique qui en résulte. Après avoir établi un point de vue discursif, à partir de la mise en place de pressupposés qui bornent nos conceptions de langues, texte, production de sens, aussi bien que les relations entre l'oral et l'écrit, nous avons construit notre approche en nous servant des théories qui se vouent à l'activité langagière située dans un contexte social donné, ayant pour but d'examiner aussi les aspects qui se rapportent à la textualité et à la textualisation. Notre analyse est ancrée surtout sur la Sémiolinguistique de Patrick Charaudeau, mais nous nous appuyons également sur d'autres références, avec le recours de quelques concepts complémentaires: les notions de polyphonie et de polygraphie, de l'ADF; les notions de groupe et de relation de la Psychologie sociale. Tout en considérant l'intersection des questions linguistiques avec d'autres domaines, nous avons choisi, comme objectif, d'amplifier théoriquement le champ de vision qui focalisait le texte en sa dimension discursive. La confluence de ces théories nous a permis de mieux comprendre la scène discursive en tant qu'espace de jeu et de conflit, dans lequel se dégladie l'agent de police, rédacteur du genre textuel que nous analysons. Cette compréhension s'est établie plus nettement grâce à la discussion de la théorie de Charaudeau et à la conclusion où nous sommes arrivés: il est possible d'aborder, dans le cadre de la compétence sémiolinguistique, les différents aspects en rapport avec l'actuation du sujet concerné dans un acte langagier, indiqués de façon isolée en de différentes théories. Ces conclusions nous ont permis d'élaborer des considérations sur la pratique de l'enseignant, dans la mesure où elles élargissent notre compréhension de la complexité de tout acte humain de langage – oral ou écrit – et de la pertinence et intérêt des aspects discursifs et textuels à être proposés en salle de classe.

LISTA DE FIGURAS

1.	Esquema do ato de linguagem.....	86
2.	Competência semiolingüística.....	145

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
ADF	Análise do Discurso Francesa
BO	Boletim de Ocorrência
cf	Conforme
FAE	Faculdade de Educação
FALE	Faculdade de Letras
PM	Policial militar
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1.	Preâmbulo/Justificativa	12
1.2.	O que é o Boletim de Ocorrência?	15
1.3.	O Boletim de Ocorrência como arena discursiva	16
1.4.	A importância do estudo do BO	19
2.	METODOLOGIA	24
2.1.	A origem e o desenvolvimento do trabalho	24
2.2.	Anunciando o quadro teórico	24
2.3.	O <i>corpus</i>	28
2.4.	Objetivos	31
3.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	33
3.1.	Os pressupostos	33
3.1.1.	Língua, linguagem, atividade e contexto	33
3.1.2.	Língua falada, língua escrita, atividade de retextualização ...	38
3.1.3.	Texto, leitura e produção de sentido	43
3.2.	As abordagens	47
3.2.1.	A Semiolingüística	47
3.2.2.	Textualidade e textualização	96
3.2.3.	A articulação Charaudeau / Beaugrande: encenação discursiva e textualização	103
3.3.	Conceitos e teorias de apoio.....	113
3.3.1.	Polifonia e clichês	113
3.3.2.	A voz da Psicologia Social	117
3.3.3.	O locutor coletivo e a plurigrafia	131
3.4.	Palavras finais sobre a fundamentação teórica	139
4.	AMPLIANDO A ANÁLISE DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA	142
4.1.	O gênero BO à luz da Semiolingüística	144
4.1.1.	As competências.....	144
4.1.2.	Coerções X estratégias: a polifonia.....	149
4.1.3.	Os modos de organização discursiva do BO	153
4.1.4.	A palavra do TU	161
4.1.5.	Análise comparativa: o Boletim de Ocorrência de Trânsito e o Boletim de Acidente Aeronáutico	170
4.2.	Examinando a textualidade e a textualização do BO	174
4.3.	Considerações sobre a análise	193
4.4.	Palavra aos docentes.....	194
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
6.	REFERÊNCIAS	208
7.	ANEXOS	217

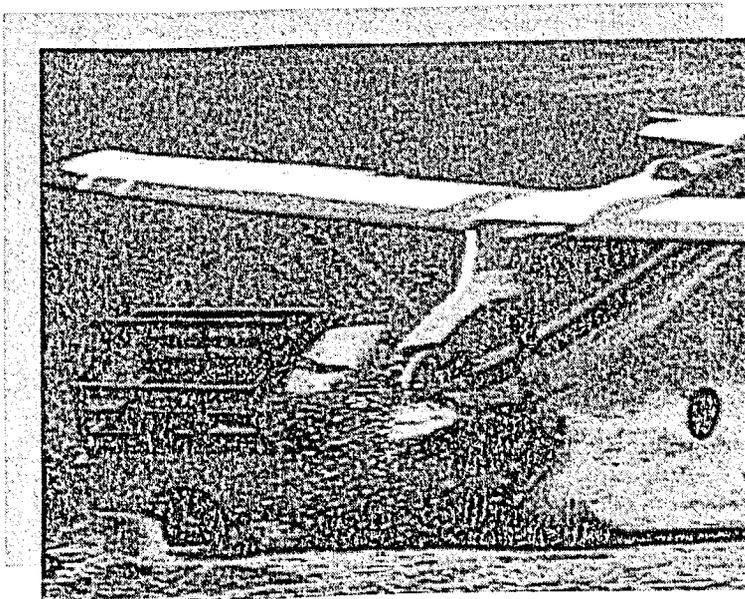
LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos
de acordo com a Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sem qual queira dos meios
eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou transmitido sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos ou quaisquer outros.



INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Preâmbulo/Justificativa

O trabalho que projetamos aqui, visa, de um certo modo, cumprir uma trajetória de estudos que se iniciou numa pesquisa a respeito de questões ortográficas (Da forma sonora da fala à forma gráfica da escrita II), realizada por professores da Faculdade Letras (FALE) e da Faculdade de Educação (FAE), ambas da UFMG, em 1988/89, da qual participamos como auxiliar, e que motivou depois a nossa dissertação de mestrado, sobre o registro de nasalidade por aprendizes da língua portuguesa escrita. Alguns anos se passaram e a prática de professora de português manteve aceso o interesse pela questão da escrita. Novos horizontes se abriram, com a variedade de nosso trabalho nos diversos graus de ensino, de idade dos alunos, de cursos ministrados, de tarefas profissionais assumidas. Do mesmo modo, e felizmente, novas questões se impuseram.

Essas novas questões se configuraram num objetivo mais amplo, deixaram a questão do som, da letra, da sílaba, da palavra. Num salto no tempo e na teoria, elas se colocam agora, além do nível do texto, no plano da interlocução. A escrita se mantém como foco de interesse; porém, numa visão discursiva. Por isso estamos aqui, com o objetivo de mostrar como um texto, no senso comum considerado simples e objetivo, quase sempre pequeno e, muitas vezes, redigido sob um alto controle de restrições e orientações, pode ser analisado à luz da lingüística textual e da análise do discurso (AD) e se revelar uma instância textual complexa e interessante.

Tudo começou com um fato real; uma experiência que vivenciamos e que redundou num exemplo desse pequeno e rico conjunto de palavras a que estamos nos referindo. O acontecimento que deu origem ao texto foi o seguinte:

Era Dia das Mães e saí para visitar a minha; meu filho guiava nosso carro e, num dado ponto do trajeto, fomos ultrapassados por um outro veículo cujo condutor havia saído de um restaurante localizado numa esquina que acabávamos de cruzar. Pela direção que tomava, pareceu-nos que ia atravessar a outra pista e dobrar a esquina de baixo. Mas, inesperadamente, ele tentou se recolocar na mão

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

de direção e, desatentamente, não observou que passávamos, vindo a abalroar nosso veículo. Por ter se estabelecido um impasse sobre a responsabilidade do incidente, um policial foi chamado para que fizesse a ocorrência e pudéssemos dar um encaminhamento legal sobre a questão dos danos.

Quando o policial chegou, fez as devidas anotações para identificar as pessoas envolvidas e saber detalhes do que acontecera; pediu documentos e perguntou o que havia ocorrido. Convocou primeiro a outra pessoa a fazer seu relato e depois meu filho.

Embora tenha ficado um pouco afastada, o meu interesse constante nas situações de uso da língua manteve-me observando as produções de textos orais, a postura do policial ouvindo atentamente e fazendo depois o registro no formulário, após cada um contar sua história (note-se bem que aqui é cada um contar sua história mesmo, apesar de o fato ser um só). Num determinado momento, a outra pessoa se aproximou do policial, enquanto ele completava o formulário onde fazia o registro, e disse-lhe qualquer coisa. Ele se afastou, olhou com indignação e respondeu muito firmemente: “Não, senhor! Eu tenho que ser imparcial!”. Muitas perguntas me assaltaram naquele momento; a primeira delas foi: que será que esse homem quis colocar no texto? E depois: como será que esse policial vai fazer para ser imparcial? Como será que vai respeitar a versão de cada um? Será que ele vai se lembrar de tudo que estão falando? Eu me coloquei no lugar dele e me vi em “palpos de aranha”...

Outros aspectos que me envolveram o pensamento foram relativos mais propriamente à questão da textualidade. Que estratégias usaria o autor para que seu texto fosse produtivo, isto é, pudesse cumprir o objetivo de um Boletim de Ocorrência? E quais seriam as características desse texto? Teria que ser imparcial, mas relatado por pessoas tão envolvidas e interessadas em fazer prevalecer a sua verdade, tenderia a ser subjetivo? E, sendo assim, se o “anotador” da história deixasse escapar um termo, substituísse uma palavra, não poderia estar desmanchando (ou construindo) uma argumentação? E, além disso, que valor jurídico poderiam ter dois textos que deveriam esclarecer uma história, mas que, pelas circunstâncias, poderiam obscurecê-la mais? Qual o papel, nesse caso, do que escreve o que acabou de ouvir? Filtrar? Acrescentar? Reproduzir? Traduzir? Parafrasear? Como fazer isso sendo imparcial?

Essas perguntas se avolumaram na minha mente e eu cheguei a imaginar um verdadeiro acidente com vítimas, com muitas pessoas, com ânimos exaltados, pressa... E o policial escrevendo sob condições bastante adversas... Eu fiquei pensando em como se sente a maioria das pessoas quando tem de escrever sob algum tipo de pressão. A situação se tornou mais intrigante três dias depois, quando pude ter acesso ao texto que o militar havia produzido (Anexo A). Fiquei impressionada com a precisão e a boa qualidade textual...

Este fato tornou-se um projeto de pesquisa porque, ainda que a produção de texto feita no Boletim de Ocorrência, a que nos referimos no relato acima, tenha sido de boa qualidade, é inegável que, em tais circunstâncias, instala-se uma “arena¹ discursiva”, no momento em que o policial redige.

Qualquer texto pode trazer dificuldade. Já disse nosso poeta itabirano que “lutar com as palavras é a luta mais vã, entanto lutamos mal rompe a manhã.” É bem verdade que estaremos sempre em luta com as palavras e que a produção de qualquer texto pode ser uma arena onde o produtor se digladiava com os diversos sujeitos que se põem numa interlocução: suas possibilidades, desejos e impulsos enquanto sujeito empírico *versus* a figura idealizada de enunciador que precisa assumir, de acordo com as circunstâncias; o eco de vozes que lhe ditam normas e conveniências a serem atendidas; a imagem mental que constrói do(s) destinatário(s) *versus* as expectativas e disponibilidades do(s) parceiro(s) empírico(s) com que se defronta. Com isso e além disso, o que queremos destacar são as características que configuram a arena do Boletim de Ocorrência e, longe de considerar o término deste trabalho um caso encerrado, acreditamos que nossa caminhada em busca da explicação do evento, poderá trazer contribuições para o entendimento da produção de outros textos.

Iniciemos por passar ao leitor algumas informações sobre o documento com o qual formaremos nosso *corpus*.

¹ O termo “arena” foi também empregado por Miranda (2000, p. 8) ao se referir ao “esforço de sintonia” manifestado no embate “entre estéticas e éticas diferentes” presentes em encontros entre formadores e professores, revelando “um material discursivo ‘explosivo’”.

1.2 O que é o Boletim de Ocorrência?

Boletim de Ocorrência (BO) é um documento lavrado por ocasião da existência de um fato que mereça um registro policial. Conforme a TABELA I, CODIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS, constante do formulário do Boletim de Ocorrência utilizado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), as seguintes rubricas abrangem os fatos que merecem a produção de um Boletim de Ocorrência:

- a. ocorrências decorrentes das ações de polícia comunitária (doente mental, pessoa fugitiva ou extraviada, vítima de calamidade, animal morto em via pública, mau atendimento por órgãos públicos, etc.);
- b. crimes contra a pessoa (aborto criminoso, rixas, homicídios, trabalho escravo, lesão corporal, omissão de socorro, porte de arma, atrito verbal, agressão, etc.);
- c. crimes contra o patrimônio (dano, furto consumado, roubo, latrocínio, saque a estabelecimento, extorsão, invasão de imóvel, estelionato, receptação, etc.);
- d. crimes contra os costumes, a paz, a fé pública, e a organização do trabalho (atentado violento ao pudor, corrupção de menor, rapto, estupro, falsidade documental, falso alarma, embriaguez, vadiagem, etc.);
- e. crimes contra a incolumidade pública (disparo de arma de fogo, charlatanismo, curandeirismo, emissão abusiva de vapor, fumaça ou gás, crime de explosão, etc.);
- f. trânsito urbano/rodoviário (auto abandonado, acidente de trânsito, embriaguez ao volante, disputa de corrida não autorizada, entrega de direção a pessoa não habilitada, infração de trânsito, etc.);
- g. crimes referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica (exploração do plantio/cultivo/colheita, comércio e/ou fornecimento, aquisição/posse ou guarda para uso próprio de substância entorpecente, etc.);
- h. crimes contra a administração pública e outros crimes (usurpação de função pública, corrupção ativa, corrupção passiva, recusa de dados sobre a própria

identificação ou qualificação, boca de urna, propaganda política proibida, crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos, cobrança ilegal, propaganda enganosa, recusar a entrega de termo de garantia, venda de filhos, fotografia/publicação pornográfica, venda/fornecimento de fogos de artifício, etc.)

- i. diversas de polícia (encontro de cadáver, perda de documento, requisição de força pela autoridade judiciária, fuga de preso, etc.).

O documento chamado “Boletim de Ocorrência” utilizado atualmente pela PMMG compõe-se de cinco folhas, impressas em frente e verso, onde se detalham, em diversos campos divididos em quadrículas, as informações a respeito do fato que ocasionou a presença da polícia (Anexo B).

Deste documento, vamos nos ocupar do texto produzido no campo chamado “Histórico da Ocorrência” (doravante usaremos BO para designarmos o texto escrito nesse campo), que é onde se escreve um texto, relatando o fato, de acordo com a informação de envolvidos, ou de testemunhas, ou mesmo – em alguns casos – do próprio policial. As ocorrências que formaram o nosso *corpus* foram registradas num outro formulário, também em uso. No entanto, de acordo com informação do Major Márcio, Comandante da 9ª Cia., que foi quem nos forneceu o novo material, o texto que será analisado aqui se mantém, nos dois formulários, com as mesmas características e as mesmas orientações sobre sua produção.

1.3 O Boletim de Ocorrência como arena discursiva

Por que dissemos que se instala uma *arena discursiva* no momento em que o policial redige?

Estamos partindo do pressuposto que o texto produzido no momento em que se faz um Boletim de Ocorrência é o resultado do entrelaçar de várias influências, que acionam conhecimentos lingüísticos, sociolingüísticos, pragmáticos e discursivos do policial que faz o registro, além, é óbvio, dos aspectos cognitivos, dos quais não vamos nos ocupar especificamente, e da dimensão psico-social, que pretendemos levar em conta.

A configuração dessa arena a que me refiro sustenta-se na consideração de elementos diversificados que a compõem. Nesse processo, há, de início, instantes de uso da língua oral, em situação de fala e audição, nos quais cada envolvido manifesta ao policial seu ponto de vista sobre o que aconteceu. Nesses momentos há uma interrogação do policial sobre o que teria acontecido, e o condutor de cada um dos veículos expõe o ocorrido, apresentando a sua versão ao policial, que ouve o que as pessoas falam. Normalmente não há diálogo, propriamente dito, entre eles, há apenas resposta a determinadas perguntas. Após cada um desses "eventos de fala", em que se manifestam interesses conflitantes, há o registro, pelo policial, do que foi falado.

Nesse ponto, entra em cena a língua escrita, em situação de produção do texto, em que o redator deve se preocupar não apenas com a exigência de elaborar um registro imparcial e objetivo de falas que podem ser contraditórias entre si, mas também com normas institucionais que definem a estrutura e o tipo de linguagem a serem empregados na tessitura do Boletim. Em seguida, instala-se uma outra situação de uso da escrita: a leitura, que é possível acontecer em instâncias diferentes: pode ser feita pelo próprio policial, oralmente, para que o sujeito que tenha feito o relato ouça o que foi registrado e confirme a fidelidade do registro, ou silenciosamente, para conferir o que ele mesmo escreveu, oferecendo depois o texto à pessoa que falou, para que esta o leia, em silêncio ou não. Pode ser também que o policial não leia o que escreveu e somente peça à pessoa que falou que confira o que foi escrito. Toda essa dinâmica se repete quando o(s) outro(s) envolvido(s) apresenta(m) sua(s) versão (versões) ao mesmo policial.

Queremos dizer: um fato foi

- a. relatado pela pessoa envolvida;
- b. ouvido, interpretado pelo policial encarregado de produzir o Boletim;
- c. traduzido/ escrito pelo mesmo policial;
- d. lido oralmente por este policial; e
- e. ouvido em formato de língua escrita pela pessoa que falou;

ou

- f. lido silenciosamente pelo próprio policial, para seu próprio controle, ou lido pela pessoa que havia feito o relato para confirmação da fidelidade da transcrição.

Mais tarde, provavelmente, esse mesmo texto será

- a. lido por uma outra pessoa, que não esteve no local, que, com certeza, não conhece pessoalmente os envolvidos, não presenciou a cena e vai levar em conta o texto deste documento que recebeu, para tomar decisões; por exemplo, o delegado que deverá encaminhar o processo, ou agentes de seguradoras para pagar seguros. Poderá também ser
- b. lido por um (ou mais) advogado (s) para defesa das partes e,
- c. nesse caso, também por um juiz.

Só por haver envolvimento de língua oral e língua escrita, em situações de produção e de recepção, já se configura uma teia de processos cognitivos, estabelecida numa situação em que tem de haver interação entre os participantes, em instâncias de uso da língua nas duas modalidades. Esta é uma situação – pelo menos em princípio – em que não há interesse (e nem é possível haver) que os criadores e recebedores das mensagens não participem ativamente da situação de linguagem. Pode-se intuir que é uma situação, digamos, se não tensa, pelo menos bastante complexa. Descrevendo-a assim, superficialmente, já se pode considerar que há elementos suficientes para seja percebida uma situação em que há um empenho (às vezes velado, às vezes explícito) por fazer prevalecer uma argumentação, por parte dos falantes; por fazer prevalecer também uma isenção de posição, por parte do policial; por um esforço de compartilhamento numa situação de comunicação, em língua oral, por parte de todas as personagens envolvidas; por um exercício cuidadoso de registro em língua escrita do que foi ouvido, pelo policial; por uma prática de leitura, que tem de ser proficiente, exercida por várias pessoas, inclusive por quem não participou de nada e sequer esteve presente no local. Vê-se que se instaura uma situação que se poderia considerar como uma arena (discursiva) onde se entrecrocavam as lutas individuais, para que o uso da língua se realize produtivamente, cumprindo objetivos específicos de cada um dos que se envolveram com o fato.

Considere-se então enxergar tudo isso iluminado por modelos teóricos que procuram explicar as diversas situações de fala, escrita e leitura, analisando a função dos participantes desse evento de exercício da linguagem e a complexidade lingüística, cognitiva e social das ações de falar, ouvir, responder, transcrever, escrever e de ler... E leve-se em conta também a extensão de um trabalho que se propusesse a analisar todos esses aspectos! Por isso, vamos nos ater mais especificamente ao texto escrito, ou seja, ao resultado de um processo, que estará registrado no formulário do Boletim de Ocorrência, chamado "Histórico". Essa atenção se dará no nível discursivo, sem deixar de lado o lingüístico.

Na verdade, são várias arenas que se instalam; em cada situação de interlocução há uma série de dificuldades a serem vencidas e de cuidados a serem tomados; mas acreditamos que esse foco sobre a língua escrita poderá ser produtivo para que se possa demonstrar o peso dos fatores mencionados acima na produção do texto, configurando desse modo a arena em que se coloca o policial que faz o registro.

Dissemos que a situação de produção do texto nos intrigou a ponto de nos fazer investigar as influências e manobras exercidas pelo autor, bem como fazer uma leitura com fundamentos científicos do material produzido. Mas isso não se faz por puro capricho; acreditamos haver um lucro com projeções bem mais amplas que a satisfação pessoal.

1.4 A importância do estudo do BO

Podemos dizer que há **duas perspectivas** que justificam a realização dessa tarefa. **A primeira** diz respeito ao valor social (e também jurídico) que é atribuído a esse registro. Em muitas situações em que se contam fatos relativos à ocorrência de trânsito, é fácil de se encontrarem comentários como: "Ah! Sem o Boletim de Ocorrência, nada feito!" ou, então, perguntas assim: "Você fez o Boletim, não fez?", e as respostas afirmativas vêm seguidas de expressões de alívio: "ainda bem." Sobre esse aspecto, diz um comandante da Polícia Militar: "O Boletim de Ocorrência é a forma de registro da intervenção da Polícia Militar. É ele que dá origem ao Auto de Prisão em Flagrante, ao Inquérito Policial, ao Termo Circunstanciado lavrado pela autoridade de polícia judiciária, ou, ainda, serve de

alerta aos diversos órgãos e setores da sociedade.” (Ten. Cel. José Gomes Pessoa, in *Guia de Orientação para Redação do Boletim de Ocorrência*, Polícia Militar de Minas Gerais, 8º Comando Regional de Policiamento da Capital – 5º BPM). Sabe-se também que a solução dos casos de pagamento de seguro se apóia inicialmente no Boletim de Ocorrência. Num pequeno questionário (Anexo C) que apresentamos a alunos (policiais militares – soldados, cabos, sargentos e um tenente) de um curso de redação², foi perguntado “Qual a importância de um Boletim de Ocorrência?” e algumas das respostas foram:

“O Boletim de Ocorrência (BO) é de grande importância, pois é através dele que as pessoas procuram os seus direitos. Na maioria das vezes, o BO é o único instrumento que o cidadão tem para acionar outras instituições para ter seus direitos reconhecidos”.

“A importância do BO se deve ao fato de que esse documento fornecerá a alguma autoridade, ou algum departamento, subsídios necessários para a solução do fato ocorrido, no caso, o acidente”.

“O BO é parte principal e primordial de todo um processo, seja ele criminal, cível ou familiar. É através dele que uma autoridade obtém embasamento para condenar ou absolver um indivíduo. E envolve também questões financeiras e de perdas e danos”.

Como se vê, é um texto de real valor social.

A outra perspectiva interessa mais aos estudos lingüísticos e à professora; mais precisamente, o estudo lingüístico-discursivo do material, com vistas às questões que se manifestaram diante da produção do Boletim e sobre essa outra parte vamos tecer alguns comentários a seguir.

Antes, seria bom, aqui, trazer comentários sobre a diferença entre uma lingüística da língua e uma lingüística do discurso, como propõe Charaudeau (1999, p. 28), para mostrar que a lingüística da língua poderia comentar o BO, mas não chegaria a dar destaque às circunstâncias da enunciação e nem aos destinatários aos quais o discurso é dirigido, como desejamos e nos impusemos como rota para responder às perguntas surgidas no momento da produção do BO e como é defendido por Charaudeau (1999, p. 27-43).

² Curso de “Estratégias Textuais”, realizado em forma de convênio entre a Polícia Militar de Minas Gerais e o Centro Universitário Newton Paiva, com 50 horas de duração, no segundo semestre de 2000, oferecido a três turmas de 25 alunos cada uma; todos eles com segundo grau completo ou até mesmo com cursos universitários.

No campo da Lingüística propriamente dita, vários pontos (entre outros) relativos ao texto em questão poderiam interessar à pesquisa e trazer elucidações, dando oportunidade para se discutirem vários aspectos que nos interessam, por exemplo: a relação da língua oral com a língua escrita, a questão da textualidade, os aspectos relativos à leitura. Mais especificamente no campo discursivo e pragmático, este material é propício, por exemplo, ao estudo da polifonia e dos personagens envolvidos. Diz Charaudeau (1999, p. 30) que, ao se considerarem diferenças entre o sentido lingüístico e sentido discursivo, uma delas seria o reconhecimento de uma competência enunciativa reconhecida nos sujeitos em interlocução e que essa competência "implica a existência de um sujeito da linguagem que precisa ainda ser teorizado". Permeando tudo isso, fazendo-se um elemento recorrente em todos eles, está a questão do contexto, que é tão presente e importante quanto as personagens componentes da cena (ou arena).

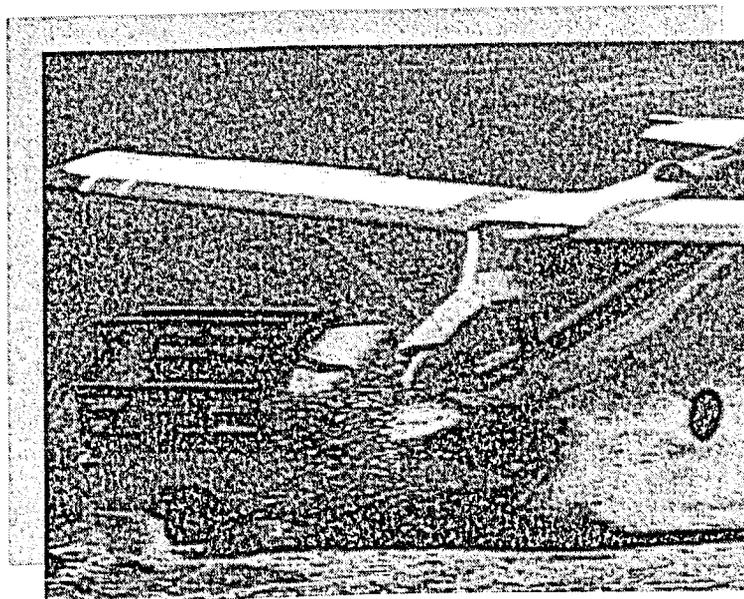
Sobre esses pontos vamos falar um pouco a seguir, privilegiando, no entanto, a teoria Semiolingüística, de Patrick Charaudeau, cujo referencial teórico acreditamos ser eficiente para analisar, de modo mais integrado, num plano discursivo, os aspectos tratados separadamente através do trabalho de vários teóricos.

Pretendemos que, ao final dessas reflexões, esteja configurada, com o devido respaldo teórico, a "arena discursiva do BO", na perspectiva que apresentamos acima.

Passaremos a seguir, no capítulo 2, a expor a metodologia utilizada nesta pesquisa. No capítulo 3, trataremos de delinear os referenciais teóricos que balizaram nosso estudo, começando por fundamentos que tomamos como pressupostos (os conceitos de língua e linguagem, atividade e contexto; as relações entre língua falada e língua escrita; as noções de texto, leitura e produção de sentido), para, em seguida, ocupar-nos da teoria Semiolingüística, eixo de nosso trabalho, procurando articulá-la com os conceitos de textualidade e textualização de Beaugrande, e finalmente, numa terceira parte, buscaremos apoio teórico para tratarmos da questão da polifonia, do locutor coletivo que se afigura na cena discursiva e das relações entre os participantes, do ponto de vista da Psicologia Social. No capítulo 4, está a análise do *corpus*, sustentada pela Semiolingüística e iluminada pela contribuição de teorias buscadas para abordar aspectos específicos.

Chamamos a atenção, no entanto, para o fato de que muitas vezes o comentário sobre a teoria vem exemplificado com trechos do BO, o que nos faz considerar que a análise acontece também ao longo da discussão teórica. A conclusão, no capítulo 5, procura responder às perguntas colocadas no início deste trabalho, instauradas no momento da ocorrência. Nesse momento também teceremos considerações sobre a possibilidade de aplicação da Semiologia no trabalho docente.

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



METODOLOGIA

2. METODOLOGIA

2.1 A origem e o desenvolvimento do trabalho

A origem deste trabalho deu-se com um fato real, como já foi mencionado acima. A partir do interesse despertado pelo texto oriundo desse fato, a elaboração do presente trabalho começou com o estudo de teorias que, direta ou indiretamente, poderiam permitir a compreensão dos fenômenos lingüísticos em foco. Paralelamente foram sendo contatadas as pessoas que poderiam facilitar a obtenção do *corpus* e dar informações importantes para o delineamento do problema a ser estudado. Em seguida, foi feita a seleção definitiva dos textos componentes do *corpus* que vão ser analisados. É bom deixar claro que essa divisão de tarefas não foi rígida nem linear; cumpriu um plano de estudos, deixando a possibilidade de que atividades acontecessem paralelamente e de que novos encaminhamentos fossem dados, a partir de entrevistas e de informações, bem como do estudo dos textos teóricos.

2.2 Anunciando o quadro teórico

Para facilitar a apresentação das idéias, as reflexões compreendem duas partes: a fundamentação teórica e a análise do Boletim de Ocorrência de Trânsito. Na primeira delas, inicialmente fazemos a exposição de conceitos básicos assumidos na definição da perspectiva de trabalho:

- a. a concepção de língua, a compreensão da linguagem como atividade e as relações entre linguagem e contexto;
- b. as inter-relações entre língua oral e língua escrita;
- c. os conceitos de texto, de leitura e de produção de sentido.

Com vistas a configurar a pertinência de vários enfoques que se mostraram atraentes para o estudo do BO, pois, conforme diz Charaudeau (1995, p. 97), "a língua é multidimensional", trazemos em seguida algumas reflexões e comentários relativos:

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

- a. à teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau (cf. formulação em trabalhos do autor que vão de 1983 a 2004);
- b. à teoria da textualidade, conforme Beaugrande (1981, 1997, 2001);
- c. à questão da polifonia, que entendemos sinalizada nos textos dos BO por marcas como clichês e termos típicos do jargão da polícia de trânsito;
- d. às contribuições da Psicologia Social para a compreensão do objeto;
- e. às noções de "locutor coletivo" e de "plurigrafia".

Da teoria da textualidade, interessaram-nos o conceito de *textualização* formulado por Beaugrande nos trabalhos mais recentes e, nessa perspectiva, o princípio da coesão, que nos permitirá examinar a materialidade linguística dos textos situando-a como resultante de um processo e, ao mesmo, reveladora desse processo. Pela mesma razão, chamaram nossa atenção as reflexões sobre polifonia e sobre clichês, porque o BO nos pareceu, desde o primeiro exame, um texto marcado pela diversidade de vozes, diversidade essa que consideramos necessário caracterizar.

Já os aspectos relacionados aos conceitos de grupo e de relação, advindos da Psicologia Social, e à noção de escrita coletiva, que buscamos em Fraenkel (*in* Charaudeau e Maingueneau, 2004), devem nos ajudar a compreender o ato de linguagem que dá origem ao BO como uma arena discursiva. O recurso a esses conceitos e teorias se justifica, segundo Cruz (1998, p.190), que se apóia em Guareschi e Jovchelovitch (1995) e Spink (1993), porque "a teoria das representações sociais é um instrumento extremamente necessário aos estudos em linguística que necessitam caminhar junto com o extralinguístico precisando abordar os contextos sociais da produção e recepção discursiva."

Entendemos que todos esses aspectos podem mostrar a dificuldade ou a complexidade existentes na produção do texto materializado no Histórico do BO e contribuir para um delineamento mais nítido da configuração da arena discursiva da qual ele resulta.

No entanto, este é um apanhado com amostras de campos diversos, que podem, sim, nos oferecer respostas e informações, porém de forma compartimentada; um esforço se imporia no sentido de alinhavarmos esses pontos de vista para uma conclusão unificada, que pudesse abrigar todos esses enfoques

parciais. Durante nossos estudos, o contato com a Semiologia mostrou-nos ter esse modelo um aparato teórico que, contemplando o jogo discursivo, com sua complexidade e suas implicações, abre espaço para um tratamento consistente dos aspectos formais do texto, de modo a sustentar uma análise que desse conta das questões que nos colocamos no exame da produção do Boletim. Buscamos, então, amparo teórico nessa base e trabalhamos, portanto, prioritariamente, com o quadro da Semiologia.

Nossa opção pela teoria de Patrick Charaudeau se justifica não só pela abrangência que oferece com relação aos aspectos que envolvem, de uma forma geral, o estudo do texto (conforme já foi dito acima), mas também pela hierarquia que dá às personagens, aos papéis dessas personagens, ao contexto e ao resultado da imbricação de todos esses elementos, caracterizando tudo isso no que chama de “ato de linguagem”, resultado de uma *mise en scène* discursiva. Conforme diz Machado (2001, p. 60):

“O interessante da teoria Semiológica, enfim, é que ela, com sua diversificação de sujeitos, acaba por abranger tanto idéias como as de Ducrot e Austin – que enfatizam o poder das palavras, em um mundo a elas interno – quanto idéias de Bourdieu (1982), que preconizam a legitimidade situacional e/ou institucional dos sujeitos comunicantes.”

Embora não seja o foco central, nosso interesse na questão da forma do texto abrange dois aspectos que estamos compreendendo como diferentes. Um deles é quanto à organização desse material lingüístico com vistas à sua finalidade (descrever, contar, argumentar, por exemplo, cf. Charaudeau, 1992, p. 634). Para isso a Semiologia vai ser utilizada com sua fundamentação sobre os “modos de organização do discurso”.

Mas um outro aspecto formal nos chamou a atenção, conforme anunciamos acima, no momento da produção do Boletim de Ocorrência: a capacidade de textualizar que demonstraria o policial naquelas circunstâncias. Essa capacidade não poderia ser uma característica individual, *ad-hoc*, casual. Para dar atenção a esse aspecto, procuramos amparo na teoria da textualidade, de Beaugrande (2001). Nossa escolha pelo apoio de Beaugrande para configurar a textualidade do Histórico do BO deve-se também ao que passamos a expor a seguir.

Buscamos uma teoria que pudesse sustentar um evento comunicacional como um texto, já que lidamos com um material escrito, com valores diversos, como mencionado anteriormente. Ao mesmo tempo, essa fundamentação terá de se adequar à concepção de que o texto é um evento social, cuja existência pressupõe, indispensavelmente, a participação de (um) locutor(es) e (um) interlocutor(es)¹, envolvidos em um processo de produção de sentido, e de que a forma lingüística desse texto fosse seja a materialização dessa interlocução.

Beaugrande tem se dedicado à tarefa de, exatamente, definir texto, textualidade, discurso, a partir de eventos comunicacionais autênticos. Sua teoria da textualidade, que destaca a coerência, a coesão, a situacionalidade e outros padrões de análise, além de critérios como a eficiência, eficácia e adequação de um texto, abrange os aspectos que consideramos importantes, tais como a importância do contexto, das personagens envolvidas, do como dizer para atingir o interlocutor, etc., que são aspectos de realce num Boletim de Ocorrência.

A utilização dessa teoria em nosso trabalho justifica-se também pelo fato de que o autor busca através dela mostrar não só como o discurso é construído, através dos princípios de textualização, mas também porque, segundo o autor, há aí uma ideologia subjacente. Beaugrande propõe que essa ideologia deva ser considerada na perspectiva ecológica, isto é, sendo consideradas as relações que articulam o homem ao meio. Isso é interessante porque nosso texto traz à tona a presença de artifícios ou estratégias de produção de texto que demonstram a presença física e psicológica de um ser institucionalizado (o policial), diante de sujeitos sociais (os condutores dos veículos) e, posteriormente, através de seu texto, diante de outros seres institucionalizados (militares, peritos de seguradoras, delegados, advogados, etc.), sendo esse policial, ao mesmo tempo, um ser social e o porta-voz de uma Instituição que lhe confere autoridade e dá poder, enquanto lhe exige obediência e cumprimento de regras.

O foco nesses dois autores deve-se ao fato de que a situação de pesquisa e análise partiu de uma problematização sobre o texto ("que texto resultou desse evento?"), que se impôs num momento autêntico de uso da língua, mas que

¹ Charaudeau, 2001, p.36, atribui sentido de "locutor/interlocutor" aos parceiros em situação de comunicação via canal oral e de "scriptor/leitor" aos mesmos parceiros, quando o canal for gráfico ou escritural. No entanto, não mantivemos esse rigor no presente trabalho, para evitar muitos desdobramentos das denominações dos sujeitos da linguagem e por considerar também que o contexto explicita a situação de uso da língua, deixando claro se o texto é oral ou escrito".

também manifestou aos olhos da espectadora, com bastante nitidez, a importância do momento histórico-social, a relevância de se reconhecerem as personagens no jogo linguageiro – ou no palco da enunciação – em que se desenrolou o evento e a conseqüente formatação desse evento em texto. Não há contradição de fundo entre as perspectivas, posto que as duas teorias utilizadas, de um e outro quadro, pressupõem o envolvimento ativo dos interlocutores num evento discursivo social e historicamente situado e contextualizado.

Essa é a perspectiva que orientou todo o percurso do trabalho, desde a primeira reflexão – falando a respeito da transposição da língua oral para a língua escrita, passando pela análise de sua dimensão discursiva, à luz da teoria Semiolingüística (com uma pequena contribuição que buscamos na Psicologia Social), pelo exame de sua textualidade, que revela o processo de textualização, até dirigir o olhar às marcas de polifonia, que deixam ver o coro conflituoso das vozes que se manifestam nessa arena.

2.3 *Corpus*, procedimentos e instrumentos de análise

Como se pode deduzir pelo que foi apresentado, o trabalho de análise teórica é extenso e, por isso, pretendemos adotar uma amostragem pequena para formar o *corpus*. Foram selecionados, inicialmente, na 10^a Cia. do 5^o Batalhão da Polícia Militar, localizado na Avenida Amazonas, 6653, seis boletins de ocorrência de trânsito, que fossem bem legíveis em cópias xerox, tivessem boa extensão textual, apresentassem bastantes detalhes do ocorrido, sendo três deles referentes a ocorrência com vítimas e três a ocorrência sem vítimas (Anexos C, D, E, F). Desses boletins, cujo teor é mais abrangente do que o texto em que se relata o acidente/incidente – denominado Histórico – serão reproduzidos somente os textos desse campo, sem qualquer outra parte que possa identificar o policial e as outras pessoas envolvidas. Isso se faz necessário para cumprir um trato feito com a então Comandante da 10^a Cia.², que prontamente abriu as portas da Instituição para a pesquisa, mas solicitou sigilo quanto à identificação das pessoas relacionadas nos documentos utilizados no *corpus*.

² Major Míriam Assumpção; atualmente é tenente-coronel e exerce outra função na PMMG.

Para um confronto com vistas a delinear melhor algumas características do BO de trânsito (e também – quem sabe – para abrir possibilidades de estudos futuros, referentes, por exemplo, ao gênero de texto ou de discurso), um boletim de acidente (incidente) aeronáutico também será analisado, bem como a respectiva entrevista oral feita pelo perito com o piloto e com o proprietário do avião acidentado. Essa será a única peça do *corpus* que terá parte oral e parte escrita documentadas.

Para obtenção de informações necessárias à compreensão da encenação discursiva configurada pelo ato de linguagem que é a redação de um BO, bem como das condições e do processo de elaboração do texto daí resultante, foi utilizado o procedimento de realização de entrevistas a pessoas cuja atividade está relacionada à produção e circulação dos textos que interessam à pesquisa: militares como os soldados, cabos e sargentos da PM (alunos do Curso de Redação mencionado acima); oficiais da Polícia Militar; dois pilotos da FAB – oficiais de segurança de vôo, servindo no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, responsáveis por perícias em acidentes/incidentes envolvendo aeronaves.

Conforme já foi mencionado acima, temos um questionário já aplicado aos alunos de um curso de redação para policiais militares, respondido por dezessete deles. Esse questionário está anexado a este trabalho (Anexo G). Apesar de a então Comandante da 10^a Cia. ter sugerido que se apresentassem perguntas pela Internet para serem respondidas por policiais militares, essa estratégia não foi cogitada, uma vez que não nos pareceu ser necessário ouvir grande número de redatores de boletins.

Por considerarmos, posteriormente, ser interessante ter maior número de textos, e também porque o xerox dos primeiros não ficou bem legível, voltamos a fazer contato com a PM³, a fim de que nos fosse possível recolher mais material. Nesse segundo contato, a Major nos informou já não estar mais no Comando da 10^a Companhia e indicou-nos uma visita ao 34^o Batalhão⁴. Fomos igualmente recebidos com atenção e providenciou-se para que pudéssemos recolher novos dados, em registros feitos por policiais pertencentes às Companhias que compõem o 34^o BPM (8^a, 9^a, 17^a, 21^a). Desta feita, copiamos em xerox, nas mesmas condições estabelecidas anteriormente, dez Históricos constantes de BOs produzidos na região

³ Foi procurada novamente a Maj. Miriam Assunção.

⁴ O atendimento foi feito pelo Cap. Calçado.

atendida pela 8ª Cia, quatro da 9ª, cinco da 17ª e oito da 21ª. A esse conjunto de textos, mais os anteriormente recolhidos, ajuntamos o primeiro deles (que foi citado no início deste texto, como sendo o documento que originou o trabalho), um outro oferecido por uma colega e mais um recolhido de uma sindicância (documento ostensivo) realizada no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), além de dois outros, resultantes de ocorrências com a própria pesquisadora. O material à disposição para a formação do *corpus* consta, portanto, de trinta e dois Históricos, colecionados, como se vê, de forma heterogênea. O critério de escolha dos boletins recolhidos na Polícia Militar foi ter alguns com vítimas, outros sem, alguns com acordo entre as partes, outros sem acordo. O primeiro Boletim entrou na composição do *corpus* exatamente por ter sido o documento que despertou o interesse para a pesquisa. Desses, foram escolhidos para análise seis Boletins, além do Boletim de Acidente Aeronáutico; três deles, especificamente, foram selecionados para o estudo da textualidade e outros três para a análise semiolinguística. Porém, em determinados pontos da análise, as observações se referem a quaisquer deles, tomando-os como exemplares de um gênero discursivo.

Com vistas a analisar um dos elementos de restrição (“contrainte”, na terminologia de Charaudeau) que se impõem no processo discursivo e que se manifestam no modo de textualização do BO, foi examinado um manual de redação (PMMG, 2000), produzido por um militar, para ser utilizado num curso preparatório ministrado na PM, bem como o modelo de Histórico apresentado por esse manual. Incluímos na análise o texto publicado no Guia de Redação, mesmo sem termos certeza de que seja autêntico, porque os textos que compõem o Guia são considerados pela Instituição como modelos para os que produzem os boletins e podem ser considerados como uma “fôrma” para a realização do trabalho de redação.

Finalmente, buscando alguma compreensão sobre o processo de recepção/interpretação do BO e igualmente do Boletim de Acidentes Aeronáuticos, encaminhamos um exemplar de cada um deles a dois peritos de seguradoras (um especializado em ocorrência de trânsito e outro em ocorrências relativas a acidentes de avião) e a um juiz, atualmente, aposentado. Essas pessoas receberam apenas os textos dos boletins, com três perguntas para responderem, sem nenhuma outra

informação ou dado. Cada perito da seguradora encarregou-se do boletim de sua competência e o juiz manifestou-se sobre os dois textos.

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

2.4 Objetivos

2.4.1 Objetivo geral

Analisar as dimensões discursiva e textual do Boletim de Ocorrência de Trânsito. Para o cumprimento dessa meta, vamos nos nortear pelos objetivos específicos.

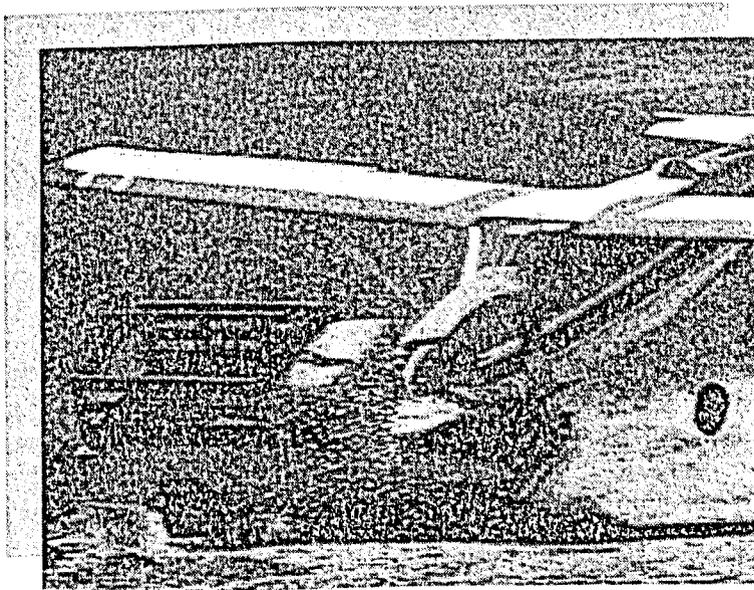
2.4.2 Objetivos específicos

- a. Analisar o Boletim de Ocorrência com o aparato teórico da Semiologia, buscando caracterizar o ato de linguagem bem como o contrato de comunicação que resultam de uma *mise en scène* bastante específica.
- b. Caracterizar a *mise en scène* de que resulta o BO como uma “arena discursiva”.
- c. Analisar o Boletim de Ocorrência com o aparato teórico da textualidade, de Beaugrande, buscando caracterizar o processo de sua textualização.
- d. Apresentar algumas reflexões relativas às aplicações das duas teorias de base (a Semiologia e a da textualidade) no plano didático.

LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Os pressupostos

3.1.1 Língua, linguagem, atividade e contexto

Ao longo da História, as tentativas de teorizar a respeito das línguas humanas fizeram com que elas fossem sendo consideradas sob pontos de vista diferentes. A língua já foi vista como uma representação do pensamento e do mundo que circunda o indivíduo; já foi percebida como um código que serve para um emissor comunicar sua mensagem a um receptor, para transmitir informações, já foi concebida como instrumento de comunicação.

A partir de Saussure, considerava-se a língua como uma rede de relações estruturadas em que seriam descritas, sincronicamente, as unidades em seus diversos níveis de organização (fonemas, sílabas, morfemas, etc.). Segundo Benveniste (1989, p. 20),

“tratava-se, antes de tudo, de mostrar nos elementos materiais da língua e, numa certa medida, acima, nos elementos significantes, duas coisas, os dois dados fundamentais em toda consideração estrutural da língua. Primeiro, as peças do jogo e em seguida as relações entre estas peças.”

Mais tarde, investindo contra o estruturalismo, Chomsky fundou a teoria gerativa e tornou a sintaxe o centro de atração dos estudos lingüísticos. Essas duas teorias, no entanto, que sustentaram por muito tempo as pesquisas e as concepções em torno da linguagem, viam a língua como algo abstrato, alheio ao uso, ao contexto, aos seres que a praticavam.

Teóricos de diferentes campos vêem as línguas humanas como sistemas mutáveis, dinâmicos, não-homogêneos, não fechados e sensíveis ao uso e às condições de seu emprego, sistemas constituídos social e historicamente pela atividade coletiva e construídos interiormente, como conhecimento individual, pela atividade subjetiva, a partir da interação social. “Uma língua é primeiro um consenso coletivo”, formula Benveniste (1989, p. 20).

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

Nas palavras de Koch (1992, p. 9), a língua tem sido considerada "como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes." Vendo a linguagem como atividade, muitos lingüistas contemporâneos voltam-se para a ação que se realiza na e pela linguagem. Vem se consolidando uma "lingüística pragmática", voltada para o sentido discursivo de uma emissão lingüística. Nesse caso, o que interessa é estudar, para descrever e explicar, o uso interacional dessa capacidade inerente ao ser humano de se comunicar através da palavra.

Neste trabalho, a língua é tomada nas acepções explicitadas nos dois últimos parágrafos.

Para o estudo da produção do BO é fundamental considerar a atividade social em que ele ocorre e a própria atividade que ele constitui. Considerando que as relações linguagem-atividade e linguagem-contexto, componentes fundamentais para toda prática languageira, são particularmente marcantes, decisivas, na constituição dos BO, trago aqui algumas reflexões sobre essas questões.

Bronckart (1999, p. 19) coloca a seguinte epígrafe na primeira parte de seu livro:

"A forma e o conteúdo se fundem no discurso compreendido como fenômeno social: ele é social em todas as esferas de sua existência e em todos os seus elementos, desde a imagem auditiva até as estratificações semânticas mais abstratas."

Todas as seções dessa primeira parte do livro cuidam, portanto, de apresentar argumentos que justifiquem a tese delineada acima – o texto, o discurso, é um fenômeno social –, com a qual concordamos.

Bronckart (1999, p. 31), inspirado em Leontiev no que se refere à noção geral de atividade, considera que certas características inerentes e exclusivas dos seres humanos fizeram com que essa espécie se identificasse pela extrema diversidade e também pela complexidade, tanto de suas formas de organização como de suas formas de atividade. Com tais características e outras capacidades comportamentais mais poderosas do que as de outros mamíferos, devido

principalmente à liberação das mãos, a espécie evoluiu de maneira impressionante e, em conseqüência disso, a linguagem humana emergiu, proporcionando a essas organizações e atividades humanas uma dimensão que lhes confere a classificação de verdadeiramente sociais, pois são realizadas ao sabor de um intercâmbio lingüístico. Ainda conforme Bronckart (1999, p. 32),

“Nas outras espécies animais, os indivíduos engajados em uma atividade constroem representações sobre o meio ambiente e esse conhecimento do contexto e da atividade inclui, particularmente, a representação sobre os congêneres que estão implicados na atividade e a capacidade de reagir de forma apropriada aos sinais que emitem. Mas os episódios comunicativos do mundo animal apresentam um caráter fundamentalmente ‘acionador’. A correspondência entre o sinal e a resposta comportamental é direta, não se faz objeto de nenhum procedimento de negociação (e, portanto, de contestação), como mostra a aparente ausência de diálogo: o animal não responde ao sinal emitindo um outro sinal e se engajando em uma ‘conversação’. Isso implica que os conhecimentos elaborados pelo animal no quadro de sua participação em uma atividade são representações não negociadas sobre o meio, de algum modo idiossincráticas, mesmo que sejam marcadas pelas modalidades de cooperação próprias da espécie e/ou do grupo.

Na espécie humana, a cooperação dos indivíduos na atividade é, ao contrário, regulada e mediada por verdadeiras interações verbais e a atividade caracteriza-se, portanto, por essa dimensão que Habermas (1987, citado por Bronckart) chamou de “*agir comunicativo*”, através do qual os indivíduos atuam em co-laboração. Mesmo que, por falta de dados empíricos pertinentes, esteja definitivamente excluído propor uma análise propriamente científica das condições filogenéticas da emergência dessa capacidade de interagir através de comunicações verbais, é possível, entretanto, conforme Bronckart (1999, p. 33), postular um processo evolutivo que se resumiria em dizer que “as produções sonoras originais teriam sido motivadas por essa *necessidade de acordo*” entre os seres. Essas produções, continua o autor, “no início, temporal e deitivamente associadas às intervenções sobre os objetos, teriam se constituído, para os congêneres, em pretensões concretas à designação dessas mesmas intervenções”, o que ocasionaria uma alternância de personagens, nesse agir, tendo em vista que essas “pretensões contestáveis seriam inevitavelmente contestadas pelos congêneres, que teriam associado outros sons a essas intervenções”. Portanto, pode-se considerar que “a linguagem propriamente dita teria então emergido, sob o efeito de uma

negociação prática (ou inconsciente) das pretensões à validade designativa das produções sonoras dos membros de um grupo envolvidos em uma mesma atividade." Resumindo, pode-se dizer, portanto, que a linguagem humana se apresenta, inicialmente, como uma produção interativa associada às atividades sociais, sendo ela o instrumento pelo qual os interactantes, intencionalmente, emitem pretensões à validade relativas às propriedades do meio em que essa atividade se desenvolve. A linguagem é, assim, primária e precipuamente, uma característica da atividade social humana, cuja função maior é de ordem comunicativa ou pragmática.

Através das produções dos interactantes, ainda segundo concebe Bronckart, estabilizam-se progressivamente os signos (no verdadeiro sentido saussureano) como formas compartilhadas (convencionais) de correspondência entre representações sonoras e representações de entidades do mundo. Essa semiotização advinda do uso na interação social proporciona um distanciamento nas relações que os organismos humanos mantêm com o meio; esse distanciamento, por sua vez, torna possível uma autonomização de produções semióticas próprias, ou individuais. Organizam-se, a partir daí, as atividades particulares que continuam, obviamente, em interdependência com as outras atividades da espécie. "Assim a semiotização dá lugar ao nascimento de uma atividade que é propriamente linguagem e que se organiza em discursos ou em textos", postula Bronckart (1999, p. 35).

Esse é um ponto de vista generalizado sobre um processo evolutivo da linguagem – adotado por Bronckart (1999) –, na nossa opinião, pertinente e aceitável, ainda que, conforme mencionado acima, sem dados empíricos que dêem uma base de sustentação científica quanto às "condições filogenéticas da emergência dessa capacidade".

Ainda quanto a essa questão, é importante considerar o que diz Benveniste (1989, p. 23):

"Os homens que, por volta do XV milênio antes de nossa era, decoravam as cavernas de Lascaux, eram pessoas que falavam. Isto é evidente. Não há existência comum sem língua. [...] Mas nós nunca saberemos como eles falavam. [...] Vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura. E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança e em

todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura."

Ressalte-se que estamos adotando perspectivas, tanto ao abordar uma visão da "gênese" da linguagem humana, quanto aos vieses para os estudos relativos à língua que privilegiam e destacam a interação através da fala. Acima, chegamos ao ponto em que "a semiotização dá lugar ao nascimento de uma atividade que é propriamente linguagem e que se organiza em discursos ou em textos" (grifo nosso) e também que qualquer aprendiz da língua "em todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura" (grifo nosso). Com esse embasamento, queremos deixar clara nossa posição assumida de que uma língua nasce num e para um grupo social e que os textos/discursos ocorrem como prática de linguagem no bojo de uma prática social. Em conseqüência disso, todo aparato desenvolvido para uma análise textual e discursiva tem de levar em conta aspectos lingüísticos e extra-lingüísticos.

Diz Milton do Nascimento que "o ofício de criar um texto é um ofício de reunir palavras" (*apud* Castilho, 2000). Num Boletim de Ocorrência, as pessoas têm de reunir palavras e fazer textos. Primeiramente, um texto oral, contando uma versão do fato, depois um texto escrito (por outra pessoa) baseado nesse oral. Essa tarefa pode se repetir, mudando a personagem do texto oral. Acontece que o policial que faz o texto escrito exerce uma **atividade metalingüística** ao transpor do oral para o escrito. Ele tem de estar preparado para ouvir textos construídos das mais diversas formas. Desde os mais organizados, fluentes e objetivos até os que se apresentam recheados de interrupções, correções, informações truncadas, ambigüidades, retomadas, etc. e tem de transformar o que ouviu num texto com determinado padrão, praticamente dentro de um esquema taxionômico, oficializado, coerente, coeso, demonstrando uma determinada intencionalidade, deixando perceber que espera uma certa aceitabilidade, respeitando aspectos situacionais, com um nível bem dosado de informatividade, deixando pistas que relacionem este texto com outros e com conhecimentos pré-existentes de seu interlocutor, para que seu material lingüístico, resultado de um processo seu, com manobras pessoais mas circunscrito a restrições impostas pelas circunstâncias do discurso, possa ser adequado, eficiente e eficaz.

Esse trabalho lingüístico realizado pelo policial militar (PM) é uma demonstração de que na feitura desse texto instala-se uma arena discursiva. O locutor e o ouvinte têm de lidar, concomitantemente, com conhecimentos de várias ordens. Conforme Nascimento (citado por Castilho, 2000): “Para pôr em ação a língua, o falante/ouvinte opera sobre os módulos discursivo, semântico e gramatical, mediados pelo léxico.” Ou seja, o que fala busca seus conhecimentos, arranja-os conforme lhe seja possível numa manifestação oral naquele instante, para que um ouvinte entre em sintonia. Castilho (2000) diz que o falante lida com uma “parafernália”. E acrescentamos nós: o ouvinte também – e duplamente, no caso do BO – pois o policial deverá ouvir, entender (organizar), e retextualizar (adaptar) por escrito, e conforme um modelo pré-estabelecido. Ouvindo relatos que podem apresentar versões opostas do ocorridos, o PM precisa escrever um texto imparcial, “objetivo”. Em cada uma dessas atividades, ele trabalha operando com os módulos discursivo, semântico e gramatical, mediados pelo léxico. Nessas operações, sem dúvida nenhuma, manifesta-se o indivíduo de carne e osso, o “eu comunicante” do modelo teórico de Charaudeau, embora investido da autoridade de policial com que se institui o “eu enunciador” do BO. No resultado do trabalho aparecem as suas competências e as suas habilidades em cada um dos módulos.

3.1.2 Língua falada, língua escrita, atividade de retextualização

O estudo das relações entre língua oral e língua escrita tem merecido o interesse e a atenção de lingüistas teóricos e aplicados, educadores e professores de línguas nos últimos tempos. Essa preocupação está presente nas propostas curriculares oficiais, nacionais, estaduais e municipais. Na escola, vêm-se professores discutindo com os alunos as “diferenças” entre essas duas modalidades e, principalmente, mostrando-lhes características específicas de uma e de outra, objetivando definir o que é língua oral e o que é língua escrita.

Modernamente, a lingüística aponta para uma outra perspectiva e sabe-se que a questão não é tão simples. Alguns estudiosos, entre eles Marcuschi (2001), consideram, por exemplo, que essas duas modalidades da língua não são dicotômicas e estanques; elas são vistas como extremidades de um *continuum*, e o parâmetro para a classificação de determinados traços lingüísticos baseia-se mais

numa escala de graus positivos e negativos, conforme determinado aspecto for mais próximo ou mais distante de cada extremidade, em vez de ser considerado ponto *sui generis*, ou exclusivo, de uma modalidade ou de outra (a não ser, é óbvio, a materialidade com que se constrói o texto oral: o som, e com que se constrói o texto escrito: as letras). Esse ponto de vista é sintetizado por Koch (1992), "o que se pode dizer é que a escrita formal e a fala informal constituem os pólos opostos de um contínuo, ao longo do qual se situam os diversos tipos de interação verbal."

A postulação de um *continuum* entre a fala informal e a escrita formal, embora muito difundida, não é unânime nem passivamente aceita entre os estudiosos. Entretanto, parece merecer maior aceitação a idéia de que fala e escrita não se opõem dicotomicamente e que, pelo contrário, textos orais e textos escritos podem partilhar características formais e processuais.

Marcuschi (2001) assegura que não se pode tratar as relações entre oralidade e letramento ou entre fala e escrita de maneira estanque e dicotômica. A proposta é a de que se vejam essas relações dentro de um quadro mais amplo, no contexto das práticas comunicativas e dos gêneros textuais. A sugestão segue uma visão funcional e preserva um contínuo de variações, gradações e interconexões, a depender do que se compara. Em certos casos, as proximidades entre fala e escrita são tão estreitas que parece haver uma mescla, quase uma fusão de ambas, numa sobreposição bastante grande tanto nas estratégias textuais como nos contextos de realização. Em outros, a distância é mais marcada, mas não a ponto de se ter dois sistemas lingüísticos ou duas línguas, como se disse por muito tempo. Uma vez concebidas dentro de um quadro de inter-relações, sobreposições, gradações e mesclas, as relações entre fala e escrita recebem um tratamento mais adequado, segundo o autor.

Um exemplo das inter-relações e sobreposições entre fala e escrita de que fala Marcuschi pode ser o planejamento, tradicionalmente considerado como característica básica e exclusiva do processamento da escrita. Observe-se, no entanto, que esse aspecto pode também estar presente na elaboração do texto oral – quanto mais formal for o texto a ser falado, ou quanto menos a situação for de domínio do falante, mais planejamento vai ser necessário. Isso ainda sem se considerar que algum planejamento (ainda que inconsciente) existe na produção do discurso, pois o falante terá sempre que ter em mente o que quer dizer.

Buscando apoio para o argumento de que há planejamento na fala, recorreremos à “Gramática comunicativa del español”¹

“que se propõe a analisar o funcionamento dos idiomas a partir de uma perspectiva que leva em conta a comunicação, na qual analisam-se todos os matizes e nada se dá por descontado; e na qual se reconhece um novo papel central para as interpretações que se dão para os enunciados analisados como base para a compreensão do funcionamento do sistema. E também uma gramática que situa os interlocutores e a interação que existe entre eles no centro da análise”.

Nesse trabalho, o autor diz que

“Nossa intenção e nosso objetivo é explicar por que, respeitando as regras de funcionamento do sistema, o enunciador escolhe uma possibilidade entre as que tem à sua disposição e descarta as outras, e os demais falantes do idioma entendem e percebem os distintos matizes.”²

A possibilidade/necessidade de escolha, no nosso entender, é uma forma de planejamento. Ainda que não seja consciente. Uma certa empregada doméstica chegava todo dia para o trabalho, com cara de poucos amigos, e seu cumprimento era simplesmente: “Dia!”. Foi substituída, porque a patroa não gostou de sua conduta mal humorada, preferiu uma outra pessoa que não tinha um desempenho profissional tão bom quanto a primeira, mas que chegava feliz, desejava um radiante “Bom dia! Como vai? Jesus te abençoa!”. Não posso acreditar que as duas planejassem, antes de entrar na casa, que tipo de cumprimento iam dar; mas certamente o faziam movidas inconscientemente por algum sentimento, ou característica própria, que determinava a escolha das palavras e da forma de usá-las. Essa escolha interferiu, não só no relacionamento entre patroa e empregada, mas também definiu uma oportunidade de trabalho a cada uma. Às vezes, o planejamento pode ser consciente e cuidadoso; um filho adolescente que deseja ir a uma festa tem muitas maneiras de resolver isso com os pais: pode pedir – de várias maneiras; pode informar – de várias maneiras; e igualmente o silêncio pode ser

¹ Matte Bon, 2000, p. VIII. No original: “que se plantea el análisis del funcionamiento de los idiomas desde una perspectiva que tiene en cuenta la comunicación, en la que se analizan todos los matices y nada se da por descontado; y en la que se reconoce un nuevo papel central a las interpretaciones que se dan de los enunciados analizados, como base para la comprensión del funcionamiento del sistema. Y también una gramática que sitúa a los interlocutores y la interacción que existe entre ellos en el centro del análisis”.

² Matte Bon, 2000, p. VIII. No original: “Nuestra intención y nuestro intento es explicar por qué, respetando las reglas de funcionamiento del sistema, el enunciador escoge una posibilidad entre las que tiene a su disposición y descarta las demás, y los demás hablantes del idioma entienden y perciben los distintos matices.”

planejado: esse filho pode ir à festa sem dizer nada (e também pode realizar essa “façanha” de várias maneiras).

Não adotando a noção de *continuum*, mas fundamentando seu trabalho na concepção bakhtiniana de gênero, Bronckart (1999, p. 47), explica a questão da escolha de recursos lingüísticos feita pelo falante de acordo com as representações do sujeito quanto às condições de produções de seu texto, enquadrando-a no processo da escolha de um gênero textual:

“[...] representações pessoais referentes às normas sociais e à imagem que convém dar de si mesmo orientam a escolha dos signos (grifo nosso) dentre as diversas possibilidades que uma língua oferece para semantizar um mesmo referente; em outros termos, orientam a seleção dos signos no interior dos paradigmas de unidades que, em língua, remetem a um mesmo universo de referência. Essas representações, assim, constituem um primeiro aspecto, sócio-subjetivo, do contexto da ação de linguagem.”

[...]

“Enfim, o processo de semiotização em funcionamento na ação de linguagem efetua-se, necessariamente, no quadro de uma língua natural. Conseqüentemente, está condicionado pelos conhecimentos, práticos e/ou conceitualizados que o agente tem sobre essa língua e, mais especificamente, pelos conhecimentos que tem sobre os gêneros de textos em uso.” (grifo nosso)

Um outro ponto, ainda sobre as relações entre as duas modalidades (oral e escrita), segundo Marcuschi (2001), é que é uma hipótese forte “a suposição de que as diferenças entre fala e escrita podem ser frutiferamente vistas e analisadas na perspectiva do USO e não do SISTEMA”; o que é também uma perspectiva relativamente recente e coloca o estudo desse assunto num enfoque mais pragmático, mais discursivo, que me parece corresponder melhor ao que de fato ocorre na interação verbal efetiva.

Citando Marcuschi (2001, p. 47), mais uma vez:

“À primeira vista, a questão [LO X LE] afigura-se como artificial e parece ocorrer apenas em exercícios acadêmicos ou escolares mas, como se verá em seguida, ela é fato comum na vida diária. Muitas vezes, praticamos ações lingüísticas bastante complexas sem termos a menor noção da complexidade. Este é o caso quando repassamos a alguém o que nos foi informado por outrem. Em princípio, nada há de mais nisso, mas o fato é que essas ações são até hoje pouco compreendidas e raramente foram estudadas.”

Portanto, a questão da língua oral em contraponto com a língua escrita e, principalmente, a transferência do que se diz oralmente para a forma gráfica da escrita é um aspecto digno de estudos. Ainda mais quando se trata de transpor relatos, ou informações, numa forma de documento, como é o caso do Boletim de Ocorrência de Trânsito, redigido num processo complexo, que envolve a *retextualização* do depoimento oral dos envolvidos no acidente em relato escrito desse mesmo acidente.

Marcuschi (2001, p. 46) chama de “retextualização” a passagem ou transformação do texto falado para o texto escrito e procura identificar as operações mais comuns realizadas nessa passagem, explicando que:

“A expressão ‘retextualização’ foi empregada por Neusa Travaglia (1993) em sua tese de doutorado sobre a tradução de uma língua para outra³. O uso do termo ‘retextualização’, tal como foi feito aqui, se recobre apenas parcialmente com aquele feito por Travaglia, na medida em que aqui também se trata de uma ‘tradução’, mas de uma modalidade para outra, permanecendo-se, no entanto, na mesma língua. Igualmente poderíamos usar as expressões refacção e reescrita, como o fazem Raquel S. Fiad e Maria Laura Mayrink-Sabison (1991) e Maria Bernadete Abaurre et alii (1995), que observam aspectos relativos às mudanças de um texto no seu interior (uma escrita para outra reescrevendo o mesmo texto) sem envolver as variáveis que incidem no caso da retextualização como tratada neste estudo, preocupado essencialmente com a passagem da fala para a escrita.”

Marcuschi (2001) se preocupa ao longo de todo o seu texto em afirmar que a visão dicotômica da relação entre fala e escrita não mais se sustenta e que de forma alguma pode-se caracterizar, *a priori* e genericamente, a língua oral como caótica e a língua escrita como organizada, a primeira como contextualizada e a segunda como independente de contexto, etc. A hipótese que o autor vai procurar demonstrar é a de que “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos” (p. 37). Para ele (p. 47), “a passagem da fala para a escrita não é a passagem do caos para a ordem: é a passagem de uma ordem para outra ordem.”

³ TRAVAGLIA, Neusa. *A tradução numa perspectiva textual*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Linguística da USP, 1993. (tese de doutorado).

Ressalta ainda Marcuschi (op. cit., p. 48) que “as atividades de retextualização são rotinas usuais altamente automatizadas, mas não mecânicas”, porque envolvem um aspecto muito importante – a compreensão –, que permeia o texto falado e o texto escrito e que “pode ser a fonte de muitos problemas no plano da coerência no processo da retextualização” (p. 47). Esse aspecto é importante na produção dos BOs.

3.1.3 Texto, leitura e produção de sentido

Uma questão fundamental para análise dos Boletins de Ocorrência e a compreensão de seu enquadre como “arena discursiva” diz respeito aos conceitos de leitura/compreensão e produção de sentido, já que os textos em foco, como ocorre normalmente com todo texto escrito empírico efetivo, são feitos para serem lidos – alguém escreve para outro ler.

A leitura está presente no uso desse texto em várias instâncias: a) é feita oralmente, de início, pelo policial, para alguém confirmar se o que está escrito foi mesmo aquilo que esse alguém falou; b) é feita silenciosamente pelo policial, por aquele que falou, por uma outra autoridade e, eventualmente, por qualquer outra pessoa.

Já disse Roland Barthes que “não restam dúvidas de que é isso a leitura: reescrever o texto da obra dentro do texto de nossas vidas.”

A questão da compreensão e da produção de sentido é contemplada de maneira interessante e produtiva por Stanley Fish (1995), num texto cujo título é “*Is there a text in this class?*”. A pergunta que dá título ao texto simboliza a posição defendida pelo autor quanto a como se daria a interpretação de um texto lido. Essa posição é bastante questionada por outros teóricos, sobretudo por Meyer Abram, conforme informa o próprio Stanley Fish. No debate entre Fish e os seus opositores, a questão seria como se faz para se encontrar o significado de um texto e parece que os opositores de Fish entendiam que este considerava que

“Parece haver somente duas maneiras de responder a esta questão: ou há um significado literal do enunciado e nós seríamos capazes

de dizer qual é, ou há tantos significados quanto há leitores e nenhum deles é literal.”⁴ (grifo nosso)

Fish (1995, p. 303), no entanto, explica que não é exatamente assim. A situação que ele apresenta para ilustrar seu ponto de vista é o momento em que uma aluna sua, no início do período escolar, pergunta a um outro professor se havia texto naquela aula (*“Is there a text in this class?”*). A resposta que ela recebe é a de que haveria o “Norton Anthology of Literature” (“Yes; it’s the ‘Norton Anthology of Literature’”), mas a aluna respondeu explicando que desejava saber se naquele curso deveriam “crer” em poemas e outras coisas ou se seriam só suas próprias idéias (*“No, no; I mean in this class do we believe in poems and things, or is it just us?”*)

Na verdade, a aluna (que havia feito um curso com Fish) colocava para o outro professor, a questão defendida por Fish, a respeito do que seria a interpretação de um texto. Fish conta essa história, considerada por ele e seu colega como algo divertido, para provar que o seu ponto de vista não é, na realidade, conforme é compreendido e questionado por Abram. Verdadeiramente, o que ele defende é que

“O enunciado tem dois sentidos literais: dentro das circunstâncias assumidas pelo meu colega [...] o enunciado é obviamente uma pergunta sobre haver ou não um texto indicado para aquele curso específico; mas pelas circunstâncias em que se deu o esclarecimento através da correção da aluna, o enunciado é obviamente uma pergunta a respeito da posição do professor sobre o status do texto”.⁵

Fish (1995) diz que Abram imagina sua teoria como algo que torna a compreensão impossível, mas que não é exatamente assim, pois para essa teoria que está sendo discutida, a compreensão é sempre possível, *“but not from the outside”*. Com *“outside”* Fish quer dizer que ele, colocando-se como qualquer autor, fala *“from within a set of interests and concerns, and it is in relation to those interests and concerns that a I assume he [someone] will hear my words”*. E o mais importante, ou esclarecedor, vem em seguida:

⁴ Fish, 1995, p. 305; grifo nosso. No original: “There would seem to be only two ways of answering this question: either there is a literal meaning of the utterance and we should be able to say what it is, or there are many meanings as there are readers and no one of them is literal.”

⁵ Fish, 1995, p. 306. No original: “The utterance has two literal meanings: within the circumstances assumed by my colleague [...] the utterance is obviously a question about whether or not there is a required textbook in this particular course; but within the circumstances to which he was alerted by his student’s corrective response, the utterance is just as obviously a question about the instructor’s position [...] on the status of the text.”

“Se o que se segue é comunicação ou compreensão, não será porque alguém e eu compartilhamos uma língua, no sentido de saber os significados de palavras individuais e as regras para combiná-las, mas porque um modo de pensar, uma forma de viver, é compartilhada por nós, e nos implica num mundo de objetos, propósitos, objetivos, procedimentos, valores, etc., já estabelecidos: e é configurada neste mundo que toda palavra que viermos a pronunciar será ouvida, sendo a ele remetida”.⁶

Segundo Fish (op. cit., p. 304), o que Abram e os outros que concordam com ele não percebem é que a comunicação ocorre somente dentro desse sistema (ou contexto, ou situação, ou comunidade interpretativa) e que a compreensão obtida por duas ou mais pessoas é específica ao sistema e determinada somente dentro de seus limites. Ainda segundo Fish, o que seus opositores também não compreendem é que uma compreensão é suficiente e que a mais perfeita compreensão que eles desejam – uma compreensão que opera acima de situações – não teria lugar no mundo, porque é somente em situações, com seus interesses específicos ou com o que seja considerado como fato, é que o enunciado será ouvido como argumento e que alguém será levado a compreender. Acrescenta o autor:

“Em outras palavras, o problema de como o sentido é determinado só é um problema se houver um ponto no qual a determinação desse sentido não tenha sido feita, e eu estou dizendo que não há tal ponto.”⁷

O que não quer dizer que não seja possível que alguém não entenda ou pergunte o que significa algum enunciado. Mas, nesse caso, com o que se vai lidar não é exatamente com um conjunto de palavras esperando que se lhe dê sentido, porém com um enunciado cujo significado já atribuído foi considerado inapropriado. Isto é, a pessoa precisa confirmar se o que pode extrair do texto (lido ou ouvido) é realmente o sentido que o autor pretendeu atribuir; o leitor/ouvinte, inclusive, tem clareza de que é possível que não tenha compreendido bem.

Um conjunto de pistas leva o leitor/ouvinte a chegar no ponto desejado; por exemplo, no caso do colega de Fish, a situação foi mantida por ele dentro dos limites da instituição acadêmica; ele presumiu que a pergunta da aluna tinha a ver

⁶ Fish, 1995, p.303. No original: “If what follows is communication or understanding, it will not be because he [someone] and I share a language, in the sense of knowing the meanings of individual words and the rules for combining them, but because a way of thinking, a form of life, share us, and implicates us in a world of already-in-place objects, purposes, goals, procedures, values, and so on; and it is to the features of that world that any words we utter will be heard as necessarily referring.”

⁷ Fish, 1995, p.310. No original: “In other words, the problem of how meaning is determined is only a problem if there is a point at which its determination has not yet been made, and I am saying that there is no such point.”

com a Universidade de modo geral, e com a literatura inglesa, em particular. Ao receber a correção da aluna, ele acionou outras rubricas que tinha, sob as quais poderia encaixar seu raciocínio, uma delas era “o que acontece em outras aulas” e entre essas “outras aulas” incluía-se a de Fish. Com isso quero dizer que, ao reconhecer a sua aluna como uma aluna também de Fish e, tendo já uma opinião sobre o que acontecia nas aulas desse colega, pôde entender o que a estudante queria dizer e inclusive fazer uma brincadeira classificando-a como “one of Fish’s victims” (p.314).

Naturalmente, aquela rota teria sido muito mais tortuosa se a categoria “one of Fish’s victims” não estivesse já disponível para ele como um recurso para produzir inteligibilidade. Se esse recurso não tivesse sido parte de seu repertório, se ele não tivesse com essa informação pronta em seus conhecimentos, ele não poderia entender nada e a moça teria que voltar com seus enunciados até um ponto em que houvesse algum conhecimento compartilhado. Então, para Fish

“É ao ser bem sucedida tal estratégia que o sentido das palavras dela se tornará claro, não por ela tê-las reformulado ou refinado, mas porque elas agora serão lidas ou ouvidas dentro do mesmo sistema de inteligibilidade a partir do qual foram produzidas.”⁸

E ainda na concepção deste autor:

“[...] a autoridade [na interpretação de um texto] depende da existência de um determinado ponto de significados porque na falta de tal ponto não há maneira normativa de construir o que alguém diz ou escreve, resultando que a interpretação se torna uma matéria de construção individual ou privada, não sendo matéria para disputas ou correções. [...] É somente se houver uma base compartilhada de concordância, ao mesmo tempo guiando a interpretação e fornecendo um mecanismo para decidir entre interpretações, que um relativismo total e fragilizante pode ser evitado.”⁹

⁸ Fish, 1995, p. 315. No original: “It is when such strategy has been successful that the import of her words will become clear, not because she has reformulated or refined them but because they will now be read or heard within the same system of intelligibility from which they issue.”

⁹ Fish, 1995, p. 317. No original: “[...] authority [na interpretação de um texto] depends upon the existence of a determinate core of meanings because in the absence of such a core there is no normative or public way of construing what anyone says or writes, with the result that interpretation becomes a matter of individual and private construing none of which is subject to challenge or correction. [...] It is only if there is a shared basis of agreement at once guiding interpretation and providing a mechanism for deciding between interpretations that a total and debilitating relativism can be avoided.”

A importância do contexto é mostrada também por Chartier (1990, p.121), ao falar das práticas de leitura e propor um espaço de investigação sobre a “aparente contradição em que se encontra envolvida toda a história ou toda a sociologia da leitura”, a qual seria: a) considerar o texto em si mesmo como algo todo poderoso, com seu poder de condicionamento sobre o leitor X; b) considerar a liberdade do leitor considerando-o como “produtor inventivo de sentidos não pretendidos e singulares.” Ele propõe, então, uma “sociologia histórica das práticas de leitura”, com o objetivo de identificar formas diferenciadas de leitura de um mesmo texto, dando a esse texto um sentido historicamente produzido, com sua significação sendo construída diferentemente, de acordo com cada época e cada meio em que é veiculado. Nessa perspectiva, Chartier (1990, p.127) diz que

“Há um processo através do qual as obras adquirem sentido. Reconstituí-lo exige considerar as relações estabelecidas entre três pólos: o texto, o objecto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera.”

A concepção de texto, leitura e produção de sentido que se delineia com a articulação das teorias dos autores citados mostra-se compatível também com a compreensão que Beaugrande e Charaudeau têm dos mesmos fenômenos e que toma corpo a partir dos conceitos básicos de *textualidade* e da competência semiolingüística, os quais serão adotados na análise dos BOs que compõem a amostra a ser aqui analisada.

3.2 As abordagens

3.2.1 A Semiolingüística

Conforme já foi anunciado, a teoria básica que irá sustentar nossa análise é a Semiolingüística, de Patrick Charaudeau. A escolha do modelo de Charaudeau se deve à situação que já foi descrita ao relatar a história que deu origem ao trabalho. O que impressionou foram as condições em que o fato se deu. Não foi possível deixar de considerar que os indivíduos ali presentes falavam movidos por várias vozes. Percebia-se que não eram indivíduos únicos, havia uma sobreposição

de papéis. O que narrava o fato, fazia-o como dono da verdade, buscando seus conhecimentos, aplicando sua própria experiência e a experiência de outros, equilibrando suas emoções, procurando convencer. O que anotava, tinha que fazer o papel de autoridade, de "escriva" (mas não do "scripteur" do quadro enunciativo de Charaudeau), atentando para o que ouvia, conciliando o que ouvia com orientações que recebera sobre como escrever, lutando com dificuldades suas e outras causadas pela situação e procurando ser objetivo, imparcial. Como dissemos acima, nessas operações manifesta-se o indivíduo de carne e osso, o "eu comunicante" do modelo teórico de Charaudeau, embora investido da autoridade de policial com que se institui o "eu enunciator" do BO.

Segundo Machado (1992), a Semiologia é uma teoria que "tenta interrogar os atos de linguagem que compõem o 'objeto' texto, examinando-os tanto na sua parte explícita como na sua parte implícita, o que é sintetizado através de uma fórmula bastante simples: A de L = [E X I] C de D"¹⁰. Isso nos pareceu significativo e nos levou a buscar aprofundar nossa reflexão quanto a essa perspectiva da Análise do Discurso, tendo em vista a investigação que nos havíamos proposto.

Além do mais, ainda tecendo comentários superficiais, para fazer apenas uma introdução a um comentário mais amplo, esta teoria baseia-se na ação comunicativa, ou seja, lida com uma situação de comunicação considerando os campos físico e mental em que se encontram os parceiros da troca linguageira e entende que entre os participantes dessa ação instaura-se um contrato de comunicação. Considerando que esse contrato de comunicação é a primeira "surdetermination" do sentido do discurso, pode-se dizer que entre leitor e autor, ou entre falante e ouvinte, cria-se um vínculo, um compromisso tácito no momento da leitura/audição. Ainda com o apoio dessa teoria, seria possível examinar o texto produzido, no seu aspecto formal, através do que Patrick Charaudeau (1992) propõe como modos de organização do discurso, ou seja, os aparelhos enunciativo, descritivo narrativo e argumentativo, que configuram o texto, atingindo também a questão do sentido que ali subjaz¹¹.

¹⁰ A de L = atos de linguagem; E = explícito; I = implícito; C de D = circunstâncias de discurso.

¹¹ Quando uso aqui o termo "subjaz" não estou pretendendo significar que o sentido seja imanente ao texto ou discurso; antes, estou considerando que, para viabilizar a co-construção dos sentidos pelos parceiros na troca linguageira, é preciso, como postula Machado (1998, p. 115), que seja levado em conta "o jogo que o sentido verbal mantém com o sentido implícito". Ou,

3.2.1.1 Das origens da ADF até a Semiolingüística

A Análise do Discurso tem sua raiz na França, no final dos anos 60, com os trabalhos de M. Pêcheux. Essa tendência inicial, privilegiava o discurso político, em função de sua concepção de *formação discursiva* como entidade essencialmente ideológica. Essa AD não considerava o sujeito em sua individualidade, mas o concebia como inteiramente determinado pelas condições sócio-históricas e, portanto, “assujeitado”, tendo apenas a ilusão de ser sujeito de seus atos e de suas falas (o pertencimento a uma formação social e a uma formação discursiva definiria o “dizível” por esse pretense sujeito). Só era de seu interesse aquele que era capaz de veicular uma voz política, o que falasse por um grupo, ou que pudesse, pelo seu discurso, ser enquadrado em determinado segmento da sociedade. O que interessava, em última instância, era o social manifestado no discurso do indivíduo. As pesquisas dessa linha, realizadas por lingüistas e historiadores, numa associação de lingüística estrutural com teoria da ideologia, inspirados numa releitura de Marx realizada por Louis Althusser e de Freud realizada por Lacan, dedicavam-se ao estudo do discurso político através da língua. Segundo Maingueneau (em Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 202): “Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e o lingüístico, evitando, ao mesmo tempo, reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discursivo no ideológico”. Esse período foi chamado de Análise do Discurso Francesa (ADF), ou, como preferiu Maingueneau (1997), de Análise do Discurso da 1a. geração (AD da 1a. geração).

Nesse enfoque, a questão da estrutura da língua e do enunciado foi ampliada com nova ordem de fatores, considerando-se imperativo trazer à tona o processo de enunciação, visto na sua dimensão histórica e social e envolvido também no compromisso com o histórico e o social. O novo espaço de reflexão sobre a linguagem abriu possibilidades múltiplas de influências, tanto de conceitos mais tradicionais da Lingüística, como por exemplo a dicotomia *langue/parole* (que trazia implícita a questão do contraste entre o social e o individual da linguagem), ou a análise de segmentação da estrutura dos enunciados, cf. Harris; ou ainda a dimensão enunciativa das práticas de linguagem, sob inspiração benvenistiana ou

noutros termos, como propõe Charaudeau (1983, p.15): “... on s'aperçoit que le problème de la communication ne se situe pas tant au niveau de ce qui est dit explicitement qu'au niveau sous-jacent, du sens qui circule sous cette manifestation explicite et à laquelle cette dernière renvoie”.

bakhtiniana, quanto de outras áreas do saber científico, como a História, a Sociologia, a Retórica, a Psicologia, etc., estabelecendo-se uma relação entre esse novo espaço de reflexão e essas outras áreas, através da adoção, ou mesmo da recusa, de princípios e postulados dessas referências. Essa luz nascente sobre a linguagem, fragmentou-se em vários focos, que traziam na sua genética uma série de conceitos postulados por Pêcheux.

Segundo Pêcheux (1969, p.14) um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, um deputado é situado no interior de uma corrente de forças existente entre os elementos antagonistas de um determinado campo político; o que ele diz, o que ele anuncia ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa. Pêcheux evoca, inclusive, o conceito de enunciado performativo, introduzido por J. L. Austin, para sublinhar a relação necessária entre um discurso e seu lugar num mecanismo institucional extralingüístico.

Além disso, segundo ele, discurso deve ser considerado diante das relações de sentido nos quais é produzido; ou seja, buscando-se num outro discurso as bases de interpretação para o caso em questão, de modo que tal discurso encaminha a outro, não tendo, pois, o processo discursivo um começo preciso, bem delineado. Um discurso, mesmo com as modificações que introduz diante da situação presente, sempre evoca um outro acontecimento, ressuscitando no espírito de seus ouvintes o discurso onde este acontecimento era alegado, e do qual ele pode tirar partido.

Isso desencadeia um outro raciocínio bastante interessante, que é fundamental na diferenciação entre uma teoria da comunicação e uma teoria que avança no sentido de considerar como integrantes do ato de linguagem aspectos extra-lingüísticos e que mostra o desdobramento dos seres de fala, pois implica que o orador prova, de uma certa maneira, o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador. Diz Pêcheux (op. cit.) que a habilidade de imaginar, de antecipar o auditório é, às vezes, decisiva, se o orador sabe prever em tempo hábil de onde é

que este auditório o ouve. Em uma nota, este autor observa que Robert Pagès (1955)¹²:

“observa que o emissor guia-se, ajusta-se em seu discurso por pressuposições visando a ‘um público determinado’. Em certos casos, ele acrescenta, o emissor é informado por um ‘eco’ de suas emissões anteriores no caso desse receptor e modifica sucessiva e proporcionalmente suas pressuposições.”

Esta antecipação do que o outro vai pensar parece ser constitutiva de todo discurso, interferindo nele através das variações que são feitas muitas vezes através do comportamento verbal e pelos modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza ao auditório diante do orador. O auditório ou o ouvinte podem bloquear o discurso ou, ao contrário, apoiá-lo, através de intervenções diretas ou indiretas, verbais ou não verbais.

Pelo que se vê, o funcionamento do discurso não se limita ao plano estritamente lingüístico e só se pode defini-lo com base no mecanismo de *mise en place* dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que Pêcheux (1969) chama de condições de produção do discurso.

De acordo com o autor, isto faz supor que seja impossível analisar um discurso como um texto, quer dizer: como uma seqüência lingüística fechada sobre ela mesma, mas que é necessário situá-lo no conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Pêcheux (op. cit.) traz a seguir os elementos estruturais pertencentes, na sua perspectiva, às condições de produção e informa que duas famílias de esquemas estariam em competição a propósito da descrição extrínseca do comportamento lingüístico em geral (por oposição à análise intrínseca da cadeia falada):

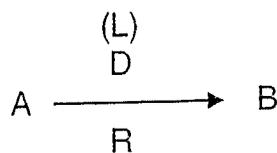
- “um esquema “reacional” que surge das teorias psico-fisiológicas e psicológicas do comportamento (esquema ‘estímulo-resposta’ ou ‘estímulo-organismo-resposta’);
- um esquema ‘informacional’ que surge das teorias sociológicas da comunicação (esquema ‘emissor-mensagem-recebedor)”.

¹² Pages, 1995. No original: Pages remarque que l'émetteur se guide, 's'ajuste' dans son discours par des présuppositions visant 'un public relativement déterminé'. Dans certains cas, ajout-il, l'émetteur est informé de 'l'écho' rencontré par ses émissions antérieures chez le récepteur et modifie au fur et à mesure ses présuppositions

Segundo ele, o primeiro esquema parecia dominar o pensamento da época e, trazendo palavras de S. Moscovici e M. Plon, ele diz que as preferências da maioria vão em direção a uma penhora do fundamento da linguagem na organização do sistema nervoso como sua matriz material, não nesta comunicação da qual se diz ser sua função, acrescentando ainda, desses autores, que "a atitude skineriana volta a excluir, no exame do comportamento humano, em geral, e do comportamento lingüístico em particular, a ação de regras, de normas que os indivíduos estabelecem entre eles. Por isso, ela consegue também minimizar a dimensão simbólica que adquire a linguagem, a par de sua associação com as regras e o papel, não negligenciável, que desempenha na sua constituição."

Por outro lado, Pêcheux (op. cit., p.18) nos mostra, recuperando Jakobson, que o esquema "informacional" apresenta, ao contrário, a vantagem de colocar em cena os protagonistas do discurso, assim como o "referente", dizendo também que "o emissor envia uma mensagem ao destinatário. Para estar operando, a mensagem requer inicialmente um contexto, em outras palavras, um "referente", recuperável pelo destinatário e que seja verbal ou seja suscetível de ser verbalizado; depois, a mensagem requer um código, comum, todo ou pelo menos em parte, ao destinador e ao destinatário (ou, em outros termos, ao codificador e ao decodificador da mensagem); enfim, a mensagem requer um contato, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contato que permite estabelecer e manter a comunicação

O esquema seria, portanto, assim:



Lendo-se, respectivamente:

- A : o "destinador"
- B : o "destinatário"
- R : o "referente"
- (L) : o código lingüístico comum a A e a B
- : o contato estabelecido entre A e B
- D : a seqüência verbal emitida por A em direção de B.

No entanto, Pêcheux deixa claro que, com relação a “D”, a teoria da informação, subjacente a este esquema, conduz a falar de mensagem como transmissão de informação. Porém, tendo em vista o que foi dito precedentemente, é preferível aqui o emprego do termo “discurso”, para que fique estabelecido que “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, mais genericamente, de um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B.”

Considere-se também que aqui A e B designam algo diferente, além da mera presença física de organismos humanos individuais: designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos. Assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão”, do contra-mestre, do operário, são definidas por propriedades diferenciais *demarcadas*.

A hipótese de Pêcheux, e que Charaudeau acolhe como pressuposto básico na caracterização que faz dos parceiros do ato de linguagem, é que esses lugares são representados nos processos discursivos que são colocados em jogo, onde funciona uma série de formações imaginárias designando o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro, o que iria fundamentar a estratégia do discurso, ou seja, as manobras possíveis e adequadas, levando em conta também as regularidades sócio-lingüísticas que a situação impõe. E não só a busca de uma determinação de lugares, mas também dos pontos de vista que cada um teria sobre o referente e a língua. Pêcheux mostra essa complexidade existente numa situação discursiva utilizando-se de vários esquemas. Pode-se dizer que Charaudeau reuniu o que pretendia dizer Pêcheux, na equação que representa o ato de linguagem apresentada em 3.2.1.

3.2.1.2 Detalhando a Semiolingüística

Um desses focos é a Semiolingüística. De acordo com Machado (1992, p.26),

“A análise do discurso proposta por Patrick Charaudeau é uma análise que examina as condições de produção e de existência dos enunciados e os efeitos extralingüísticos que, paradoxalmente, o uso da linguagem busca obter; é, pois, uma análise que leva em conta a

linguagem em si, assim como também o contexto psicossocial que possibilita a aparição de tais e tais enunciados, em vez de tais e tais outros.”

Esse modelo tem também como uma de suas bases a definição do sujeito do discurso numa perspectiva pragmático-enunciativa, na qual, como se sabe, todo discurso é ligado a uma ação, o que lhe confere um caráter performativo (sem depender exclusivamente da presença de certos verbos).

Charaudeau (1983, p.13) diz que há duas maneiras de se abordar a linguagem: uma, por um método baseado em atividade de abstração, caracteriza-se pela concepção de que a linguagem é transparente e se interessa por aquilo de que nos fala a linguagem; outra, pelo método de atividade de elucidação, concebe a linguagem como um objeto não-transparente e se interessa pelo como nos fala a linguagem. São duas concepções e duas tarefas diferentes, e até antagônicas, realizadas por teorias diversas, a respeito da língua, mas a Semiolingüística considera que as duas devam ser levadas em conta numa análise, porque a língua é “marcada pelo selo da discordância e da concordância.” Pela Semiolingüística, então, o analista deve se interessar, de modo integrado, tanto por tarefas que se proponham a fazer abstrações a respeito da língua, quanto por tarefas que possam elucidar fatos da língua, ou seja, reconhecer a língua como algo (transparente) que *fala sobre o mundo*, mas dizendo *como* isso acontece nas e além das palavras (não transparentes).

As duas posições são necessárias no campo semiolingüístico, não simplesmente se associando, mas integradas dialeticamente num mesmo envolvimento de busca. Uma análise sob esse foco leva em conta o “jogo que o sentido verbal mantém com o sentido implícito” (Machado, 1998, p. 114). Assim, embora reconhecendo ser necessário lidar com o lingüístico *stricto sensu*, isto é, com a dimensão, digamos, “estrutural” da língua, que, pela sedimentação do trabalho histórico e social da comunidade falante, correlaciona, convencionalmente, forma e significado, Charaudeau (1983, p. 14) assume que “o mundo não é dado de saída; ele se constrói através da estratégia humana de significação”: ele é construído através da linguagem e pelos sujeitos envolvidos no jogo languageiro, nas circunstâncias de discurso, isto é, nas condições de produção/interpretação do ato de linguagem.

Charaudeau (1983, p. 14) diz que a análise semiolinguística do discurso se compõe de dois aspectos inseparáveis – o semiótico e o lingüístico. Ela é semiótica na medida em que se interessa por um objeto que só se constitui na intertextualidade, a qual depende dos sujeitos da linguagem, buscando depreender os possíveis significantes envolvidos nesse processo; ela é lingüística na medida em que o instrumento utilizado para interrogar esse objeto é construído ao final de um trabalho de conceitualização estrutural dos fatos lingüísticos.

Sendo assim, na perspectiva semiolinguística, segundo Charaudeau (1995, p. 104):

“Nosso objetivo de análise do discurso consiste em demarcar as características dos *comportamentos* linguageiros (o *‘como dizer’*) em função das *condições* psico-sociais que os restringem conforme os tipos de situação de troca (‘contrato’). A perspectiva é portanto dupla, numa relação de reciprocidade: quais condições para quais comportamentos linguageiros *possíveis*, e quais comportamentos linguageiros *efetivos* para quais condições. É necessário, portanto, darem-se os meios de se estudarem essas condições e esses comportamentos.” (grifos do autor)

Essa abordagem considera que a atividade comunicativa acontece pelo ato de linguagem de “sujeitos socialmente organizados, que se manifestam dentro de um quadro de regularidades sócio-comunicativas convencionalmente determinadas e através de estratégias discursivas de cunho pessoal” (Lysardo-Dias, 1998, p. 17). Esses dois níveis, segundo a autora, “longe de instaurarem uma oposição, representam a relação dialógica externo/interno da qual emerge a significação.” Esses níveis representam também os aspectos de restrição e liberdade em que se vêem os parceiros no ato de produção/interpretação.

Essa corrente da AD é, pois, um espaço integrador de perspectivas: o “de quê” é explicado pelo “como” (e vice-versa); ao mesmo tempo, o sujeito é individual, pode criar, manipular a linguagem conforme lhe for necessário (ou de seu interesse), e também coletivo, pois há que respeitar as regularidades convencionadas no uso social da linguagem. Subentende-se que essas regularidades são como requisitos para a produção de sentido do texto pelo interlocutor. Pela Semiolinguística, o saber fazer comunicativo implica um conhecimento que sobrepassa o domínio de código (verbal ou não); tanto a compreensão quanto a incompreensão estão inscritas no

espaço da linguagem e a atividade languageira envolve o conjunto de crenças e conceitos do universo cultural.

Por esse enfoque, então, os atos de linguagem compõem-se de uma matéria languageira que se perfaz por um explícito e por um implícito. Esses dois componentes, explícito e implícito, são influenciados por circunstâncias discursivas específicas, determinadas por um saber (ou por saberes) compartilhado(s) pelos protagonistas desse ato. Tudo isso é sintetizado por Charaudeau (1983, p. 20) através da fórmula já apresentada anteriormente:

$$A \text{ de } L = [\text{Explícito} \times \text{Implícito}] \text{ C de } D.$$

Vê-se que a fórmula é simples. Entretanto, aplicá-la exige do analista uma posição de certo modo inovadora, pois seus componentes fundamentam-se, por exemplo, na concepção de que o enquadramento da linguagem deve ser visto na prática social e que o extra-lingüístico tem um peso considerável nesse arranjo para se construir um texto. O sentido de *extra-lingüístico* na teoria em que estamos nos baseando é o de que essa expressão, manifestando-se por oposição ao contexto lingüístico, refere-se às representações dos interlocutores quanto ao ambiente material onde se dá a troca languageira; é o que permitiria a um envolvido em acidente de trânsito compreender de um certo modo a pergunta “que foi que houve?” feita a ele por um policial, e ao filhinho deste policial compreender diferentemente a mesma pergunta, realizada pelo pai ao encontrá-lo chorando. De modo análogo, provavelmente o policial faria essa pergunta ao envolvido no acidente diferentemente do que a faria a filho.

Vejamos, com mais detalhes, qual o sentido de cada um dos elementos desta fórmula que explica o ato de linguagem.

3.2.1.2.1 O ato de linguagem (A de L = [E x I] C de D)

Pelos postulados da Semiolingüística, um ato de linguagem é a realização de uma *mise en scène* discursiva, concretizada por sujeitos agentes, que a organizam regidos por contratos e estratégias de fala (nessa instância são sujeitos coletivos) e, ao mesmo tempo, movidos por sua competência lingüística (nesse nível

são sujeitos individuais), formatam o texto em diversas ordens de organização (enunciativa, descritiva, narrativa e argumentativa, cf. proposto na *Grammaire du sens e de l'expression*).

Nas palavras de Machado (1998, p.117), um dos pontos fortes dessa AD é considerar que o ato de linguagem, resultante de uma espécie de "jogo", mantém-se numa constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas de um dado discurso e a margem de manobra permitida por esse mesmo discurso. As normas de um dado discurso são *as restrições impostas pelo que está convencionalizado socialmente para ser o discurso pertinente àquela situação* ou, dito de outro modo (cf. Charaudeau, 1995, p.102), são as condições mínimas exigidas para que o ato de linguagem seja válido. Já as manobras discursivas manifestam-se na produção de estratégias, por parte dos sujeitos comunicante e interpretante, as quais correspondem às escolhas possíveis naquela *mise en scène*. O ato de linguagem estrutura-se, portanto, em dois espaços: espaço de restrições e espaço de estratégias.

Sendo assim, vejamos o que seria essa situação que dá origem ao ato de linguagem e, para tanto, vamos usar uma analogia já apresentada por Machado (2001, p.51), estendendo-a um pouco mais, e trazer a imagem de uma cena de teatro, como contraponto para a nossa explicação. Inicialmente, podemos dizer que é uma *mise en scène* porque é como se fosse uma cena de teatro mesmo¹³. Não é um cenário apenas, com bonecos, sem fala; tampouco é um conjunto de frases soltas ao vento. É uma *mise en scène* porque envolve os sujeitos como agentes, o cenário, as palavras; envolve também o estatuto social dos sujeitos/atores e a relação que se estabelece entre eles naquele momento. Há papéis específicos de um e de outro; papéis atribuídos socialmente e também atribuídos por um e por outro envolvido, mutuamente, naquele momento. Nessa *mise en scène* transparece uma relação de autoridade/submissão, que pode variar em graus ou em tipos e que pode se inverter, ou se alternar, conforme o desenvolvimento do evento. Manifesta-se também o conjunto de conhecimentos sócio-históricos e lingüísticos que configura a experiência de vida de cada um dos sujeitos. Assim como no teatro, o personagem

¹³ O que apresentamos aqui é uma analogia que, como tal, não é a representação fiel, exata, do ato de linguagem. O teatro, se analisado pela Semiolingüística, traria reflexões mais complexas, visto que, como todo ato de linguagem, é um evento com características específicas, e teria um enfoque próprio. O que fizemos aqui foi tomar virtualmente uma cena e usá-la como representação do ato de linguagem, de forma geral. A Semiolingüística apóia-se em forte aparato teórico e fornece subsídios para análise de todos os textos, sendo aplicável nas mais diversas situações de uso da língua.

que aparece em cena é um ser diferente tanto do ator quanto do autor do texto, é sensibilizado pela platéia e, principalmente, busca sintonia com o seu parceiro e com o personagem do outro ator. Como uma encenação teatral, a troca linguageira obedece a restrições previamente definidas, tanto lingüísticas quanto relativas às circunstâncias do discurso, ao contrato de comunicação, embora ofereça possibilidades de criação aos atores. Nesse caso, então, o sujeito não é “nem completamente livre, pois agindo num mundo de representações e códigos, nem completamente submisso, pois singular, único” (Machado, 1998, p.114). Isto significa, portanto, que o agente não é produtor exclusivo daquilo que ele verbaliza, porque, apesar de ter sua liberdade de atuação, ele tem de se submeter a certas “leis” que organizam a *mise en scène* e também porque ele é – consciente ou inconscientemente – influenciado pelo entorno físico e psicológico, por situações passadas e por possibilidades futuras. Acrescente-se a isso que essa verbalização, enquanto ato de linguagem, possui “une double dimension: l'une que nous appellerons *Explicite*, l'autre que nous appellerons *Implicite*, absolument indissociables l'une de l'autre” (Charaudeau, 1983, p.16). Esses conceitos são examinados nos próximos itens.

3.2.1.2.2 O explícito

A dimensão explícita da linguagem, segundo Charaudeau (1983, p.16-17), diz respeito à atividade de simbolização referencial, pela qual os sujeitos de uma comunidade lingüística partilham significados em razão de práticas comuns de designação e conceitualização. É essa dimensão que permite, por exemplo, a construção de “paráfrases estruturais” para um determinado enunciado (ou uma determinada frase).

Assim, recorrendo à noção saussureana de estruturação do sistema lingüístico nos eixos sintagmático e paradigmático e retomando uma prática usual nos primeiros modelos de análise gerativista (a elaboração de paráfrases estruturais), o autor postula que, num discurso, as informações explícitas são aquelas passíveis de substituição por construções parafrásticas realizadas via operações de comutação com os termos de determinada estrutura verbal, pelo estabelecimento de relações de oposição e de combinação. Por exemplo, uma frase

como “havia um FIAT/Uno estacionado” (cf. BO-1, Anexo A) pode ser *paráfraseada* por outras tais como “havia um FORD/Escort estacionado”, ou “havia um FIAT/Uno em movimento”, ou ainda, “eu lhe pergunto se havia um FIAT/Uno estacionado”. A característica principal dessas *paráfrases* é que elas excluem umas às outras, ou seja, onde se disser que “havia um FIAT” não se pode dizer que “havia um FORD”; não há concomitância de ocorrência das informações e, também, não se pode criar com tais estruturas uma combinação interfrástica como “havia um FIAT/Uno parado porque em movimento”. Com a produção dessas *paráfrases*, “coloca-se em ação na linguagem, uma aposta de reconhecimento morfo-semântico construtor de sentido, que remete à realidade em torno (atividade referencial) pela conceitualização (atividade simbolizante)”; nessa circunstância, o explícito na estrutura modificada representa o testemunho de uma atividade referencial. Tal atividade é, então, chamada de “*simbolização referencial*”.

Pelo e no explícito do discurso são sinalizadas as ordens de organização da matéria linguageira (Charaudeau, 1983, p.58).

3.2.1.2.3 O implícito

O autor entende por *implícito* aquilo que, embora ligado à significação, é variável de acordo com as circunstâncias.

Retomemos nosso exemplo, tendo em conta, desta vez, as circunstâncias de produção, considerando também a intencionalidade do sujeito falante: “havia um FIAT/Uno estacionado”. À medida que o conhecimento das circunstâncias discursivas nos permita (a nós como observadores, ou como interlocutor) produzir frases elucidativas que completem o sentido do enunciado, tais como: “não era um trator”, ou outras como “seu veículo passou longe do meio-fio”, “o motorista teve que desviar da sua pista de rolamento”, “foi ultrapassado por um veículo que usou a contra-mão de direção” ou ainda outras que sejam pertinentes, variáveis de acordo com as circunstâncias discursivas, essas frases elucidativas põem em evidência o sentido implícito do enunciado produzido. Elas são denominadas por Charaudeau (1983, p. 17) *paráfrases*¹⁴ *seriais*, porque sua característica essencial é que elas não causam a exclusão do enunciado explícito, nem se excluem umas às outras; isto é,

¹⁴ Consideramos que o termo *paráfrase* não é o mais adequado para o caso.

ao inverso das paráfrases estruturais, elas podem ser concomitantes na mesma instância de fala. Isto significa que se pode dizer ao mesmo tempo: “havia um FIAT/Uno estacionado, não era um trator”, ou “havia um FIAT/Uno estacionado, seu veículo passou longe do meio-fio”, ou então, “havia um FIAT/Uno estacionado, por isso o motorista teve que desviar da sua pista de rolamento”, ou ainda, numa outra combinação: “havia um FIAT/Uno estacionado, portanto o automóvel dirigido pelo motorista A foi ultrapassado por um veículo que usou a contra-mão de direção”. A produção desses enunciados elucidativos remete, através da linguagem, ao que se encontra além do enunciado explícito, a algo que se possa recuperar ou remeter pelo proferimento da fala. Há uma totalidade discursiva composta pela linguagem mesma, como condição de realização dos signos, de forma que esses não significam mais por si mesmos, mas por algo que vai além deles. É o que Charaudeau (1983, p.17) chama de “significação”.

Portanto, como se vê, os conteúdos implícitos nem sempre têm marca clara no enunciado, só podendo ser identificados na medida em que outros fatores, em princípio contextuais, permitam que se atinja aquilo que se pretende dizer. Desse modo, sua decifração depende da intervenção de certas informações prévias particulares ou gerais. Kerbrat-Orecchioni (citada por Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.271-272) exemplifica esta situação dizendo o seguinte: “*é preciso que eu durma essa noite* não pode ser compreendido como uma recusa da oferta *você quer um café?* a não ser na condição de mobilizar um ‘*topos*’: o café impede de dormir”. Ainda segundo essa autora, é necessário também que haja “a intervenção de operações características da lógica natural (por exemplo: deslizamento de uma relação de sucessão temporal para uma relação de tipo causal, ou da condição suficiente para a condição necessária – “se” é interpretado, na medida em que ninguém se opõe a isso, como “se e somente se”). Junte-se a essas condições a intervenção das máximas conversacionais de Grice, quando ele considera que existe uma tendência automática a aumentar a taxa de informação ou o grau de relevância de enunciados como “são duas horas”, ou “C. ainda não chegou” etc., que aparecem como deficientes se forem tomados ao pé da letra. Interpretar um texto implica, então, combinar as informações extraídas do enunciado com certos dados contextuais, como se viu anteriormente, na apresentação do ponto de vista de Stanley Fish.

Chegar ao que está subentendido não é, entretanto, tão fácil assim. Pode haver um erro na direção tomada pelo interlocutor (também como se viu exemplificado em Fish). A ordem e os elementos utilizados no raciocínio podem não ser coincidentes entre os sujeitos da interlocução. Trabalhar com o explícito é, evidentemente, menos problemático; no entanto, não é exatamente nele que se apóiam os que estão em intercâmbio lingüístico – o implícito oferece muito mais recursos para que a comunicação aconteça de modo a atingir objetivos mais refinados, tais como estabelecer uma situação de ironia, de amabilidade, de preconceitos; no caso do PM, de isenção e imparcialidade, e, no caso do analista, presta-se a demonstrar o caráter de vaguidão de conteúdos semântico-pragmáticos, assim como sua instabilidade no aspecto diacrônico e uma previsível aleatoriedade na produção de seu sentido.

Kerbrat-Orecchioni (citada por Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.272) comenta a questão do implícito traduzindo-o de uma forma até divertida: “os discursos agem [...] sub-reptícia, mas eficazmente, graças a esses tipos de *passageiros clandestinos* (grifamos) que são os conteúdos implícitos.”

O produtor de uma mensagem sempre deixa pistas, consciente ou inconscientemente. Para se chegar ao implícito, há estratégias para se seguirem (ou descobrir) essas pistas.

Na conversa cotidiana, assim como nas diversas áreas da tecnologia e da ciência, a implicação é recurso usual e imprescindível, na medida em que, não sendo possível nem necessário dizer tudo, os locutores operam com a suposição de que podem contar com saberes socialmente partilhados, que serão acionados pelos interlocutores. Os profissionais de propaganda, e da mídia de modo geral, usam e abusam dessa possibilidade. Também os artistas, consciente ou inconscientemente, utilizam tais recursos. Nas artes, podemos citar pinturas em que a imagem, vista de relance, manifesta-se com um formato ou figura, mas depois de uma visão mais detalhada, mais demorada, o observador pode perceber outras figuras e, conseqüentemente, outra obra. O mesmo acontece na música, no cinema, nas artes cênicas. A propaganda utiliza esse recurso em demasia e os especialistas em Comunicação estudam essas técnicas e recolhem inúmeros exemplos do que normalmente chamam de “subliminar”.

Considerada *strictu sensu*, esta técnica subliminar normalmente utilizada em comerciais, não é, realmente, em nosso entender, o implícito, mas funciona como uma chave (é uma pista) para se chegar ao implícito. Na verdade, é um modo disfarçado do explícito, que reforça – de certo modo – o que está por detrás das palavras, ou das imagens. Calazans (1992, p.39) diz que “Key¹⁵ desenvolveu um método para detectar mensagens dentro da mensagem principal, informações clandestinas e inesperadas que entram de contrabando no subconsciente dos leitores.”

Em determinado ponto de seu livro (1992, p.54), Calazans cita a semiótica de Greimas para dizer que, por meio da fala, um sujeito pode manipular o outro e que um “ato de linguagem” é uma “forma de programação no discurso que persuade, convence, leva a aceitar o argumento e agir, é uma forma implícita e pressuposta de manipulação que [...] é subliminar”.

O exemplo que Calazans (*idem*, p.55) nos traz do subliminar em atos linguageiros é o de um programa televisivo de debate eleitoral, que passamos a transcrever e depois a comentar:

“Um candidato emite uma frase que manipula as emoções do auditório visando fazê-lo aplaudir (retórica). O jornalista mediador pede que não aplaudam. Sua frase, analisada no contexto e com a pluralidade de signos, de mensagens (tom de voz, expressão facial e corporal, gestos, etc.), pode ter diversos significados: 1) O jornalista quer mostrar-se neutro e assim atrair confiança, aprovação e simpatia dos telespectadores para si próprio. 2) O jornalista não quer que minutos preciosos de sua rede sejam tomados com aplausos, mostrando ao patrão como é um zeloso empregado. 3) O jornalista realça e chama atenção dos telespectadores em casa para o fato de que o candidato foi aplaudido. Logo, é bom, tem apoio popular. 5) *N* outros significados subliminares, dependendo da análise e decupagem do contexto (lembrando que cada discurso remete a um discurso anterior).

Assim sendo, um jornalista aparentemente imparcial pode comunicar subliminarmente muitas mensagens, indo causar reação nos eleitores na hora de votar, direcionando suas intuições emocionais em frente à urna”.

¹⁵ Trata-se de Wilson Bryan Key. Calazans não informa especificamente a fonte dessa citação. Em sua bibliografia, as obras de Key são: *The clam-plate orgy and other subliminal techniques for manipulating your behavior*. Nova York: Signet Books, 1981; *Media exploitation*. Nova York: Signet Books, 1977; *Seducción subliminal*. México: Editorial Diana, 1978; *Subliminal seduction*. Nova York: Signet Books, 1974.

Uma boa fonte de investigação sobre esse poder da palavra (e da imagem) manipulada, sobre esse aspecto de como conduzir subliminarmente a opinião de outrem, seriam os “*reality shows*”, em que se poderia observar a seleção de pessoas analisando-se os comentários do mediador/da emissora, a frequência de citações nominais, de focalizações das pessoas, de ângulos de imagens, cenas reprisadas, realce de características, etc. dos candidatos.

Diante do que já apresentamos sobre a Semiolingüística, e principalmente sobre essa questão do explícito e do implícito, alguns comentários sobre o exemplo acima fazem-se necessários por considerarmos que há pontos importantes no ato de linguagem apresentado que não foram mencionados por Calazans. Inicialmente, podemos dizer que o próprio Calazans *conduz* a leitura de seu interlocutor e mostra seu posicionamento, ao dizer que “um candidato emite uma frase que *manipula* as emoções do auditório *visando fazê-lo aplaudir* (retórica).”

As palavras que transcrevemos em itálico demonstram que Calazans considera ter havido um *planejamento* do candidato com vistas a um determinado fim (ser aplaudido). Não resta dúvida de que isso é possível de acontecer na *mise en scène* criada; no entanto, só por ter sido planejado, não se poderia ter certeza de que o desejo do candidato se realizaria. Esse político poderia também não planejar nada e ser aplaudido, talvez – por exemplo – por causa do que um outro candidato já houvesse manifestado naquele debate. Como já mostramos acima, e vamos ainda ver mais adiante, não há garantia de simetria perfeita, incondicional, entre os sujeitos da linguagem.

Do mesmo jeito, assim como Calazans mostrou, várias interpretações poderiam ser dadas à intervenção do moderador do debate. Pelo exemplo apresentado, o moderador teria um objetivo claro e ele foi atingido; sem dar mais informações, fica parecendo que houve uma sintonia perfeita entre o mediador e as pessoas que o ouviram (e viram). Mas o jornalista também poderia dizer algo pretendendo que seu público/seus telespectadores reagissem de tal ou tal forma, e poderia não ser bem sucedido. Pode ser que ele quisesse, realmente, por exemplo, agradar ao patrão, mas todas as outras interpretações por seus interlocutores são plausíveis, ao mesmo tempo; e pode ser que muitas pessoas não chegassem a pensar no que ele pensou (por exemplo, agradar ao patrão). Calazans diz que a frase do locutor pode ter “*N* significados subliminares”, mas a visão dele é a partir do

emissor, pois, embora diga que a produção desses significados depende da análise e do contexto, não diz que esses significados variados também poderiam ser resultados de diferentes interpretações dos interlocutores. Além do mais, não se pode desconsiderar a frase do jornalista mediador do debate. Como ele teria se manifestado? Teria dito explicitamente que não aplaudissem por causa do tempo? Teria recomendado que não aplaudissem este candidato tendo em vista que nenhum outro fora aplaudido? Teria dito pela primeira vez que as regras do debate não permitiam aplausos? O explícito tem um peso na descoberta do "passageiro clandestino" (Kerbrat-Orecchioni) ou de "informações clandestinas" (Key). Pelo que preconiza a teoria Semiolingüística, o sujeito interpretante é condenado a fazer hipóteses sobre o saber do enunciador, e seria impensável que um indivíduo, qualquer que fosse, pudesse falar de maneira completamente transparente, isto é, explicitasse com inteira clareza a sua intenção e todas as informações pertinentes e necessárias à compreensão do seu texto. Do mesmo modo, ao falar ou escrever, o sujeito enunciador faz hipóteses sobre o saber do sujeito interpretante e sobre os pontos de vista que ele teria diante de uma enunciação e mesmo do próprio sujeito enunciador.

3.1.2.2.4 O sinal "X"

Ao apresentar a fórmula que define o ato de linguagem (1983, p.20), Charaudeau faz uma chamada em pé de página e explica que o sinal "X", que liga o explícito ao implícito, indica que se trata mesmo de uma relação de combinação e não de uma relação de adição (grifo nosso). Compreende-se, então, que os dois fatores se manifestam concomitantemente, que a interpretação do explícito revela o implícito e vice-versa. No entanto, é sempre bom realçar, o resultado dessa relação não é absolutamente previsível. A Semiolingüística até considera que a interação explícito/implícito pode ser vista como "testemunha de uma relação conflitual".

Com base em Charaudeau (1983, p.18-19), podemos retomar o exemplo retirado do Boletim de Ocorrência nº 1 (Anexo A) e desenvolver uma análise paralela à apresentada por ele, na obra citada acima, para o enunciado "*Fermez la porte*". Considerando, então, o enunciado "Havia um FIAT/Uno estacionado" como uma totalidade discursiva, observamos que, semanticamente, ele pode nos fazer pensar

em diferentes interpretações, dado que, entre outras possibilidades, "FIAT/Uno" pode ser compreendido como: (1) ponto de referência para se calcular quão distante outro carro passou do meio-fio; (2) obstáculo que obrigou o motorista a mudar de pista; (3) fator que pode comprovar que um 3º carro trafegou na contra-mão. Percebe-se que a compreensão total em cada um dos casos é diferente, mesmo que se reconheça que se trate sempre do mesmo signo "FIAT/Uno". Essas diferentes possibilidades de compreensão resultam do fato de que a atividade estrutural de simbolização referencial, em cada um dos casos, constitui para "FIAT/Uno" um conjunto paradigmático diferente. No paradigma (1) encontrar-se-á a noção de "objeto cujas dimensões são importantes para definir a posição de um outro objeto"; no paradigma (2), a noção de "objeto cujas dimensões tornaram-no um obstáculo"; no paradigma (3) a noção de "objeto cujas dimensões obrigam outro objeto (veículo), ao passar por ele, a ocupar um espaço não permitido". Segundo o autor, a análise realizada (para o enunciado "*Fermez la porte*") faz pensar que não podemos determinar aprioristicamente o paradigma de um signo, justamente porque é o ato de linguagem, na sua totalidade discursiva, que o constitui a cada vez de maneira específica. Por isso, então, Charaudeau (1983, p.19) postula que "é o sentido implícito que comanda o sentido explícito para constituir a significação de uma totalidade discursiva".

Ainda discutindo a relação *explícito X implícito* na construção discursiva de referentes para determinado signo, o autor aponta, por um lado, a presença de valores semânticos constantes em determinados usos e, por outro lado, o fato de que esses valores não são absolutos, não estarão presentes em todo e qualquer emprego desse signo. No caso acima, pode-se admitir como constante, nas três possibilidades de compreensão de "FIAT/Uno", a noção de "obstáculo"; mas essa constante não será encontrada num ato de linguagem produzido numa outra situação, como, por exemplo, ao ser empregada por um mecânico falando de sua agenda de trabalho: "O FIAT/Uno tem de ficar pronto hoje". Charaudeau conclui o tópico afirmando que, como é impossível recuperar a totalidade discursiva de cada ato linguageiro, "a linguagem, através de sua atividade estrutural de simbolização referencial, se esforça para elaborar constantes parciais", que não estabelecem o

significado do signo, mas constituem “um elemento de sentido que se vê ser levado por um certo significante”¹⁶.

A relação conflitual se revela no movimento de ida e vinda do enunciado. O conflito se configura no possível desencontro entre o projeto de significação do locutor e a interpretação dele pelo interlocutor – o que vem a constituir o que estamos chamando de *arena discursiva*.

Essa série de constatações sobre o implícito, o explícito e sua interação nos leva a definir o fenômeno linguageiro como se constituindo num movimento duplo e de direções opostas. Charaudeau serve-se das leis de Física, e compara um desses movimentos, pela direção de seu funcionamento, como exocêntrico. Isto quer dizer que todo ato de linguagem é movido por uma força centrífuga e obrigado a se significar fora do seu contexto explícito, “num jogo de interpelações dos signos uns pelos outros”. Este movimento corresponderia à atividade serial, onde se dá a significação do discurso. O outro movimento, seria o oposto. Uma força centrípeta restringe a significação do ato de linguagem num determinado espaço, onde se dá a significação que se perfaz por um ato de designação da referência e por um ato de simbolização. Corresponde a este movimento a atividade estrutural que garante a construção do sentido da simbolização referencial.

Numa síntese bem ligeira, pode-se dizer que o explícito se apresentaria como uma superfície com lacunas, as quais seriam preenchidas pelo implícito, realçando mais uma vez que esse preenchimento não poderá ser controlado efetivamente pelo produtor dessa superfície, uma vez que na *mise en scène*, o que acontece é um jogo, onde se apostam quais são os saberes que o outro possui e quais desses saberes esse outro vai utilizar para interpretar o enunciado.

Ainda quanto ao implícito num ato de linguagem, julgamos interessante citar o trabalho de Santos (2003) que, ao tratar de co-construção de referentes discursivos, apresenta subsídios e argumentos para reconhecermos a importância dos fatores extra-lingüísticos na interpretação de um enunciado. Buscando apoio em Viehweger (1990, p. 41-42), essa autora leva em consideração que os interlocutores

¹⁶ João Wanderley Geraldi (1991) trata dessa mesma problemática de um outro ponto de vista, quando discute a natureza da língua. Apoiando-se em Franchi (1977), ele postula que a língua, enquanto sistema gramatical e semântico, é “parcialmente indeterminada”, ou seja, não é um sistema em que a correspondência significante-significado seja fixa e estabelecida um a um. E que, em decorrência, a produção de sentido – necessária e inevitável no processo de interação verbal – se determina discursivamente, a cada ato de linguagem, pelo trabalho lingüístico dos interlocutores.

de um determinado discurso, sendo usuários de uma língua natural, adquirem no decorrer de sua atividade linguageira, diferentes sistemas de conhecimentos que são atualizados para produzir e compreender textos, sobretudo no que diz respeito à construção da cadeia de referentes textuais. Transcrevemos abaixo essa citação, pela pertinência ao que temos trazido a respeito da Semiolingüística e pela adequação ao que mencionamos sobre a questão ligada ao implícito de um ato de linguagem.

“Apesar de que haja, atualmente, opiniões muito divergentes sobre o número desses sistemas de conhecimentos, parece-nos razoável admitir que a produção e a interpretação de um texto são determinados pelos seguintes sistemas:

- a) Saberes lingüísticos (conhecimentos das regras da gramática, conhecimento lexical, conhecimento da distribuição da informação).
- b) Conhecimentos enciclopédicos.
- c) Saberes ilocucionais (conhecimento do funcionamento dos atos de linguagem), saberes metacomunicativos (assegurando a compreensão assim como o agenciamento do texto), saberes relativos aos princípios e máximas da comunicação.
- d) Saberes relativos às estruturas globais e classe de textos.

Os sistemas de conhecimentos caracterizados acima (a, b, c, d) contêm saberes declarativos (conhecimentos relativos às unidades e princípios que constituem um sistema de conhecimentos determinados) e saberes operatórios (conhecimentos relativos ao manejo de um sistema de conhecimentos)”.

A respeito desse tema, Santos (2003) preocupa-se em realçar que a atividade de produção e interpretação de referentes textuais é um ato construtivo complexo, não podendo ser considerado como um simples processo de decodificação lingüística, pois envolve também uma avaliação cognitiva recíproca entre os interlocutores (buscando identificar ou supor conhecimentos e intenções), permitindo ao locutor uma tentativa de antecipar as possíveis operações que o alocutário irá fazer (havendo uma contra-partida do alocutário em direção ao locutor, conforme já mostrado pela Semiolingüística). Partindo dessa avaliação antecipada, o locutor decide, por exemplo, se o alocutário terá ou não condições de retomar o referente do texto após uma longa interrupção ou, outro exemplo, se o texto que ele irá produzir deve ou não explicitar suas relações intertextuais com algum outro texto. Assim o processo de co-construção da cadeia de referentes discursivos não

depende da presença, na materialidade do texto, de marcas explícitas com as quais determinado item lexical deva ser relacionado, pois o processo anafórico, constitutivo do saber lingüístico dos falantes, se efetiva a partir da produção de inferências que promovem a conexão e a integração dos diferentes espaços referenciais colocados em cena (daí as relações metafóricas, as anáforas indiretas, as anáforas associativas, entre outros processos).

Pelo que foi exposto, vê-se que o explícito depende do implícito e que este está ligado às circunstâncias de produção/interpretação.

3.2.1.2.5 As circunstâncias de discurso

As circunstâncias de discurso são as circunstâncias de produção / interpretação. E, se produzir for necessário, interpretar será a consequência inevitável. Ninguém dirá uma frase diante de uma outra pessoa, sem que tenha alguma intenção e ninguém ouvirá uma frase pensando que foi dita para nada.

Retomando Charaudeau (1983, p.20-25), recuperemos a noção de jogo: de um lado produzir, do outro interpretar; recuperemos a noção de aposta: o meu interlocutor será capaz de jogar; será capaz de me interpretar como eu desejo (ou mesmo, serei capaz de fazer o jogo; de me fazer entendido); recuperemos a imagem da expedição e da aventura: vou por este caminho, vou dizer isso, desse modo, mas devo saber que poderão acontecer percalços e imprevistos. Junte-se a isso dois aspectos inerentes às condições de produção de um ato de linguagem: o que o enunciador e o interpretante compartilham sobre o conteúdo linguageiro e o modo pelo qual esses dois sujeitos se vêem, um frente ao outro. Considere-se também (idem, p.22) que esses sujeitos fazem parte de um grupo social que partilha experiências de todas as ordens – físicas, sociais, históricas, intelectuais, afetivas, ideológicas, políticas, econômicas, etc. – no qual circulam conhecimentos individuais e coletivos. Desse modo, deve-se admitir que também intervém nas circunstâncias de discurso o compartilhamento de saberes dos protagonistas a respeito de suas práticas sociais como sujeitos de um grupo social.

Um outro aspecto, correlativo a esse, interfere na *mise en scène*: o filtro construtor de sentido. Qualquer hipótese que se faça buscando a compreensão de uma determinada seqüência linguageira depende de uma suposição sobre o que

deveria ser o ponto de vista do seu emissor. Provavelmente qualquer um de nossa comunidade seria capaz de fazer interpretações diferentes ao atribuir sentido à expressão “solte a franga”, sabendo que foi pronunciada por um delegado, ou por um fazendeiro ou por uma pessoa de um grupo “gay”. Inversamente, também há que se pensar que o enunciador produz seu texto fazendo hipóteses a respeito de quais saberes e pontos de vista os interpretantes podem compartilhar com ele. Cabe aqui exemplificar com o caso de uma criança pequena que chegou em casa e perguntou para a mãe: “de onde que eu vim?” E a mãe, já predisposta por tantas informações de pedagogos e psicólogos sobre o interesse das crianças pela sexualidade e já devidamente orientada em como explicar de “modo sensível e no nível da criança”, foi logo contando a história da sementinha e do abraço do papai e da mamãe. A criança ouviu tudo e depois disse: “Tá bom, mas de onde que eu vim? Porque um coleguinha meu veio do Rio de Janeiro e o outro veio de Ponte Nova”. A pergunta “de onde que eu vim?” partiu de saberes e pontos de vista da criança, diferentes dos que a mãe supunha ser. O enunciador da pergunta teve, então, que situar seu ponto de vista a fim de obter o que desejava.

Essa questão do conhecimento sobre o outro, sobre seus conhecimentos e sobre os filtros que ele poderá acionar pode servir até para ampliar a explicação de muitas situações escolares. Por exemplo, o caso de uma professora que, corrigindo redações de várias regiões de Minas Gerais, considerou como erro de regência do verbo banhar as frases em que alunos do norte do estado empregaram esse verbo sem complemento, tais como: o menino foi banhar no rio. Ela considerava que a frase deveria ser “foi se banhar no rio”. A “correção” foi anulada quando alguém lhe explicou que “banhar” nas regiões do norte tem o sentido de “tomar banho”, não sendo usado o verbo com o pronome reflexivo. Outro exemplo diz respeito ao desencontro de conhecimentos compartilhados pelos interlocutores no nível fonético-fonológico. Nesse aspecto, é interessante uma experiência relatada num curso de capacitação para professores, por uma professora de Belo Horizonte que foi trabalhar no sul de Minas. Sabe-se que há uma diferença de pronúncia do r intervocálico entre essas duas regiões. No seu primeiro dia de aula numa escola pública, a professora fez um ditado, no qual havia a palavra “porta”; todos os alunos “erraram”, escrevendo a palavra com dois “rr”. Ela ficou muito curiosa e perguntou o motivo daquele registro, as crianças explicaram que ela havia ditado “porrrta”

([pohta]) e não “porta” ([porta])¹⁷, e acrescentaram: “quando a gente lê, a gente nem sabe o que é isso.” Se eles tivessem conhecimento sobre as diferenças de pronúncia entre as regiões, elas não teriam cometido o “erro”, cuja explicação dada por eles demonstrou lógica e domínio de uma regra ortográfica pertinente à realidade lingüística da região.

Vê-se, pois, a importância da situação extra-lingüística. Charaudeau (1983, p.25) retoma criticamente esse conceito da tradição lingüística, acrescentando:

“Ora, se se admite que este ambiente material não é pertinente em si, mas pertinente pelo fato de que os interlocutores supõem que têm o mesmo saber sobre este mundo que lhes circunda, em relação com o propósito languageiro, isso nos leva à nossa definição precedente. Esta situação extra-lingüística faz parte das circunstâncias de discurso, como um ambiente material transformado em fala, através dos filtros construtores de sentido dos atores da linguagem, que fazem a hipótese de que este ambiente semiotizado constitui um saber partilhado. [...] São pois essas circunstâncias de discurso (como conjunto de saberes partilhados) que comandam o ambiente material e não o inverso.”¹⁸

Noutros termos, pode-se afirmar que a situação extra-lingüística, com todas as informações que ela pode trazer, interessa para a constituição dos atos languageiros na medida em que tenha sido levada em conta no processamento cognitivo dos sujeitos; o que importa são as representações interiores dos interactantes, as hipóteses que eles fazem sobre a situação e sobre as representações do outro quanto à situação.

Enfim, conforme novamente Charaudeau (1983, p.25), podemos definir as circunstâncias do discurso como um conjunto de supostos saberes que circulam entre os protagonistas da linguagem; saberes a respeito do mundo, tais como as práticas sociais compartilhadas, e supostos saberes sobre os pontos de vista recíprocos desses protagonistas: os filtros construtores de sentido.

¹⁷ A rigor, esta transcrição fonética deveria apresentar o “r” de cabeça para baixo, mas esse símbolo não estava disponível no programa de computador utilizado.

¹⁸ Charaudeau (1983, p.25) No original: “Or, si l'on admet cet environnement matériel n'est pas pertinent en soi, mais est pertinent du fait que les interlocuteurs supposent qu'ils ont le même savoir sur ce monde qui les entoure en rapport avec le propos langagier, cela nous ramène à notre définition précédente. Cette Situation extra-linguistique fait partie des Circonstances de discours, comme un environnement matériel devenu parole à travers les filtres constructeurs de sens des acteurs du langage qui font l'hypothèse que cet environnement sémiotisé constitue un savoir partagé. [...] Ce sont donc les Circonstances de discours (comme ensemble de savoirs partagés) qui commandent l'environnement matériel et non l'inverse”.

Os colchetes

A disposição dos termos da fórmula do Ato de linguagem, com a colocação da relação “E x I” entre colchetes e depois as iniciais “C de D”, está nos sugerindo que as circunstâncias de discurso influenciam no “produto” desse “E x I”. Isso nos faz pensar em uma certa restrição sobre esse produto, isto é, o explícito interagindo com o implícito é influenciado – e então, de certo modo, determinado – pelas circunstâncias de discurso. As forças centrípeta e centrífuga, para atuarem de modo equilibrado no uso da língua em situação de comunicação, têm de ser, de algum modo, controladas. Nas circunstâncias de discurso manifesta-se, então, um outro fator importante para a realização bem sucedida da *mise en scène* – um contrato (tácito, implícito) entre os parceiros interlocutores. É um contrato de comunicação.

O contrato de comunicação

Introduzindo a discussão sobre o conceito de *contrato*, Charaudeau (1983, p. 50-51), conforme já citamos, diz que o ato de linguagem, do ponto de vista de sua produção, pode ser considerado como uma expedição e uma aventura e que falar “é uma aposta dupla”. O termo *expedição* tem a ver com a dimensão intencional do projeto global de comunicação concebido pelo locutor; o termo *aventura* diz respeito à dimensão imprevista do ato de linguagem, visto que o sujeito comunicante não tem domínio sobre os efeitos de seu discurso no sujeito interpretante. Assim, buscando ter sucesso em seu projeto comunicativo e procurando evitar ou contornar os imprevistos, o sujeito comunicante se vale de *contratos* e *estratégias*.

O contrato se torna possível na medida em que os participantes da interlocução pertençam à mesma formação social e partilhem representações sobre as práticas languageiras usuais em sua sociedade. Já as estratégias se justificam em função da tentativa do sujeito comunicante de encontrar modos de garantir a realização dos efeitos que pretende produzir sobre o(s) interlocutor(es).

O contrato de comunicação é estabelecido pelos sujeitos da *mise en scène*, de acordo com as circunstâncias de discurso. Os parceiros se colocam num jogo em que, de certo modo, aposta-se o sentido do enunciado e ganha-se a aposta

quando os contratos são percebidos e aceitos e as estratégias têm efeito. Tudo depende das circunstâncias; não só do entorno, mas das representações e da relação entre os seres que se falam. Charaudeau (1983, p. 50) chama de *contrato de fala* (ou *contrato de comunicação*) “este ritual sócio-linguageiro do qual depende o implícito codificado”.

A relação contratual, conforme Charaudeau (2001, p.31) e Machado (2001, p. 49-50), depende de três componentes:

- a. o comunicacional, que diz respeito ao quadro físico da situação de interação (o número e a posição física dos parceiros, o canal utilizado, etc.);
- b. o psicossocial, que se refere aos estatutos que os parceiros reconhecem uns nos outros: idade, sexo, categoria sócio-profissional, posição hierárquica, pertencimento institucional, relação de parentesco, estados emocionais, etc.;
- c. o intencional, que se apóia sobre duas perguntas básicas – “o que está sendo colocado em questão, com qual intenção de informação? de que maneira isso está sendo veiculado, ou, qual será a intenção estratégica de manipulação?” –, cujas respostas dependem do conhecimento que cada um dos parceiros tem a respeito do seu interlocutor (construído *a priori* ou no momento da interação), levando em conta os respectivos imaginários culturais e saberes supostamente partilhados entre eles.

Embora mencionando em (b) o estatuto social dos parceiros, Charaudeau (op. cit. p. 30) entende que a relação contratual não se baseia só no lugar ocupado pelos sujeitos na hierarquia social (como postula o modelo de AD formulado por Pêcheux), mas que, sobretudo,

“Ela depende do ‘desafio’ construído no e pelo ato de linguagem, desafio esse que contém uma expectativa (o ato de linguagem vai ser bem sucedido ou não?). Isso faz com que os parceiros só existam na medida em que ele se reconheçam (e se “construam”) uns aos outros com os estatutos que eles imaginam”

Mais recentemente, entretanto, no *Dicionário de Análise do Discurso*, o autor enfatiza a importância do componente psicossocial na constituição do contrato de comunicação e chama atenção para sua dimensão sócio-histórica. Tendo-o definido como “o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação”, Charaudeau acrescenta:

“É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias). ‘O contrato de comunicação define essas condições em termos de desafio psicossocial pelo viés de seus componentes situacionais e comunicacionais (1995c: 162)¹⁹, constituindo-se, assim, nos seres de linguagem, uma ‘memória coletiva’ ancorada ‘sócio-historicamente’.” (Charaudeau e Mainguenu, 2004, p.132).

Relacionado com as representações sobre práticas sociais linguageiras partilhadas pelos sujeitos e com os rituais sócio-linguageiros que codificam o implícito, o conceito de contrato tem estreita ligação com o de gênero discursivo, pois “o conjunto de coerções trazido pelo contrato é que define um gênero de discurso”, postula Charaudeau (2004, p. 132). O autor, entretanto, não se debruça sobre o conceito de gênero. Em sua *Grammaire du sens et de l'expression*, à p. 646, apresenta um quadro classificatório do que ele chama “tipos de textos” que não nos parece adequado aos propósitos de nossa pesquisa. Essa classificação envolve critérios que abrangem noções definidas e empregadas de maneira diversa por outros estudiosos consagrados: a) *publicidade, imprensa e política*, na concepção de Bakhtin, correspondem não a tipos ou gêneros discursivos, mas a esfera sociais de circulação dos discursos; b) *de informação* lembra um dos critérios definidores de função, na teoria da comunicação de Jakobson; c) “*récit*” tem sido considerado, por autores como Bronckart, Schneuwly, Marcuschi, entre outros, como um tipo (e não um gênero) de textos, ao lado da descrição, da injunção, da argumentação, por exemplo. Assim, neste trabalho, vamos adotar o conceito fundador, postulado por Bakhtin, para dar conta da nossa necessidade de tomar o BO como um gênero.

De acordo com Bakhtin (2000), em *Estética da Criação Verbal*, os diferentes gêneros se caracterizam por três aspectos: os temas que costumam abordar (e o tratamento mais usual dado a esses temas); a forma composicional (a organização global) mais comum; o “estilo”, que diz respeito às escolhas sintáticas e lexicais mais usuais. Ou seja, os discursos pertencentes a um determinado gênero teriam em comum, usualmente, a temática, a organização composicional e a preferência por determinados recursos expressivos.

¹⁹ CHARAUDEAU, Patrick. Le dialogue dans un modèle de discours, in *Cahiers de linguistique française*, 17, Genève, Université de Genève, 141-178. 1995.

Segundo Costa Val (1996, p.116-117), para Bakhtin (ib., p.325), o jogo interlocutivo tem papel decisivo no estabelecimento dos gêneros discursivos: “as diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas do destinatário são particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros do discurso”. Daí, postula o autor:

“Cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados – os gêneros do discurso” (ib., p.277).

“Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos que construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível” (ib., p.302).

Assim, no dizer de Costa Val, “nas sociedades complexas, a variedade dos gêneros discursivos responde à diversidade das formas de ação humana, à diversidade dos grupos sociais e ao grau de formalidade ou intimidade, distância ou proximidade, das relações interpessoais que se estabelecem intra e inter grupos”. Entretanto, se por um lado “a variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve” (Bakhtin, 2000, p.291), por outro lado, pondera a autora:

“Entretanto, a práxis lingüística social vai estabelecendo padrões de realização desses escopos intencionais, de tal modo que, na vida cotidiana, “o querer-dizer do locutor quase que só pode se manifestar na escolha do gênero”, “se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso”, ao qual se adapta e se ajusta“, sem que o locutor renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade” (ib., p.301-302).

Na análise do BO, importa considerá-lo como gênero para dar conta das regularidades que o caracterizam – quanto à temática, à estrutura composicional e ao estilo –, para explorar as “*contraintes*” que regem sua produção e, sobretudo, sua função no contrato de comunicação que ele efetiva e representa.

A noção de contrato de comunicação é de muita utilidade na análise do Boletim de Ocorrência de Trânsito, para a compreensão de questões relativas à ao estatuto e função do policial, bem como à problemática das restrições institucionais sobre a configuração da matéria languageira nesse gênero discursivo.

De acordo com Machado (2001, p. 50) “para fazer o contrato ‘funcionar’, é necessário que o Eu-comunicante (Euc) e o Tu-interpretante (Tui) (seres de carne e osso) se abram à inclusão de outros sujeitos na cena enunciativa: o Euc aciona um Eue (eu-enunciador) que se dirige, em primeira instância, para um Tud (tu-destinatário idealizado).” É dessa duplicação dos sujeitos que passamos a tratar no próximo item.

Os sujeitos da linguagem

A possibilidade de sucesso e também o risco de insucesso na realização da intenção do falante, inerentes à composição do explícito X implícito que perfaz a comunicação, acontecem por causa dos parceiros que realizam a *mise en scène* discursiva. Charaudeau (1983, p.9), opondo-se à concepção chomskyana de “falante-ouvinte ideal”, diz que “os seres de fala não são desencarnados”²⁰ e com isso quer afirmar que tais seres não são cópias um do outro, que cada um traz sua história pessoal, tem suas perspectivas e seus conhecimentos sobre o mundo, sobre o objeto da comunicação, tem seu imaginário social e cultural, tem suas opiniões e conceitos, inclusive sobre o seu interlocutor. A possibilidade de sucesso respalda-se na possibilidade de compartilhamento dos aspectos que forem essenciais na produção e interpretação do discurso. O risco de insucesso se apóia nas diferenças, que certamente existem e podem se manifestar entre os interlocutores sobrepunhando as semelhanças, na quebra das expectativas, resultado do não compartilhamento dos aspectos essenciais. Há, no entanto, possibilidade de se reposicionar, de se consertar o que não deu certo. Como já foi mencionado, o ato de linguagem é “uma aposta, uma expedição, e uma aventura”. O que se quer dizer é que o locutor é diferente do interlocutor, de modo que este último pode construir ou não construir o sentido previsto por aquele.

Um exemplo concreto ocorreu numa sala de aula, em Belo Horizonte, durante a leitura de um pequeno trecho, retirado de um livro sobre Machado de Assis. O trecho consta de um livro didático e o trabalho que deveria ser feito pelos alunos, depois da leitura, era associar determinados termos a outros, evidenciando sua construção da coesão textual. Para maior clareza, apresentamos aqui um

²⁰ Essa afirmação será refinada posteriormente pelo autor, com a distinção entre os sujeitos empíricos do ato de linguagem e os “seres de fala” criados na e pela instância discursiva.

recorte desse trecho, trazendo apenas o que originou uma boa discussão em sala de aula sobre a questão de conhecimentos prévios compartilhados necessários à leitura e sobre a relação autor/leitor. Em última instância, o episódio exemplifica uma situação em que o sentido previsto pelo autor do texto não foi atingido pelos leitores/alunos, ou ainda, uma situação em que o interlocutor empírico não correspondia ao leitor imaginado pelo locutor.

O trecho começa assim: "Um antigo morador de *São Cristóvão* contava que, na mocidade, viajara diariamente, na barca que fazia o trajeto entre aquela praia e o *Cais Pharoux*, ou dos Franceses, como então se dizia, com um *adolescente...*". Os nomes em itálico são os termos que deveriam ser recuperados, ao longo do restante do texto, por outros termos, que representassem recursos de coesão. Os alunos, mesmo os que sabiam da origem de Machado de Assis e conheciam o Rio de Janeiro, de modo geral, não reconheceram o pronome demonstrativo "aquela" como um anafórico referindo-se a São Cristóvão, e, na verdade não sabiam explicar "qual era 'aquela' praia". Apenas um aluno, que era carioca e conhecia bem a história do Rio de Janeiro, assinalou essa palavra e deu informações sobre o que era "São Cristóvão": um bairro, onde antigamente havia praia, na cidade do Rio; depois de algum tempo, o lugar recebeu um aterro, tendo sido modificada sua paisagem natural.

Com esse exemplo quisemos mostrar como pode acontecer um desencontro entre produtor e receptor. O exemplo fornece uma gama de reflexões: no plano da didática, da lingüística, do discurso. A explicação pode ser dada através do significado semiolingüístico de "circunstâncias de discurso" e de "sujeitos da linguagem".

De acordo com Charaudeau (1983, p.10), os sujeitos do discurso têm uma competência multifacetada. Ela não reside unicamente numa atitude para representar o mundo por um explícito languageiro, mas numa atitude para significar o mundo como uma totalidade que inclui o contexto sócio-histórico e as relações que se estabelecem entre o locutor e o interlocutor, o que demanda que a competência seja definida como um conjunto de combinações bem mais complexas.

Esse ponto de vista é diferente daquele que é baseado numa posição teórica que considere o ato de linguagem como uma mensagem produzida por um emissor e recebida por um receptor absolutamente simétrico ao emissor, em termos

de conhecimentos prévios e domínio lingüístico, sendo ambos igual e perfeitamente sintonizados entre si e com tudo o que cerca e influencia a produção do texto. Nesse caso, a linguagem é um objeto transparente, o que um fala é o que o outro ouve, o mundo é representado pelo explícito. Retomando o exemplo do BO-1, "Havia um FIAT/Uno estacionado" significaria exatamente "Havia um FIAT/Uno estacionado".

Na perspectiva que elegemos, o sentido não é para ser procurado somente na configuração verbal, mas no intrincado jogo que se estabelece entre os interlocutores – seres reais, indivíduos psicossociais e históricos. O TU é um sujeito que constrói sua interpretação em função de seu ponto de vista sobre o EU e sobre as circunstâncias do discurso. Por isso mesmo, pode-se revelar diferente do destinatário idealizado a que se dirige o EU. Em contrapartida, o EU pode descobrir uma imagem de si mesmo, fabricada pelo TU interpretante efetivo, diferente daquela que o EU sujeito comunicante se atribui, ou seja, pode descobrir um outro EU.

Os protagonistas da linguagem

Na seção 2 do cap. II de *Langage et Discours*, Charaudeau (1983, p.39-49) trata da "definição dos sujeitos de linguagem", depois de declarar que o desdobramento do EU e do TU, característico de uma certa concepção do ato de linguagem, merece alguns esclarecimentos mais precisos. Ele começa por explicitar, com mais detalhes, o sujeito que interpreta o discurso, o que nos leva a perguntar pelo motivo dessa precedência.

Supomos que a precedência do TU seja porque ele é o foco e, de certo modo, o controlador da comunicação. Como veremos, mesmo o próprio EU é, de algum modo, determinado pelo TU. O EU que se manifesta pode ser acatado ou desacatado pelo interlocutor; mesmo que ele queira ser, inequivocamente, um determinado EU, ele só o será se o TU assim o enxergar. Além disso, o EU busca sempre um TU determinado, idealizado, o locutor sempre está preocupado em conseguir que o outro o veja de determinada maneira e seja também de determinada maneira. Vimos que, às vezes, o TU desejado pelo EU pode não ser o que vai ser efetivado pelo sujeito empírico que interpreta o texto, e quando o locutor não quer abrir mão de seu destinatário idealizado, ele tem que procurar se garantir de alguma forma. Assim fez Umberto Eco em "O nome da Rosa". Segundo ele

mesmo (Eco, 1985, p. 36), a editora sugeriu que fossem diminuídas as primeiras cem páginas desse seu famoso romance, com o que ele não concordou. Alegava a editora que essas páginas eram muito difíceis e cansativas; Eco argumentou dizendo que

“Se alguém quisesse entrar na abadia e viver nela sete dias, tinha que aceitar o seu ritmo. Se não conseguisse, também não conseguiria nunca ler o livro inteiro. Daí a função penitencial, iniciatória, das primeiras cem páginas, e se alguém não gostar, tanto pior para ele, vai permanecer nas encostas da colina”.

Em outra parte, nesse mesmo trabalho de 1985 (p.40), o escritor italiano diz:

“Pode acontecer que o autor escreva pensando em determinado público empírico, como faziam os fundadores do romance moderno, Richardson ou Fielding ou Defoe, que escreviam para os mercadores e suas mulheres, mas Joyce também escreve para o público, pensando em um leitor ideal acometido de uma insônia ideal. Em ambos os casos, quer se pretenda falar para um público que está ali, fora da porta, com o dinheiro na mão, quer se pretenda escrever para um leitor futuro, escrever é construir, através do texto, um modelo específico de leitor.

Que significa pensar num leitor capaz de superar o obstáculo penitencial das primeiras cem páginas? Significa exatamente escrever cem páginas com o objetivo de construir um leitor adequado para as páginas seguintes.”

E ainda, mais adiante (p.44):

“Que leitor modelo eu queria, quando estava escrevendo? Um cúmplice, claro, que entrasse no meu jogo. Eu queria tornar-me completamente medieval e viver na Idade Média como se esta fosse a minha época (e vice-versa). Mas ao mesmo tempo eu queria, com todas as minhas forças, que se desenhasse uma figura de leitor que, superada a iniciação, se tornasse meu prisioneiro, ou melhor, prisioneiro do texto e pensasse não querer nada mais do que aquilo que o texto lhe oferecia.”

Ele reconhece que poderia ter um público restrito, pois ele mesmo pergunta – “Existe um autor que escreva para poucos leitores?” – e ele mesmo responde: “Existe, se entendermos por isso que o Leitor Modelo que ele imagina tem poucas possibilidades, segundo suas previsões, de ser personificado pela maioria.”

Cabe dizer aqui que essa relação (EU x TU) tem abrigo também em outros autores. Benveniste, por exemplo, em seu Princípios de Lingüística Geral

(1988, p.286) diz que o homem só se constitui como sujeito na e pela linguagem, de modo que o diálogo é uma condição para que o ser se constitua como pessoa, através do discurso. Tomando consciência de si mesmo, cada locutor “*só emprega eu porque se dirige a alguém que será designado como tu; e se dispõe à reciprocidade, pois se torna tu no momento em que o outro se enuncia como eu*”. Costa Val, (1996, p. 91) referindo-se a esse autor, sintetiza parte das idéias dele a respeito da criação mútua dos parceiros, escrevendo que “em cada ato individual de discurso, o locutor se constitui, constitui o seu interlocutor e instaura um regime enunciativo que define o *aqui-agora* como o momento da enunciação.”

Além de Benveniste, também Bakhtin (2000, p.277-326) ao tratar do princípio da dialogia, mostrando que o EU elabora o enunciado procurando determinar que resposta lhe será dada pelo outro, o que influencia sua maneira de construir o enunciado. Como ele mesmo diz, (op. cit., p.325-326) “*ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado*” e “*é sob a influência do destinatário e de sua presumida resposta que o locutor seleciona todos* (grifo do autor) *os recursos lingüísticos de que necessita*”.

Um sujeito receptor bidimensional: o destinatário (TUd) e o interpretante (TUi)

Imaginemos uma *mise en scène* em que dois sujeitos estejam frente a frente, predispostos a uma situação de interlocução e a estabelecer um contrato de fala. Há, pois, um EU que se dirige a um TU. Retomando a citação de Machado (2001, p. 50) feita acima, lembramos que, para fazer o contrato comunicacional ‘funcionar’, é necessário que o Eu e o Tu (seres de carne e osso), chamados, respectivamente, de EU-comunicante (EUc) e de TU-interpretante (TUi), se abram à inclusão de outros sujeitos na cena enunciativa: o EUc aciona um EU enunciador (EUe) que se dirige, em primeira instância, para um TU destinatário idealizado (TUd), sendo EUe e TUd seres do ‘mundo das palavras’.

De acordo com Charaudeau (1983, p.39), o EU, que tem a possibilidade de imaginar seu destinatário ideal, adequado ao seu ato de enunciação, cria seu TUd com características tais que lhe permitem supor que sua (do EU) intenção de

fala será transparente e adequada a esse TUD. Assim, em todo ato de linguagem haverá sempre pelo menos um TUD, seja ele explicitamente marcado ou não. Esse destinatário idealizado pode até mesmo ser atingido por via indireta, ou por uma “reação em cadeia” prevista pelo sujeito comunicante. Por exemplo, a frase “cale-se”, dita a um aluno que se manifestasse de modo inconveniente durante uma aula, também se prestaria de algum modo a significar aos outros alunos que deveriam se comportar de acordo, ou que não deveriam fazer o que o colega havia feito. Uma observação escrita pelo professor no trabalho de um aluno, conforme exemplifica o próprio Charaudeau, pode se dirigir não apenas a esse aluno, mas também a seus pais e à direção do colégio. Tudo isso é para realçar que pode haver muitos TUD correspondendo a um mesmo ato de linguagem, situação que será observada na análise dos Boletins de Ocorrência que são objeto deste trabalho.

Por sua vez, o TUI é um sujeito ativo, de carne e osso, não criado pelo EU; é o sujeito responsável pelo processo de interpretação, “que se institui como TUI no instante mesmo em que desencadeia seu processo de interpretação” (ib., p.40). Como vimos, o TUD é um ser “imaginado”, ele é criado pelas crenças, expectativas e desejos do EU, que o vê incorporado pelo TUI a quem se dirige. Assim, postula Charaudeau (1983, p. 39) que o TUD está em “relação de transparência com a intencionalidade do EU; o TUI, em troca, acha-se numa relação de opacidade com esta intencionalidade”. Para o autor, se o TUI também está sempre presente num ato de linguagem, isso não significa que ele seja considerado pelo EU no processo da produção. Uma ordem pode-se dirigir a um TUD, instituído pelo EU como “sujeito que deve executá-la”, mas o TUI efetivo, no entanto, pode transgredi-la, não a executar (embora possa, também, aceitá-la e cumpri-la, identificando-se com o TUD). Em outras palavras, o ser intérprete pode não assumir o estatuto do interlocutor criado pelo EU.

Se é possível haver uma não-coincidência entre o TUD projetado pelo locutor e o TUI instituído pelo intérprete do discurso; é possível, ainda, que no ato de linguagem tenhamos mais de um TUD – um idealizado pelo EU e outro efetivado pelo TUI. A assimetria da configuração das trocas languageiras viabiliza que “o TUD possa ser o resultado do ato de produção do EU ou o resultado do ato de interpretação do TUI”, afirma Charaudeau (1983, p.41), resumindo: “o TUD do EU e o TUD do TUI não coincidem em todos os pontos”.

Ao sintetizar a oposição entre TUD e TUi, o autor (ib.) enfatiza, ainda, que o TUD (sujeito destinatário) é um “ser de palavra” instituído pelo EU, ao passo que o TUi (sujeito interpretante) é um sujeito agente que institui a si mesmo como responsável pelo ato de interpretação.

Um sujeito enunciador bidimensional: o enunciador (EUE) e o comunicante (EUC)

Como se viu, é possível haver uma não-coincidência entre o TUD projetado pelo locutor e o TUD efetivado pelo intérprete, assim como o interlocutor empírico pode construir para o texto um outro interlocutor ideal, não previsto nem desejado pelo locutor, de tal maneira que diferentes interpretantes empíricos poderão ver no texto diferentes interpretantes idealizados pelo locutor. Nesse desencontro transparece um contraponto da liberdade do EU em criar seu interlocutor: a possibilidade de o TU também ter sua liberdade para enxergar esse EU de uma forma não esperada (ou desejada). Assim, do mesmo modo que o sujeito que interpreta o discurso se desdobra em dois, o EU também se desdobra em dois ao entrar no jogo discursivo: um EU comunicante (EUC) – um indivíduo com identidade social, o ser de carne e osso que concretiza a comunicação – e um EU enunciador (EUE), que é o ser correspondente ao estatuto do TUD.

O EU-enunciador – EUE – “visto do lado do processo de produção”, segundo Charaudeau (1983, p. 42), “é uma imagem de enunciador construída pelo sujeito produtor de fala (EUC); é portanto o traço de intencionalidade do EUC, neste ato de produção”. Já do ponto de vista da interpretação, esse EUE é instituído pelo TUi como uma imagem de enunciador que pode não corresponder nem ao EUC nem à imagem que esse EUC desejaria que fosse criada pelo TUi (ou seja, nem ao EUE previsto e idealizado pelo sujeito comunicante). Trata-se, nesse caso, de uma hipótese interpretativa sobre a intencionalidade do EUC.

Um exemplo pode clarear esse mecanismo de desdobramentos, projeções e reconhecimentos (ou falta de reconhecimento). Imaginemos uma cena em que dois personagens se confrontam; um diz ao outro: “Você sabe com quem está falando?”. Digamos que o emissor dessa pergunta seja o Sr. X, que se julga bastante importante, ou superior àquele a quem se dirige. Vemos então aqui dois “EU”: o que fez a pergunta, materializado numa determinada pessoa física – é o

EUC; e um outro, que é a sua auto-imagem (“sou poderoso... valho mais que ele... ele é um ser insignificante...” etc.), o EUE. Do mesmo jeito, o que ouve a pergunta (Sr. Y) perfaz-se em dois seres: um físico e outro psicológico. Se ele, por exemplo, se cala ou pede desculpas, é porque o TUD que foi projetado pelo EU locutor coincidiu com o que foi ativado pelo intérprete, com isso se demonstra que houve um acatamento do EUE, um reconhecimento de que ele era superior, ou mais importante. Se, por outro lado, há uma reação diferente, por exemplo: “O senhor é que precisa saber com quem está falando!”, não houve simetria entre os seres psicológicos do processo. O EUE que foi considerado não foi o que o locutor esperava ou desejava. O Senhor X seria, por exemplo, um funcionário que não conhecia o dono da empresa. O Senhor Y é o próprio dono da empresa.

Visto do lado do processo de produção, este EUE é uma imagem psicológica evocada pela realização verbal do Eu-comunicante; é o modo como se manifesta a intencionalidade do EUC, neste ato de produção. Visto do lado do processo de interpretação, este EUE é uma imagem construída pelo TUI como hipótese sobre o que seria a intencionalidade do EUC no ato de produção. Diante disso, pode-se concluir que tanto o Eu-enunciador com o Tu-destinatário são seres afetos ao ato de produção/interpretação e, de certo modo, independentes do Eu-comunicante e do Tu-interpretante. Isto quer dizer que uma ordem como “Cale a boca!” dá ao EU-enunciador o estatuto de “autoridade dando uma ordem”, ao mesmo tempo em que instaura o estatuto de submissão no que se refere ao TU-destinatário. Essa caracterização de “autoridade” e de “submissão” não tem, necessariamente, de se aplicar à natureza do Eu-comunicante (ele não precisa ser uma autoridade constituída, legal ou convencionalmente) nem ao TU-interpretante (ele não tem de ser alguém a se submeter).

O EUC é, como o TUI, um sujeito agente, emissor e articulador de fala. Ele é o iniciador do processo de produção que é moldado conforme as circunstâncias do discurso que ligam este EU-comunicante ao TU e ao ELE (o referente). O EU-comunicante, portanto, é a testemunha de um certo real, que é o seu objeto de discurso. É necessário, então, saber como este EU-comunicante poderia se revelar numa totalidade, sendo que é constrangido tanto pelas circunstâncias de discurso (e tendo consciência de que essas circunstâncias não são totalmente idênticas àquelas consideradas pelo TU-interpretante), quanto pelas práticas significantes coletivas

presentes na linguagem em uso. Nessa situação, ele terá de organizar seu ato de linguagem de modo que apareça como um EU-enunciador "legítimo", isto é, social e institucionalmente reconhecido para realizar tal ato, como propõe Charaudeau (1983, p. 52), baseando-se na sociologia de Bourdieu. Nessas circunstâncias ele vai se "mostrar" de acordo com o papel que lhe parecer mais adequado; por exemplo, impor-se, conforme lhe autorizaria uma delegação de poderes, tal como um policial, que poderia autuar o condutor do veículo envolvido num acidente que lhe tivesse feito uma proposta de suborno, ou poderia se manter numa posição mais amena e elegante e dizer, por exemplo, a este condutor: o senhor está fora de si, por favor não repita isso.

Diante disso, a teoria postula que não há relação de transparência entre o EU-enunciador e o EU-comunicante; há uma "relação de englobado/englobante". Daí resulta uma relação de transparência/opacidade entre esses seres, que explica por que um mesmo enunciado pode ter sentidos diferentes para diferentes pessoas, a ele sendo atribuídas intenções diferentes no plano da enunciação. "Todo ato de linguagem é uma questão de estratégias para o EUC e de possibilidades interpretativas para o TUI", sintetiza o autor à p. 45 (op. cit.).

Mas há que se considerar que o devido reconhecimento do EU-comunicante pelo TU-interpretante pode estabelecer com mais segurança a interpretação que deseja o EU-enunciador. Por exemplo, no caso da estudante que perguntou ao professor se "Is there a text in this class?" e não foi inicialmente compreendida como pretendia, o que só aconteceu ao ser reconhecida como aluna de Stanley Fish, cujas idéias e perspectivas de trabalho já eram do conhecimento do professor a quem ela se dirigiu. Isso mostra, então, que um texto interpretado fora de suas circunstâncias de produção nos induz a construir uma imagem do EUC que é em função de nossas referências sócio-linguageiras. Daí se conclui também que

"O ato de linguagem é, de qualquer forma, uma totalidade colocada em ação pelo EUC, porque o conhecimento deste modifica a totalidade da interpretação. Assim, vê-se que a noção de *autor* de uma frase não é uma noção clara, nem operante, porque ela recobre um duplo sujeito: o EUE e o EUC que, além disso, são vistos diferentemente conforme se trate do ato de produção ou do ato de interpretação" (Charaudeau, 1983, p.44).

Ainda nas palavras do autor (p.46), o EU-enunciador é um sujeito, como o TU-destinatário, realizado e instituído na fala, que se configura como o responsável pelo efeito de fala produzido no TU-interpretante. Entretanto, este efeito de fala depende igualmente do TUi, que constrói para si uma certa imagem do enunciador. Por isso é que se pode dizer que o EUE é sempre uma imagem de fala ocultando mais ou menos o EUC. Do mesmo modo, o sujeito comunicante é um sujeito agente, assim como o TUi, exterior ao ato de linguagem, mas que organiza esse ato de linguagem. O EUC é o iniciador-responsável pelo ato de produção, mas é a relação EUC-EUE que produz o efeito pragmático sobre o interpretante.

Como se mostrou acima, o ato de linguagem, na perspectiva da Semiolingüística, manifesta-se com a "presença" de quatro sujeitos. Conforme Machado (1998, p.116) "dois deles, exteriores ao enunciado, seriam os actantes da comunicação: um sujeito-emissor e um sujeito-receptor. O sujeito emissor ou sujeito-comunicante "cria" mais dois sujeitos, internos ao ato de linguagem, verdadeiros seres de palavra, que seriam os protagonistas da enunciação: um sujeito-enunciador que se dirige a um sujeito-destinatário. Para que o ato comunicativo tenha sucesso, espera-se que a interpretação dada ao ato de linguagem pelo sujeito destinatário (interno) coincida com a que será dada pelo sujeito-receptor ou interpretante (externo)." Continua ainda essa autora "a esses quatro sujeitos, gostaríamos de acrescentar mais dois: "sujeito locutor" (situado entre o sujeito comunicante externo e o sujeito enunciador interno) e "sujeito interlocutor" (situado entre o sujeito-destinatário e o sujeito-interpretante). Segundo Machado (1998, nota 1, p.119), essas instâncias de locução e interlocução seriam correspondentes ao que J. Peytard (1980), baseando-se em W. Yser, chamou de "scripteur et lecteur" e também a "narrador e narratário", cf. G. Genette (1993). Sintetizamos nosso comentário dizendo que, na perspectiva semiolingüística, todo ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito, oriundo de circunstâncias discursivas particulares. Esse jogo se realiza onde os processos de produção e de interpretação se encontram, ou se cruzam, configurando-se aí a *mise en scène* levada a efeito por duas entidades que se desdobram cada uma em sujeito de fala e sujeito actante (EUC/EUE e TUD/TUI), como já se comentou acima, os quatro protagonistas do ato de linguagem.

Embora consideremos relevante a distinção introduzida por Machado (1988), neste trabalho estamos usando indiferentemente, como termos equivalentes, "actantes", "interactantes", "interlocutores" (e o correspondente "locutor"), para falar dos sujeitos participantes do ato de linguagem.

Charaudeau (1983, p.46) representa, num esquema, o ato de linguagem em dois circuitos e diz que esse ato não pode ser considerado como um ato de *comunicação* (grifo nosso), uma vez que o ato de linguagem não existe apenas pela intenção do produtor e não é o resultado de um processo simétrico entre as duas figuras tradicionalmente consideradas pela perspectiva da comunicação (emissor e receptor). O que ele quer dizer é que o ato é um movimento recíproco de criações, projeções, expectativas, a partir de uma situação em que se faz necessário o uso da linguagem verbal.

Ao esquema que ele nos traz (e que reproduzimos abaixo), acrescentamos mais duas linhas; uma, partindo do EU-comunicante em direção ao Tu-destinatário e outra, saindo do Tu-interpretante chegando ao Eu-enunciador. O acréscimo dessas duas linhas no esquema tem o objetivo de mostrar a instância de criação dos seres do circuito interno pelos seres do circuito externo. Nessas linhas vão impregnadas as crenças e saberes do "criador" sobre a "criatura", enxergando-a no seu estatuto de ser social e psicológico, bem como estão aí subentendidas as projeções, as expectativas sobre reações e atuações que um e outro criam reciprocamente no ato de linguagem. Vão também nelas os saberes e as crenças que teriam um e outro sobre o "referente" (ELE x e ELE°), e as suposições de que uso poderiam um e outro fazer da linguagem naquele momento de interlocução.

Este quadro representa, em última instância, a arena discursiva em que se vê todo produtor de texto, em função do conflito que se instaura entre as possibilidades e desejos do EUc, sujeito empírico, *versus* a figura idealizada de enunciador (EUe) de que ele precisa investir-se para atender às coerções lingüísticas, discursivas e sociais; a imagem mental que ele constrói do destinatário (TUd) *versus* as expectativas e disponibilidades do parceiro empírico (TUi) com que se defronta. A especificação de cada um dos elementos desse quadro, de acordo com as circunstâncias de discurso específicas e o contrato de fala que se estabelece é que pode caracterizar a individualidade da arena (FIG. 1).

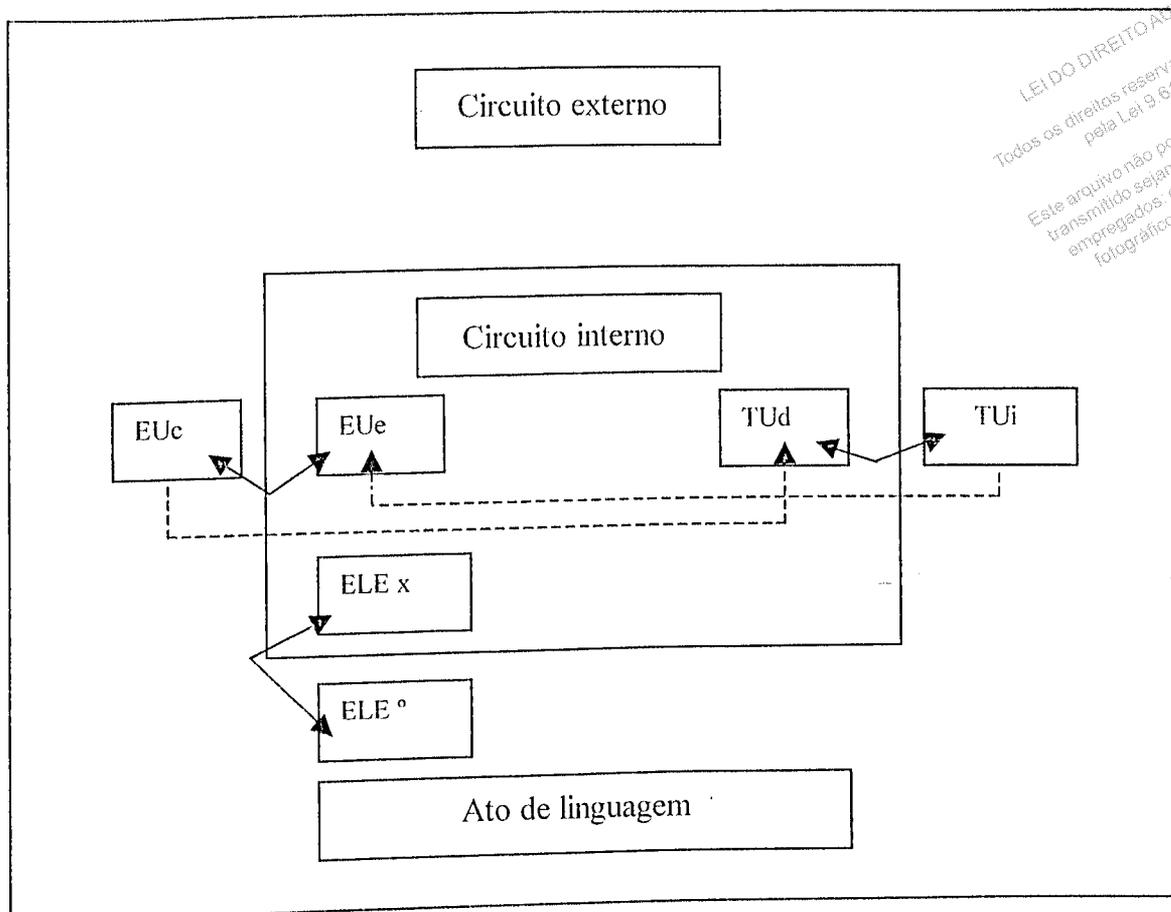


FIGURA 1 – Esquema do ato de linguagem

Fonte: Charaudeau, 1983, p.46 (adaptado)

3.2.1.2.6 Os aparelhos linguageiros ou modos de organização do discurso

Retomamos a idéia de que o ato de linguagem é o resultado de uma *mise en scène* discursiva levada a efeito por sujeitos agentes (EUC e TUi), através de uma matéria linguageira semântico-formal organizada em contratos e estratégias de fala. Já se viu que a noção de contrato implica um entendimento mútuo entre indivíduos componentes de um mesmo corpo de práticas sociais; e a noção de estratégia pressupõe certa liberdade do sujeito comunicante – apesar das restrições ou coerções impostas pelo sistema lingüístico e pelas práticas sociais – para utilizar-se de recursos individuais na produção de seu discurso.

Esta *mise en scène* depende de diversas ordens de organização e cada uma delas compreende vários componentes que a definem e que igualmente constituem os componentes da competência lingüística do sujeito, sendo esses componentes sinalizados, como já dissemos, *no* e *pelo* explícito do discurso.

Segundo Charaudeau (1983, p.58), partindo da observação dessas configurações podemos descrever os componentes da matéria languageira, porém considerando-os como mecanismos conceituais que permitiriam compreender como se faz a organização (pelo sujeito comunicante) / descrição (pelo sujeito analista) da matéria morfo-semântica, e não como um catálogo de marcas formais.

A Semiolingüística propõe o estudo da matéria languageira do ato de linguagem, através de quatro grandes ordens de organização, correspondentes à finalidade comunicativa do sujeito falante, que configuram quatro aparelhos languageiros: o enunciativo, o argumentativo, o narrativo e o descritivo. Ressaltamos que, em *Langage et discours*, de 1983, Charaudeau inclui entre as ordens de organização o aparelho retórico, que será eliminado na *Grammaire du sens et de l'expression*, de 1992, sendo que, na mesma obra, será ainda acrescido o aparelho descritivo. Neste trabalho, tomaremos como base a proposta mais recente, sobretudo em razão de considerarmos que as postulações do autor quanto à ordem descritiva serão de utilidade na análise do BO. Vamos nos ater um pouco sobre cada uma dessas ordens, mas, de início, pode-se dizer, *grosso modo*, que:

- a. A ORDEM ENUNCIATIVA se refere aos comportamentos, aos lugares, às relações que têm entre si os protagonistas do ato de linguagem;
- b. A ORDEM ARGUMENTATIVA organiza, no texto, o mundo que é contactado, o modo pelo qual esse mundo é apresentado, do ponto de vista das operações mentais cognitivas;
- c. A ORDEM NARRATIVA organiza o universo do discurso do ponto de vista das ações humanas e das qualificações dos seres que as realizam, situando esse fazer segundo relações de temporalidade, espacialidade e causalidade;
- d. A ORDEM DESCRITIVA dirige ao mundo um "olhar parado" e se ocupa em nomear, localizar/situar e qualificar os seres, atribuindo-lhes características que os singularizam (Charaudeau, 1992, p.658).

Apresentaremos essas ordens de forma resumida, destacando aspectos relativos a sua função, seus componentes (nível lingüístico), seu princípio de organização (nível discursivo), tomando por base Charaudeau (1983) para as ordens

dos aparelhos enunciativo, argumentativo e narrativo e Charaudeau (1992) para o aparelho descritivo.

O aparelho enunciativo

A ordem enunciativa refere-se aos protagonistas do ato de linguagem e tem como funções: estabelecer uma relação entre locutor e interlocutor; revelar o ponto de vista do locutor, testemunhar com a palavra sobre o outro, o terceiro. É o lugar onde se organizam as posições dos parceiros, onde se definem seus estatutos, onde se fabrica sua imagem de fala, onde se especificam as articulações que os unem. A ativação do aparelho enunciativo constrói um mecanismo conceitual de um aparelho formal (lingüístico) que tem por vocação marcar os protagonistas e os comportamentos que caracterizam as situações de fala.

Quanto aos componentes do aparelho enunciativo Charaudeau (1983, p.59) aponta algumas marcas lingüísticas como os pronomes pessoais, os dêiticos e os verbos modais, mas ressalva firmemente que sua proposta não coincide com a de correntes derivadas da Filosofia Analítica: não se trata de pensar em um catálogo de recursos lingüísticos, mas sim em comportamentos languageiros que podem ser sinalizados por determinadas marcas. O autor arrola três componentes do aparelho enunciativo, relacionando-os a certos comportamentos:

- a. O componente enunciativo polêmico, ligado ao comportamento alocutivo, revela explicitamente, através de marcas lingüísticas, o Tu-destinatário e, por esse procedimento, deixa perceber a atitude do Eu-enunciador. Caracteriza-se, assim, por dizer qualquer coisa sobre: (i) a relação EU-TU; (ii) o TUD que se vê imposto, mais ou menos diretamente, ao universo do discurso do EUE, via um "contrato de execução" que obriga o TUD executar; (iii) o EUE, revelando sua "posição de autoridade", variável conforme a classe de modalização que especificará esta posição. Três grandes classes de modalização podem especificar o comportamento alocutivo:

1 - a *injuntiva*, com uma relação cominatória, em que o Eue é autoridade absoluta e o Tud é submisso (ex.: Saia!; Te proíbo de falar!);

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

- 2 - a *discriminativa*, com uma relação interpelativa em que o Eue é autoridade com direito de interpelar e o Tud é destacado de um conjunto, como destinatário obrigatoriamente implicado (ex.: Ei, você!; Por favor, Excelência!; Até mais, fofinho!);
- 3 - a *solicitativa*, em que a relação é um pedido de dizer, tendo o Eue desejo de saber e autoridade e o Tud, posse do saber e submissão. Esta modalização apresenta especificações quanto ao aspecto que enfoca: identificação – Quem vem lá?; qualificação – Como ele está?.
- b. O componente enunciativo situacional, relacionado ao comportamento elocutivo, revela como o Eu-enunciador se refere ao mundo com relação a si mesmo, podendo manifestar-se segundo as modalizações:
- 1 - *obrigativa* – o Eu-enunciador se vê obrigado, por razões internas ou externas, a fazer ou dizer (ex.: Mandaram que eu fechasse a porta);
 - 2 - *possibilitativa* – o Eu-enunciador manifesta sua possibilidade de realizar algo (ex.: Eu poderia encaminhar o livro a tempo, se fosse preciso);
 - 3 - *volitiva* – o Eu-enunciador expressa seu desejo de fazer ou dizer, diante de uma situação de falta (ex.: Desejo que não se trate mais daquele problema);
 - 4 - *opinativa* – o Eu-enunciador manifesta sua crença ou seu saber a respeito de um saber necessário no momento, valendo de outras modalizações específicas, tais como *constatação*, *saber/ignorância*, *convicção/suposição*, etc. (ex.: Vejo que tudo continua na mesma; Tenho certeza de que ele trouxe a encomenda; Suponho que ele tenha chegado);
 - 5 - *apreciativa* – o Eu-enunciador expressa uma apreciação (favorável ou não) a respeito de um saber já existente (ex.: Infelizmente, ele não se enquadra no perfil do cargo);
 - 6 - *dictiva* – o Eu-enunciador expressa um dizer do ponto de vista da “verdade” sobre um certo saber, podendo-se manifestar-se por outras modalizações específicas, como, por exemplo, *declaração*, *aceitação/recusa*, *admissão*, *engajamento* (ex.: Declaro aberta a seção; Admito que ele tem razão).
- c. Os componentes textual e intertextual relacionam-se ao comportamento delocutivo, centrado sobre o próprio enunciado (ELEX), mostra-o como existente sem traços do EUE e do TUD, como se o ato enunciativo fosse

independente dos sujeitos enunciador e enunciatário. O componente textual apresenta-se com a modalização assertiva, que marca os graus de valores do enunciado, sendo esses graus especificados por modalidades como evidência/probabilidade, apreciação favorável ou desfavorável, aproximação / precisão, etc. (ex.: É evidente que esse rio está poluído; É provável que o Atlético vença o jogo). Nessa perspectiva, pode-se compreender as possibilidades de estratégias languageiras considerando-se que o elocutivo é marcado pela subjetividade e o delocutivo pela objetividade.

O componente enunciativo *intertextual* é onde se relacionam o texto produzido com outros textos que ultrapassam a instância enunciativa de modo relativamente explícito, levando a um universo de discurso não pertencente propriamente ao enunciador. O EUE e o TUD não são implicados explicitamente no ato enunciativo, é o estatuto do ELEX que dirá alguma coisa sobre o lugar do EU e do TU na intertextualidade. Duas classes de modalização especificam o componente intertextual:

- 1 - o *discurso relatado*, que convoca o texto de um outro ato de enunciação e assinala de modo mais ou menos explícito que este ato de discurso pertence a um outro sujeito enunciador;
- 2 - o *discurso alusivo*, que convoca, através de certa combinação de marcas, um universo de discurso que pertence ao saber supostamente compartilhado pelos membros de uma mesma comunidade sócio-lingüística.

Quanto ao princípio de organização do aparelho enunciativo, Charaudeau (1983, p. 65) postula:

“Consiste em colocar em ação imagens dos protagonistas que testemunham relações estabelecidas entre o sujeito comunicante e o enunciador (transparência/opacidade); e entre o sujeito destinatário e o sujeito interpretante (inclusão/exclusão), bem como entre o ELEX e ELE° (subjetividade / objetividade)”.

Esses componentes podem se apresentar combinados, num único e mesmo ato de linguagem e isto dará lugar à constituição de diferentes contratos enunciativos.

O aparelho argumentativo

Quanto à função, a ordem argumentativa é dirigida ao **ELE do ato de linguagem**. Segundo Assunção (1998, p.126), o objetivo desse modo de organização é “provocar o interlocutor, fazendo-o refletir sobre uma dada proposição, com o objetivo de persuadi-lo de uma determinada verdade”. Na busca desse objetivo, é necessário que se estabeleça uma tese sobre o mundo, com um posicionamento específico e legítimo para o sujeito, que buscará fazer com que o outro compartilhe de seu ponto de vista.

Os componentes do aparelho argumentativo são definidos em termos lógico-lingüísticos que descrevem relações abstratas. Mais uma vez, Charaudeau (1983, p.66-67) aponta recursos lingüísticos que expressam tais relações, como as conjunções coordenativas e subordinativas, ou as proposições coordenadas e subordinadas, mas ressalva que não se trata de propor um catálogo de marcas lingüísticas nem tampouco uma descrição de operações lógico-matemáticas (como faz a lógica formal). Para ele, a ordem argumentativa é o lugar onde se constrói uma “mecânica conceitual”, pela articulação entre o aparelho lingüístico (formal), que tem por vocação marcar as operações cognitivas, e certas constantes argumentativas caracterizadoras de diferentes configurações discursivas.

O autor reconhece três componentes do aparelho argumentativo.

- a) O argumentativo-raciocínio, que consiste colocar em relação enunciados que possuem, cada um, uma autonomia quanto a sua estrutura, sendo essas relações testemunhas de tipos de articulações que demonstram operações lógico-lingüísticas. São exemplos as relações de conjunção, disjunção, restrição, oposição, causalidade. Para ilustrar, citamos as condições estipuladas por Charaudeau (1983, p.67), para que dois enunciados estejam em relação de conjunção: é necessário e suficiente que tenham a mesma estrutura narrativa e que pelo menos um dos elementos constitutivos de cada estrutura seja semanticamente idêntico a seu homólogo no outro enunciado, de tal sorte que seja colocado como fator comum de todos os outros elementos. Este tipo de relação de conjunção poderá ser especificado por subclasses do gênero: adição (Jeanine e Cristian foram ao cinema),

- associação (Cristian foi ao cinema com Jeanine) e reciprocidade (Jeanine e Cristian se observam).
- b) O argumentativo-composição, lugar de organização do fazer composicional, que consiste em configurar o saber do discurso de maneira programática ou taxonômica. Na perspectiva programática, o discurso se desenvolve segundo um plano, numa cronologia orientada – começo, meio e fim, por exemplo – ou num movimento anafórico – retrospectivo (retomadas) ou prospectivo (anúncios). Na perspectiva taxonômica, o saber exposto é classificado em conjuntos e subconjuntos, sob a forma de quadros, sínteses, resumos, esquemas, etc.
- c) O argumentativo-ação é o lugar de descrição do fazer mental explicitado em atitudes cognitivas do tipo examinar, observar, comparar, operar, aprofundar, etc., e se relaciona com a ordem de organização narrativa.

Quanto ao princípio de organização do aparelho argumentativo, Charaudeau (1983, p.70-71) postula que todo processo de argumentação se decompõe em um propósito (assunto), uma proposição, que remete ao quadro de raciocínio segundo o qual vai se desenvolver a argumentação, e um ato de persuasão que testemunha a validade da proposição.

O autor (p.72) chama a atenção para uma questão relevante quanto ao funcionamento do aparelho argumentativo, que é a subordinação das relações lógicas e do raciocínio ao tipo de contrato de fala, formulando um exemplo ilustrativo:

“Sendo estabelecido o contrato de fala do manual escolar, a relação lógica apresentada como implicação condicional (Se você medir, você descobre) desliza, na interpretação, na direção de uma implicação absoluta (somente se você medir é que vai descobrir) porque trata-se de incitar o aluno a agir.”²¹

O aparelho narrativo

Quanto a sua função, o aparelho narrativo dirige-se ao ELE do ato de linguagem. É o lugar onde se organiza o discurso do ponto de vista das ações

²¹ Charaudeau (1983, p.72) No original: “Étant donné le Contrat de parole du manuel scolaire, la relation logique présentée comme Implication conditionnelle (Si vous mesurez, alors vous découvrez) glisse, dans l'interprétation, vers une Implication absolue (c'est seulement si vous mesurez que vous découvrirez) car il s'agit d'inciter l'élève à agir.”

humanas (o fazer) e das qualificações dos seres que essas ações colocam em cena (os seres).

Quanto a seus componentes, o autor os descreve em termos de relações que definem os tipos de fazer do ponto de vista dos actantes e os tipos de ser do ponto de vista de suas qualificações, ressaltando que não se trata de apresentar um inventário de tipos de frase (ativas, passivas, etc.) como aparecem nas gramáticas tradicionais. São três os componentes arrolados:

- a. o narrativo-qualificação se caracteriza por uma relação que atribui uma entidade, uma qualidade ou um comportamento a uma entidade-base. Entre possíveis tipos de qualificação, o autor aponta a “definicional”, a “descritiva estática” – interna ou externa –, a “descritiva comportamental”, a “caracterização situativa”;
- b. o narrativo-ação se caracteriza por uma relação ativa que estabelece relações de poder entre as entidades presentes e as diferencia em papéis actanciais. Diferentes tipos de FAZER são apontados: o de agir, o agir sobre alguma coisa, o de agir para alguém;
- c. o narrativo factivo, que se caracteriza por uma dupla relação ativa, na qual o primeiro fazer, que depende de um agente, provoca um segundo fazer do qual o resultado global é da responsabilidade de dois agentes (e não só de um) e do qual o actante responsável pelo segundo fazer tem um duplo estatuto: beneficiário do fazer₁ e agente do fazer₂ (ex.: Está vendo, você me faz fazer besteiras).

Quanto ao princípio de organização, o processo narrativo se decompõe em: (i) uma situação de falta para um certo ser; (ii) a tomada de consciência da falta por esse ser, o que o incita a tornar-se o agente de um fazer, que consiste em tentar suprir esta falta; (iii) o resultado da busca, que pode ser positivo ou negativo. Esse princípio de organização apóia-se numa relação de causalidade entre a falta e a busca.

O aparelho descritivo

Quanto a sua função, o modo de organização descritivo permite ao sujeito falante, a partir de sua percepção das coisas, que passa pela razão e também pelos

sentidos e sentimentos, dar ao mundo uma forma e uma substância particulares. Embora subjetiva, essa identificação é, entretanto, restringida pela finalidade das situações de comunicação na qual ela se inscreve. Segundo Charaudeau (1992, p. 663), descrever consiste em dirigir ao mundo um foco de atenção que faz com que os seres existam, nomeando-os, localizando-os e atribuindo-lhes qualidades que os singularizam, através de uma atividade de classificação.

Ao iniciar suas considerações sobre o modo de organização descritivo, Charaudeau (1992, p.653) anuncia três problemas que se colocam para a compreensão da organização descritiva e que implicam, no nosso entender, o delineamento de sua função.

O primeiro deles parte da observação empírica de tarefas escolares, nas quais são tradicionalmente confundidos os termos descrever e narrar. Ele diz que são comuns solicitações aos alunos, tais como: "conte como é a floresta no inverno" (e é óbvio que o que se deseja aí é que os alunos *descrevam* como fica uma floresta durante o inverno); por outro lado, também se encontram ordens de exercícios como: "descreva seu passeio no domingo" (e, nesse caso, o que se pretende é que os alunos *narrem* o passeio).

Charaudeau (op. cit., p.654) assume que "dans un récit, description et narration se trouvent intimement mêlés"; no entanto diz que isso não impede que se considerem as especificidade de cada um e que o problema vai além das questões escolares. Ele traz exemplos para mostrar que um texto pode descrever ações (grifo nosso) já realizadas (como certas reportagens jornalísticas) ou a realizar (como em certas receitas de cozinha).

O segundo problema é uma consequência dessa constatação: é que freqüentemente não se dá relevo à finalidade de um texto, distinguindo-a do seu modo de organização. O que se quer dizer é que, por exemplo, um texto pode se organizar como uma descrição, mas pode ter uma outra finalidade. Os textos de propaganda são às vezes muito descritivos (e também muitas vezes narrativos), mas na verdade, tentam é convencer o leitor a comprar. Tanto a descrição, quanto a narração, podem ser argumentações disfarçadas. Essa observação nos faz reconhecer que um texto depende, por um lado, da situação de comunicação na qual e para a qual foi construído e, por outro lado, das diversas ordens de organização do discurso que são utilizadas para construí-lo.

O terceiro problema relaciona-se à relação língua/texto. A pergunta retórica que Charaudeau (1992, p.656) faz é se haveria uma relação de continuidade entre as categorias da língua e as características de um texto. Acrescenta ele que certos estudos propõem critérios de distinção apoiados em marcas lingüísticas e que isso não é falso; há mesmo afinidades entre certas categorias de língua e modos discursivos, mas que não se pode ir além de afinidades. Depois de mostrar que uma mesma categoria lingüística pode estar presente em mais de uma ordem (como a designação, a quantificação ou a apresentação, que poderiam se manifestar numa organização descritiva, narrativa ou argumentativa) e que, da mesma maneira, um modo de organização poderá se utilizar de marcas consideradas características de outro modo (como os verbos de ação num modo descritivo), ele conclui dizendo que

“as marcas que compõem um texto constituem, em combinação com as marcas de outras categorias, os traços de uma possível caracterização discursiva.”²² (op. cit., p. 657)

Os componentes da construção descritiva, segundo o autor (p.659-666), são, ao mesmo tempo, autônomos e indissociáveis: nomear, localizar/situar e qualificar.

- a. Nomear não é um simples processo de etiquetagem de um referente pré-existente; é dar existência a um ser, numa operação dupla: perceber uma diferença no continuum do universo e simultaneamente relacionar essa diferença a uma semelhança, o que constitui um princípio de classificação. E como esta percepção e esta classificação dependem do sujeito que as realiza, pode-se dizer que é o sujeito que constrói e estrutura a visão do mundo. Nomear é, pois, o resultado de uma operação que consiste em fazer nascer os seres significantes no mundo, classificando-os.
- b. Localizar-situar é determinar o lugar que um ser ocupa no espaço e no tempo, o que o caracteriza na medida em que os seres dependem, para sua existência e sua função, de sua posição espaço-temporal.
- c. Qualificar consiste em atribuir a um ser, de maneira explícita, uma qualidade que o caracteriza e o especifica, classificando. Nomear e qualificar implicam perceber propriedades tidas como constitutivas, inerentes aos seres e que

²² Charaudeau, 1992, p. 657. No original: “les marques qui composent un text constituant, en combinaison avec les marques d'autres catégories, les traces d'une possible caractérisation discursive.”

permitem classificá-los. São, portanto, ações com as quais se reduz a infinidade do mundo construindo classes e subclasses de seres.

Acreditamos que a postulação de Charaudeau quanto aos modos de organização do discurso terá utilidade na análise do BO, na medida em que permite relacionar a finalidade e a função do texto às marcas lingüísticas que ele carrega. Interessa-nos sobretudo aplicar essas categorias na discussão da natureza desse gênero, que se constitui como relato de uma "ocorrência" do qual devem constar seqüências descritivas sobre a posição e o estado dos veículos, por exemplo, e que, embora tendo que se mostrar neutro, imparcial, funciona, fundamentalmente, como argumentação que orienta a decisão pericial e a judicial.

A seguir, passamos a tratar de outro quadro teórico que também nos fornecerá instrumento para a análise da materialidade lingüística do BO.

3.2.2 Textualidade e textualização

De acordo com Beaugrande (2001, p.30), textualidade é o potencial comunicativo de um texto numa situação de interação entre produtor(es) e receptor(es). Esse autor define texto como "um evento comunicativo pretendido e aceito como uma contribuição para um discurso, definido por sua vez como um conjunto ou série de textos mutuamente relevantes, falados, escritos ou em qualquer outro meio".

Na perspectiva do trabalho de Beaugrande, o texto é um sistema, isto é, um conjunto de elementos funcionais, produzido e recebido ao se acionar o sistema virtual da língua. Um texto não existe como texto, a não ser que alguém o esteja processando, daí que produzir e interpretar textos envolve processos de resolução de problemas impostos pela necessidade de se configurar um sentido ao que se escreve ou lê. Esse empenho para se chegar a produzir um sentido requer, segundo Beaugrande, passar por sete princípios (ou padrões de textualidade – "standards of textuality") que atribuem a textualidade a um artefato: **coerência** (subentende os meios para conectar significados e conceitos), **coesão** (subentende os meios para conectar unidades e padrões textuais), **intencionalidade** (designa a condição de que o produtor do texto pretende formatar um evento como um texto),

situacionalidade (concerne às conexões entre o texto e o contexto de situação), **aceitabilidade** (designa a condição de que o receptor aceita o evento como se lhe apresenta), **informatividade** (relativo ao grau indicativo do quanto o texto ou parte(s) dele possa(m) ser inesperada(s), interessante(s) ou estimulante(s) para o receptor), **intertextualidade** (concerne às conexões entre o texto em questão e textos experienciados previamente). Além desses padrões, outros três princípios reguladores viabilizam o monitoramento do processo comunicativo: **eficiência** – capacidade de o texto comunicar com o mínimo de esforço tanto do produtor quanto do receptor; **eficácia** – capacidade de o texto “impressionar” o receptor e criar condições favoráveis para a consecução do objetivo do produtor; **adequação** – pertinência e relevância do arranjo que constitui a textualidade com relação ao contexto em que o texto ocorre.

Os padrões ou princípios serão um pouco mais detalhados a seguir. Nessa resenha, vamos nos apoiar em Costa Val (2000), que faz uma análise comparativa do conceito de textualidade em Beaugrande e Dressler (1981) e em Beaugrande (1997).

A situacionalidade diz respeito às conexões entre determinado texto, o contexto em que foi elaborado e o contexto em que se apresenta. É um princípio importante para a constituição da textualidade porque os outros fatores são acionados “em função do modo como os usuários interpretam as relações entre o que lêem ou ouvem e sua situação de ocorrência”, diz Costa Val (2000, p.39), já que *o sentido e o uso do texto são decididos via situação* (cf. Beaugrande e Dressler, 1981, p.10). Explica ainda a autora que este princípio não se restringe às circunstâncias empíricas em si, mas diz respeito à interpretação que os usuários fazem da situação a partir dos modelos de comunicação social que conhecem; é uma atividade dinâmica, que envolve monitoramento e gerenciamento contínuos da interação comunicativa, por parte do produtor e do receptor; envolve ações discursivas que se prendem às evidências e sobretudo às *perspectivas, crenças, planos e metas* dos usuários.

A intencionalidade e aceitabilidade mostram como a produção do sentido para um texto é uma via de mão dupla. Tais aspectos concernem às atitudes, objetivos e expectativas do produtor e do receptor, respectivamente. Esse é um

processo de mão dupla, porque “o produtor conta com a tolerância e o trabalho de inferência do receptor na construção do sentido do texto”; “o receptor, supondo coerência no texto e se dispondo a contribuir para construí-la, orienta-se por conhecimentos prévios e partilhados, que são estabelecidos social e culturalmente, sobre os tipos de texto, as ações e metas possíveis em determinados contextos e situações” (cf. Costa Val, 2000, p.39).

Especificamente, pode-se dizer que a intencionalidade designa a condição de que o produtor do texto pretende “formatar” um evento como um texto, ou seja, pretende dar a um evento o “formato” de um texto. Sobre a aceitabilidade pode-se dizer que ela designa a condição de que o receptor do texto aceita o evento como um texto (aceita a formatação textual dada ao evento; aceita o evento na formatação dada ao texto); isto quer dizer que o receptor mostra-se disposto a entrar no jogo discursivo. Sobre a aceitabilidade pode-se ainda dizer, conforme Costa Val (2000, p.39), que esse fator depende menos da correspondência do texto ao “mundo real” e mais da credibilidade e relevância que lhe são atribuídas numa determinada situação.

Segundo Costa Val (2000, p.39), a informatividade é um fator que tem relação com o grau de novidade e previsibilidade: quanto mais previsível, menos informativo será o texto para determinado usuário e quanto mais cheio de novidades, mais informativo. Isso não é característica do texto em si; a informatividade é avaliada em função das expectativas e conhecimentos dos usuários, que tenderiam a rejeitar tanto os textos de informatividade alta demais quanto aqueles que lhes parecem óbvios. Portanto, um grau mediano de informatividade seria o mais confortável, porque permitiria ao receptor apoiar-se no conhecido para processar o novo. Isto quer dizer que a informatividade é um aspecto relativo ao grau indicativo do quanto o texto possa ser inesperado, interessante, estimulante para o receptor. Para que o texto tenha um certo “gosto” de novidade, para que possa atrair e manter a atenção do receptor, é necessário que este já tenha uma certa familiaridade com algumas características e aspectos que identifiquem o texto com que está lidando, a fim de que possa processar a novidade.

O princípio da intertextualidade, diz Costa Val (2000, p. 40), concerne aos fatores que fazem a produção e a recepção de um texto depender do conhecimento

de outros textos, tanto no que diz respeito aos modelos sócio-historicamente estabelecidos (tipos e gêneros textuais) quanto no que se refere aos conteúdos, informações, estilo e efeitos de sentido (na manifestação e processamento da coesão, da coerência, da intencionalidade, da informatividade). São as conexões entre o texto em questão e textos experienciados previamente.

Para Beaugrande e Dressler (1981), de acordo com Costa Val (2000, p.40), a *intertextualidade* é fator decisivo no processamento de qualquer texto: aceitar uma ocorrência lingüística como texto é um processo de resolução de problemas, tais como a superação e a integração de discontinuidades e discrepâncias que envolvem os conhecimentos, crenças e ações explícitos e implícitos no material verbal e a interpretação que o receptor faz deles é a partir de seus modelos prévios de mundo, de texto e de comunicação, modelos prévios que foram interiorizados a partir de outros textos com os quais se interagiu. Daí, pode-se dizer que processar um texto e relacioná-lo com outros textos é uma questão de *intertextualidade*.

Embora, segundo Costa Val (2000, p. 40-41), em Beaugrande e Dressler (1981) o conceito de intertextualidade deixe escapar aspectos da existência social dos discursos, enfatizados, por exemplo, em Bakhtin (*Estética da Criação Verbal*), na AD francesa em geral e particularmente em Charaudeau, que interessa especialmente a este trabalho, deve-se reconhecer que Beaugrande (2001) deixa clara a sua atenção com o valor social do discurso, através de sua preocupação com relacionamento humano e da importância do contexto sócio-político, propondo inclusive uma perspectiva teórica de estudos de texto chamada de "agenda do ecologismo", conforme citado acima. Nesse sentido, ao analisar pequenos avisos, lidos por ele na África do Sul, na Jamaica e no Egito, Beaugrande (2001) diz que

"Três placas apresentando três textos breves. Tomados completamente isolados, talvez sejam absurdos. Mas textos não são isolados. São normalmente produzidos e recebidos num contexto por nativos ("insiders") culturais, tão facilmente que sugere um paradoxo: usa-se o texto para 'processar' o contexto enquanto se usa o contexto para 'processar' o texto, como se você já pudesse saber o que ia encontrar. Contudo, em vez de paradoxo, os dois 'processos' ocorrem num **círculo dialético**, com cada lado informando e guiando o outro (§ 1.1). Esta dialética é fundamental para a ação e interação humanas, sobretudo para os processos de língua e discurso.

Meus problemas pessoais com as três placas advieram por ser um "estrangeiro" ("outsider") cultural; eu somente sabia o suficiente a respeito de mensagens em placas para ter certeza de que os sentidos não eram o que a minha imaginação fértil havia produzido. Além disso, ter sido um 'estrangeiro' errante na maior parte de minha vida deu-me um profundo respeito pela perícia de 'nativos' em processar rapidamente as compreensões correntes. Mas todos esses anos trouxeram-me uma inquietante perplexidade a respeito das barreiras da compreensão entre 'nativos' e 'estrangeiros'. E na esfera pública, esses mesmos anos testemunharam um crescimento contundente no mundo inteiro de contatos e conflitos entre 'nativos' e 'estrangeiros'.

Sem dúvida, nosso bem-estar futuro depende vitalmente de conseguir um meio de compreensão para uma co-existência humana e democrática entre 'nativos' e 'estrangeiros' num mundo de diversidades lingüísticas e culturais 'pós-moderno' (cf. § xxx). Este é o preceito central de uma agenda que poderia adequadamente ser chamada de **ecologismo**: ativa cooperação no espírito de profundo respeito mútuo e por nosso ambiente ecológico e social. O ecologismo busca desenvolver e sustentar as estratégias para interação através do texto e do discurso, a fim de promover a liberdade de acesso ao conhecimento e à sociedade (cf. § 1.52). Mas para efetivamente realizar isso, devemos primeiramente aprofundar nossa compreensão sobre as estratégias predominantes e os problemas que elas acarretam"²³ (grifos do autor).

Como se pode ver, a idéia de ecologismo preconiza, de modo relevante, a importância da questão cultural (e até mesmo política) da sociedade, considerada, nessa perspectiva, um componente indispensável para a compreensão do texto e do discurso, sendo também por eles explicada.

Em Beaugrande e Dressler (1981), de acordo com Costa Val (2000, p. 38), a coesão diz respeito aos modos como os componentes da superfície textual se conectam mutuamente, de sorte que todas as funções que podem ser usadas para

²³ Beaugrande, 2001. No original: "Three signs presenting three brief texts. Taken in total isolation, perhaps absurd. But texts are not isolated. They are normally produced and received in context by cultural insiders so easily as to suggest a circular paradox: you use the text to 'process' the context while using the context to 'process' the text, as if you could already know what you are about to find out. Yet instead of a paradox, the two 'processes' run in a **dialectical cycle**, with each side informing and guiding the other (§ 1.1). This dialectic is fundamental to human action and interaction, above all for the processes of language and discourse.

My own problems with the three signs came from being a cultural outsider; I only knew enough about sign-messages to feel sure the meanings were not what my wiggly imagination created. Besides, having been a wandering outsider for most of my life has given me a deep respect for the skills of insiders in briskly performing the processes of ordinary understanding. But those years have also given me a disquiet perplexity about the barriers against insiders understanding outsiders. And in the public sphere, those same years have witnessed a sharp increase in world-wide contacts and conflicts between insiders and outsiders.

Undoubtedly, our future well-being vitally depends on achieving a mode of understanding for human and democratic co-existence among insiders and outsiders within a 'post-modern' world of cultural and linguistic diversity (cf. § xxx). Such is the central precept of an agenda that could aptly be named **ecologism**: active co-operation in a spirit of profound respect for each other and for our social and ecological environment. Ecologism seeks to develop and support the strategies for interacting through text and discourse to promote the **freedom of access to knowledge and society** (cf. § 1.52). But to do so effectively, we must first deepen our own understanding of the prevailing strategies and of the problems they entail."

sinalizar relações entre os elementos da superfície se incluem na noção de coesão. Sendo assim, ela não é decisiva por si mesma, pois a comunicação eficiente depende da interação entre este e os outros fatores de textualidade. Beaugrande (2001 – *Textuality revisited*) considera que

“The first standard of textuality to consider – presumably being the most ‘linguistic’ one in some fairly conventional sense – would be cohesion, broadly defined to cover all means for connecting units and patterns”.

Um exemplo da necessária interação entre a coesão e outros fatores constitutivos da textualidade e da adequação dos textos em geral diz respeito à exigência institucional, no caso dos BO, de que se apresentem “bem redigidos”, isto é, de acordo com o padrão de linguagem socialmente considerado “correto” e devido para documentos oficiais. Essa exigência se reflete na sua materialidade, orientando as possibilidades de escolha dos recursos lingüísticos e, portanto, interferindo na construção de sua coesão.

Considerando que o uso da escrita é um fato social, marcado ideologicamente pelas crenças e valores culturais, um primeiro fator cuja interferência vale a pena verificar é a concepção, enraizada no senso comum, quanto ao texto ser “bem escrito” ou não. A escola procura trabalhar com os alunos e usar como um dos parâmetros para avaliar o resultado do processo de ensino-aprendizagem, a capacidade de redigir “bem”. No caso específico do BO, essa preocupação e essa meta se mantêm. Essa preocupação é constante por parte das pessoas responsáveis pela redação, por seus superiores e pelas pessoas que utilizam o documento (advogados, juízes, peritos etc.). Mas o que é, no caso desse texto, ser “bem escrito”? Na maioria das vezes, a idéia de ser bem escrito, considerada pela maioria das pessoas, refere-se à correção gramatical.

No entanto, teorias e pesquisas têm apontado que a explicação do problema não passa por questões gramaticais pura e simplesmente. Não há dúvidas de que a materialidade do texto tenha mesmo que ser considerada, porém noutro enfoque. Conforme Marcuschi (2001, p. 9):

“[...] são os usos que fundam a língua e não o contrário [...]. Falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar

adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação. Portanto, é a intenção comunicativa que funda o uso da língua e não a morfologia ou a gramática. Não se trata de saber como se chega a um texto ideal pelo emprego de formas, mas como se chega a um discurso significativo pelo uso adequado às práticas e à situação a que se destina.”

Às vezes, para o que escreve, o que está no papel é suficiente; mas para o que lê, nem sempre é possível ir além da informação explícita. Às vezes, o contar excessivamente com a colaboração do leitor/ouvinte é que complica a compreensão; é preciso saber quando, como e quanto ser explícito, não simplesmente ser ou deixar de ser explícito. Segundo Zammuner (1999, p.112), dependendo de quais objetivos tenham sido estabelecidos pelo autor do texto, um discurso deve focar mais ou menos certos tópicos e conceitos, ser mais ou menos explícito sobre certas relações entre referentes mencionados no discurso, ser planejado cuidadosamente. Esse comentário remete à clareza e tem a ver em grande parte, por exemplo, com o emprego de vocabulário e o uso de jargão, assunto que vamos comentar em outras seções mais à frente, quando discutirmos a amostra aqui analisada, examinando a coesão e a polifonia.

A coerência é definida em Beaugrande e Dressler (1981), segundo Costa Val (2000, p.38), como fator concernente aos modos como os componentes do “mundo textual” – i.e. os conceitos e relações que subjazem à superfície textual – são mutuamente acessíveis e relevantes. Não é um mero traço dos textos, mas sim o resultado de processos cognitivos dos usuários do texto e é construído por operações de inferência. A coerência é, na verdade, um aspecto de avaliação do texto pelo leitor.

A grande novidade da obra de 1997 de Beaugrande é que esses sete fatores de textualidade são claramente explicitados como princípios com os quais os falantes operam no processamento das ocorrências lingüísticas com que se defrontam, empenhando-se em atribuir-lhes textualidade. Assim, o que importa não é a textualidade – se ela for concebida apenas como qualidade inerente dos textos – , mas o trabalho de **textualização**, realizado tanto pelo produtor quanto pelo receptor do texto. Costa Val (2000, p. 47-48) retoma e comenta um exemplo esclarecedor apresentado por Beaugrande (1997):

Um catálogo telefônico, que não apresenta as marcas lingüísticas de *coesão* responsáveis pela *textura*, tal como concebem Halliday & Hasan (1976), é analisado por Beaugrande (1997) como produto que se *textualiza* num rico processo lingüístico, cognitivo e cultural, à medida que a ele aplicamos os sete princípios: com a *coesão*, conectamos suas formas e padrões (nomes e números dispostos em lista); com a *coerência*, conectamos seus significados; considerando a *intencionalidade*, supomos que ele tenha algum propósito e interpretamos o que os produtores poderiam pretender significar e conseguir com aquela disposição formal e semântica; atentando para a *aceitabilidade*, assumimos o que pretendemos com ele e o que nos dispomos a fazer para tomá-lo como texto; buscando *informatividade*, trabalhamos no sentido de interpretar os conteúdos que ele nos apresenta a partir dos nossos conhecimentos anteriores; em termos de *situacionalidade*, relacionamos o evento-texto às circunstâncias em que interagimos com ele, considerando como sua configuração pode torná-lo útil e pertinente aos objetivos que temos em mente; ao interagir com ele, inevitavelmente, recorreremos à nossa experiência anterior com outros textos, processando-o, pois, em função da rede de *intertextualidade* em que o situamos.

Considerando que precisávamos de um quadro teórico que apoiasse nossa análise da dimensão textual dos BO, na qual buscamos enxergar a materialização da encenação discursiva e do contrato de comunicação, avaliamos que a teoria da textualidade/textualização de Beaugrande nos seria adequada, porque, contemplando essa dimensão, localiza-a e condiciona-a a um evento discursivo. Desse quadro teórico, vamos nos valer, na análise, sobretudo do princípio de coesão, que se manifesta através de diferentes recursos lingüísticos.

3.2.3 A articulação Charaudeau / Beaugrande: encenação discursiva e textualização

O que pretendemos apresentar aqui são os argumentos para justificar a utilização de duas teorias (a da textualidade, de Beaugrande, e a Semiolingüística, de Patrick Charaudeau) para a realização do nosso intento de estudar a produção do Boletim de Ocorrência.

Acreditamos que as duas têm muito em comum, a começar pelo fato de que ambas lidam com o processo discursivo, como pretendemos demonstrar. Estão também ambas predispostas a um trabalho co-laborativo, aceitando

(declaradamente) e até mesmo buscando (ostensivamente) fundamentos e conceitos de áreas científicas diversas.

Quanto à abordagem transdisciplinar ou multidisciplinar, vejamos, de início, o que diz Beaugrande (2001, p.4), ao justificar a apresentação de um apanhado geral de suas publicações na explicação que oferece para o título de seu novo trabalho ("A New Introduction to the Study of Text and Discourse – The Agenda of Ecologism"):

"Realço esta odisséia pessoal unicamente para enfatizar por que este livro não é uma das 'novas edições' que apenas atualiza cosmeticamente a edição antiga e amplia a lista de *Referências*. Também não é uma condensação ou exemplificação do *New Foundations* de 1997. Graças enormemente aos avanços da informação tecnológica e da pesquisa de *corpus*, o campo [intelectual] está passando por modificações tão rápidas e incisivas que cinco anos devem ser cuidadosamente levados em conta. Tentei produzir uma pesquisa geral inclusiva organizada propriamente dita. O abrangente termo 'Estudo', no título, deve encorajar outros campos a se associar sem ser preciso deliberar sobre o status de ciência ou sobre os limites da lingüística.²⁴ (grifo nosso)

O autor continua:

"Tal New Introduction deve/precisa ser largamente exploratório. Não estou apresentando um campo amplamente estabelecido com uma abertura entrincheirada nos programas acadêmicos de lingüística e de língua, tal como *sintaxe* ou *semântica*, embora eu vá explorar cada um deles. Também não estou apresentando os campos de lingüística de texto e de análise do discurso mais recentemente estabelecidos, embora eu vá lidar acuradamente com suas preocupações. O que eu proponho introduzir é um amplo programa ou agenda para estudar texto e discurso, isto é, para examiná-los com especial atenção e interesse, seja dentro ou fora de disciplinas científicas."²⁵

Também Charaudeau (1999, p.42), embora não tão amplamente, anuncia sua abertura a vozes de outros saberes, quando se posiciona dizendo:

²⁴ Beaugrande, 2001, p.4. No original: "I recall this personal odyssey merely to emphasise why this book is not one of those *new editions* that just cosmetically updates the old edition and expands the list of *References*. Yet neither is it a condensation or sampling from the *New Foundations* of 1997. Thanks largely to advances in information technology and corpus research, the field is undergoing changes so swift and incisive that five years must be carefully accounted for. I have tried to produce a current inclusive survey organized on its own terms. The broader label *Study* in the title might encourage other fields to join in without needing to deliberate on the status of science or the boundaries of linguistics."

²⁵ "Such a New Introduction must/needs be largely exploratory. I am not *introducing* a long-standing field with an entrenched slot in academic language and linguistics programmes, such as *syntax* or *semantics*, though I shall explore each of these. Nor am I *introducing* the more recently established fields of *text linguistics* and *discourse analysis*, though I shall earnestly deal with their concerns. What I do propose to *introduce* is a broad agenda or programme for studying text and discourse, i.e., for examining them with special attention and interest, whether inside or outside the disciplines of science."

“Agora, na minha opinião, nos anos próximos, a pesquisa sobre o discurso, qualquer que seja sua forma, deveria ser, dentro das ciências da linguagem, a perspectiva mais importante dado que abrange tanto aspectos empíricos, como cognitivos e representacionais da comunicação humana.”

Já em um artigo publicado em 1984²⁶, que foi reapresentado em 2001²⁷, diz Charaudeau:

“Levando-se em conta a pressão que a antropologia, a sociologia e a psicologia social – disciplinas às quais o termo lingüístico é, freqüentemente, acrescentado como sufixo – exercem sobre a ciência da linguagem, podemos perguntar se esta possui uma especificidade, um campo próprio.” (p. 23)

E, mais adiante:

“Como compreender um objeto de linguagem que se apresenta desprovido de sua dimensão psicossocial? [...] Como captar o fenômeno da significação em uma análise da linguagem que não se interessa pelas condições de produção?”. (p.23)

Nessa mesma publicação de 2001, Machado (p.43), ao falar sobre o que é Semiolingüística, começa assim:

“Digamos, para começar, que esta corrente de estudos tem a particularidade de não ser ‘pura’ – aliás, se o fosse, consideraríamos tal fato uma ‘falha’ em termos de AD ou, de forma mais abrangente, em termos de *Ciências da Linguagem* [...]”

Ainda de Charaudeau (1983, p.14), é importante recordar aqui sua explicação sobre o significado da palavra Semiolingüística, que já mencionamos neste trabalho, explicitando que sua teoria é semiótica e também lingüística.

Quanto ao interesse pelos elementos envolvidos no processo discursivo, que condiciona a produção e interpretação da materialidade languageira, importa sublinhar que, ao falar em *texto*, Beaugrande (1997) não se limita ao produto lingüístico e intenta abranger o acontecimento de textualização:

²⁶ Uma teoria dos sujeitos da linguagem. *Langages et Société*. n. 28. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, jun. 1984.

²⁷ MARI, H.; MACHADO, Ida L.; MELLO, Renato. *Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas*. Belo Horizonte: FALE/JFMG, 2001.

“é essencial enxergar o texto como um evento comunicativo no qual convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais, e não somente como uma seqüência de palavras que foram pronunciadas ou escritas. [...] De modo que essa seqüência que realmente se ouve ou lê é como a ponta de um iceberg – uma pequena amostra de matéria e energia na qual uma enorme quantidade de informação foi ‘condensada’ pelo falante ou escritor e está pronta para ser ‘amplificada’ pelo ouvinte ou leitor.”²⁸

“Textualidade é tanto a *qualidade essencial de todos os textos* quanto uma *realização humana* sempre que um texto seja ‘*textualizado*’, isto é, sempre que um ‘artefato’ de sons ou marcas escritas for produzido ou recebido como um texto. Assim a textualização ocorre tão rápida e habilmente que se crê não estar alcançando muita coisa e pode considerar o próprio artefato como sendo o texto completo. Essa crença ‘coisifica’ o texto numa entidade livre que ‘diz exatamente o que significa’ e ‘contém sua própria verdade ou autoridade, testemunha falas comuns tais como ‘isto é o que diz aqui’, ‘está exatamente nesta página’, ou ‘estas são as palavras exatas’. Esta coisificação prematura é o que a análise crítica do discurso procura desfazer ao tomar insistentemente o ‘texto’ como um evento comunicativo. Nosso lema programático devia ser: o texto não existe, como texto, a menos que alguém o esteja processando.”²⁹ (p. 13)

Essa concepção, cujo foco está no processo de produção/interpretação do material lingüístico, se aproxima da visão de Charaudeau (1983), para quem um texto é “o ato de linguagem na sua configuração languageira” (nota 20, p.56) e o ato de linguagem é “o resultado de uma encenação discursiva feita por sujeitos agentes (EUc e TUi), com uma matéria languageira semântico-formal que se organiza em contratos de palavra e estratégias” (p. 58).

A relação que vemos entre as duas falas implica lembrar que o conceito de “ato de linguagem” envolve a *mise en scène* discursiva, isto é, a situação em que se colocou um sistema lingüístico em funcionamento, sob influência de determinadas condições de produção. Beaugrande, no trabalho de 2001, p.30, diz que:

²⁸ Beaugrande, 1997, p.10-11. No original: “It is essential to view the text as a communicative event wherein linguistic, cognitive and social actions converge, and not just as the sequence of words that were uttered or written. [...] So the sequence you actually hear or see is like the tip of an iceberg – a tiny amount of matter and energy into which an enormous amount of information has been ‘condensed’ by a speaker or writer and is ready to be ‘amplified’ by a hearer or reader.”

²⁹ “Textuality is both the *essential quality of all texts* and a *human achievement* whenever a text is ‘*textualized*’, i.e., whenever an ‘artifact’ of sounds or written marks is produced or received as a text. Yet textualizing runs so quickly and skillfully that you may believe you aren’t achieving anything much and may assume the artifact itself to be the whole text. This belief ‘reifies’ the text into a free-standing entity that ‘says just what it means’ and ‘contains’ its own truth or authority, witness such commonsensical sayings as ‘that’s what it says here’, ‘it’s right here on the page’, or ‘those are the exact words’. This premature and restrictive reification is what critical discourse analysis seeks to strip away by insistently grasping the ‘text’ as communicative event. Our programmatic motto might be: a text does not exist, as text, unless someone is processing it.” (p.13)

“Discursivismo pode ser um termo para qualquer abordagem pretendendo empenhar-se num texto ou discurso para descrever ou analisar sua textualidade, isto é, seu potencial comunicativo numa situação de interação entre produtor(es) e recebedor(es).”³⁰ (grifo nosso)

Também quanto ao valor do signo e à relação **significante-significado** no texto/discurso (evento comunicativo, ato de linguagem), os dois autores assumem concepções bastante próximas. Charaudeau (1983, p.19), tratando do jogo entre explícito e implícito, define o fenômeno linguageiro como se constituindo de dois movimentos: um, de força centrífuga, que obriga todo signo a significar na intertextualidade, num “jogo de interpelações dos signos uns pelos outros, numa contextualidade que ultrapassa largamente o contexto explícito”; outro, de força centrípeta, que obriga os signos que compõem o ato de linguagem a se significarem num todo que integra o ato de designação da referência e o ato de simbolização, em que o signo ocupa um lugar numa rede de relações com outros signos. Beaugrande (1997), por sua vez, vê o texto (evento comunicativo) como uma “configuração de signos” em que as inter-relações de uns com os outros atualizam os valores virtuais disponíveis no sistema lingüístico:

Para a semiótica, um **texto** não seria um artefato visual ou acústico, por exemplo, um trecho de uma língua escrita (novamente como o senso comum supõe), mas uma *configuração de signos* – especificamente, um **verdadeiro sistema** de signos. Esta definição sugere que a relação entre significado e significante deve prevalecer não para *cada signo*, mas para o sistema-texto inteiro (como um ‘supersigno’) ou pelo menos para algum trecho de texto ou episódio discursivo”³¹ (Beaugrande, 1997, p.55).

Nesse ponto, é pertinente apontar a proximidade entre a visão de Beaugrande e a tradição inaugurada por Benveniste (1989, p.81-90), com o conceito de *enunciação* – “ato mesmo de produção do enunciado (e não o texto do enunciado)”: “conversão individual da língua em discurso”, “o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Para Benveniste, fora da enunciação a língua é apenas possibilidade, e a enunciação, embora acontecimento

³⁰ Beaugrande, 2001, p.30. No original: “Discursivism can be a term for any approach intending to engage with a text or discourse in order to describe or analyse its textuality, i. e., its communicative potential in a situation of interaction between the producer(s) and receiver(s).”

³¹ Beaugrande, 1997, p.55. No original: “For semiotics, a **text** would be not a visual or acustic artifact, e.g., a piece of written language (again, as common sense might suppose), but a *configuration of signs* – specifically, an **actual system** of signs. This definition suggests that the relation between signified and signifier might hold not *for each sign*, but for the whole text-system (as a ‘supersign’) or at least for some stretch of text or discourse episode.”

único e individual, é um fenômeno "total e constante" que afeta todo o sistema da língua. Maingueneau (in Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.168), filia-se à tradição, definindo língua como um sistema de valores virtuais que se opõe ao discurso, isto é, ao uso da língua em um contexto particular, uso esse que filtra os valores e pode suscitar novos valores.

Na mesma linha, Beaugrande (1997, p. 5, 11 e 55) considera que o texto é um sistema real de escolhas reais interconectadas feitas a partir das possibilidades oferecidas e estipuladas pela língua, sistema virtual de escolhas potenciais. Beaugrande (2001, p.30), como já mencionamos, diz que "o texto é um sistema, isto é, um conjunto de elementos funcionais, produzido e recebido ao se acionar o sistema virtual da língua".

Vê-se, pelo que acabamos de apresentar, que os focos das duas teorias são coerentes e acabam significando que, numa determinada situação de interlocução, o indivíduo lança mão do sistema virtual que é a língua, configurando-o, ajustando-o às suas necessidades, aos seus objetivos, rendendo-se às regularidades sócio-comunicativas, impostas pelas convenções e determinações que deverão ser atendidas para que se estabeleça um contrato de fala (e ao mesmo tempo descobrindo caminhos para se individualizar lingüisticamente). O sucesso da "aposta" acontece quando os parceiros são capazes de atuar lingüisticamente dentro do mesmo sistema, quando partilham conhecimentos, pressupostos e expectativas quanto ao ato de linguagem e, por isso, são capazes de textualizar – na produção e na interpretação – de modo a construir um sentido comum, pertinente e adequado à situação em que se encontram.

Importa sobretudo ressaltar aqui o sentido que Beaugrande dá à textualidade. Segundo este autor, esse termo – textualidade – tornou-se-lhe uma preocupação diante do conceito equivocado que se instalava. No seu *New Foundation for a Science of Text and Discourse*, ele declara:

"Desde o aparecimento, em 1981, da obra *Introduction to Text Linguistics*, que usou os sete princípios de textualidade como base, nós necessitamos enfatizar que eles designam as mais importantes formas de conectividade e não (como alguns estudos assumem) os fatores lingüísticos do texto-artefato, nem as fronteiras entre 'textos' e 'não textos'. Os princípios aplicam-se onde quer que um artefato seja textualizado, mesmo que alguém julgue o resultado incoerente, sem propósitos, inaceitável, etc. Tais julgamentos indicam que o

texto pode não ser apropriado (adequado para a ocasião), ou eficiente (fácil de manusear), ou eficaz (proveitoso para o objetivo ou intenção); mesmo assim é um texto. Em geral, as perturbações e irregularidades são desconsideradas, ou entendidas como sinais de espontaneidade, estresse, sobrecarga, ignorância, e não como perda ou negação da textualidade (Beaugrande, 1997, p.15, citado por Costa Val, 2000, p.47).

Essa explicação se faz necessária porque não desejamos que se considere a presença dessa teoria para estudarmos o Boletim de Ocorrência como uma tomada de posição favorável ao estudo do texto pelo texto, por sua parte formal exclusivamente, por desejar apenas mostrar como o texto foi construído. Estamos considerando que os sete critérios de textualidade fornecem subsídios coerentes com os conceitos postulados pela Semiologia, assim como esta teoria se posiciona próxima e compativelmente com a outra.

Costa Val (2000, p.38) realça que Beaugrande e Dressler (1981) não focalizam o texto como produto, mas tratam dele como atividade de comunicação textual, isto é, como um processo. Desde essa obra e cada vez mais, nos trabalhos mais recentes, os fatores de textualidade não se definem como características inerentes aos textos e sim como princípios que orientam as operações dirigidas ao material textual.

Entendemos que os princípios de textualidade formulados por Beaugrande mostram-se compatíveis com os postulados semiológicos e passamos a desenvolver esse argumento.

A nosso ver, as noções de coesão e coerência, tal como expostas no item anterior, podem ser relacionadas à questão do explícito e do implícito trabalhada por Charaudeau (1983, p.20):

“Se agora consideramos o ato de linguagem no seu resultado, diremos que ele se apresenta sob o duplo aspecto de um Explícito incompleto do ponto de vista da significação deste ato (o Explícito se apresentaria à interpretação como uma superfície lacunar cheia de espaços vazios de sentido), e de um Implícito que, falando das condições de produção/interpretação da linguagem, determinaria (como por um trabalho de preenchimento de espaços vazios que

modificaria a cada vez a textura do conjunto Explícito-Implicito) a significação deste ato de linguagem".³²

A partir disso, consideramos que tais operações são exercidas pelos seres actantes da interlocução, e que sendo noções centradas no texto, têm a ver com o explícito, mas também consideramos que, se não são inerentes aos textos, dependem também do implícito; além disso, a coesão é um princípio que diz respeito aos modos como "os componentes da superfície textual se conectam mutuamente" (explícito), e a coerência "não é um mero traço dos textos" e é atingida através de "processos cognitivos entre os usuários do texto" (implícito).

Os outros cinco princípios de textualidade são noções centradas nos usuários. Compreendemos que têm, portanto, relação com o "enjeu" em que se colocam os parceiros do ato de linguagem.

Quanto à intencionalidade e à aceitabilidade, Costa Val (2000, p.39) lembra que "segundo Beaugrande e Dressler (1981), produzir um texto que seja considerado coeso e coerente pelo outro pode ser uma maneira de atingir os objetivos comunicativos desejados; colaborar na construção da coesão e da coerência do texto do outro pode ser uma maneira de se engajar no projeto comunicativo dele."

Pelo trecho acima, pode-se perceber que há afinidades significativas entre a concepção do ato de linguagem apresentada por Charaudeau e a atividade de textualização (na época, 1981, tratada por "textualidade") proposta por Beaugrande e Dressler, pois, ao considerarmos o pensamento desses autores, citado acima, estamos autorizados a aproximá-lo do conceito semiolingüístico de que o sujeito comunicante, ao produzir seu texto, idealiza um TU-destinatário e, nessa idealização, considera não só que estratégias deve empregar para fazer acontecer a interpretação que ele deseja, mas também as possíveis estratégias que o TU-destinatário colocará em ação. Em contraposição, o TU-interpretante, interlocutor efetivo, também se empenhará em alcançar as estratégias colocadas em ação pelo Eu-comunicante – que poderão, ou não, coincidir com as suas. Isso

³² Charaudeau, 1983, p.20. No original: "Si maintenant nous considérons l'acte de langage dans son résultat, nous dirons qu'il se présenterait sous le double aspect d'un Explicite incomplet du point de vue de la signification de cet acte (l'Explicite se présenterait à l'interprétation comme une surface lacunaire pleine d'espaces vides de sens), et d'un Implicite qui, nous parlant des conditions de production/interprétation du langage, déterminerait (comme par un travail de remplissage, des espaces vides qui modifierait à chaque fois la texture de l'ensemble Explicite-Implicite) la signification de cet acte de langage".

expõe, nesse aspecto, a interseção das duas teorias: estarão ambos os participantes da interação verbal (pré)ocupados um com o outro e (pré)ocupando-se com as estratégias utilizadas por um e por outro lado para se efetivar a co-construção do sentido do texto. Caracteriza-se, portanto, tanto numa teoria como noutra, um processo de mão dupla, que foi por nós anunciado ao apresentarmos acima os critérios de textualidade e conforme foi delineado ao falarmos sobre os parceiros do jogo de linguagem, na descrição dos desdobramentos do Eu e do TU, na parte referente à Semiologia.

Sobre a informatividade, tendo em mente que não se trata de característica do texto em si, mas que é avaliada pelos interlocutores em função das expectativas e conhecimentos que vêm em si mesmo e no(s) parceiro(s), podemos relacioná-la com o jogo que se desenvolve no ato de linguagem. O EU preocupa-se em como dizer ao outro o que pretende dizer, e deverá avaliar o que o outro já sabe, o que seria desnecessário e o que seria importante dizer, teria de considerar com que saberes poderia contar para que se estabelecesse com sucesso o contrato de linguagem.

Do mesmo modo, a situacionalidade e a intertextualidade, que envolvem atividades, crenças e perspectivas dos participantes de um ato de interlocução, relacionam-se com o conceito de circunstâncias do discurso de Charaudeau.

Costa Val (2000) ressalta que, mesmo mencionando crenças e perspectivas, os autores, nessa obra de 1981, se limitam a considerar elementos pertinentes à situação imediata do processo de interlocução e não contemplam efetivamente as condições históricas, sociais e culturais, com suas implicações políticas e ideológicas, e ela diz que isso é o contrário do que ocorre "por exemplo, na teoria da interação verbal de Bakhtin, em estudos na linha da Análise do Discurso (AD) francesa, ou da Análise Crítica do Discurso (ACD) anglo-americana, em que essas discussões assumem lugar privilegiado." No entanto, em seu texto de 2001, Beaugrande se inscreve entre os que se preocupam com a questão social, cultural e histórica, inclusive colocando a expressão "The Agenda of Ecologism" (cuja explicação já mencionamos acima) como subtítulo em seu texto. Além disso, na p.11, ele diz que "to grasp communication in its natural setting, we might describe it in terms of three factors derived from three modes of sharing", sendo esses três fatores o lingüístico, o cognitivo e o social. (Ele deixa claro que distinguir esses três

fatores não significa descrevê-los ou estudá-los isoladamente). Segundo o autor, o fator social

“diz respeito a uma sociedade onde pessoas e grupos interagem para manter seus papéis sociais. Mais do que por outros fatores, similaridades e diferenças são proeminentemente manifestadas, parte na formação de identidades individuais e parte na consolidação ou divisão de grupos sociais tais como família, vizinhança, faixa etária ou estabelecidos por outra categoria de divisão.”³³

Quanto à intertextualidade, podemos colocá-la também no quadro de criações de imagens virtuais que os sujeitos fazem reciprocamente. A intertextualidade faz parte dos saberes que são pressupostos e dos que são colocados em ação, de modo que podemos dizer que tanto a situacionalidade quanto a intertextualidade são integrantes da “aposta” e fazem parte da “expedição” e da “aventura” que Charaudeau (1983, p.50-51) vê na produção do ato de linguagem.

Assim, fica demonstrada a compatibilidade dos dois modelos teóricos adotados neste trabalho. Sua utilização na análise do Boletim de Ocorrência se justifica pela contribuição de um enfoque teórico ao outro, naquilo que responderia às nossas questões. Como o policial constrói aquele artefato? Porque ele o faz assim? Teremos, então, Beaugrande para o processo de textualização e Charaudeau para a encenação discursiva, mostrando como se desenvolve um ato de linguagem.

Articulando essas duas teorias, podemos dizer que o texto que se apresenta como o Histórico do Boletim de Ocorrência é um “ato de linguagem na sua configuração languageira”; ou seja, o material em foco é uma manifestação da língua em uso, trazendo subjacente um conjunto de aspectos de natureza psico-socio-histórica que permeiam o lingüístico. Disso tudo decorre a sua forma, seu funcionamento, seu percurso.

³³ Beaugrande, 2001. No original: “concerns sharing a society wherein people and groups interact to sustain their social roles. More than for the other two factors, similarities and differences are prominently manifested, partly in the formation of individual identities and partly in the consolidation or division of social groups such as family, neighborhood, peer group, interest group, or career”.

3.3 Conceitos e teorias de apoio

3.3.1 Polifonia

A idéia de que um texto tem sempre algo de um outro texto já vem sendo mencionada desde Bakhtin (2000, p.319):

“Todo enunciado, além do objeto de seu teor, sempre responde (no sentido lato da palavra), de uma forma ou de outra, a enunciados do outro anteriores. O locutor não é um Adão, e por isso o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos [...] ou então as visões do mundo, as tendências, as teorias, etc. [...] O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto.”

Com base nessa perspectiva teórica, pode-se dizer que os textos têm uma propriedade inerente de se constituírem a partir de outros textos. Um texto qualquer é sempre impregnado pelo discurso do outro. Nele, ressoam mais de uma voz, mais de um ponto de vista. Segundo Fiorin & Savioli (1999, p.30), “o discurso é sempre a arena em que lutam esses pontos de vista em oposição.” Por isso o texto é sempre polifônico.

A polifonia foi introduzida por Bakhtin, nos seus trabalhos sobre a literatura, para caracterizar as obras em que várias “vozes” se exprimem sem que nenhuma seja dominante (como nos romances de Dostoievski). Mas, conforme Maingueneau (2000, p.08) “a polifonia foi explorada pelos lingüistas, em particular Ducrot, para levar em conta os múltiplos casos onde aquele que produz materialmente o enunciado não se encarrega dele, não se apresenta como eu responsável”. Sob as palavras de um discurso, há outras palavras, outro discurso, outro ponto de vista social. Desse modo, quando lemos um texto “X” defendendo um certo desempenho de um time de futebol, podemos saber que um outro comentário poderia estar sendo criado, existiria latente, que seria como que relacionado ao que se disse no referido texto “X”, motivando a construção desse texto “X”.

Maingueneau (1997, p.76), diz que, segundo Ducrot:

“Há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os **enunciadores** e os **locutores**. Por *locutor* entende-se um ser que, no enunciado, é apresentado como seu responsável. [...] Os *enunciadores* são seres cujas vozes estão

presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Ou seja, o locutor pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diversas da sua.”

A polifonia, conforme ainda Maingueneau, (2000, p. 108) “põe em causa a unicidade do sujeito falante e inscreve-se, então, na problemática mais ampla da heterogeneidade discursiva”, pois, como se viu acima, e concordando com Fiorin e Savioli (op. cit.), a linguagem é fundamental e constitutivamente heterogênea.

Essa heterogeneidade muitas vezes não está marcada ao longo do discurso, nem sempre as duas perspectivas em oposição estão mostradas no texto. Fiorin & Savioli (op. cit., p.27) comenta que “ao ler-se o que diz o velho [do Restelo – *Os lusíadas*, canto IV, estrofe 94], vê-se que havia diferentes perspectivas na sociedade sobre a aventura ultramarina portuguesa e que elas estavam em relação polêmica umas com as outras”, mas isso não está declarado abertamente no texto de Camões.

Como seria possível perceber-se a voz do outro num determinado texto? Há diferentes formas de mostrar a presença das múltiplas vozes num texto: deixá-las implícitas, por conta da memória do leitor, que poderia fazer associações, analogias, comparações, etc. ou torná-las explícitas, com marcas claras e bem delineadas.

Diversos mecanismos lingüísticos servem como recurso para mostrar explicitamente vozes alheias no interior de um texto. Entre eles, pode-se citar a negação, os discursos direto, indireto, indireto livre, as aspas e certas expressões como as glosas do locutor que servem para marcar inadequação vocabular, para se autocorrigir, para confirmar, para pedir permissão para empregar certos termos, para corrigir antecipadamente um erro de interpretação, para marcar deliberadamente a voz de um personagem diferente, etc.

A consideração de que todo texto é polifônico por natureza, faz-nos pensar que partes dele devam funcionar como “chaves” para acionar as ligações com outros textos. Ou seja, determinados vocábulos ou expressões pertenceriam a um outro texto e, ao tomarmos contato com eles, faríamos uma ponte entre um e outro. A esse propósito, apontamos aqui recomendações, feitas no *Guia*, quanto ao uso de determinados termos e estruturas, que acabam se constituindo como caracterizadores do “estilo” desse gênero (cf. Bakhtin). Essas marcas, presentes no

texto de diferentes BOs, ecoam como uma voz outra, que não a do policial que escreve o texto, o EUc. Soam como a voz institucional do EUe, ser de discurso, figura idealizada que assume a função impessoal e oficial de redator de um documento público, de valor jurídico.

Esse raciocínio transporta-nos para os conceitos de clichês, *topoi* e isotopias, que passamos a abordar.

Lysardo-Dias (2000) explica, em seu texto *Clichê e leitura na história em quadrinhos*, que o uso mais consagrado do termo clichê está ligado à área gráfica, mais especificamente à tipografia. Nessa acepção, o clichê é uma placa gravada sobre o metal para impressão de imagens ou de textos através da prensa. A fotografia também emprega esse vocábulo – para designar o negativo que permite a reprodução de várias cópias. Linguisticamente falando, a palavra passou a ser empregada, por analogia, para denominar expressões excessivamente repetidas, referindo-se a idéias já muito familiares que, de tão cristalizadas, tornaram-se até banais, inexpressivas. Por causa disso, o termo acabou adquirindo um sentido pejorativo.

No entanto, nesse trabalho, o significado da palavra é diferente. Lysardo-Dias, no mesmo texto, considera que, a partir de Riffaterre (1970), tem-se uma nova forma de compreensão do clichê, que passa a ser analisado numa outra dimensão: a de fenômeno intertextual. Nessa perspectiva, o que se considera é que os clichês são uma referência socialmente codificada, ou seja, são considerados um fenômeno que permite o diálogo entre universos discursivos. Os clichês, na concepção que se lhes dá aqui, são um “esquema cristalizado”, de domínio coletivo. São “propriedade comum” de um determinado grupo social, o que lhe dá legitimidade e credibilidade. Considera-se também que tenha valor argumentativo, pois se trata da tradicional **função persuasiva** (grifei) do lugar-comum (*topos*); isto significa que o “*déjà-dit*” permite a instauração de um consenso necessário para o entendimento entre os sujeitos interlocutores. E, como estamos nos ocupando, de certa maneira, também da recepção, nesse ponto é oportuno lembrar que “ler, em certo sentido, é ir em busca de estruturas familiares” (Dufays, 1994, *apud* Lysardo-Dias, *op. cit.*). Recordo aqui o que já foi dito acima: há estruturas que funcionam como senhas, garantindo a circulação do texto naquele determinado grupo.

O conceito de *topoi* amplia o campo da análise. Segundo Ducrot (1995), *topoi* são crenças apresentadas como comuns a uma certa coletividade (ou, pelo menos, são comuns entre o locutor e o alocutário). Essas crenças têm caráter de generalidade e podem valer, também, para outras situações diferentes daquelas em que estão sendo empregadas. Elas colocam em relação duas escalas ou dois predicados graduais que permitem a articulação de um raciocínio. Por exemplo, é do senso comum que as praias nordestinas são lindíssimas, assim como é voz geral que os churrascos gaúchos são deliciosos; todo o país considera verdade que o paulista é empreendedor, assim como é tido como natural do carioca saber aproveitar a vida. Sendo esses (pré)conceitos estabilizados no pensamento e na cultura do brasileiro (naturalmente que isso está em forma de texto), torna-se engraçada uma mensagem como a seguinte, recebida pela internet:

Que programa você prefere?

Um churrasco gaúcho,
numa praia do nordeste,
organizado por paulistas,
acompanhado de mulheres mineiras,
com muita diversão carioca.

ou

Um churrasco mineiro,
numa praia gaúcha,
organizado por cariocas,
acompanhado de mulheres nordestinas,
com muita diversão paulista.

As noções de clichê e *topos* têm a ver com a situação de isotopia. Há um campo semântico e um contexto que nos guiam ou nos dão um roteiro para interpretar, fazendo com que um determinado vocabulário possa ser considerado um jargão específico do documento militar. Isotopia, segundo Greimas, conforme cita Eco (1993, p. 74), é "um complexo de categorias semânticas múltiplas que possibilitam a leitura uniforme de uma história." Concluir sobre o que alguém fala, segundo Eco (1993), "é um tipo de aposta interpretativa, mas os contextos (grifo nosso) nos permitem tornar essa aposta menos incerta que uma aposta no vermelho ou no preto de uma roleta". Apostas na isotopia são com certeza um bom critério interpretativo, mas só na medida em que as isotopias não sejam genéricas demais.

Este é um princípio válido também para as metáforas. O exemplo que Eco nos oferece para esclarecer seu ponto de vista a esse respeito é o de podermos dizer que “Aquiles é um leão” porque ambos são corajosos e ferozes, mas estaríamos inclinados a rejeitar a metáfora “Aquiles é um pato”, justificada com base no princípio de que ambos são bípedes. Poucos outros são tão corajosos quanto Aquiles e o leão, ao passo que muitíssimos outros são bípedes como Aquiles e o pato. Penso, no entanto, que a aceitabilidade da metáfora relacionando Aquiles com o leão deve-se também ao fato de que o leão é um símbolo mundialmente aceito de força e coragem (assim como de poder); ao passo que o pato não simboliza os bípedes. Suponho que a metáfora relacionando bípedes seria bem aceita, ou melhor, seria adequadamente interpretada, se o contexto em que fosse usada favorecesse a ligação entre os dois seres a partir da característica em questão. O contexto pode ser a chave para se acessar o significado de determinada expressão. Aparentemente, é difícil estabelecer uma relação entre um ser humano e uma porta; mas na nossa sociedade, costumamos dizer que “Fulano é uma porta”, querendo significar que é uma pessoa mal-educada. Mas se meu interlocutor desconhece isso, não vai entender, ou, no dizer de Eco, “vai rejeitar a metáfora”.

Consideramos que o conceito de *isotopia* se encaixa bem no que Ducrot (1995) procurou sistematizar sob o nome de *topos*, ou – no plural – *topoi*. Como se viu, desde que determinada estrutura ganhe significados que sejam compartilhados num grupo social, torna-se um *topos*. Os *topoi* estabelecidos socialmente nos permitem, às vezes, manter um nível ótimo de interlocução. Muitas piadas envolvendo portugueses, feitas por brasileiros, apóiam-se em *topos*. É oportuno lembrar uma delas, em que o português foi convidado para uma “festa de quinze anos”, aceitou o convite com satisfação, mas avisou que só poderia ficar dois anos. E até mesmo o adjetivo “português”, ao ser mencionado numa piada, já é um *topos*.

3.3.2 A voz da Psicologia Social

Como já foi dito, as fontes geradoras da Semiolingüística foram enriquecidas por várias teorias, entre outras, pela perspectiva bakhtiniana, que

ênfatiza o *locus* do aspecto social na expressão do "mundo real". Em Bakhtin/Volochinov (1999, p.117) lê-se:

"A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social. Em consequência, todo o itinerário que leva da atividade mental (o 'conteúdo a exprimir') à sua objetivação externa (a 'enunciação') situa-se completamente em território social."

[...]

"Quando a atividade mental se realiza sob a forma de enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala, e acima de tudo, aos interlocutores concretos."

Charaudeau (1983, p.10) diz que a competência dos seres de fala é múltipla e se instala não na representação languageira explícita do mundo, mas na competência para significação do mundo como um todo, o que inclui o contexto sócio-histórico e as relações que se estabelecem entre o locutor e o interlocutor. Mais adiante (p. 22), esse autor diz que os saberes individuais e coletivos mobilizam-se constantemente em função dos deslocamentos das relações interindividuais e intercoletivas.

Foi mostrado acima que, conforme Charaudeau (1983, p.85), a posição semiolingüística de troca languageira apóia-se em que o ponto de vista originado no sujeito comunicante (EUc) visa à construção de um sujeito destinatário (TUd), e considera o ato de linguagem como uma *mise en scène* que consiste em valer-se das diferentes ordens de organização da matéria languageira, para, sendo dadas as restrições situacionais que sobredeterminam em parte este ato de linguagem, fabricar os contratos e as estratégias. Por outro lado, esta perspectiva também define o ponto de vista da interpretação, que tem por origem o sujeito interpretante, (TUi), e que consiste, partindo de restrições situacionais, em retomar os pontos usados pelo EUc para a ativação dos aparelhos languageiros e o modo pelo qual são construídas as estratégias de fala.

Disso resulta um conjunto de personagens envolvidos no percalço de um objetivo comum: fazerem-se compreendidos e compreender para atingir um determinado fim; associar-se um ao outro, via compartilhamento de saberes, com certo grau de liberdade na escolha (pelo locutor) de suas estratégias discursivas e igualmente com relativa liberdade para interpretar (o interlocutor), mas limitados

(ambos) a uma gama de comportamentos languageiros, estabelecidos convencionalmente como regularidades sociocomunicativas e adequados àquela situação em que se encontram, para que se estabeleça uma *mise en scène* produtiva.

Como estão os dois lados engajados na mesma empreitada – de estabelecer interlocução – de certo modo, então, poder-se-ia considerar esse conjunto de personagens na situação acima descrita – a *mise en scène* – como um grupo, conforme conceituado por Bowditch e Buono (1992, p.95), da Psicologia Social:

“Embora provavelmente existam tantas definições de grupos quanto pesquisadores de comportamento organizacional, os grupos parecem ter certas características comuns. Um grupo consiste de: (1) duas ou mais pessoas que são (2) psicologicamente conscientes umas das outras e que (3) interagem para atingir uma (4) meta comum. Assim, um grupo é mais do que um simples ajuntamento de pessoas, e essas quatro condições precisam ser atendidas.” (grifo nosso)

Também da Psicologia Social, Carlos (1998, p.201) fala sobre grupo trazendo considerações que julgamos pertinentes à situação de nossa *mise en scène*. Segundo esse autor, todos temos experiências cotidianas de participação em grupos e essa inserção pode se dar de modo consciente ou não e acontecer em grupos de formação espontânea ou natural, assim como em grupos criados com objetivos específicos. De qualquer modo, essas experiências ficam marcadas, de maneira gratificante ou traumática, e com base nelas é que nos jogamos em novas experiências de relacionamentos grupais. Nesse aspecto julgamos haver pertinência com o que preconiza a Semiologia, quando considera que, além da linguagem, é necessário levar em conta também o contexto psicossocial. Neste mesmo trabalho, Carlos ainda se refere a outros conceitos de grupos, trazendo o que é apresentado por Lewin (1973, p.54) e Olmsted (1979, p.12):

“A essência de um grupo não reside na similitude ou dissimilitude de seus membros, senão, em sua interdependência. Um grupo pode ser caracterizado como um todo dinâmico: isto significa que uma mudança no estado de uma das partes modifica o estado de qualquer outra parte [...]” (Lewin, 1973, p.54).

“Uma pluralidade de indivíduos que estão em contato uns com os outros, que se consideram mutuamente e que estão conscientes de que têm algo significativamente importante em comum” (Olmsted, 1979, p.12).

Carlos prossegue dizendo que, na perspectiva de Lewin, considera-se o grupo como algo coeso, estruturado e acabado, onde não há lugar para o conflito, passando “a idéia de um processo linear”, mas que o grupo também pode ser visto como “um lugar onde as pessoas mostram suas diferenças [...], onde há uma convivência do diferente, do plural [...]”. Segundo ainda Carlos (p.203-204), o grupo:

“É uma instância onde se dá um embate diário das relações pessoais que trazem consigo toda uma história de vida. Relações onde estarão presentes as múltiplas determinações de cada sujeito. Determinações de classe social, de gênero, de raça e de nacionalidade. Relações que se embaterão tanto na busca consciente de uma dominação quanto de defesas inconscientes utilizadas para lutar e/ou fugir das ameaças que as novas situações – desconhecidas – lhes colocam”.

Isso é especialmente interessante pela afinidade com o que Charaudeau propõe sobre a relação entre os sujeitos da linguagem e o *enjeu* que se estabelece entre eles: a aposta, a expedição e a aventura. Carlos (p.203) ainda cita Pichón-Rivière (1982), cujo texto rotula como “um clássico latino-americano para o estudo e a intervenção de pequenos grupos”:

“Cada um de nós possui um Esquema Conceitual Referencial Operativo (ECRO) individual, o qual é constituído pelos nossos valores, pelas nossas crenças, nossos medos e nossas fantasias. Quando nos encontramos para trabalhar³⁴ com outras pessoas trazemos nosso ECRO e com ele dialogamos com os outros, ou melhor, com os ECROS dos outros. Como nem sempre explicitamos nosso ECRO, o nosso diálogo pode ser dificultado.”

Ainda que, por respeito a um rigor conceitual absoluto, com base no que preconizaria a Psicologia Social, não fosse possível considerar que os personagens da *mise en scène* em que é produzido o Boletim de Ocorrência estejam compondo um grupo, levando em conta que entre eles não há propriamente um sentimento de

³⁴ Os textos consultados são de uso na Psicologia Social e seu enfoque não se restringe apenas ao estudo da formação de grupo, mas também – e talvez principalmente – à intervenção de profissionais em grupos sociais com formação mais duradoura ou com objetivos mais específicos, como os de trabalho.

afinidade, de formação de conjunto e que não se reuniram ali *para* fazer um Boletim, ou seja, não houve uma intenção de se juntarem para registrar alguma coisa, mas que foram agrupados (ajuntados) pelas circunstâncias (mesmo porque uma ocorrência de trânsito não acontece voluntariamente, a não ser em algum caso especial), há que se reconhecer que o conjunto de pessoas ali envolvidas acaba apresentando características de um conjunto que forma um grupo.

Considerando isso, julgamos pertinente dizer que seria uma contribuição para a teoria em pauta se se fizesse uma observação de que, no momento da interação, há uma formação, se não exatamente de grupo, pelo menos de um agrupamento (e não “um simples ajuntamento de pessoas”), e que essa formação é, na verdade, condição para que a *mise en scène* se realize da maneira como se preconiza pela teoria. Se não houver grupo (ou grupamento), não há a realização do ato de linguagem. Ou seja, o que estamos propondo aqui é que os actantes do ato de linguagem não sejam vistos como dois (ou mais) elementos colocados individualmente, dissociados, mas que estão numa formação de grupo, de tal modo vinculados que estabelecem uma relação, o que os faz interdependentes: um existe porque o outro existe. Isso acrescentaria força à idéia da construção do destinatário pelo enunciador e vice-versa, sem deixar de lado a existência do comunicante e do interpretante.

Na nossa compreensão, o interessante na formação do grupo / grupamento, considerando a *mise en scène* discursiva, é que ela se dá não somente no plano do *vis-a-vis*, mas no plano das idéias; ou seja, ela não acontece no nível do enunciado, no explícito do ato de linguagem, no plano físico exclusivamente, mas também no plano da enunciação, isto é, quando o significado implícito nas palavras é atingido. Quando Tancredo Neves pronunciou a frase “Não nos dispersemos”, num comício das “Diretas Já”, a multidão que o ouvia entendeu que ele se referia ao fato de que o povo deveria manter-se firme no propósito de pedir eleições diretas, deveria manter-se coeso, todos com os mesmos objetivos sempre em mente. Ninguém considerou que ele estivesse pedindo ao povo que permanecesse no local onde estava. No entanto, quando Frodo, personagem de *O Senhor dos Anéis* (Tolkien, 2002, p.115), disse a seus amigos “Não vamos nos dispersar”, ele se referia ao fato de se manterem juntos, por causa dos perigos que corriam na

Floresta Velha. Em ambos os casos, as palavras foram interpretadas pelos Tu-destinatários como os Eu-enunciadores esperavam; aí se efetivaram os grupos.

Bakhtin/Volochinov (1999, p.113) diz que:

“A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.”

Reportamos as palavras de Bakhtin, mais acima, para repetir que *tanto a atividade mental do sujeito como a expressão do mundo real* constituem “um território social”. Compreendemos esse território social como sendo os saberes, crenças, fantasias, emoções e sentimentos experienciados pelos indivíduos numa determinada comunidade. Há pois, uma vida latente na *expressão* de cada um e a palavra é o *território comum* do locutor e do interlocutor; portanto, pode-se dizer que, na interação, a palavra é a vida (em) comum dos seres do discurso; a palavra é, de certo modo, a interseção das vidas daqueles parceiros no ato de linguagem.

Amossy (2000, p.319), outra voz que sempre ecoa sonante com as idéias de Charaudeau, também parece estar de acordo com esses aspectos sociais, pois diz que:

“São, pois, uma vez mais, as idéias recebidas e as evidências compartilhadas pela comunidade que sustentam implicitamente as avaliações e o julgamento do valor colocado sobre o objeto.”³⁵

E é interessante notar que as condições apresentadas como básicas pela Semiolingüística para o funcionamento da *mise en scène* coincidem com as condições para a formação do grupo. Destacamos, por exemplo, do que foi apresentado acima da Psicologia Social, a questão de “duas ou mais pessoas psicologicamente conscientes uma da outra, que interagem para atingir uma meta comum”, e também que os participantes são “indivíduos que se consideram mutuamente e que estão conscientes de que têm algo significativamente importante em comum” (o que está de acordo com Charaudeau no que se refere ao contrato de

³⁵ Amossy, 2000, p.319. No original: “Ce sont donc, une fois de plus, les idées recues et les évidences partagées de la communauté qui sous-tendent implicitement les évaluations et le jugement de valeur portés sur l’objet”.

comunicação). Diz ainda a Psicologia Social: “a essência de um grupo não reside na similitude ou dissimilitude de seus membros, senão, em sua interdependência”. Esse postulado afina-se com a proposição da Semiologia de que os sujeitos do ato de linguagem não são iguais, isto é, cada um tem suas características, cada um se posiciona conforme seu *ethos*³⁶ e seu *pathos*³⁷. Conforme citamos acima, Charaudeau (1983, p.9) diz que os seres de fala não são desencarnados, pois são definidos por suas diferenças; o locutor é diferente do interlocutor, o que explica que este último possa construir sentidos não previstos por aquele.

O Euc projeta um Tui que pode não ser conforme ele projetou, mas não deixa de haver relação Eu x Tu. Por isso, desde que se dispõem a interagir, a se entenderem, eles são como parceiros, há um jogo entre eles, e isso os torna interdependentes. Pelo que nos mostra a Psicologia Social, “a mudança no estado de uma das partes modifica o estado de qualquer outra parte”; pela Semiologia, quando algo falha na interpretação, por exemplo, quando há algum desencontro no reconhecimento da identidade dos parceiros, quando o contrato é ameaçado ou quebrado, há uma retomada, uma tentativa de recuperação ou de modificação daquilo que impediu a realização do ato de linguagem. Uma situação efetivamente ocorrida que ilustra esse ponto é a frase do redator do BO1 dita a um dos condutores dos veículos envolvidos na ocorrência, durante a produção do boletim: “Não senhor! Eu tenho de ser imparcial!”.

Mais uma vez, pode-se reconhecer que isso tem a ver com a Semiologia, no que se refere aos repertórios individuais, que estão em interação. Além desses aspectos, há que se mencionar o ECRO, conforme Pichon-Rivière. Permeando tudo isso, vê-se que ainda há, de forma relevante, a questão da relação – um outro conceito presente nos trabalhos de Charaudeau, que focalizaremos aqui, *en passant*, amparados pela voz da Psicologia Social.

³⁶ De acordo com o *Dicionário de Análise do Discurso*, de Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 220-221), o *ethos*, ao lado do *logos* e do *pathos*, compunha a trilogia aristotélica dos meios de prova destinados a produzir a persuasão, designando, na antiga retórica, “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer influência sobre seu alocutário”. A noção de *ethos*, muito presente nos estudos do discurso contemporâneos, retoma essa tradição para significar, em Ducrot, a imagem associada a “L, o locutor”, ser de discurso que se opõe ao sujeito empírico situado no exterior da linguagem. Em Maingueneau, refere-se ao trabalho do enunciador para legitimar o seu dizer, atribuindo-se uma posição institucional e uma relação com determinado saber, marcando seu discurso com determinado tom e determinada postura na cenografia que cria na encenação discursiva. Essa imagem discursiva ancora-se em representações coletivas que determinam sua eficácia em uma determinada cultura e em determinada comunidade discursiva.

³⁷ O termo *pathos*, no uso corrente, tem significado ‘transbordamento emocional’, geralmente sem sinceridade. Em retórica, refere-se aos meios que permitem produzir a emoção no interlocutor pela ação discursiva (mostrar-se emocionado, descrever coisas emocionantes, etc.), construindo, simultaneamente ao objeto de discurso, uma atitude emocional em relação a esse objeto. Na Análise do Discurso, a noção de patemização tem aparecido para assinalar as discursivizações que funcionam sobre efeitos emocionais com fins estratégicos (cf. Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 371-372).

Embora os trabalhos apoiados pela teoria Semiolingüística não dêem um destaque especial a essa questão, achamos pertinente discutir um pouco esse aspecto. No nosso modo de ver, a relação se manifesta entre os sujeitos do discurso, como seres psicossociais, e também entre os componentes apresentados na fórmula do ato de linguagem, assim como está presente também entre os fatores do quadro enunciativo onde se apresentam os sujeitos da linguagem, bem como entre os fatores do quadro representativo da competência semiolingüística. Ela está latente no próprio nome da teoria, conforme já mencionado. Charaudeau (1983, p.14) diz que uma análise semiolingüística do discurso é semiótica naquilo em que ela se interessa por um objeto que não se constitui a não ser numa intertextualidade, a qual depende dos sujeitos da linguagem, buscando tirar daí os possíveis significantes, e que ela é lingüística em razão de que o instrumento que ela utiliza para interrogar esse objeto é construído ao final de um trabalho de conceitualização estrutural dos fatos languageiros. Portanto, vê-se que a relação permeia todo o enfoque que se dá ao discurso e não seria exagero dizer que é um de seus elementos fundadores. Por isso julgamos oportuno trazer algumas contribuições da Psicologia Social para nossas reflexões sobre esse ponto.

Nas palavras de Guareschi (1996, p.82), os filósofos, após muita discussão, conceituam "relação" como sendo "uma ordenação intrínseca de uma coisa em direção a outra". Esse autor complementa o conceito ao reforçar a idéia de que a relação existe quando "há uma coisa que não pode existir sem que haja uma outra coisa para complementá-la e "essa outra coisa" fica sendo parte essencial dela. Um exemplo que ele nos oferece é o de que Maria é uma pessoa, mas o conceito "mãe", sendo atribuído a Maria, traz implícita a relação de três pessoas, pois para ela ser mãe ela precisa de um marido (ou de um homem) e de um filho, embora Maria continue sendo uma.

Ainda segundo Guareschi (1996, p.85-6), para que haja grupo é preciso haver relação e onde há grupo há relação:

"O que constitui um grupo, pois, são as relações. Se quiser saber se há grupo, ou não, veja se há relações ou não. Se quiser saber de que tipo é o grupo, veja qual o tipo de relações, se quiser mudar, transformar um grupo, comece por transformar as relações existentes nesse grupo."

Esse aspecto (relação) parece-nos recorrente na Semiologia, sendo inclusive explicitamente empregado algumas vezes por Charaudeau e aparecendo subjacente em pontos estratégicos da teoria; por exemplo, para haver contrato é preciso haver relação. Nessa perspectiva, e retomando a noção de contrato, só pode haver EUC/EUE se houver TUI/TUD e vice-versa.

Em sintonia também com esse aspecto, Guareschi, na p.83 da obra citada, diz que

“Muitas vezes ficamos com a impressão de que relação seja algo que ‘une’, que ‘liga’ duas coisas. Nem sempre é assim. O conflito, por exemplo, é uma relação, como a rejeição, a exclusão. Ninguém pode brigar sozinho e, se há exclusão, é porque alguém foi excluído.”

Dentro das teorias da comunicação, na perspectiva interacionista, conforme Maingueneau (in Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.126-127), a questão de relação interpessoal é tratada, por exemplo, por autores como Goffman (que fala de “coerções do sistema” e “coerções rituais”) e os participantes da Escola de Palo Alto. Segundo estes, deve-se distinguir o quadro que implica a enunciação entre os interlocutores (a relação) da informação transmitida (que seria considerada como conteúdo). Nesse enfoque, considera-se que a relação é um meio através do qual os interactantes se desvelam (ou procuram se desvelar) um ao outro, mostrando como o enunciado deve ser recebido. Ela pode ser efetivada através da palavra, mas também de forma não-verbal, sendo assim uma forma de metacomunicação. De uma forma não verbal, a orientação para receber o que foi dito pode ser passada, por exemplo, com um sorriso, acompanhando uma ordem com entonação afetiva (traço supra-segmental), tal como: “Repita o que disse!”. Por outro lado, pode-se expressar com palavras a relação que se quer estabelecer, ao se dizer, por exemplo: “Não me leve a sério.” O que se pode concluir disso é que os enunciados possuem sempre um valor relacional (interacional, intencional), pois buscam mostrar um desejo de ter ou dar razão, de retomar ou reconhecer uma hierarquia, de divergência ou de consenso, de estabelecer estados de emoção, etc. Segundo ainda Charaudeau e Maingueneau (2004, p.427), trazendo a voz de Kerbrat-Orecchioni, qualquer situação em que se estabeleça uma *mise en scène* discursiva, é “também o lugar onde se constrói entre os participantes um certo tipo de relação socioafetiva – de distância ou de familiaridade, de igualdade ou de

hierarquia, de convivência ou de conflito". (O que poderia ser um argumento, inclusive, para se considerar os participantes da *mise en scène* como elementos de um grupo, mesmo no sentido restrito dado pela Psicologia social, e também para se dizer que todo texto tem um efeito patêmico). Essa relação pode ser estabelecida num universo de vários fatores, dos quais Kerbrat-Orecchioni cita a distância – relação horizontal (seja física ou social) e a dimensão de poder ou de dominação (relação vertical). Nesta última perspectiva, a autora distingue "complementariedade" e "hierarquia", fazendo uma diferenciação entre três tipos de trocas: simétricas, complementares não hierárquicas e complementares hierárquicas. No primeiro caso, teríamos uma conversa entre participantes que dispõem, em princípio dos mesmos direitos e deveres; no segundo caso seria uma interlocução entre uma pessoa que pede uma informação e a outra que dá a informação e no terceiro, a relação entre um policial e o(s) condutor(es) de veículo(s) envolvido(s) numa *blitz*, ou... numa ocorrência de trânsito. Além disso Kerbrat-Orecchioni ressalta a importância do contexto ou, em suas próprias palavras, "dos dados contextuais", citando como importantes nessa instância a situação comunicativa, o tipo de interação e o estatuto dos participantes; ela diz também que há de se considerar "o que se passa no interior da interação propriamente dita", pois "uma relação de familiaridade (dado "externo") favorece a produção de "confidências", mas, ao contrário, a troca de confidências (dado "interno") pode instaurar uma intimidade até então desconhecida dos interlocutores."

Pertinente a esse aspecto, um fato curioso se deu, quando tivemos oportunidade de ter em mãos um Boletim de Ocorrência que registrava um acidente de trânsito em que se envolveu um coronel da PM. O carro dele, por causa de um problema de visibilidade, saiu da pista e despencou num barranco, sendo os únicos feridos o próprio coronel e a esposa, não havendo outro veículo ou pessoas envolvidos no acidente, nem danos causados ao local.

Sabe-se que as cópias dos boletins redigidos no momento da ocorrência são apanhadas pelos interessados, em alguma unidade da polícia, depois de devidamente registrados. No caso desse Boletim, como as vítimas foram inicialmente atendidas num hospital da região onde se deu o acidente e em seguida encaminhadas à sua cidade de origem, o próprio redator, um cabo da PM, que era o escrivão de polícia "ad-hoc", enviou ele mesmo ao coronel toda a documentação que

compunha o boletim (esclareça-se que essa ocorrência se deu há muitos anos, quando os boletins tinham outro formulário e a presença da perícia era ainda obrigatória, com dados registrados através de fotos, desenhos, etc). O que queremos destacar, desse fato, é o tom da carta, datilografada em papel sem timbre, redigida pelo cabo ao coronel, encaminhando o material.

“Sr. CORONEL,

Ao lhe escrever esta missiva não tenho a intenção de fazê-lo reportar-se àqueles tristes momentos sofridos mas sim na despreziosa intenção de prestar-lhe algum serviço.

Era minha vontade, como o disse no hospital desta cidade, oferecer ao senhor documentos a respeito do lamentável evento em que se envolveu, no entanto, sua remoção para essa capital não me permitiu, dado a exigüidade de prazo, entregar-lhe pessoalmente os documentos ora remetidos.

Por meio desta carta estou enviando-lhe peças atinentes ao acidente, na esperança de que as mesmas possam lhe servir para algo, tal como: seguro pessoal, auxílio assistencial, etc. ou mesmo uma recordação dos “maus momentos” em benefício dos “Bons Momentos” que na certa lhe advirão.

Seguem incluso (*sic*) os seguintes documentos:

- a) fotocópias dos documentos do carro;
- b) fotocópias dos Autos de Corpo de Delito;
- c) 05 fotografias do acidente;
- d) segundas-vias do “croquis” do local e da Ocorrência Policial.

Ao terminar esta carta espero que a mesma vá encontrá-lo em completa recuperação juntamente com sua esposa. É o que peço ao Bom Deus.

Do seu subordinado e, se me permite, amigo.

FULANO DE TAL – CABO PM
ESCRIVÃO DE POLÍCIA “AD-HOC”

De praxe, os documentos poderiam “ficar à disposição do interessado”, ou mesmo ser enviados pelo Delegado da cidade, ou ainda, poderia ser redigida uma correspondência nos moldes institucionais, com frases tais como: “Senhor Coronel, para seu conhecimento e a devida utilização, encaminho os documentos pertinentes ao acidente”. Seria um direcionamento mais isento, mais frio, mais impessoal, porém dentro das normas. Mas, por esta carta, vê-se que o cabo se reconhece um subalterno (ou, no jargão militar: “mais moderno”), procurando escrever seu texto de modo afetivo, demonstrando solidariedade mas “com todo respeito”; o tom é amigável (se assim permitir o Coronel) e não demonstra imparcialidade ou indiferença, como seria num documento oficial. Provavelmente o contexto situacional fez com que o cabo produzisse seu texto e estabelecesse um tipo de relação mais

informal e mais pessoal; os dados externos (a relação de familiaridade, de solidariedade) modificaram os dados internos (o tom da carta).

3.3.2.1 Relações de poder e relações de dominação

Assim como foi anunciado por estudiosos da área da Lingüística, sobre a necessidade de, ao se falar em relação, ser preciso distinguir formas em que essa situação pode-se se instalar, os psicólogos sociais falam também em “relações de poder” e “relações de dominação”. Segundo estes, a relação de poder consiste na capacidade que tem uma pessoa, ou um grupo, para desempenhar qualquer prática. Nesse sentido, “todas as pessoas têm algum poder, na medida em que ‘podem’ fazer alguma coisa.”

Levando isso em consideração, na *mise en scène* discursiva, quando o reconhecimento desse “poder” não acontece, há, no dizer da visão semiolinguística, uma quebra de contrato. Pode haver uma ameaça de inversão de papéis já que os sujeitos comunicantes são definidos em termos da posição social que indica e legitima seu fazer discursivo, e essa posição social pode ou não ser reconhecida pelo interlocutor (“você sabe com quem está falando?”). No caso do Boletim de Ocorrência gerador deste trabalho há um exemplo dessa quebra de contrato: a situação que já foi citada mais acima, em que um dos envolvidos aproximou-se do policial e sussurrou-lhe algo, cuja resposta foi: “Não senhor, eu tenho que ser imparcial!”. Nessa situação vê-se nitidamente que o condutor de um dos veículos desligou-se de sua condição de “subordinado” a uma “autoridade” presente, não reconhecendo o status institucionalizado garantido ao policial por sua profissão e função, nem admitindo a integridade moral e ética do profissional que ali estava presente. Isso também exemplifica a questão do “explícito” e “do implícito” e do “quê” e do “como” dizer. Por esse enunciado chega-se a uma enunciação carregada de informações, de sentido, que ultrapassa a declaração simples e transparente de agir com imparcialidade. As questões histórica, social, ética, moral, psicológica se explicitaram no verbal, acarretando, inclusive, um verdadeiro efeito patêmico, que foi conseguido pelo sentido da enunciação e não só pelo enunciado. O segmento “tenho de ser imparcial” quer dizer: sou íntegro, respeito as ordens de meus superiores, sou honesto, respeito o direito dos outros, represento a lei, etc. etc. E a

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

palavra “imparcial” em seqüência ao “Não senhor”, nos dá abertura para muitas suposições do foi que o outro disse ao policial, mas nenhuma delas é favorável ao referido “senhor”. Isso nos faz louvar a atitude do policial e repudiar o comportamento do outro. Nesse ponto é que se dá o efeito patêmico, de louvor e repúdio, por parte dos que observam/ouvem/lêem, e outros efeitos sentidos pelo locutor (indignação, talvez) e pelo ouvinte (susto ou vergonha, por exemplo).

De todo modo, nesse intercâmbio languageiro aconteceu inicialmente uma tentativa de quebra do contrato estabelecido pelos papéis sociais, porque o condutor do veículo procurou, de certo modo, dominar o policial, determinando (ou solicitando) algo que não poderia solicitar; com a reação do policial houve um reengajamento, ou um reajuste entre os parceiros do ato de linguagem que se reconheceram; com a reação do policial, o outro se aquietou. Um dos participantes tentou quebrar o contrato, ameaçou a posição de “poder” do outro, que se impôs e manteve os papéis. Houve aí também o que Grice chama de “princípio de cooperação”, o qual, segundo Maingueneau (2000, p.39), é bom realçar, “não implica uma harmonia perfeita entre os interactantes: toda interação é perpassada por tensões”. Contudo, continua o autor, “mesmo na interação mais polêmica, deve existir um mínimo de cooperação, uma vontade comum de respeitar certas regras”. Até onde essa vontade é controlada por fatores sociais ou circunstanciais é um caso a se pensar.

Já ‘dominação’ é definida como uma ‘relação’ entre pessoas, entre grupos, ou entre pessoas e grupos, através da qual uma das partes expropria, rouba, se apodera do poder (capacidade) de outros. Dominação, portanto, é uma relação assimétrica, desigual, injusta, se se quiser.

Como surge a dominação? Segundo (Guareschi, 1996, p.92), para se entender esse mecanismo é necessário

“Outro conceito importante: o de ideologia. Pode-se definir ideologia como sendo o uso, o emprego, de formas simbólicas (significados, sentidos) para criar, sustentar e reproduzir determinados tipos de relações. A ideologia vai criando significados, sentidos, definições de determinadas realidades. Esses significados e sentidos têm sempre uma conotação de valor, positivo ou negativo, que podem se tornar estereótipos. Esses estereótipos, quando negativos, criam e sustentam as relações de dominação. Começa-se a dizer, por exemplo, que as mulheres são mais ‘afetivas’, que não possuem tanto poder de decisão, de realização... A partir daí fica mais fácil

pagar às mulheres apenas 60% do que se paga aos homens. A expropriação econômica está baseada num estereótipo ideológico.”

Como é fácil intuir, há diferentes formas de dominação: econômica, política, cultural, etc.

Conforme Guareschi (op. cit., p.90), a distinção entre poder e dominação é estratégica e muito importante, pois nos leva a nos dar conta de que todos têm poder, até mesmo aquelas pessoas que ‘oficialmente’ não exercem ou não ocupam posições de ‘poder’, mas na prática são as que fazem tudo, ou quase tudo, pois têm capacidade, ‘podem’ fazer as coisas. Considere-se aqui o poder de que se reveste o policial para escrever a “verdade do outro”.

Por essa perspectiva, parece-nos que a ADF, nos moldes de Pêcheux, seria mais centrada no resultado lingüístico de uma relação de dominação (que é, conforme foi dito acima, um tipo de relação entre pessoas, entre grupos, ou entre pessoas e grupos, através da qual uma das partes expropria, rouba, se apodera do poder – capacidade – de outros, sendo, portanto, assimétrica, desigual, talvez injusta) e a Semiolingüística ocupa-se de material lingüístico resultante de uma relação de poder (recordando-se que poder é a capacidade de pessoas ou grupos para executar ações, desempenhar práticas, de modo que todas as pessoas têm algum poder, na medida em que ‘podem’ fazer alguma coisa). No intercâmbio lingüístico, este “poder” está de certo modo presente nas regularidades sociocomunicacionais, que trazem subentendidas as intenções (ou finalidades) comunicativas: o sujeito tem de ter “poder” para fazer-saber, fazer-fazer, fazer-criar, fazer-prazer. Além disso, essa relação de poder também se manifesta no status dos interlocutores, sendo possível, inclusive, haver uma mudança nessa relação: “na *mise en scène* transparece uma *relação de autoridade/submissão* (grifo nosso), que pode variar em graus ou em tipos e que pode se inverter, ou se alternar conforme o desenvolvimento do evento.” (Machado, 1998, p.114). Acreditamos que se aplica aí a situação apontada por Kerbrat-Orecchioni, ao falar da possibilidade de modificação das relações horizontais, diante do contexto.

Como vimos acima, o policial, ao ouvir alguma coisa de um dos envolvidos, que considerou inadequada à imparcialidade que lhe exigiam as circunstâncias, resguardou sua autoridade ao retrucar da maneira como o fez e

manteve o distanciamento que julgava recomendável, tanto no plano físico – ele se afastou do motorista –, quanto no plano interlocutivo – encerrou seu comentário e com ele pôs fim a qualquer outra tentativa do sujeito em insistir no seu propósito. A hierarquia foi mantida, entre policial/autoridade/redator do Boletim de Ocorrência e condutor/possível infrator.

3.3.3 O locutor coletivo e a plurigrafia

Para a nossa pesquisa, não recolhemos depoimentos orais de envolvidos nas ocorrências de trânsito, já que definimos como material de análise o texto escrito do BO. Visamos, sempre, ao texto escrito, à situação de produção dele e às manobras que poderiam ser efetivadas pelo sujeito produtor para realizar a tarefa de sua incumbência. Já dissemos que a única situação de oralidade gravada refere-se ao boletim de ocorrência de acidente aeronáutico. Temos mencionado, no entanto, no decorrer deste texto, uma frase dita pelo policial, durante a produção do boletim que deu origem à pesquisa (“Não senhor! Tenho de ser imparcial!”). Essa frase, embora real, não está gravada e, apesar de aparecer em diversas situações como exemplificação da pertinência da teoria, não fará parte da análise propriamente dita de BOs. Com isso queremos dizer que vamos nos ater somente à parte escrita da *mise en scène*, o que implica considerar como comunicante/enunciador o policial e como intérprete / destinatário, em primeira instância o profissional a quem está endereçado o boletim. É procedimento corrente que os boletins sejam encaminhados aos delegados responsáveis pelos casos de acidentes de trânsito, sendo depois lidos também por advogados, peritos, juízes e, é claro, pelos próprios envolvidos.

O militar que escreve o BO está numa situação de trabalho. O texto que ele produz ali, embora seja “ditado” por outra pessoa, deve atender a moldes preestabelecidos por uma instituição que terá, muitas vezes, de encaminhá-lo a outras instituições. Isso forma uma cadeia de leitores virtuais, cujo perfil é mais ou menos previsível (advogados, peritos de seguradoras, delegados de polícia, juízes), e de outros leitores que são pessoas das mais diversas formações, com uma escala bem ampla do grau de escolaridade, com características psico-sociais as mais diversas: os condutores dos veículos envolvidos no fato. A própria configuração da

mise en scène já coloca em ação um EUE profissional, não é o cidadão comum que está com a palavra. Empregar a palavra para cumprir sua tarefa não é de todo fácil, pois o texto a ser produzido deve “retratar” a voz de um sujeito (normalmente civil e, normalmente, em situação de *stress*), levada através de um profissional (policial) que, por sua vez, tem de se submeter a padrões lingüísticos e textuais estabelecidos por outrem, estando, assim, numa posição em que tem de juntar num texto vozes diversas e colocar o menos possível a sua. Isso é uma exigência de seu trabalho. Lembramos aqui as questões trazidas pela Semiologia referentes ao fato de que, segundo (Machado, 1998, p.117), num ato de linguagem, mantém-se um constante movimento de equilíbrio e de ajustamento entre as normas de um dado discurso e a margem de manobra permitida por esse mesmo discurso, o que vai dar lugar à produção de estratégias, por parte dos sujeitos comunicante e interpretante. Essas manobras têm de ser bem controladas, na medida do possível, pelo redator do Boletim, pois ele tem de prever a possibilidade de dificuldades na leitura ou de interpretações equivocadas por parte do interlocutor.

É bem verdade que a própria situação profissional leva o policial a fazer um trabalho com mais cuidado. Ele sabe da importância do texto, sabe que vai ser identificado e que vai ser lido por pessoas de hierarquia superior. Alguns redatores, se a situação permite, fazem até rascunho e depois passam para o formulário do BO.

Uma das perguntas do questionário respondido pelos alunos do já mencionado curso de redação traz respostas que demonstram a preocupação em redigir bem o texto, assim como mostram as estratégias usadas pelos policiais. Uma outra pergunta (“Você acha que são necessários cuidados especiais para redigir o texto do BO? Por quê?”) tem como resposta palavras que revelam necessidade de técnica de redação e até mesmo de cumprimento de normas e emprego de jargão específico, tais como:

- “O texto do boletim de Ocorrência tem que ser claro, conciso e preciso, e seu relator tem que se ater apenas aos fatos ocorridos naquela ocorrência específica”.
- “Sim, porque qualquer erro no texto como: erro de português, omissão de dados, pode colocar em dúvida a veracidade do ocorrido.”

- “Sim. Pelo fato do mesmo nos ser relatado verbalmente, com muitos detalhes, e ao filtrarmos, devemos transcrevê-lo com clareza, objetivamente e com a real versão.”
- “Sim, procurar ser imparcial; não afirmar no texto algum dado sem a certeza, como por exemplo no caso de danos, não afirmar o que foi danificado. Normalmente se diz: ‘danos aparentes’. Procurar ser claro e mencionar aquilo que cada parte nos relatou.”
- “Sim, porque a lavratura do BO precisa ser objetiva, concisa, precisa, prevalecendo a imparcialidade.”
- “Sim, porque o BO é o documento que leva a notícia do crime ao judiciário, é a primeira peça de um processo, deve ser redigido com muito cuidado e com a máxima clareza.”
- “Todo cuidado é pouco ao redigir um BO. Dependendo da natureza da ocorrência, um simples detalhe, caso a ocorrência venha a ser utilizada em um inquérito policial, pode mudar todo o curso de uma investigação.”
- “Sim, porque o BO é lido por juízes e outras autoridades que baseiam nos dados contidos para dar um parecer de uma determinada ação.”

Conforme já mencionamos anteriormente, a Polícia Militar, assim como as outras instituições militares, divulga documentos internos orientando sobre como devem ser produzidos os diversos documentos em uso nas suas unidades. Podemos citar algumas das orientações constantes do “Guia de Orientação para Redação de BO”, na Seção 3.3.5, Parte IV, p.51 – referente ao Histórico da Ocorrência –, ressaltando que essas recomendações transpareceram nas respostas apresentadas acima.

“3.3.5.1 – O conteúdo destinado ao histórico deve ser o resumo daquilo que o relator viu, ouviu ou observou. Deve ser redigido em letra bem legível, se possível em letra de forma e coerente com a natureza da ocorrência.

3.3.5.2 – O relator deve fazer um planejamento mental antes de iniciar o relatório, lembrando os detalhes, para descrevê-los em ordem cronológica. Deve-se, ainda, evitar repetir informações, que já constam de outros campos da ocorrência, como por exemplo: situação das testemunhas [...] redigir de forma clara, correta, evitando as expressões supérfluas e vazias e com incorreções gráfica e gramatical; descrever os fatos, com isenção e imparcialidade, evitando-se tirar conclusões e/ou emitir parecer ou opiniões pessoais”.

Essas ordens e normas fazem, portanto, parte das circunstâncias de discurso e influem diretamente no contrato de fala e, como se viu, no próprio texto. Diante de textos que refletem uma enunciação coletiva, resultante da participação de

sujeitos envolvidos em uma ação conjunta ou mesmo seqüenciada, modifica-se a tarefa dos que se dedicam ao estudo da enunciação polifônica. Na visão de Béatrice Fraenkel (citado por Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.479), o desafio para a análise do discurso seria, neste caso, “sinalizar os contornos de um aparelho formal da enunciação no interior de produções lingüísticas padronizadas, rotineiras e que, *a priori*, são refratárias a qualquer apropriação pessoal.”

A noção de locutor coletivo aparece pela primeira vez na Escola Francesa de Análise de Discurso e, segundo a autora citada acima, designa, “em um contexto marxista gramsciano, os ‘indivíduos sociais gerais, formas históricas gerais de individualidades’ que têm uma obra comum a realizar e, em especial, uma obra discursiva.”

Fraenkel (*ibidem*) refere-se, assim, aos autores dos discursos advindos de partidos, sindicatos ou outros grupos organizados, em que se considera, sob certas condições de produção, que sejam representativos deste grupo organizado (por exemplo, textos de congressos, moções, resoluções diversas, etc.). De acordo ainda com essa autora, o termo também pode ser aplicado a discursos produzidos por locutores individuais, em circunstâncias que os façam agir como porta-vozes do grupo e, nesses casos, é possível haver um certo interesse em anular “a variável individual”. Por essa perspectiva, é possível caracterizar um determinado discurso como nacionalista, populista, etc. e, nessa linha, levantar marcas lingüísticas que identifiquem esse ou aquele grupo social. Se se considera que esse “locutor coletivo” é colocado na origem do discurso, é o caso também de vê-lo construído pelo e no discurso, sendo o caso, então de se analisar seu posicionamento no material que produz, levando-se em conta suas manifestações intradiscursivas, sua relação com o interlocutor, sua enunciação específica, tendo em foco palavras e expressões que possam encaminhar a análise. Ainda segundo Fraenkel (*ibidem*), palavras e sintagmas como ‘nous’ (nós), ‘on’, [índice de indeterminação do sujeito em francês, que tem como correspondente aproximado, em português, o pronome ‘se’], ‘os Franceses’, ‘o Partido’, propiciaram inúmeras análises, viabilizando comparações entre uma formação discursiva e outra.

A noção de autor, discutida por estudiosos no campo não só da lingüística e da literatura, mas também da psicanálise, fez emergir a idéia de que todo texto é polifônico. Nessa linha de pensamento, o locutor coletivo é, também, e com mais

razão, um locutor influenciado por várias fontes. No dizer de Fraenkel, “pode-se considerar o locutor coletivo como sendo ele próprio clivado, composto, como inscrito em um arquivo e acossado por seu outro”.

Se considerarmos que a interação verbal se realiza somente com base em saberes partilhados e graças a um mínimo de cooperação e também que o conjunto dos enunciados produzidos por mais de uma pessoa, numa situação de interação, pode ser considerado um discurso, então esse conjunto de indivíduos que “manipulam” o texto pode ser considerado como um autor coletivo. É o que entendemos que acontece no caso de um texto escrito no qual se pode notar a manifestação de mais de um locutor; em certas situações isso pode se dar de modo explícito, através, por exemplo, de estratégias como o discurso direto. Casos específicos, tais como uma reunião em ambiente de trabalho, permitem selecionar os diversos meios pelos quais um dos membros do grupo se constitui ou não como locutor coletivo, pois a co-presença não é suficiente para constituir o coletivo (assim como um simples ajuntamento não é suficiente para constituir um grupo). Nessa perspectiva, a tarefa dos que se propõem a analisar um texto julgado coletivo seria explicitar como essa “inteligência coletiva” se manifestou, detectando os saberes partilhados, as articulações e transições, a afinidade da linha de argumentação, as isotopias e tudo mais que sirva para dar coesão e coerência ao texto.

No caso do BO, como se constatou em algumas respostas ao questionário, às vezes o policial pede ajuda a um colega (“ouvir terceiros ou o próprio companheiro nosso que também ouviu o relato”), ou a aprovação dos que fizeram o relato:

- “É fazendo primeiro um rascunho do texto que será escrito e relatando-o à pessoa interessada, depois é só colocar no papel, dirimindo as dúvidas”
- “Quando presentes no local do fato, faço a leitura do texto o qual escrevi, para as partes envolvidas, perguntando-lhes se concordam com o BO, caso contrário acrescento o que as partes me pedem”
- “O texto é lido aos interessados e estando de acordo, assinam embaixo”
- “Posteriormente leio para a pessoa para que esta confirme se realmente foi aquilo que ela quis dizer”
- “Faço a leitura do texto para os envolvidos, explicando as mudanças e os termos técnicos e após a compreensão por

parte dos mesmos, solicito que assinem no Boletim de Ocorrência”

- “Sendo uma ocorrência de trânsito, as partes envolvidas assinam na própria ocorrência aquilo que relataram”
- “A pessoa tem acesso ao meu texto, pode ler e caso discorde de algum ponto, faço as devidas alterações. Existem casos em que não é possível tal procedimento, mas são muito raros”.
- “Normalmente, após redigir o BO, o relatório é apresentado à pessoa para que ela leia e confirme os seus dizeres, perante testemunhas.”

Outras respostas podem ser resumidas com uma frase recorrente nas respostas que apresentamos: ‘lemos a versão para a pessoa’. O Boletim original, Anexo A, traz as versões separadas de cada envolvido e assinadas respectivamente por eles. O que queremos dizer é que, se é possível considerar que o texto produzido pelo policial tem também a participação de outrem, sejam colegas ou outras pessoas, é fácil aceitar que é uma produção resultante de uma “inteligência coletiva”, seja essa participação através de uma interferência, confirmando ou alterando dados, seja através de um comentário quanto à clareza ou a outro aspecto. Conforme foi mostrado acima, através das respostas ao questionário, vê-se que é uma produção de “saberes partilhados”, com uma “linha de argumentação” assumida por outros sujeitos além do produtor do texto. Acreditamos que, tendo em vista esses aspectos, podemos configurar o redator do Boletim de Ocorrência como um locutor coletivo, já que se torna institucionalmente um porta-voz dos envolvidos no evento. Chegar a esse ponto nos faz trazer um outro aspecto a ser considerado como uma possível característica do BO. Estamos compreendendo que esse material lingüístico constitui-se numa plurigrafia, ou poligrafia, noção que passamos a expor e discutir no próximo item.

A poligrafia ou plurigrafia

Retomamos aqui a consideração que fizemos mais acima sobre o fato de que no ato de linguagem acontece a formação de um grupo e isso tem um alcance além do simples reconhecimento de um aspecto social presente num evento lingüístico. A inclusão desse conceito da Psicologia Social na *mise en scène* nos permite fundamentar a análise do Boletim de Ocorrência considerando a questão da polifonia, com uma visão diferente: não apenas de manifestação de vozes, mas de

vozes que se juntam a partir de um grupo em situação específica. Não é somente o policial escrevendo um texto em que se vêem ressonâncias de outros textos ou de outros autores porque têm (ou não têm) afinidades com o tema; mais do que afinidade com o tema, as vozes ali presentes têm um motivo afim: descrever uma ocorrência de trânsito. É o caso de se considerar a produção escrita de um profissional trazendo vozes (dos condutores, porque o que está dito, definitivamente não pode ser atribuído a ele; da Instituição, porque há que se respeitar uma convenção escrita específica de um grupo social – em certo sentido, de uma formação discursiva; dele mesmo, porque não pode se anular, visto que todos os usuários da língua têm seu grau de liberdade) que tinham o objetivo de deixar registrado o que aconteceu, e nisso eles se deixam registrados também.

Esse registro pode ser considerado uma plurigrafia, no sentido de que, segundo Béatrice Fraenkel (citado por Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.478), “a observação de situações decorrentes da produção escrita, em particular no trabalho, permite identificar diferentes formas de enunciação escrita e, em particular, a importância das situações de escrita coletivas. Essa constatação autoriza a adaptação do conceito de polifonia às realidades de enunciação escrita coletiva, utilizando o termo poligrafia, prolongando, assim, os trabalhos de Bakhtin (1977) e de Ducrot (1980).

Conforme Gardin (1989), citado por Fraenkel (op. cit.), pode-se analisar um texto poligráfico com base em quatro níveis de análise, os quais ela especifica assim:

- "Do ponto de vista dos significantes, a poligrafia pode se manifestar graficamente: diversas 'mãos' são descobertas num documento.
- Do ponto de vista enunciativo, a poligrafia pode resultar de uma 'cadeia de escritura': diferentes escreventes produzem documentos que são apenas a transformação de uma mesma escrita-fonte ou somente uma etapa em direção à redação final.
- Do ponto de vista discursivo, a poligrafia pode resultar da intertextualidade descrita por Bakhtin: uma escrita estereotipada, uma carta de resposta, por exemplo, é 'adaptada' por um redator, de acordo como o assunto que ele está tratando.
- Do ponto de vista pragmático, finalmente, a presença de um nome próprio, de uma assinatura no final de uma resolução, de um relatório, pode ocultar, sob um referente único, um grupo

de trabalho cujos membros caem no anonimato. Fala-se, então de 'sujeito coletivo'." (grifo nosso)

Um outro aspecto interessante que se manifestou com a observação e análise das realizações coletivas de escrita foi uma certa regularidade de determinadas práticas que se assemelham ao modelo dos turnos de fala elaborados em análise da conversação. O termo correspondente dado a essas práticas é o de "turno de escritura". Isso acontece quando há a participação sucessiva de vários agentes na redação de um documento, como, por exemplo, o prontuário hospitalar. Nesse tipo de texto, cada 'turno de escritura' pode ser distinguido, as diferentes 'mãos' são visíveis, pois os escreventes são obrigados a assinar seus escritos. Não é este exatamente o caso do Boletim de Ocorrência, porque nele apenas o policial escreve, mas pode-se ver um "turno de fala/ escrita", pois algumas vezes ele redige em discurso direto ou mesmo indireto, sempre deixando claro que as palavras são de uma outra pessoa. Ele primeiro reproduz a fala de um envolvido e, em seguida, a do outro. Em muitos boletins, cada relato é assinado por aquele que é o responsável por ele. O policial assina o Boletim como um todo, ele é responsável pela produção de um documento, não exatamente dos relatos sobre a ocorrência.

Conforme a autora, "em muitos casos, o suporte é destinado a ser arquivado". Este é o caso do Boletim, se não houver prosseguimento a ser dado; do contrário, será utilizado como peça de processo jurídico. Em caso de contestação ou necessidade de esclarecimentos, ele servirá de prova e permitirá, eventualmente, atribuir a uns e outros a responsabilidade de um ato. É por isso (também) que o policial pede ao envolvido na ocorrência para ler o que foi escrito e assinar embaixo, além de seguir as recomendações da Instituição no sentido de se manter imparcial e fazer o relato com objetividade e clareza.

Um outro ponto que emergiu dessa perspectiva de se estudar o texto são as estratégias chamadas de "cadeias de escritura" (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.477-479), em que os escritos de trabalho são, habitualmente, produzidos passando de mão em mão, cada escrevente copia o texto escrito por um outro, mas apenas uma parte do texto será conservada; ou ainda a paginação será modificada, transformando-se, por exemplo, uma escrita linear em escrita tabular. Num outro domínio, aquele dos textos legislativos, observam-se igualmente cadeias de

escritura misturando diferentes redatores, revelando a participação de redes de agentes, mais ou menos complexas, na escritura das leis. Certamente, ao se instaurar um processo relativo a ocorrência de trânsito, em algum relatório final, poderá acontecer tal situação. Nos boletins de ocorrência de tráfego aéreo com certeza é isso que acontece, pois o primeiro boletim não será definitivamente o relatório final que vai ser publicado em caráter ostensivo. Nesse último texto, apenas alguns dados presentes no primeiro serão transcritos *ipsis litteris*, outros serão adaptados, e outros serão omitidos.

3.4 Palavras finais sobre a fundamentação teórica

Procuramos, neste capítulo, expor, discutir e articular teorias e conceitos com base nos quais construímos o mirante teórico em que se estabeleceu nosso ponto de vista para a análise do objeto deste trabalho.

De início, preocupamo-nos em definir os pressupostos comuns às teorias que buscamos, estabelecendo os conceitos de linguagem, língua, texto, produção de sentido, bem como nossa compreensão das relações entre fala e escrita, tendo em mente que a redação do Histórico do BO envolve a retextualização dos relatos orais dos envolvidos na ocorrência de trânsito.

Em segundo lugar, tratamos do modelo teórico que adotamos como eixo de nossa análise – a Semiolingüística, de Charaudeau –, cuidando de apresentá-lo, discuti-lo e demonstrá-lo pertinente ao estudo que empreendemos. A seu lado acrescentamos a teoria da textualidade/textualização, de Beaugrande, e procuramos articular esses dois construtos teóricos explicando que serão ambos utilizados em razão de pretendermos focalizar tanto a encenação discursiva quanto o trabalho de textualização e suas marcas no texto resultante.

Finalmente, trouxemos alguns conceitos que poderiam ser tomados como “periféricos” ao estudo central, que é o exame da *mise en scène* do Boletim de Ocorrência, pela perspectiva Semiolingüística. A busca desses conceitos prende-se ao fato de que a teoria adotada como eixo é um campo de estudo que acolhe saberes diversos, que se manifesta predisposta a reconhecer contribuições de outras ciências, e, além de tudo, considera, conforme já foi citado, que a linguagem é multidimensional, trabalhando com ela sempre numa dada situação de uso,

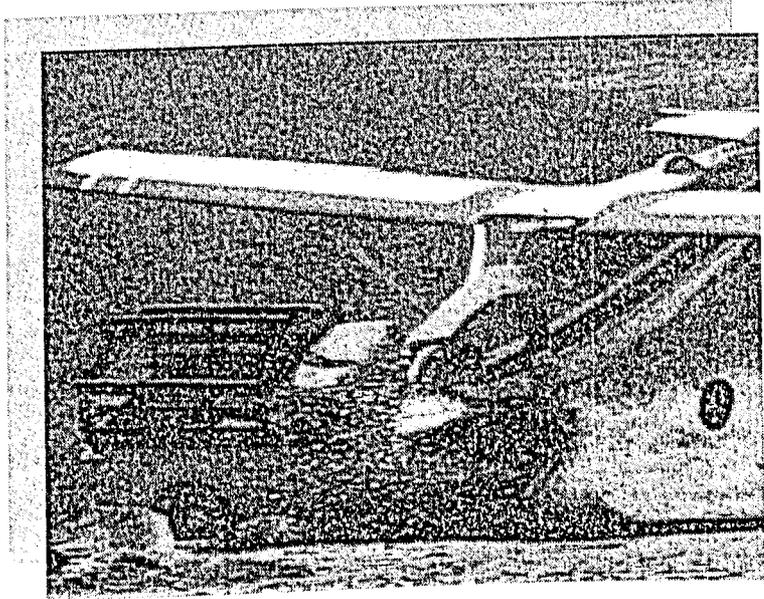
reconhecendo também a importância de se levar em conta a dimensão psico-social dos sujeitos engajados num ato de fala. Diante disso, entendemos que seria oportuno ouvir outras vozes, compor com elas uma polifonia para nos ajudar a mostrar que o policial que redige um boletim de ocorrência coloca-se num entrelaçamento de idéias, num campo de forças imposto por regularidades que deve atender e, ao mesmo tempo, diante da prerrogativa de ser livre para adotar estratégias que lhe sejam mais interessantes na produção de seu discurso. Consideramos, então, que os aspectos relacionados ao conceito de grupo, de relação e da escrita coletiva poderiam contribuir com a compreensão de que o ato de linguagem que dá origem à matéria linguageira chamada boletim de ocorrência coloca seu redator numa arena discursiva. Justificamos o recurso a esses conceitos e teorias "periféricos" com as palavras de Cruz (1998, p. 190), que se apóia em Guareschi e Jovchelovitch (1995) e Spink (1993) para dizer, em seu interessante texto "*Análise semiolinguística da representação do negro em propagandas de medicamentos em revistas médicas*", que "a teoria das representações sociais é um instrumento extremamente necessário aos estudos em lingüística que necessitam caminhar junto com o extralingüístico precisando abordar os contextos sociais da produção e recepção discursiva."

Nesse longo percurso, não nos ocupamos apenas da construção teórica. A cada ponto em que nos pareceu viável e conveniente, procuramos demonstrar a pertinência dos modelos e conceitos ao estudo de nosso objeto. Assim, no próximo capítulo, principalmente quanto à configuração semiolinguística do BO, nossa tarefa será, sobretudo, a de reunir e articular questões levantadas paralelamente ao trabalho de fundamentação teórica.

LEIDO DIREITO AUTORAL.

Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



ANÁLISE DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA

4. AMPLIANDO A ANÁLISE DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA

Nesta parte do nosso trabalho, vamos realizar uma análise do texto produzido como "Histórico" de um Boletim de Ocorrência, aplicando alguns dos postulados básicos da teoria Semiolingüística de Análise do Discurso, reiterando que muito da análise foi sendo feita ao longo do capítulo 3, ao aplicarmos ao BO aspectos dos quadros teóricos abordados ou os exemplificarmos com trechos de Boletins.

De acordo com Charaudeau (1992, p.645), o texto é a manifestação material (qualquer que seja o código ou o meio utilizado para o produzir), da *mise en scène* de um ato de comunicação, numa dada situação, para servir a um projeto de fala de um dado locutor. Considerando que as situações e os projetos se originam de repertórios sociais de finalidades, os textos deles resultantes apresentam constantes que permitem classificá-los em tipos. Ora, se nos for possível agrupar sob certas rubricas esses resultados de *mises en scènes* semelhantes, poderemos concluir que constituem um determinado tipo, ou gênero, ou "espécie" de texto, sobre o qual poderemos fazer afirmações mais gerais ao considerarmos um exemplar desse conjunto.

No item 3.2, ao discutir o conceito de contrato de comunicação, destacamos a noção de gênero discursivo (ou textual), a ele relacionada, e decidimos operar, neste trabalho, com o conceito fundador de Bakhtin. Ponderamos, então, que, na análise, seria importante tomar o BO como gênero, considerando que essa decisão permitiria fazer prevalecer as regularidades que comandam a produção e o funcionamento do Boletim de Ocorrência sobre a diversidade dos textos empíricos recolhidos para a composição do *corpus*. Em função da natureza analítica e qualitativa desta pesquisa, o estudo BO enquanto gênero mostra-se significativo e esclarecedor, porque permite compreender como, nesse caso específico, as circunstâncias de discurso definem determinado tipo de contrato de fala, o qual, por sua vez, determinará a configuração da matéria languageira (em determinado conteúdo, determinada construção composicional e determinado estilo). Essa compreensão favorecerá a apreensão das linhas gerais da natureza da *mise en scène* que o gera, bem como das particularidades que caracterizam essa *mise en*

scène como uma *arena discursiva* específica. Assim, em lugar do exame detalhado de um número maior de textos empíricos, vamos buscar as características gerais representativas do gênero em alguns poucos exemplares, focalizando basicamente o primeiro BO com que tivemos contato (BO1, Anexo A) e o texto modelo que consta do *Guia* (BO Modelo, Anexo H), e trazendo observações sobre outros quando for pertinente e oportuno.

Conforme já declarado anteriormente, optamos por estudar o gênero BO por motivos não só de interesse social mas também acadêmicos, objetivando, em última instância, a prática docente. O que vamos buscar com essa análise é um caminho que possa conduzir às respostas das questões que surgiram no momento da produção do Boletim de Ocorrência que motivou essa pesquisa, conforme também já foi exposto.

A tarefa será desenvolvida apresentando o conceito de competência semiolingüística tal como postulado por Charaudeau (1983) e sintetizado em quadro à p.91, do qual faremos uma síntese procurando identificar seus elementos na produção do texto em estudo. Também discutiremos a composição do Histórico na sua formalística¹, procurando explicitar a(s) ordem(ns) do discurso ali presente(s), e que papel cumpre(m) naquele material languageiro, além de tecer algumas considerações sobre os parceiros do jogo de linguagem. Mais do que classificar um texto, queremos evidenciar as estratégias utilizadas pelo produtor, numa determinada situação, para que seu trabalho tenha as características pertinentes ao que é preconizado pela Instituição – recomendações constantes do Guia de Orientação para Redação de Boletim de Ocorrência –, cumpra o objetivo a que se propõe (“levar à autoridade destinatária do Boletim as informações e dados que necessitam para que sejam adotadas as providências subseqüentes”)² e atenda aos interesses individuais das pessoas envolvidas (registrar o fato conforme cada relato). Depois esperamos apresentar conclusões que possam demonstrar teoricamente as competências que foram ativadas no momento em que o texto foi redigido, objetivando que tais conclusões possam, mais tarde, contribuir com discussões pedagógicas produtivas a respeito do trabalho com a escrita de texto na escola.

¹ Estamos empregando este termo procurando traduzir a configuração gráfica do texto bem como o tecido lingüístico.

² Cf. Guia de Orientação para Redação de Boletim de Ocorrência, p.9.

4.1 O gênero BO à luz da Semiolingüística

4.1.1 As competências

Para Charaudeau (1995, p.104), como já mencionamos na seção 3.2.1.2, o objetivo de uma análise semiolingüística do discurso consiste em demarcar as características dos comportamentos languageiros (o “como dizer”) em função das condições psicossociais que os restringem conforme os tipos de situação de troca (“contrato”), considerando-os numa relação de reciprocidade: quais condições para quais comportamentos languageiros possíveis, e quais comportamentos languageiros efetivos para quais condições. O autor, resumindo a teorização postulada na primeira parte de *Langage et discours*, formula o quadro reproduzido a seguir, como esquema geral de sua proposta (p.91). Esse quadro nos fornece categorias de análise que pretendemos explorar mais detidamente (FIG. 2).

De início, podemos adiantar, resumindo, que, no caso dos parceiros dos atos de linguagem que se instauram em torno do texto do BO, o EUc é o indivíduo empírico que faz o registro, o qual tem como TUd, numa primeira instância, os motoristas envolvidos no acidente e, noutras instâncias, as autoridades e os profissionais que posteriormente vão ler o formulário. O redator vai cuidar para que o texto possa ser interpretado adequadamente por esses TUd, conforme é preconizado pelas regularidades discursivas pertinentes à situação. Para tanto, esse sujeito colocará em prática as competências lingüística, discursiva e situacional que terá adquirido ao longo de sua vida pessoal e profissional. Isso vai orientar o destinatário a projetar o Eu-enunciador (um policial encarregado de fazer ocorrências, responsável por um documento). Em alguns momentos, os papéis serão alternados: os motoristas assumirão a posição de EUc/EUe e o policial se deslocará para a função de TUi/TUd. Além disso, todo o leque de competências parciais que compõem a competência semiolingüística do sujeito comunicante também é posto em ação pelos sujeitos interpretantes.

O processo de produção semiolingüístico de textos insere-se em um ritual sócio-languageiro que compreende um movimento que vai das circunstâncias situacionais ao contrato comunicacional, aos modos de organização do discurso, até as configurações lingüísticas. As circunstâncias de discurso, lembramos, para Charaudeau (1983, p.25), se compõem do conjunto dos saberes pressupostos entre

os protagonistas, desde aqueles referentes às práticas sociais partilhadas, passando pelos conhecimentos técnico-científicos culturalmente legados ao senso-comum da coletividade, até os lingüístico-textuais. É postulado ainda, que o ato comunicativo só se produzirá se os atores sociais reconhecerem e trocarem mutuamente as práticas e as avaliações (conhecimento de mundo) pertinentes à situação.

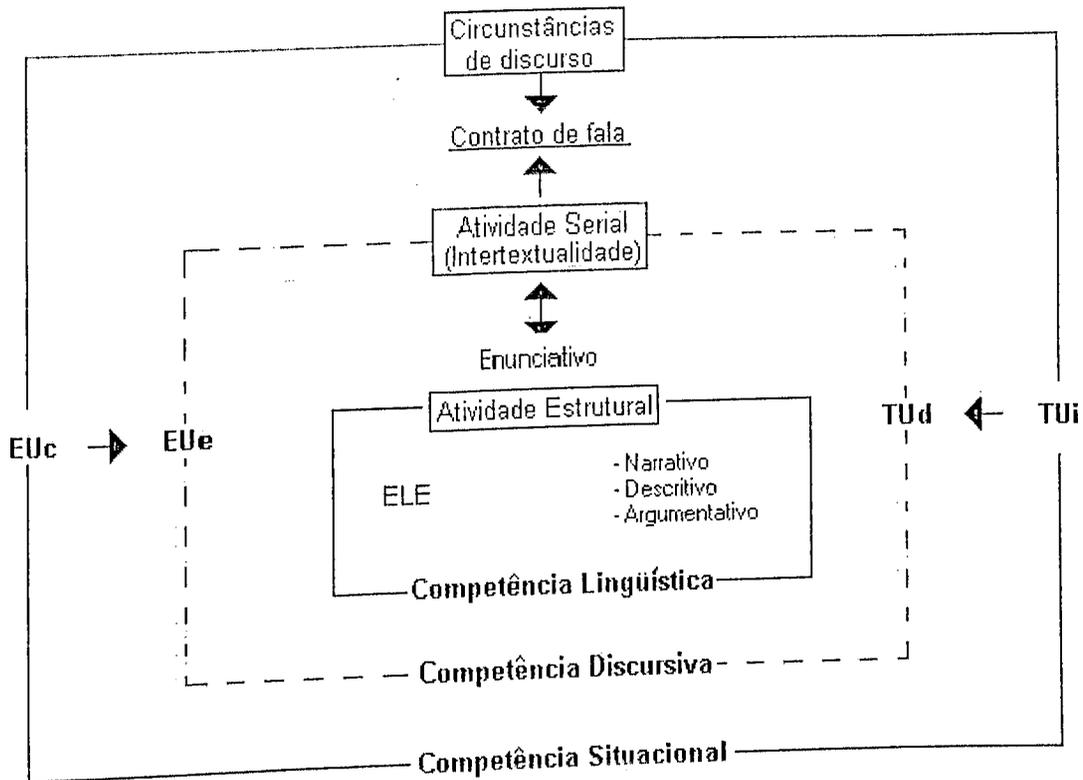


FIGURA 2 - Competência semiolingüística

Fonte: Charaudeau, 1983, p. 91 (Adaptado)

Esse esquema compõe-se de três retângulos que representam três *lugares da atividade linguageira* desenvolvida pelos sujeitos do ato de linguagem e correspondem aos componentes da *competência semiolingüística* desses sujeitos.

O retângulo mais central refere-se à atividade estrutural, realizada pela competência lingüística e que se manifesta na organização da matéria linguageira segundo os diferentes *aparelhos conceituais*. No trabalho de 1983, localizam-se dentro desse retângulo os aparelhos narrativo e argumentativo. Obedecendo à lógica que regula a composição do esquema, aí acrescentamos o aparelho descritivo, que Charaudeau só vem a formular na *Gramática*, de 1992.

No retângulo intermediário situa-se a atividade serial, da qual a intertextualidade é componente fundamental. Essa atividade realiza-se a partir da competência discursiva dos sujeitos e se manifesta no modo enunciativo de organização da matéria linguageira, que faz a mediação e articulação entre a atividade estrutural e a atividade serial, e entre o ato de linguagem e seus protagonistas. No nosso quadro eliminamos o *aparelho retórico*, presente no livro de 1983 e que desaparece na *Gramática* de 1992. Esse lugar é permeável às determinações do contrato de fala, que desenha a aposta discursiva, o que é representado pela linha pontilhada que o delimita. Esse é o lugar em que se instituem os seres de discurso: o Eu-enunciador e o Tu-destinatário, figuras definidas no e pelo ato de linguagem e que se distinguem dos sujeitos empíricos agentes desse jogo.

O retângulo mais externo refere-se às circunstâncias de discurso, lugar das restrições de ordem situacional que sobredeterminam o ato de linguagem e contribuem para sua configuração em aposta ("*enjeu*") discursiva. Essas atividades se realizam via competência situacional, que se constitui da codificação de situações sócio-linguageiras em contratos comunicacionais. Nesse lugar é que se localizam os sujeitos empíricos da atividade linguageira – o EU-comunicante e o TU-interpretante.

Este quadro representa, em última instância, a complexidade das atividades desenvolvidas no ato de linguagem, com a diversidade dos fatores envolvidos e as competências necessárias aos sujeitos. As competências parciais compõem a competência semiollingüística, que habilita os actantes a operarem significativamente com o sistema lingüístico e com os outros sistemas semióticos requeridos na comunicação linguageira. A especificação dos fatores intervenientes é que vai caracterizar a individualidade de cada gênero, inclusive do gênero BO, que nos interessa.

Além dos conflitos entre os interactantes empíricos e imaginados, entendemos que essa complexidade das atividades de linguagem, que requer o acionamento simultâneo de tantas competências, é um dos componentes do que estamos chamando de *arena discursiva*, particularmente acirrada no momento em que o policial redige. Como já dissemos na Introdução deste trabalho, a redação do BO envolve articulação de saberes diversos.

No âmbito da competência lingüística, podemos retomar e especificar conhecimentos:

- a. os propriamente lingüísticos, relativos (i) à compreensão semântica e gramatical do que é relatado oralmente pelos motoristas; (ii) à tomada de recursos léxico-gramaticais necessários e adequados à organização das seqüências narrativas e descritivas que compõem, basicamente, a forma aparente do BO;
- b. os sociolingüísticos, que dizem respeito, por um lado, à compreensão da variedade usada pelos participantes da cena e, por outro lado, à seleção lexical adequada e ao domínio da gramática, da ortografia e da pontuação da língua escrita padrão formal, variedade socialmente consagrada para esse gênero, bem como ao emprego de termos e torneios do estilo técnico-burocrático que é esperado no Boletim de Ocorrência (são exemplos expressões como “local retromencionado” e “registro esta para futuros fins”, presentes no BO3 analisado a seguir);
- c. textuais, que abrangem a adequada interpretação dos textos orais produzidos pelos motoristas que se envolveram no acidente e também o processo de retextualização escrita dessas falas, com a construção da estrutura composicional sedimentada no uso social e estipulada como modelo no uso institucional preconizado pelo *Guia de Redação*, além do “manuseio” adequado dos princípios de textualidade, como a coerência, a coesão, a informatividade, a intertextualidade, os quais serão posteriormente examinados.

Já no que toca à competência discursiva, podemos distinguir o plano da compreensão, em que o policial se institui como TUd/TUi, ouvindo os relatos dos motoristas, e o plano da enunciação, em que o policial, como EUE, procede à escolha cuidadosa de recursos léxico-gramaticais, modalizadores e operadores argumentativos que deverão possibilitar a construção de um discurso que se mostre, enunciativamente, como objetivo, e, argumentativamente, como neutro e imparcial. Isso se realiza pela instauração de um EU-enunciador que transfigura em autoridade soberana o redator empírico e que se vê diante da incumbência de convencer, pela consistência, eficácia e eficiência de suas palavras, dois tipos de destinatários que, em geral, têm status social mais elevado e/ou ocupam posição hierárquica institucional superior, cuja imagem pode ser amedrontadora ou constrangedora.

Numa instância, estão os motoristas presentes na *mise en scène* e tentando defender seus interessantes conflitantes, os quais deverão ler/ouvir o texto do Histórico, concordar com ele e assiná-lo. Noutra instância, estão os futuros leitores – o Comandante da Companhia a que o policial pertence, um delegado, um juiz, um perito de seguradora – que tomarão decisões importantes a partir da leitura desse mesmo texto.

Embora o quadro de Charaudeau (1983) não mencione explicitamente o que poderíamos chamar de competência cognitiva, podemos enxergá-la implícita em todas as dimensões apresentadas, especialmente na competência discursiva, sob o termo “intertextualidade”. O acionamento e processamento de conhecimentos pertinentes a diferentes formações discursivas, a diferentes esferas sociais, como diria Bakhtin, é imprescindível à atuação do policial na *mise en scène* em que é produzido o BO. Destacam-se aí conhecimentos, pelo menos de ordem técnica, dos campos do Direito, da Legislação, da Física (Cinética, Mecânica) da Medicina (nos casos de ocorrências com vítimas que é preciso socorrer ou cujo estado é preciso descrever).

Quanto à competência situacional e pragmática especificamente requerida na elaboração do BO, começamos por mencionar a habilidade e a sensibilidade necessárias ao cidadão policial no evento de fala que se trava em torno do acidente, no qual ele se institui ora como EUe, ora como TUi. Nessas circunstâncias, precisa reconhecer a configuração psicossocial do grupo (ou agrupamento) que se ali constitui, perceber o grau de tensão e hostilidade instalado, intuir o perfil emocional e as disposições dos TU-interpretantes ali presentes – os motoristas envolvidos na ocorrência (abertura para negociação? equilíbrio? senso de justiça? ou, ao contrário, agressividade? arrogância? desonestidade? pretensão de suborno?). Nesse quadro, precisa, sobretudo, ser capaz de lidar com todos esses fatores de modo a fazer prevalecer o contrato de fala legal e institucionalmente devido para essas circunstâncias. Um exemplo de como essa capacidade é necessária é a já mencionada frase ouvida do policial ao assumir o papel que lhe cabe na encenação discursiva, como EU-e, durante a redação do BO1: “Não senhor! Eu tenho de ser imparcial!”.

Cabe ainda lembrar os desdobramentos do TUi, correspondentes ao que chamamos acima de segundo tipo de TUd: os comandantes de companhia dos

batalhões policiais, delegados, juízes, peritos, que deverão ler, entender e aprovar o documento produzido pelo policial, ou seja, que estarão presentes no “segundo ato” dessa *mise en scène*, no segundo tempo da disputa que se desenrola nessa arena.

Ressalte-se, além disso, que as competências descritas serão também postas em ação pelos diferentes interlocutores, nas múltiplas instâncias que se criam em torno de um BO.

4.1.2 Coerções X estratégias: a polifonia

Charaudeau (2001, p.27) diz que “é com Benveniste (1966) que se traduz a primeira mudança teórica de importância”, relativa à subjetividade, entendida como “capacidade do locutor de se colocar como sujeito.” A partir dessa proposta, na perspectiva da Semiologia, julgamos que um outro termo possa ser criado e empregado diante das circunstâncias em que se produz o discurso: a *transsubjetividade*, já que o locutor deve fazer-se o sujeito-outro, projetar-se na constituição ideal do outro. Essa idealização se configura nas projeções que o Euc faz do Tud e que o Tui faz do Eue, que representamos com as linhas acrescentadas ao esquema proposto por Charaudeau (1983, p.46) para o ato de linguagem, apresentado na seção 3.2 do nosso trabalho.

Segundo Gomes (1998, p.175), é preciso levar em conta o postulado semiológico de ‘intencionalidade’, segundo o qual todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros que se reconhecem nas suas semelhanças e diferenças. Fundado no aspecto contratual do ato comunicativo, esse postulado implica reconhecimento e legitimação recíprocos entre os parceiros. Toda comunicação humana, lembra a autora, guarda as dimensões interacional e contratual e o postulado da intencionalidade determina que todo sujeito, ao produzir um ato de linguagem, o faz para influenciar o outro, ou seja, o sujeito tem sempre uma finalidade intencional, o que abre a possibilidade de estratégias discursivas subjetivas, como brechas encontradas entre as coerções impostas pelo contrato.

No caso específico do BO, o contrato que se estabelece entre os parceiros resguarda aspectos peculiares. A intenção de um em se fazer entendido e ganhar a participação de outro, pressupõe certos cuidados, exige atenção e fidelidade às regularidades instaladas no meio em que vai circular o boletim. Uma

questão importante diante disso é a consideração da finalidade desse “Histórico do Boletim de Ocorrência”. Já vimos que ele deve ser produzido para “cobrir uma falta do outro”, isto é, fazer o registro (imparcial, isento de opiniões) de uma ocorrência; esse registro levará informações (precisas, corretas, objetivas) a alguém que deverá tomar conhecimento do fato e providências a respeito.

Sabemos, no entanto, que o produtor de um texto está sempre numa posição de submissão e de liberdade para o uso da linguagem. No caso do gênero BO, parece-nos que a submissão é maior que a liberdade, considerando que estão no horizonte das circunstâncias desse discurso as normas da instituição em que o policial trabalha, e para a qual produz o texto, instituição essa que estabelece como um dos pilares de sua organização o reconhecimento e a obediência à hierarquia de postos e patentes, bem como de normas e regulamentos. Retomando os elementos definidores de um gênero, na concepção bakhtiniana, observamos que tal submissão aparece: (i) no âmbito do “estilo”, isto é, das escolhas lingüísticas, no respeito às normas gramaticais da língua culta, no emprego do jargão militar e no uso de clichês recomendados pelo *Guia de Redação*; (ii) no nível da “forma composicional”, já que a estrutura do texto também é previamente estabelecida nos modelos fornecidos pelo *Guia*; (iii) no plano da temática – imposta pelas circunstâncias e pelas finalidades institucionais do texto – e também no que se refere ao tratamento dessa temática (a objetividade, a imparcialidade). São exemplos do que foi dito, as instruções explicitadas no *Guia* de que o policial deve ser cuidadoso e “não registrar dados falsos ou incorretos”, colocar-se no lugar da autoridade destinatária e “não usar expressões que possam causar dupla interpretação”. Além disso, recomenda-se ao redator “não tirar conclusões nem emitir opinião pessoal”, devendo, cf. item g – “Técnica de Redação”, no mesmo *Guia de Redação*, p.12, “indicar o que constatou ao chegar ao local”, utilizando determinadas estruturas, como “chegando ao local, deparei com a vítima [...]”, “verifiquei que várias pessoas [...]”, “citar características de pessoas, veículo e objetos” (grifos nossos).

Como o redator deverá “indicar o que constatou ao chegar ao local”, podemos supor que ele terá de ter discernimento para registrar dados significativos para seu interlocutor. Devemos reconhecer que, para isso, serão indispensáveis certos conhecimentos, tais como as leis relativas ao evento que está relatando.

Podemos, então dizer que a polifonia desse texto situa-se na interseção da presença da voz do redator, através de seus arranjos pessoais para o texto, com as orientações e sugestões de estruturas frases do *Guia* e com a ressonância de textos legais. São exemplos dessa polifonia expressões como “foi deslocando para a contra-mão e voltou repentinamente para a mão de direção” (no BO1, fragmento transcrito abaixo); “veículos foram retirados da pista”, “não observou o sinal de parada” e outros (BO Modelo – fragmento transcrito abaixo).

Quanto à presença velada de textos legais, o que desejamos demonstrar é que o policial tem de ter clareza do que deve relatar e o que é dispensável registrar. Por exemplo, um carro estacionado em local não permitido, terá que ser descrito como tal, mesmo que este carro tenha sido o prejudicado. Isso exige que o redator tenha segurança a respeito dos aspectos legais que afetam a ocorrência; no momento de lavrar o boletim, terá que considerar detalhes sob a luz da lei. Todo o seu comportamento é afiançado por dispositivos legais; ao solicitar, por exemplo, os documentos dos envolvidos, estará se predispondo a aplicar sanções previstas por legislações pertinentes (todos os documentos devem estar em dia; uma carteira com data de validade vencida implica algumas penalidades; falta de pagamento de impostos, outras penalidades, etc.), inclusive terá que estar a par de dispositivos reguladores de certas práticas, como saber até que data determinado pagamento de taxas referentes ao veículo pode estar valendo. Assim, o conteúdo de textos legais, as orientações e instruções passadas pelo Comando, textos já lidos, problemas conhecidos em ocorrências anteriores, são vozes latentes no momento da escrita que interferem na produção do BO, marcando-se no “Histórico”, por exemplo, pela seleção de dados, pela descrição e qualificação dos objetos nomeados.

Há ainda vozes de outras pessoas, citadas em discurso indireto ao registrar o depoimento dos envolvidos (no BO1) e informações dadas por testemunhas (no BO Modelo).

BO1 (fragmentos)

Segundo versão do condutor do V1(Pálio), trafegava pela Av. Princesa Isabel e de frente ao nº 11 havia um FIAT/Uno estacionado e após passar o FIAT/Uno [...]
Segundo a versão do condutor do V2 (Corsa), trafegava pela Av. Princesa Isabel e ao se aproximar do nº 11, o V1 (Pálio) que trafegava à sua frente [...]

BO Modelo (fragmentos)

Acionados pelo COPOM comparecemos à BR 381, próximo à portaria da USIMEC, onde fomos informados pelas testemunhas que o V1, uma bicicleta, vinha pela rodovia direção Bairro/Centro [...]. O condutor do V2 também compareceu ao HMC, onde foi celebrado acordo entre as partes envolvidas, perante testemunhas [...].

Outros exemplos da polifonia constitutiva dos Boletins de Ocorrência são as expressões sublinhadas na transcrição abaixo.

BO2

Acionados pelo COPOM, comparecemos ao local retromencionado onde segundo a vítima um FIAT 147, placa XXXnnnn de cor marrom chocou-se contra a grade da residência da vítima causando danos na grade e no passeio vindo este a evadir do local sem dar qualquer tipo de satisfação. Diante dos fatos registro esta para futuros fins.

As duas primeiras expressões grifadas reproduzem literalmente o texto modelo proposto pelo *Guia de Redação* (Anexo H); as duas últimas aparecem também no fechamento do BO4 (“Não houve acordo no local a ocorrência segue para futuros fins”) e do BO5 (“Diante dos fatos relato-vos esta para vosso conhecimento”), nos Anexos E e F. Itens lexicais como “vítima” e “dano” fazem parte do vocabulário básico do gênero. “Chocou-se contra” e “evadir do local” são expressões que têm lugar reconhecido no jargão técnico típico do Boletim, propiciando efeito de sentido diferente do que poderia ser suscitado por construções mais usuais na linguagem corrente, como “bateu”, “trombou”, e “foi embora”, “não se apresentou”, “não pôde ser identificado”, “não pôde ser encontrado”.

Os termos do jargão técnico soam como voz alheia à do sujeito empírico que redige o BO, na medida em que pertencem ao estilo de um gênero público e oficial, em que é de praxe o uso da chamada língua culta, não se harmonizam, por exemplo, com emprego potencialmente ambíguo do pronome anafórico “este” na construção “causando danos na grade e no passeio vindo este a evadir do local”.

Assim, cabe perguntar: o redator do boletim consegue cumprir todas as normas, respeitar tudo que constrange sua escrita? Até que ponto ele consegue

usar a prerrogativa de ser livre? Vamos examinar como as coisas acontecem na organização lingüístico-discursiva dos BO.

4.1.3 Os modos de organização discursiva do BO

Para Charaudeau (1992, p.645), atualmente, é o caso de se proporem algumas correspondências entre os modos de organização do discurso dominantes e certos tipos de texto, mas não propriamente de criar uma tipologia de textos. Por exemplo, explica o autor, o texto do tipo científico, embora possa variar conforme a disciplina e o suporte, é essencialmente organizado conforme o modo argumentativo, enquanto que o do tipo publicitário mostra uma tendência mais marcada pelo descritivo e pelo narrativo. É nessa linha de pensamento que nos posicionamos; não vamos propor nenhuma taxionomia, mas procuraremos recorrências e similaridades pertinentes aos modos de organização dos textos de BO, que nos permitam inscrevê-los sob a chancela de um determinado conjunto. Vamos exercer esse raciocínio, considerando os quatro aparelhos languageiros propostos pela Semiolingüística, tomando como base dois boletins: o BO1 e o BO Modelo.

De início, lembramos que os BOs são documentos redigidos numa situação específica, possuem a mesma finalidade, apresentam o mesmo perfil de actantes, obedecem a determinadas restrições de produção, mas incluem momentos em que se abrem prerrogativas de manobras lingüístico-discursivas para o redator. Podemos enquadrá-los numa mesma prática social, no domínio do Direito, mais especificamente do Direito de Trânsito, configurando-se como documentos com valor específico na área jurídica (não se trata, por exemplo, de estudos sobre Direito Penal relativo ao trânsito, mas de registros oficiais de uma ocorrência de trânsito). Por tudo isso, os BOs regulam-se pelas mesmas normas que regem o contrato de fala e que conduzem para um amálgama dos modos de organização descritivo e narrativo, com o produtor situando-se numa posição enunciativa e argumentativa marcada por particularidades especiais.

Considerando, então, o **aparelho enunciativo**, uma das regularidades propostas pelo modelo institucional diz respeito ao **comportamento alocutivo**, que se refere às relações entre o EU e o TU. Trata-se do encaminhamento do texto, pelo

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

redator, a uma autoridade. No BO Modelo, assim como nos BO3, 4 e 5, nota-se a presença explícita de um vocativo, que é sempre a representação de uma autoridade: dois dos redatores se dirigem ao Comandante da Companhia e dois se dirigem ao Delegado de Polícia da Delegacia de Acidentes de Veículos. Os outros dois (BO1 e BO2), que não explicitam, no início do texto, a quem se dirigem, deixam subentendido que o texto vai para a pessoa identificada no cabeçalho do formulário do Boletim, que é sempre uma autoridade também.

A presença regular, embora não obrigatória, do vocativo, revela uma atitude enunciativa especificada pelo que Charaudeau (1983, p.60-61) chama de modalização discriminativa: há um TUd destacado de um conjunto maior e considerado como um destinatário obrigatoriamente implicado (nos BO2, 4 e 5, por exemplo, o produtor escreve "*diante dos fatos, registro esta para os devidos fins*"). A pessoa que receber o documento necessariamente vai tomar alguma providência com relação ao que ler. A interpelação feita a uma determinada autoridade, que a institui como TUd, se dá em função da posição institucionalmente legítima do policial, que se assume como EU-enunciador e manifesta sua capacidade e seu poder (o "poder fazer" definido pela Psicologia Social, cf. Guareschi, 1996) de definir o destinatário a partir da interpretação que faz quanto à natureza e às implicações jurídicas da ocorrência.

Entretanto, a manifestação do aparelho enunciativo na formulação do vocativo, revela a relação de hierarquia que deve existir entre militares. As estruturas vêm com a palavra "Senhor" (Sra. Cmt. Da 10^a., Ao Sr. Maj Cmt, ao Sr Delegado, etc.), sinal que classifica a atitude do redator num comportamento alocutivo em que ele se coloca num nível abaixo de quem vai receber seu texto. Outra marca que sinaliza o mesmo efeito é o emprego do pronome "vós" para se dirigir diretamente à autoridade: "adianto-vos" (BO4), "relato-vos" (BO5). Esse pronome, quase ausente do uso contemporâneo do português brasileiro, suscita conotações ideológicas de solenidade e respeito, reservando-se, atualmente, aos discursos mais formais, sobretudo no campo religioso, nas orações que se dirigem a Deus.

BO4 (fragmentos)

Ao Sr Delegado de Polícia D.E.A.V.

Cumprindo Determinação do Cpcia 23º Comparecemos ao P.O.V. 23.1, onde se encontrava os condutores deste B.O. envolvidos em acidente trânsito. [...] Adianto-vos que os atendidos no HPS ficaram sob os cuidados do hospital em observação.

BO5 (fragmentos)

Ao Sr. Maj Cmt da 8ª Cia.

Compareceu a esta Cia os condutores citados neste BO [...].Adianto-vos que o condutor do V2 assumil os danos de ambos os veiculos. [...] Diante dos fatos relato-vos esta para vosso conhecimento.

Além disso, os textos dos BOs são produzidos com características específicas do **comportamento delocutivo**, pois são compostos de asserções, com graus de evidência e de objetividade. Tudo é apresentado ao leitor como se o “ELE x se definisse em si, sem intervenção do sujeito enunciador” (Charaudeau, 1992, p.64). Esse ELE x é apresentado ao policial pela pessoa que viveu ou viu o que aconteceu (nos BO 1, 3, 4 e 5, são os condutores que relatam; no BO2 é a vítima e no BO Modelo, as testemunhas). No caso do relato dos diretamente envolvidos (condutores e vítimas), é provável, teoricamente, que o grau de objetividade seja menor do que quando se altera a posição de narrar, isto é, quando o policial faz o registro oficial.

Pode-se ver, no BO1 e no BO Modelo, a mesma técnica do EU em procurar se ocultar, deixando a voz do outro assumir a progressão do texto, num relato em discurso direto ou indireto (no BO1, “Segundo a versão do condutor”; no BO Modelo, “fomos informados pelas testemunhas que”), ou mesmo adotando atitude delocutiva, ao descrever (no BO1, “danos aparentes do V1”; no BO Modelo, “o V1 teve danos generalizados”) e ao narrar [BO1, “trafegava pela Av. Princesa Isabel [...] e após passar o FIAT/Uno o V2 [...] deu uma freada brusca”]. Tudo isso, no BO1, é “segundo a versão” de um dos condutores – não há verbo na 1ª. pessoa; no BO Modelo, observa-se a presença da voz passiva [“Accionados pelo COPOM [...] fomos informados pelas testemunhas [...] os veículos envolvidos foram retirados da pista [...]”] e uso de 1ª pessoa se faz no plural, com verbos semanticamente “neutros” (verbos de movimento – “comparecemos” e “deslocamos” – e um constativo – “constatamos”), o que suscita um efeito de distanciamento e formalidade.

Uma outra marca do comportamento do EU-enunciador do BO é a informação e a justificativa de que só compareceu ao local da ocorrência por ter sido “acionado pelo COPOM” (BO Modelo, BO2), ou estar “cumprindo determinação do CPCIA 23^o” (BO4). Essa atitude enunciativa alia-se à já comentada postura alocutiva, na medida em que deixa transparecer a relação hierárquica entre os participantes do ato de linguagem, mas é também uma maneira do enunciador de se isentar da participação no evento e preparar o TUi para perceber seu texto, enxergando sua inscrição numa relação de objetividade como o Ele^o, ou seja, com o mundo a significar.

BO4 (fragmentos)

Ao Sr Delegado de Polícia D.E.A.V.

Cumprindo Determinação do Cpcia 23^o Comparecemos ao P.O.V. 23.1, onde se encontrava os condutores deste B.O. envolvidos em acidente trânsito. Em contato com o condutor do V01 (XXX NNNN) este me relatou a seguinte versão do acidente [...], segundo versão do condutor V02 [...]

Segundo Charaudeau (1983, p.64), é inerente ao comportamento delocutivo um componente intertextual. De fato, essa postura, como já vimos, provoca a presença de polifonia, através de citações explícitas, de clichês típicos de um determinado jargão (“veículo”, “abalroar”, “V1”, “perito”, “local do acidente”, “condutor”, “celebrar acordo”, “foi socorrido”, “mão de direção”, “vindo este a evadir”, “causando danos”, entre outros), cujos termos formam uma cadeia isotópica, facilitando a ativação de um repertório de conhecimentos prévios, recuperando textos e saberes partilhados, o que determina os TUD entre os quais vai circular o texto. A intertextualidade, aí, é, portanto, especificada por duas classes de modalização: através do discurso relatado, que traz a fala dos envolvidos (condutores, vítimas, testemunhas), e através do discurso alusivo, que convoca o universo de referência do discurso, ao utilizar termos que seriam pertinentes a um saber partilhado pelos membros da comunidade a que se destina o BO.

Na maneira de cada EUE acionar e operar o aparelho enunciativo evidenciam-se manobras pessoais possíveis. Por exemplo, aparecem aí escolhas diferentes quanto à composição textual, pois os redatores não usam exatamente as mesmas estratégias; nem todas as estruturas selecionadas estão presentes

explicitamente, embora pudessem estar, sem ferir a configuração lingüístico-discursiva do BO. Colocar ou não o vocativo, parece ser uma decisão do produtor, já que, na verdade, o Boletim como um todo já é automaticamente encaminhado a alguma autoridade. Outra opção quanto à forma composicional, é a estratégia introdutória do EUE de se declarar “acionado pelo COPOM” ou cumprindo determinação de tal Companhia. Nem todos fazem essa explicitação, em certa medida desnecessária, já que, normalmente, os policiais recebem ordens para o desempenho de suas tarefas. Quanto ao estilo, podemos mencionar que a possibilidade de empregar o pronome *vós* depende da necessidade que o texto apresentar; mas, nesses textos, sempre que foi preciso empregar um pronome para se dirigir ao Tu, empregou-se a 2ª. pessoa do plural. Por outro lado, paralelamente ao uso da voz passiva e da primeira pessoa do plural, encontramos o emprego da primeira do singular (BO2, “Diante dos fatos registro esta para futuros fins”; BO3, “Registro para devidos fins”; BO4, “em contato com o condutor do V01 (XXXnnnn) este me relatou a seguinte versão do acidente”).

Lingüisticamente, a **organização narrativa**, nos BO, se manifesta pelo emprego convencional dos tempos e modos verbais (a combinação do perfeito e do imperfeito do indicativo, o mais-que-perfeito, o futuro do pretérito) e de marcadores temporais:

BO1 (fragmentos)

Segundo versão do condutor do V1 (Pálio), trafegava pela Av. Princesa Isabel e de frente ao nº 11 havia um FIAT/Uno estacionado e após passar o FIAT/Uno o V2 (Corsa) que trafegava atrás de seu veículo, deu uma freada brusca com arrastamento de pneus e deslocou para a direita vindo a abalroar a lateral direita de seu veículo. [...] Segundo a versão do condutor do V2 (Corsa), trafegava pela Av. Princesa Isabel e ao se aproximar do nº11, o V1 (Pálio) que trafegava à sua frente foi deslocando para a contra-mão de direção e voltou repentinamente para a mão de direção vindo a abalroar a lateral esquerda de seu veículo, parando a alguns metros a frente.

BO3 (fragmento)

[...] segundo o relato do condutor do V1 o mesmo trafegava sentido Centro-bairro, à Av. Tereza Cristina, 960, próximo à Via Expressa, qdo o V2 freiou, no semáforo e ele (V1) mesmo freiando veio a chocar no V2, que não teve dano algum. Os danos ocorridos no V1

foram amassamento do capô e pontas dos paralamas esquerdo e direito amassadas.

BO4 (fragmento)

[...] Comparecemos ao P.O.V. 23.1, onde se encontrava os condutores deste B.O. envolvidos em acidente trânsito. Em contato com o condutor do V01 (XXXnnnn) este me relatou a seguinte versão do acidente: Que trafegava pela rua Coronel Pedro P. Penido no sentido B. União/B. Cidade Nova e no momento em que iria convergir a esquerda no cruzamento desta rua com a rua Tabelaão Ferreira de Carvalho foi surpreendido pelo V02 (YYYnnnn) que também trafegava pela rua Cel Pedro P. Penido porem, no sentido contrário vindo assim a acontecer a colisão, segundo versão do condutor V02 (YYYnnnn) este trafegava pela rua Cel Pedro P. Penido no sentido Centro/Bairro momento em que no cruzamento desta rua com a rua Tabelaão F. de Carvalho o veículo 01 veio a colidir o seu veículo, este alega que iria prosseguir pela rua Cel. Pedro P. Penido.

BO5 (fragmento)

[...] Compareceu a esta Cia os condutores citados neste BO que segundo a condutora do V1 seu veículo estava estacionado no endereço supra de frente a residência de sua irma e que apos algumas horas a mesma foi solicitada por um vizinho dizendo que seu veículo havia sido abalroado pelo V2. Segundo o condutor do V2 o mesmo estava transitando na rua dos violões e que ao fazer uma conversão para a direita na rua dos bandolins e que um objeto que estava em cima do banco do passageiro caiu e o mesmo abaixou-se para pegá-lo vindo assim a se destralir e veio a chocar com seu veículo na trazeira do V1 que estava estacionado no local. [...]

O produtor do Boletim parte de um pressuposto: que houve uma ocorrência da qual uma determinada autoridade precisa tomar conhecimento. Isto é, existe uma "falta" a ser preenchida, o que será feito através da elaboração e do encaminhamento do Boletim. Esse é um dos princípios que regem a organização do **aparelho narrativo**. E o documento será produzido realmente nessa perspectiva: narrar para informar, sendo que essa intenção se realiza ao contar a história "do outro", colocando-se o produtor do texto escrito num ponto exterior à história (como dissemos acima, é o princípio de delocutividade). Parte de uma estrutura consagrada, trazendo uma voz alheia ("segundo versão..."), demonstrando imparcialidade e apresentando os fatos e encerrando a narração ao encaminhar a

ocorrência “para os devidos fins”, novamente, através desse fechamento, isentando-se do que ocorreu (e poderá vir a ocorrer).

Segundo Gomes (1998, pág.176) “a encenação narrativa assim como todo ato de linguagem, articula-se em dois níveis de significação: os parceiros (autor e leitor real) que se movem em um espaço externo (psico-sociocultural) e os seres de “papel” (Eu-narrador e leitor destinatário) que se articulam num espaço interno (intratextual)”. Essa relação entre os parceiros da narrativa, pelas considerações já feitas acima, acontecem numa situação de hierarquia, o que vai determinar o modo de narrar. Como se vê, há um entrelaçar dos modos de organização, que, aliás, se estende, pois a narrativa se mescla com componentes do **aparelho descritivo**.

Dos três tipos de componentes do **aparelho descritivo** (nomear, localizar/situar e qualificar), podemos apontar marcas em todos os boletins.

Do *nomear* trazemos palavras bem específicas como: veículo, vítima, semáforo, tráfego, mão de direção, danos, socorrer, etc. É interessante observar que, ao nomear os danos, o policial prefere usar verbos substantivados, como no BO5 (“amassamento da tampa trazeira”, “quebra da fechadura da tampa”), ou no BO1 (“amassamento da porta direita”), ou BO4 (“quebras do farol e seta do lado esquerdo”). Às vezes, nem chega exatamente a especificar o dano, como no BO1 [“danos aparentes do V2 (corsa) para-lama dianteiro esquerdo”], ou no BO2 [“causando danos na grade e no passeio”]. Acontece que, para nomear, segundo Charaudeau, o sujeito dá existência a um ser, isto é, percebe uma diferença, relaciona-a a uma semelhança, e nisto está um certo princípio de classificação, o que poderia sugerir ao leitor um determinado posicionamento do redator do texto. Por isso os autores de boletins só dizem o que está realmente visível – “dano aparente” – e o localizam, para que depois um perito avalie a extensão do dano. O fato também de usarem verbos substantivados (em vez de usarem o verbo, por exemplo: a tampa traseira amassou, o farol e a seta quebraram) possibilita maior efeito de objetividade, assim como o emprego de passiva, que aparece no BO5 (“teve o pneu estourado”, em vez de “estouro do pneu”).

A *localização* faz-se extremamente necessária, visto que o local pode ser um dado importante na elucidação e solução do caso. Assim, temos, no BO1, “trafegava pela AV. Princesa Isabel e de frente ao nº 11”; no BO3, “o mesmo trafegava sentido Centro-bairro, à Av. Tereza Cristina”; no BO4, “trafegava pela rua

Cel. Pedro P. Penido”, “no cruzamento desta rua”; no BO5, “estava estacionado no endereço supra de frente a residência”, “conversão para a direita na rua”, “danos aparentes: [...] pára-lamas dianteiro lado esquerdo”.

A *qualificação*, pela teoria de Charaudeau, faz com que o ser seja alguma coisa (seja qualidade ou seja comportamento) e suscita procedimentos de construção, ora subjetiva, ora objetiva do mundo. Na nossa compreensão, por essa perspectiva que estamos adotando, o qualificar e o nomear têm uma linha relativamente débil de separação. Por exemplo, a palavra “vítima” é uma nomeação, mas é também uma qualificação; “amassamento” é uma nomeação, mas é também uma qualificação. Consideramos que, em certos casos, é óbvia a qualificação, como no BO5, em que o redator emprega a expressão “pequeno amassamento” e aí a palavra “pequeno” revela uma característica, “faz o amassamento ter uma qualidade”, mas deixando o sujeito, de certo modo, como responsável por essa classificação (alguma coisa está amassada, mas não muito). Mas as qualificações são raras nos Boletins de Ocorrência de Trânsito. Além desta, pode-se apontar, no BO 6, que é modelo: “escoriações generalizadas”, “danos generalizados”, e um modalizador servindo para qualificar: “lateral esquerda parcialmente destruída”. Observe-se que, para essas qualificações, as palavras utilizadas são imprecisas, fazendo com que o efeito de saber a ser produzido, seja também um saber relativizado. Pode estar aí a fonte das observações negativas de um juiz e dois peritos sobre a qualidade do texto para a realização de seu trabalho, que apresentaremos no próximo item.

Assim, a organização dos textos do BO inclui componentes de narração mesclados com componentes de descrição e sua articulação se faz presidida por uma atitude enunciativa predominantemente delocutiva. Oficialmente não se trata de um texto argumentativo. E não é realmente, se considerarmos que não há marcas do princípio de organização do **aparelho argumentativo**, isto é, não há uma propósito (o assunto), seguido de uma proposição (um quadro de raciocínio, do tipo “se p, então q”), concluindo com um ato de persuasão que testemunha a validade da proposição. Mas os textos de Boletins de Ocorrência têm de fornecer dados para que seja possível haver uma argumentação por parte do leitor. Se alguém tiver que tomar uma decisão se vai ou não pagar um seguro, ou se tal ou tal condutor é o culpado, é preciso que haja dados suficientes. E isso vai depender também da

habilidade de leitura de quem receber o texto. Instala-se, assim, mais uma área de conflito, mais uma arena de luta: o que escreve tem severas restrições, de diversas ordens, muito mais do que liberdade para compor; o que lê tem necessidades que se chocam, às vezes, com essas restrições. A posição do locutor (o policial), nesta situação, é terrivelmente incômoda.

4.1.4 A palavra do TU

Para introduzir nossos próximos comentários, não será demais recordar ao leitor a analogia que Charaudeau faz entre o ato de linguagem e uma aposta.

Na perspectiva que estamos adotando, conforme já foi mostrado, considera-se a interação linguageira perfaz-se com a presença de um sujeito comunicante (Euc) e de um sujeito interpretante (Tui), que se desdobram numa outra dupla, de forma idealizada, sendo o desdobramento do interpretante uma criação do comunicante e o desdobramento deste, uma projeção realizada pelo interpretante. Essas figuras implicam-se numa espécie de jogo que se realiza por uma relação contratual, a qual pressupõe que “os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais sejam suscetíveis de se colocarem de acordo com as representações linguageiras destas práticas sociais.”³ O jogo se funda numa “regulação” efetivada por esse contrato que se estabelece entre os sujeitos. Isso quer dizer que os parceiros existem na medida em que se reconheçam colocando-se sob a regência dos três componentes da relação contratual (o comunicacional – diz respeito ao quadro físico da situação interacional; o psicossocial – são as percepções mútuas, no plano físico, psico e social; e o intencional – onde se locam os conhecimentos prévios, os saberes partilhados e os imaginários culturais). Diante desse esquema, um pai que é professor de seu próprio filho, viverá interações de modo diferente, conforme o ato de linguagem se dê com o filho em casa, ou numa situação de atividade escolar. Numa determinada circunstância, ele poderá crer/desejar que seu filho o veja como um professor, demonstrando alguma cerimônia ou respeito, mas o outro poderá vê-lo como um pai, com quem tem toda liberdade, ou por quem não tem nenhum respeito.

³ Charaudeau, 1983, p. 50. No original: “les individus appartenant à un même corps de pratiques sociales soient susceptibles de se mettre d'accord sur les représentations langagières de ces pratiques sociales”

O sujeito comunicante é quem dá início ao processo de produção e o faz tendo em vista suas hipóteses sobre o sujeito interpretante, procurando, através de suas estratégias lingüísticas e discursivas, fazer com que este intérprete incorpore o destinatário que lhe convém. Acontece que nem sempre se realiza o que o Euc pretende. O Tud é uma criação do comunicante, mas o Tui não se subjugava a ele e é capaz de alterar o contrato, de modificar o encaminhamento do jogo, e foi o que se deu no exemplo que apresentamos acima, do pai/professor e filho/aluno. Já mostramos, no capítulo 3, que o TUd (sujeito destinatário) é um "ser de palavra" instituído pelo EU, ao passo que o TUi (sujeito interpretante) é um sujeito agente que institui a si mesmo como responsável pelo ato de interpretação.

O contrato se altera não é só quando há certa espécie de desacato. Uma situação real ocorreu da seguinte forma: um professor se envolveu numa ocorrência de trânsito ao ter seu carro no meio de um "engavetamento" de vários veículos. Disse ele que o fato se deu à noite e, depois de muito tempo, quando o policial chegou, todos os envolvidos já se sentiam à vontade uns com os outros e ele foi apresentado ao policial como Sr. Fulano de Tal, professor de português da UFMG. O militar tomou todas as providências, ouviu os relatos e se deslocou para uma área perto de um poste, onde era mais iluminado, lá permanecendo um bom tempo a preparar o boletim. Com a inquietação de todos, pela demora do policial em terminar sua tarefa, o professor se aproximou, perguntando: "E então, tudo bem? Terminou?" E o policial, coçando a cabeça, respondeu: "Eh... já; só estou meio apertado para colocar umas vírgulas...".

O professor não se aproximou do policial para olhar o texto como um "professor de português", mas deve ter sido assim que o policial o considerou. Naquele momento, o condutor de um dos veículos (que era a maneira como o professor se considerava) dirigiu-se à autoridade que redigia um boletim de ocorrência; mas tornou-se uma outra figura, porque o imaginário presente no repertório do policial provavelmente colocava o condutor/professor como uma pessoa que "patrulha erros de gramática", ou que "sabe português muito bem". Ainda mais perguntando se "já terminou", como faz um docente ao se dirigir a um aluno que deve entregar um exercício.

Já comentamos anteriormente a arena que se instala entre os sujeitos de um ato de linguagem, considerando-os como personagens empíricas e idealizadas

desse ato e as condições a que são submetidas pelo contrato e vimos também falando ao longo deste trabalho de forma positiva sobre o BO de trânsito. Realçamos a importância do extra-lingüístico, que era um dos nossos focos de busca, comentando sobre os saberes partilhados, a construção da imagem mútua, os estatutos que os parceiros são suscetíveis de reconhecer um no outro.

Com vistas a ter um argumento com bases autênticas para a importância e o valor real de conhecimentos prévios e compartilhados, no nível lingüístico e extra-lingüístico, e também alguma referência sobre como se daria a recepção/interpretação do BO1 (e igualmente do Boletim de Acidentes Aeronáuticos) encaminhamos uma cópia deles a dois peritos de seguradoras (um especializado em ocorrência de trânsito e outro de acidentes de avião) e a um juiz, atualmente, aposentado. Essas pessoas receberam apenas os textos dos boletins, com três perguntas para responderem, sem nenhuma outra informação ou dado. Cada perito da seguradora encarregou-se do boletim de sua competência e o juiz manifestou-se sobre os dois textos.

Ao lermos as respostas dos TU a quem encaminhamos os boletins, vimos que realmente o reconhecimento do papel do outro, o estabelecimento de seu estatuto social, a parceria e compartilhamento de conhecimentos fazem com que a arena possa se instalar efetivamente. Diante das respostas obtidas, a expectativa de um reconhecimento do policial como sujeito efetivamente apto a se colocar diante do outro como autoridade competente para a realização do boletim fragilizou-se. Houve, ao contrário do que esperávamos, a demonstração de como o componente psicossocial do contrato pode atuar, trazendo à tona a doxa presente na sociedade, e pudemos reconhecer, através do que nossos entrevistados responderam, vozes de locutores imprecisos, porém reais, (d) enunciando idéias instaladas em nosso meio, explicitando um topos: é um policial que faz o registro, então o texto não é bom, porque o policial é mal preparado, é um indivíduo de pouca escolaridade etc., etc. Reconhecemos que esse topos tem um fundo de verdade, não estamos criticando as respostas dos que colaboraram conosco, apenas estamos apontando a força de um elemento extra-lingüístico no ato de linguagem.

As perguntas e as respostas foram as transcritas a seguir. Quando oportuno, intercalamos entre elas algum comentário ou observação.

a. Do Juiz:

É fácil compreender o que estes textos querem dizer?

“Não. Trata-se de textos que exigem um tecnicismo peculiar, redigidos na maioria das vezes com enfoque pré-recomendado para a área jurídica repressora, ou ressarcimento de danos, ou cautelarmente, para prevenir direitos de uma forma geral. No meu caso onde militei na magistratura por aproximadamente treze anos e na advocacia outros dezessete, tive mais facilidade no tocante ao BO do acidente de trânsito, aliás conciso, claro, preciso, mas incompleto (grifo nosso) quanto à descrição dos danos”.

Observe-se aqui, pela palavra sublinhada, a quebra da expectativa do TU, sendo que a seguir vem a justificativa da qualificação (*incompleto*), mas também um certo contraponto a favor do Euc/Eue.

(continuação)

“Em Boletins dessa espécie, a descrição dos danos é um elemento fundamental para a conclusão do embasamento da decisão judicial, pois pela análise dos danos ver-se-á a coerência ou incoerência da descrição. No exemplo sob exame, o BO seria inócuo (motivo até de inquérito administrativo) se concluísse por danos no V2 no pára-lama direito, traseiro (?!).

Na parte referente aos danos, o policial e/ou agente encarregado da elaboração do BO trabalha quase de forma solitária. Ele é quem vai constatar os danos visíveis, já que peritar não é sua função.

Ainda no exemplo do acidente de trânsito, poderia o policial, que não é técnico mecânico (hoje, eletrônico, mecatrônico...) auferir com razoável precisão os estragos, por exemplo, em uma caixa de câmbio automática; em uma ignição eletrônica?”

Subentende-se aqui a justificativa para o emprego da expressão “danos aparentes” no BO; e nesse ponto percebe-se uma predisposição de reconhecimento do estatuto do outro pelo Tui.

(continuação)

Daí a necessidade de simplificação na descrição (grifo nosso), que nos laudos vem complementada por “sugestões de desenhos” em folha modelo própria (as imagens auxiliando a descrição do policial) e a necessidade da criação de uma seção policial especializada, preparada para desenvolver melhor e mais rapidamente esse trabalho específico (grifo nosso).

Observe-se aqui a quebra de um paralelismo, no campo semântico, quando o entrevistado apresenta uma primeira necessidade que justifica a estratégia

lingüística e discursiva do policial procurando se isentar; pois, como já mostramos, a Instituição assim o orienta e também porque é de seu interesse não dizer nada que possa comprometê-lo. A segunda necessidade se sustenta numa opinião do juiz, sugerindo uma medida que possa minimizar as dificuldades do produtor do boletim (o EU) e das pessoas que dependem desse texto para desempenhar suas funções (o TU). Por esse trecho, vê-se que a posição do entrevistado deixa implícito que o policial não tem condições de cumprir adequadamente a atribuição que lhe designam, pois há a sugestão da criação de “uma seção policial especializada, preparada para desenvolver melhor e mais rapidamente esse trabalho específico”.

Continua o Sr. Juiz:

“Jogar” a polícia ostensiva e repressiva para resolver problemas burocráticos acarreta pelo menos três conseqüências nefastas imediatas: a) boletins mal redigidos; b) dispêndio de horas na sua elaboração, já que o policial não é suficientemente treinado e nem técnico para isso; c) e retirada de circulação de elementos valiosos do policiamento ostensivo.

Observe-se aí o conceito da “entidade” policial e a demonstração de como o Juiz vê a atuação deste profissional num ramo que considera não ser de sua alçada. É fácil perceber que o entrevistado não fala por si só, sabe-se que representa realmente “uma voz geral”. Cabe aqui comentar a maneira como as pessoas se manifestavam quando contávamos o nosso propósito de fazer um estudo sobre Boletins de Ocorrência. Era praticamente unânime a expectativa de que íamos nos ater às questões gramaticais, aos erros cometidos contra a “norma culta”, pois nesse caso, juntava-se o imaginário popular, o senso comum, relativo aos conceitos “professor de português” e “competência lingüística de policial”.

O que vem a seguir, refere-se à opinião do juiz sobre o BO do acidente de avião.

“Já o texto do acidente aeronáutico, requereu maior atenção de minha parte, dado à especificidade da matéria e considerando que não trabalhei nessa área. Em muitos pontos tive que **deduzir** imaginosamente o que o agente do BO quis dizer, mormente as siglas.”

Neste trecho percebe-se a questão do compartilhamento de saberes e da transubjetividade, que apontamos no capítulo 3. Caímos aqui no que já foi

comentado a respeito da interlocução: o texto é produzido considerando que o seu intérprete dará conta de se mostrar o destinatário projetado pelo Euc.

Com a segunda pergunta, reproduzida abaixo, desejávamos saber se a questão do explícito e do implícito estaria sendo bem resolvida; isto é, se a parte formal do texto estaria dando conta de deixar pistas suficientes para identificar, por exemplo, quem seria responsável pelo acidente, já que o redator tem de ser imparcial, não pode emitir nenhum julgamento ou definir situações.

2 - Que sentido estaria subentendido em cada um deles?

"Fazendo uma analogia, recorro de direito há algumas regras de interpretação, como extrair do texto legal a mens legis e a mens legislatoris. A primeira diz respeito mesmo à mensagem, ao objetivo pelo qual a lei foi criada; no segundo, procura-se perquirir sobre o que o legislador como pessoa, como representante do povo queria dizer. É claro que nessa investigação da precisão exegética o peso maior recai na mens legis."

Observe-se na resposta do Juiz como transpareceu o desdobramento do Eu e a questão do implícito X explícito, da intenção, da finalidade. Devemos ainda observar que, no caso em foco, como pouco se pode extrair do elemento subjetivo, ou do que estaria subjacente a um texto de Boletim de Ocorrência, ganha valor ainda maior aquilo que está escrito.

(continuação)

"Disse ao responder à primeira pergunta que no concernente ao texto aeronáutico tive que deduzir algumas conclusões. As falhas, digamos assim, nos boletins sob estudo, como conexão de versões e extensão dos danos, são, sim objeto de deduções lógicas, tratado nesta questão como "sentido subjacente".

Na nossa compreensão "as falhas" podem funcionar como pista para que se tenha algum elemento a mais além do que está escrito. Na incoerência de um depoimento será possível intuir um caminho para a busca do esclarecimento do fato; como se verá no comentário que faremos na resposta do perito.

A terceira pergunta também se referia à importância do extra-lingüístico, na busca do valor de conhecimentos prévios compartilhados, bem como da intertextualidade, enfim, de condições de produção. Abaixo, a pergunta e a resposta do juiz:

3 - Que conhecimentos ajudam-lhe a construir o sentido do texto?

"A linguagem do BO, digamos acessória ao jargão jurídico, me é familiar. Há décadas trabalho com pensamentos de natureza ou de consequências jurídicas já "encaixotados" há séculos. Chavões, hábitos seculares, vícios etc. [Bem, isso seria objeto interessantíssimo de outro estudo, Helena [SIC]. Há expressões dignas realmente de estudo. Veja essas: "Saibam quantos esta virem ou dela tomarem conhecimento que aos vinte dias do mês de janeiro no ano da graça do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1984, as partes minhas conhecidas compareceram neste Cartório [...]"; "[...] e, ao final MM. Juiz, espera receber mercê [...]"; "[...] e S N P Q [...]", que significa 'e se necessário, provará que [...]', e por aí vai o delírio do cemitério das idéias.] Daí o texto aeronáutico causar-me maior dificuldade de entendimento."

Quanto aos peritos de seguradoras, rerepresentamos a seguir as perguntas para que se tenha mais clareza das respostas. As primeiras são do perito de acidentes de trânsito; depois vêm as do perito de acidentes aeronáuticos.

É fácil compreender o que estes textos querem dizer?

"No Boletim de Ocorrência A [refere-se ao Boletim de Acidentes Aeronáuticos], entendi bem como se deu o ocorrido; no entanto, não possuo conhecimento do significado das Siglas descritas. [conhecer as siglas é importante para a devida localização do evento, bem como para a construção do sentido. A leitura feita por uma pessoa que entenda do assunto vai levá-la a entender que por pouco o avião teria conseguido aterrissar na pista].

No Boletim de Ocorrência B, creio que o Policial ao descrever o Boletim de Ocorrência cometeu algum engano (grifo nosso), pois se o Veículo 2 Corsa trafegava atrás do Veículo 1 Pálio, e o Corsa freiou e posteriormente colidiu com o Veículo 1, os danos no Veículo 1 deveriam ser na Parte Traseira do mesmo ou se o Veículo 2 Corsa "forjava" uma ultrapassagem sobre o Veículo 1 Pálio onde após ver que não seria possível a ultrapassagem e colidindo posteriormente com o Pálio os danos no Corsa deveriam ser no Paralamas Dianteiro Direito e no Pálio, Lateral Traseira Esquerda."

Aqui se manifesta o problema entre os interlocutores; ficamos a nos perguntar por que não teria ocorrido ao perito que o relato do condutor é que era incoerente – note-se que o depoimento foi assinado pelo envolvido – e que esse fato poderia significar que a pessoa que fez o relato a) não sabia direito como teria ocorrido o incidente, ou b) não foi hábil o suficiente para desvirtuar a verdade.

Que sentido estaria subentendido em cada um deles?
Ambos os casos, descrevem um Sinistro ocorrido!

Que conhecimentos ajudam-lhe a construir o sentido do texto?

Acesso ao Código de Trânsito Brasileiro e vivência em Departamento de Sinistros.

O outro perito respondeu:

É fácil compreender o que estes textos querem dizer?
Não.

Não sabemos exatamente por que este entrevistado preferiu responder laconicamente; esclarecemos que as perguntas foram encaminhadas e respondidas por e-mail.

Que sentido estaria subentendido em cada um deles?
Sentido técnico.

Que conhecimentos ajudam-lhe a construir o sentido do texto?
Conhecimento de aeronaves, de geografia e dos termos usuais da aviação.

A partir dessas respostas e comentários, pudemos perceber como a questão psicossocial pode realmente influenciar a leitura de um texto. No caso do primeiro entrevistado, ficou claro o repertório dele, ao fazer a leitura, com relação à capacidade, à *competência*, do policial para fazer o texto. No segundo caso, parece-nos que a posição de perito, sendo sempre a de defender a empresa de seguro, ou de tomar partido de um dos envolvidos, quando isso lhe interessa, interferiu no jogo interlocutivo, não permitiu ao TUI considerar o policial como um parceiro, ou seja, alguém que estaria lhe passando uma informação verdadeira, inclusive dando-lhe uma pista, através do registro de um relato incoerente, de que algo estava errado naquele depoimento (e foi exatamente o que ocorreu, a pessoa tentou jogar a responsabilidade do abalroamento para o outro motorista, mas não foi capaz de criar uma situação verossímil).

Se essas considerações a respeito desses entrevistados puderem ser consideradas como válidas para uma determinada coletividade, temos que reconhecer que a situação é séria, porque se as pessoas envolvidas em acidentes

dependem do policial para representá-las perante as instituições oficiais, mas se essas instituições não confiam em quem faz o registro e fala pelas pessoas comuns, até que ponto o documento cumpre sua finalidade? Há que se registrar enfaticamente que o valor documental do Boletim é reconhecido e acatado inteiramente, mas quem faz a interpretação do texto é o TUi – “o demônio do EU”.

Num dos contatos feitos com a Polícia Militar para recolhimento de material para o *corpus*, foi-nos relatada uma situação que é pertinente ao que acabamos de dizer. Um determinado motorista estava processando o Estado porque o Juiz que julgava o caso dele não se achou competente para definir a culpabilidade e determinou que cada um dos envolvidos arcasse com os danos de seu próprio veículo. A justificativa apresentada pelo juiz era de que o boletim não trazia dados suficientes para que se identificasse o culpado. O motorista se sentiu prejudicado e entrou com uma ação contra o Estado, por entender que a incompetência era de quem fez o boletim, isto é, de um funcionário do governo. (Não tivemos acesso a este documento, infelizmente.)

A oportunidade de “ouvir” os interlocutores do produtor do texto e considerar seus depoimentos à luz da Semiolingüística foi bastante proveitosa, e demonstrou o quanto essa teoria, que se abre a áreas diversas e coloca na *mise en scène* aspectos psicossociais, lingüísticos e discursivos, tem razão de ser como é, assim como é pertinente considerar o ato de linguagem uma aposta, uma expedição e uma aventura.

Já do ponto de vista da interpretação, esse EUE é instituído pelo TUi como um enunciador que pode não corresponder nem ao EUC nem à imagem que esse EUC desejaria que fosse criada pelo TUi (ou seja, nem ao Eue previsto e nem o idealizado pelo sujeito comunicante). Trata-se, nesse caso, de uma hipótese interpretativa sobre a intencionalidade do EUC, como se discutiu no capítulo 3. Pode-se concluir que, nesse caso concreto, tanto o Eu-enunciador com o Tu-destinatário são seres afetos ao ato de produção/interpretação e, de certo modo, independentes do Eu-comunicante e do Tu-interpretante, também como se viu no capítulo 3.

4.1.5 Análise comparativa: o Boletim de Ocorrência de Trânsito e o Boletim de Acidente Aeronáutico

Confrontando dois tipos de Boletim (o de trânsito e o de acidentes aeronáuticos)⁴, é fácil perceber que nos Boletins de Ocorrência de Trânsito, as estruturas lingüísticas, ainda que pertencentes a um jargão profissional, não dificultam muito a compreensão do texto, mas, no caso dos textos em relatórios de acidentes de aviação, a situação não é tão simples assim e pode realmente haver mais problemas para o leitor que não domine a linguagem usada pelos profissionais da aviação.

Nos contatos que tivemos com peritos de acidentes aéreos, eles comentaram sobre as dificuldades de entendimento relativas ao texto que encontram pessoas pouco familiarizadas com o jargão aeronáutico; e, no caso desses textos, até mesmo autoridades como os juízes, sentem-se às vezes embaraçados ao terem de interpretar relatórios de acidentes de aeronaves para julgar os processos. Basicamente, o que dificulta essa leitura compreensiva são os termos empregados pelos peritos. Os peritos da Aeronáutica não são advogados, advogados não são peritos em aviação.

Notadamente, o vocabulário do BO de trânsito é de domínio mais popular. Há um vocabulário específico, mas as pessoas que não lidam com o jargão específico do trânsito conhecem mais as palavras dessa área do que da área aeronáutica. Por exemplo, um piloto relatou, numa revista técnica sobre segurança de vôo⁵: "Abortamos a 100 nós. A abortagem ocorreu sem eventos especiais. Depois de voltarmos ao box, a manutenção encontrou fragmentos de metal no tubo da cauda." As palavras "abortamos" e "abortagem", à primeira vista, ao sabermos que se trata de um texto sobre aeronáutica, causam estranheza, pois estamos mais familiarizados com o uso dessas palavras em caso de interrupção de gravidez, e, além disso, a palavra mais empregada é aborto, e não abortagem. Nesse caso, o piloto está apenas querendo dizer que o avião não decolou. A tripulação percebera um "estrondo" na parte inferior da aeronave, antes que ela saísse do solo, e não

⁴ Com referência a isso, posso dizer, inicialmente, que entre os de trânsito e os aeronáuticos há uma diferença básica: os primeiros têm o objetivo de relatar um fato para, conforme disse um policial militar, possivelmente "apontar o culpado" e os outros têm o objetivo de, segundo um perito em acidentes aéreos, apontar a causa. No segundo caso, interessa ao perito fazer um texto que dê subsídios à aviação para evitar a recorrência de acidentes pelo mesmo motivo.

⁵ TAM - *Safety Digest*, Ano II, no. 3.

realizaram a decolagem. Porém, mesmo contextualizado, o texto nos faz pensar na expressão “encontrou fragmentos de metal no tubo da cauda”. Há mais informações subentendidas nesse trecho. Qual a importância disso para o fato de não ser possível levantar vôo? Qual a importância de uma abortagem a 100 nós? Que poderiam ser esses eventos especiais a que o piloto se refere? Que implicações há nessa afirmativa? A palavra *estrondo* poderia ser associada a explosão? Parece-nos que a escolha dos vocábulos evidencia um certo cuidado em não precipitar explicações: a tripulação ouviu um barulho forte, que poderia ser alguma coisa caindo, ou se chocando com outra, é um dado para a investigação dos técnicos e mecânicos; a informação posterior, de haverem encontrado “fragmentos de metal”, é um outro dado. Lingüisticamente, o que vale a pena ser realçado é que essas palavras e expressões dizem mais do que parecem dizer. É um exemplo típico da indissociação do explícito e do implícito. É a demonstração que o texto tem um TUD bem específico.

Em caso de acidentes com aeronaves, os peritos de acidentes (que, em geral, são pilotos militares Oficiais de Segurança de Vôo) são chamados a fazerem o relatório. Nesse relatório, que é bem mais complexo que o do boletim de trânsito, anotam-se várias informações sobre a aeronave, sobre o piloto, horários, combustível, etc. Nele também se faz um texto em que se conta a história de forma concisa, esse texto também é chamado histórico, como no Boletim de Ocorrência de Trânsito.

Conforme um Oficial de Segurança de Vôo, três relatórios são feitos durante o desenrolar dos trabalhos dos peritos: o primeiro, chamado de Relatório Preliminar, em que são feitos os primeiros registros, com informações dadas por testemunhas, de modo mais informal. Esse é o equivalente ao texto que será analisado no Boletim de Ocorrência de Trânsito. Depois do Relatório Preliminar, na Aeronáutica há um segundo relatório, chamado de Relatório de Investigação, no qual já aparecem mais detalhes, dados mais “científicos”, vamos assim dizer, com pistas ou evidências que encaminham para a elucidação das causas do acidente. Em seguida ao Relatório de Investigação, será feito o Relatório Final.

Os dois primeiros relatórios feitos pela Aeronáutica são considerados documentos reservados, não são de domínio público, sendo juntados ao processo apenas por solicitação do juiz; só o terceiro é ostensivo. Acontece que, muitas vezes

(se há vítimas, é sempre), os primeiros documentos que, em princípio, são apenas para uso dos técnicos da aviação, passam a ser peças de processo criminal. É aí, então, que é possível surgirem problemas de interpretação, pois, como foi dito acima, os peritos da Aeronáutica não são advogados, os advogados não são peritos em aviação. Segundo um outro Oficial de Segurança de Vôo, uma expressão como, por exemplo, "curva agressiva" pode gerar ambigüidade num processo jurídico. Segundo esse mesmo Oficial, é comum os juízes solicitarem a ajuda dos Peritos no que se refere à linguagem. O que acontece aí é que tanto o interpretante quanto o destinatário do texto constante do Boletim de Acidentes Aeronáuticos são personagens técnicos, capazes de se posicionarem no *enjeu*, sem que ele se torne para o produtor, uma aventura maior que uma expedição. A leitura por um outro que não seja "do ramo" é uma questão secundária, essa figura não permeia o ato de linguagem do Oficial de Segurança de Vôo. O que não acontece com o PM, pois seu boletim é ostensivo de imediato.

Essa situação relativa à linguagem traz à tona também a importância da finalidade do texto e demonstra diferenças na configuração do ato de linguagem do Boletim de Acidentes Aeronáuticos, em comparação com o Boletim de Ocorrência de Trânsito, isto é, mostra que as circunstâncias de discurso não são as mesmas, embora sejam ambos "boletins" que relatam acidentes e são redigidos por militares. A começar pelo próprio nome: um refere-se ao evento como *acidente* e outro, como *ocorrência* (que é o mesmo nome dado aos eventos que envolvam infração a leis, conforme já mostramos ao explicarmos o que era o boletim, no começo deste texto).

Além das personagens envolvidas no ato de linguagem, a finalidade (de um: apontar culpados, e do outro: apontar causas) também determina o que dizer e como dizer. Este boletim, da mesma forma que o outro, emprega a descrição e a narração, mas elas se fazem neste de modo muito mais específico. A necessidade de dados para descobrir causa(s) de um acidente faz com que o produtor do boletim procure informações e empregue conhecimentos técnicos específicos para fazer suas descrições, mesmo no boletim chamado de "preliminar". Podemos exemplificar isso relatando uma situação real, em que, segundo o perito que fazia o boletim, ao encontrar, longe dos destroços, o corpo do dono de uma aeronave sinistrada, percebeu, pelo cinto de segurança que o prendia ao assento, que esta pessoa ocupava o lugar do piloto; com esse dado, foi possível concluir que não era a pessoa

habilitada/autorizada quem pilotava o avião. O policial que faz o boletim de trânsito também poderia ficar sabendo que a pessoa que dirigia o carro não era habilitada. Mas isso provavelmente seria constatado através de conhecimentos/procedimentos mais elementares, cujo registro seria, provavelmente, mais simples. As exigências com relação à descrição também são diferentes, no caso do trânsito de veículos, já vimos que o descritor procura se isentar, citando “danos aparentes”; no caso dos acidentes aeronáuticos ele tem de ser minucioso, inclusive registrando, por exemplo, distância de onde se encontravam partes ou peças do avião, detalhando o estado geral da aeronave. Os detalhes técnicos podem ser trazidos ao TUi/TUd do Boletim de Acidente Aeronáutico, pois o perito tem mais garantia de que o seu interlocutor será capaz de se colocar no *enjeu* adequadamente.

No que se refere a escrever o que ouve, o perito de acidentes aeronáuticos parece ter mais problemas. Ele, assim como o PM, tem um jargão que deve ser usado, uma língua específica, deve “usar termos técnicos”, como foi dito por um policial ao explicar sua tarefa de redator. Na hora do relato de testemunhas, ou mesmo de envolvidos no acidente que tenham tido a sorte de escapar com vida, o perito ouve coisas mais ou menos assim: “eu vinha naquela direção quando avistei a pista”, “o avião fez isso” (e completa a informação com um gesto) e essas informações têm de ser convertidas para a linguagem escrita, no jargão específico da área (como o PM), porém essa tradução exige, às vezes, atividades mentais de outra natureza; o perito não pode dizer: “segundo... ele vinha naquela direção...”. Registrar esse dado implica um raciocínio, um cálculo de ângulo, a utilização de uma bússola, para que seja feito no Boletim um registro adequado da direção.

No histórico de um acidente ocorrido na região da Pampulha, em Belo Horizonte, a informação que o piloto passou ao perito Oficial de Segurança de Vôo, foi⁶: Voz do piloto: “[...] [estava] no início dos procedimentos de descida e eu reduzi os motores, pra iniciar a descida e cortar a velocidade, né? e os motores pararam. Foi tentado, né, dar a partida, mas não consegui” [...]; o proprietário do avião, que era um dos passageiros, juntou: “vou contar pra você o seguinte: eu ‘tava no banco de trás, lógico, [trecho incompreensível] e disse a ele: não dá pra chegar na pista, ali? Ele falou assim: ‘não vai dar, porque não pega! e... a visão do terreno aí é

⁶ Fizemos a transcrição a partir da gravação em fita cassete do primeiro contato do perito com os envolvidos no acidente, de onde ele produziu o Histórico no Boletim. Esse contato se deu 20 minutos após o acidente.

nula'... aí surgiu um terreno assim... à esquerda nossa [trecho incompreensível] e ele tomou uma decisão e, em fração de segundos, e virou o avião e o avião... pousou ali, e ele falou vou pousar de barriga mesmo [várias pessoas falam ao mesmo tempo, trecho incompreensível] e ele pousou assim, meio de lado, e não causou dano nenhum...". As explicações dadas pelo piloto e pelo proprietário da aeronave transformaram-se, no Histórico do Boletim, no seguinte texto: "o piloto realizou um tráfego de emergência e fez um pouso com os trens recolhidos na área descampada do VORBHZ que fica a 2,4 NM da cabeceira 13" (Anexo I).

Como se pode notar, o texto escrito pode ser compreendido superficialmente. É fácil perceber que houve algum problema com uma aeronave e que o piloto desceu de forma não desejável por forças de circunstâncias. Isso é o sentido geral. Mas que significam as expressões "tráfego de emergência" e "trens recolhidos" e o trecho "área descampada do VOR BHZ que fica a 2,4 NM da cabeceira 13"? Qual a necessidade de se colocar isso no papel? Que peso têm essas informações para quem as lê? Qualquer leitor é capaz de compreender o que significam essas palavras e suas possíveis implicações?

Diante disso, pode-se dizer que, da forma sonora da fala para a forma gráfica da escrita, o discurso percorre um longo caminho, às vezes cheio de acidentes e incidentes...

4.2 Examinando a textualidade e a textualização do BO

Passemos a analisar os vários aspectos da textualidade, conforme Beaugrande (1997 e 2001), presentes nos Históricos dos Boletins de Ocorrência. Nessa perspectiva teórica, lembramos, há sete princípios que devem ser considerados ao se buscar a textualidade de um conjunto de frases numa situação de interlocução: situacionalidade, aceitabilidade, informatividade, intencionalidade, intertextualidade, coerência e coesão. Além desses, há que se considerar também a eficiência, a eficácia e a adequação, critérios que avaliam o funcionamento comunicativo do texto. A seguir, apresentamos cada um deles, fazendo um breve comentário sobre a área a que se referem numa análise textual.

A análise da **situacionalidade** dos BO inicia-se por considerar a origem deles. Como foi explicado no início deste trabalho, o material analisado são

produções inscritas em e circunscritas a um tipo de documento redigido por policiais, que poderá, como já se sabe, até mesmo ter valor jurídico se for usado em peças criminais ou cíveis. Esses boletins, depois de devidamente preenchidos, devem ser assinados pelas pessoas envolvidas (obviamente – em se tratando do que é – se elas estiverem em condições físicas ou emocionais para tal; do contrário, consideram-se as assinaturas de testemunhas).

Assim, as condições de produção e de circulação desse gênero textual, bem como os objetivos sociais que precisa cumprir, geram exigências quanto a sua consistência conceitual e formal, ou seja, quanto a sua coerência e coesão.

Por isso, a instituição que é responsável por esse tipo de documento (a Polícia Militar) procura preparar seu contingente para que escreva corretamente, com clareza e empregue um determinado jargão. Esse jargão, naturalmente, é usado pressupostamente para que se dêem as características desejadas ao texto (formalidade, correção gramatical, imparcialidade, isenção, adequação de vocabulário à instituição a que se destina, etc.). A Polícia Militar de Minas Gerais preocupa-se em oficializar as recomendações de cuidados para o correto preenchimento do Boletim de Ocorrência; algumas vezes oferece cursos dentro da própria Instituição, como é o caso do curso que foi ministrado pelos Tenentes Wagner W. Marra, Sérgio Pinheiro de Souza e Dácio Pinheiro de Souza Filho, do 5º BPM, utilizando um material produzido pelo 14º BPM de Ipatinga, o *Guia* ao qual já nos referimos acima. Outras vezes, o Comando da PM promove convênios com outras instituições, objetivando a preparação de seu pessoal, como aconteceu em 2001 com o Unicentro Newton Paiva, quando três professores daquele Centro Universitário atenderam a três turmas formadas por soldados, cabos e sargentos, num curso de redação.

Assim, o processo de retextualização, do relato oral para o documento escrito, no qual se constitui o BO, é cercado de regras e instruções especiais. O preenchimento do Boletim de Ocorrência é uma tarefa que recebe insistentes recomendações de cuidado e atenção. Recordamos aqui as palavras do Ten. Cel. José Gomes Pessoa, realçando a importância do BO como documento (Polícia Militar de Minas Gerais, 2000), já citadas na Introdução deste trabalho.

Na mesma mensagem, que serve de abertura ao *Manual*, esse Comandante concita a todos que utilizem a cartilha, e diz que devem aproveitar

todos os momentos para discutirem o documento “com a tropa, seja nos lançamentos de turnos, nos DISP, instrução intensiva/extensiva, celotex, House Organ, etc. é indispensável que todos treinem, que tenham prática e segurança em redigir o BO...”

No corpo do *Guia*, há uma subseção onde se renovam e intensificam as observações sobre a importância do BO e onde uma recomendação especial diz respeito especificamente à redação do “Histórico”, que é, na verdade, a parte do documento com que vamos lidar. Nessa parte lê-se o seguinte:

“Busca-se então, no Boletim de Ocorrência, estas informações, que foram colhidas no local e momento dos fatos. Portanto, constituem-se geralmente, na expressão da verdade, relatados com isenção e imparcialidade pelo militar que compareceu ao local. [...] Deve-se, portanto, ser cauteloso ao escolher os termos para redação do histórico da ocorrência, pois este procedimento pode evitar inocular criminosos ou incriminar inocentes. O Boletim deve ser fiel à realidade e não ser conclusivo, constituindo-se apenas em peça informativa para auxiliar nas investigações posteriores.”

Mais adiante, uma outra subseção dedica-se às “Deficiências mais comuns” e diz que “o trabalho bem realizado corre o risco de não ter continuidade, se também não for bem registrado” e aponta oito falhas que “dificultam sobremaneira” a análise e o registro dos dados. A sétima refere-se à “exposição confusa dos fatos” e a oitava aponta “erros de português”. Há até alguns exemplos (em escrita ortográfica) de palavras com maior frequência de erros de ortografia (embriaguez, discussão, capô, desceu, exceto, chuço, quis, ilícito, etc.). Há também uma nota, sob a rubrica “Importante”: “Com a finalidade de alcançarmos uma melhor qualidade na confecção de nossos Boletins de Ocorrências, orientamos aos Cmt. GU a levarem sempre consigo um pequeno dicionário, para que, em todo momento de dúvida, possam consultá-lo, evitando-se desta forma, os constantes erros de ortografia, servindo também para o aprimoramento do militar.”

Continuando com as orientações, o referido *Guia* apresenta pequenas fórmulas para “Técnica de redação”. São estruturas já prontas e que formam um jargão consagrado no meio militar. Essas estruturas servem, por exemplo, para, entre outros aspectos:

- a. Indicar como tomou conhecimento da ocorrência (“Ao ser acionado pelo COPOM...”, “Quando em patrulhamento deparei com...”);
- b. O que constatou ao chegar no local (“Chegando ao local, deparei com a vítima, (ou veículo, agente, etc.)...”, “Verifiquei que várias vítimas...”);
- c. Quais foram as providências (“Conduzi a vítima”, “Por se tratar de acidente com vítima, acionei...”, “Por não ter havido acordo, acionei...”etc.).

Novamente sob uma outra rubrica “Importante”, é realçado que: “Antes da redação propriamente dita é importante que o redator do BO anote os tópicos importantes que devem ser constados no documento (conforme orientações já descritas) e, após, faça um planejamento mental de como dar conteúdo às anotações. Se necessário, deve ser feito um rascunho. Aconselhamos ainda ao redator do BO, para que faça uma crítica antes de entregar o BO ao destinatário, como se o fosse, a fim de verificar se o BO realmente atende ao fim proposto.”

Mais adiante, no mesmo *Guia*, há “Recomendações Importantes” e entre vários pontos destacados, lê-se: “fazer rascunho” (novamente); “colocar-se no lugar da autoridade destinatária, para saber quais dados são importantes, para que as providências sejam tomadas” (outra vez); “somente afirmar o que se tem certeza, caso contrário, usar expressões como: ‘segundo informações, segundo as testemunhas, as evidências nos levam a crer...’ etc.”; “não usar expressões que, pelas circunstâncias, possam causar dupla interpretação, beneficiando ou prejudicando injustamente, qualquer das partes”; “não usar gírias, exceto quando as registrar entre aspas, ou o que foi dito por quaisquer das partes”; “não tirar conclusões e nem emitir opinião pessoal”; “descrever com isenção e imparcialidade”; “não florear, descrever o fato concretamente sem ficar inventando”; “usar sempre a lógica e a coerência”; “as afirmações radicais com emprego de “sempre”, “tudo”, “nunca”, “jamais”, etc., que poderão sofrer contestação, devem ser substituídas por expressões como “diligências ou levantamentos realizados mostram que”.

As orientações passadas nesse *Guia* são oriundas de documentos oficiais (nomeados como IG 3003/94 e Ninst 034/94), internos à Polícia Militar, que normatizam as funções e atividades dos militares em serviço. Ora, o policial tem de ouvir relatos gerados por pessoas com características as mais diferentes, seja no domínio (ou não) das próprias condições emocionais, seja no domínio (ou não) de

sua capacidade de verbalizar o que viu ou lhe aconteceu, seja no domínio (ou não) de argumentar com mais clareza, ou mesmo de se defender, estando certo ou errado. E terá de ouvir, avaliar o nível de informatividade desse relato e organizá-lo, deixando-o registrado por escrito num texto que atenda às recomendações e ao padrão determinado pela Instituição a que serve. Esse processo de retextualização tem de ser exercido com cuidado e extrema atenção.

Apesar disso, no nível lingüístico, a configuração que a Instituição gostaria que o texto tivesse nem sempre acontece, uma vez que – como se verá em comentários adiante – aquele que escreve sempre interfere, por pouco que seja, no estilo recomendado pela PMMG, quando coloca no texto suas marcas lingüísticas pessoais, seja através do léxico, seja através da sintaxe ou mesmo da ortografia, o que vem demonstrar que, apesar de todo o rigoroso conjunto de restrições que cercam a construção dos textos em estudo, ainda resta espaço de manobra individual, em que apresentam as estratégias lingüístico-discursivas do sujeito produtor.

Tendo em vista essa dimensão do processo de produção dos BO, incluímos no questionário aplicado aos PM do curso oferecido pelo Unicentro Newton Paiva as seguintes perguntas relativas à situação de reescrever o que foi contado oralmente:

- a. Você acha que acontecem situações em que a pessoa que está contando o que aconteceu pode construir frases meio malucas ou incompreensíveis, sem sentido ou de difícil compreensão?

Dos dezessete questionários respondidos, todos traziam o SIM como resposta a essa pergunta, e um deles completou dizendo que “é o que mais acontece”.

- b. Se isso acontece, você considera um problema para você? Como soluciona a situação?

As respostas para a primeira parte da pergunta têm uma ligeira tendência ao equilíbrio, pois dos dezessete que responderam, seis consideram que SIM, três consideram que ÀS VEZES, e oito disseram que NÃO é um problema.

Para a segunda parte da questão, há uma certa recorrência dos informantes em dizer que se apóiam na “experiência”, porém as respostas são variadas:

1. “De acordo com experiências já vividas, porque isto nos facilita discernir e tentar fazer com que o falante ache o caminho correto de seus relatos”.
2. “É um problema porque muitas vezes a pessoa que nos relata quer que escrevamos aquilo que ela quer, talvez devido à falta de conhecimento ou pelo próprio estado emocional, ela não consegue traduzir o acontecido. A solução encontrada é acalmar a pessoa e mostrar-lhe os procedimentos corretos, dentro da lei”.
3. “Buscando adequar aquilo que nos é passado à legislação, usar a experiência e questionar se o que a pessoa quer dizer significa aquilo que compreendemos.”
4. “Procuro acalmar a pessoas e peço para que elas me contem o fato várias vezes para verificar se não está havendo contradição.”
5. “Faço a transformação das dificuldades em linguagem técnica e transcrevo para o Boletim.”
6. “Consulto testemunhas, verifico os vestígios no local do fato para a lavratura do BO, colocando a versão dos envolvidos entre aspas.”
7. “De acordo com as circunstâncias e evidências do fato é possível filtrar aquilo que o falante quer transmitir.”
8. “A melhor forma de solucionar a situação é ouvindo pessoas que viram ou ouviram sobre o ocorrido.”
9. “Peço a pessoa para repetir a situação pausadamente solicitando-a que fique calma. Persistindo o problema, escrevo do jeito que entendi e posteriormente leio o Boletim para a pessoa, sanando maiores dúvidas.”

10. “A solução se procede através de perguntas feitas ao falante que estando nervoso ou tenso não consegue passar uma versão compreensiva. Tudo que o falante diz, é efetuada uma filtragem e ordenação seqüencial do fato e em seguida transferido para o BO”.

A terceira pergunta indaga:

- c. Como você se assegura de que o que escreveu foi realmente o que a pessoa quis contar?

A seguinte resposta é a tônica do que os policiais responderam neste item: “a pessoa tem acesso ao meu texto, pode ler e caso discorde de algum ponto, faço as devidas alterações”. Em geral, o redator do BO faz um rascunho e o apresenta à pessoa que fez o relato. Foi recorrente o cuidado em observar o local do fato, ouvir testemunhas, acalmar as pessoas para que elas fossem capazes de contar o que aconteceu de forma mais clara e houve também a idéia de “traduzir”: “mesmo trocando os termos, como por exemplo: batida de carro por abalroamento, sinal vermelho por semáforo com foco vermelho, etc. o texto é lido aos interessados...”; “faço a leitura do texto para os envolvidos explicando as mudanças e os termos técnicos e após a compreensão solicito que assinem...”; “ouvimos a pessoa, montamos a versão mentalmente e anotamos no BO. Em seguida, lemos a versão para a pessoa”.

Neste trabalho, não vamos aprofundar a análise da transferência do texto de uma modalidade para outra, ou seja, da retextualização, por não ser esse nosso objeto específico de investigação. Apesar de essa tarefa ser merecedora de atenção, pois essa repassada superficial sobre as questões entre língua oral e língua escrita mostra bem os problemas com que tem de lidar o PM produtor do Histórico do BO, não é essa a perspectiva que vai direcionar o presente trabalho e não queremos mais do que indicar possibilidades para futuras pesquisas, uma vez que vamos centrar nosso foco de análise discursiva na produção do “produto final” em língua escrita, considerando o conflito cenário discursivo em que ele acontece.

Além desses aspectos, a análise da situacionalidade dos BOs deve contemplar a dimensão social e cultural. Pode-se dizer que o BO é uma composição textual cada vez mais presente no nosso cotidiano e que reflete a necessidade

histórica e social de uma autoridade para garantir os contratos que venham a ser feitos. Mais do que isso, há a necessidade do próprio contrato, pois há também a possibilidade de a situação desencadear uma ação que se prolongue por muito tempo; nesse caso, como garantir a lembrança fiel do que houve?

Considere-se também que os fatos que dão origem a esses documentos são caracterizados por um grande envolvimento emocional, inclusive considerando-se sob o risco e o peso de um prejuízo financeiro iminente, o que faz com que as pessoas não vejam claramente, com isenção, as suas razões e as suas responsabilidades; o aspecto psicológico também funciona bastante aí, fazendo aflorar sentimentos como o medo, a agressividade, a dissimulação. No jogo de palavras orais muita coisa se perde, mas se estiver escrito...

Quanto aos princípios da **intencionalidade** e da **aceitabilidade**, considera-se que, tendo em vista a função social que o BO deve cumprir, é imprescindível levar em conta esses fatores na análise desse gênero discursivo, pois ele existe exatamente para comunicar ao “Delegado de Polícia” (BO4 e BO Modelo) ou ao “Comandante da 8ª Cia” (BO3 e BO5) que: a) houve um incidente de trânsito; b) as pessoas encontraram, de modo relativamente amigável, a solução para o problema (situações relatadas pelos históricos dos BO 1, 3, 5 e Modelo); ou c) não foi possível resolver satisfatoriamente a situação e, portanto, “a ocorrência segue para futuros fins” (BO4). Na outra “mão de direção”, o que se tem é o interesse do Delegado, ou do Comandante, em se inteirar devidamente da ocorrência.

É possível que, com o desenrolar dos fatos, um outro receptor desse texto venha a ser a ser um juiz ou um agente de seguros. E a intenção do redator (o “ser de discurso” que tem a responsabilidade de compor o texto, não cada sujeito empírico que redige um BO), neste caso, terá de ser também a de dizer que a história não ficou bem clara, que os envolvidos não se entenderam e é preciso que se esclareça com investigações, consultas a testemunhas, etc. Em caso de haver vítimas fatais, este tipo de texto ganha conotações bem mais sérias. Do mesmo modo, o receptor (figura ideal, “ser de discurso”, e não cada sujeito empírico que venha a ler o BO) do texto terá que se propor a participar do jogo interlocutivo.

Esse jogo entre objetivos e funções institucionais e sociais a serem cumpridas pelo BO, que envolve atitudes e expectativas de produtores e destinatários, terá implicações diretas na construção da forma do texto, tanto de sua

“microestrutura” (cf. van Dijk), que se manifesta no que Beaugrande chama coesão e no que Bakhtin chama “estilo”, quanto na definição de sua “forma composicional” (como quer Bakhtin) ou “superestrutura” (como propõe van Dijk). Por isso, as instruções oficiais definem previamente um e outro aspecto.

Quanto à “forma composicional” quatro dos textos em exame iniciam-se com um vocativo, ou destinatário, como está no *Guia*, ao tratar da indicação da autoridade ou órgão a quem deve ser encaminhado o BO, conforme o tipo de ocorrência. Assim, os crimes/infrações penais são dirigidas ao delegado de polícia; as ocorrências envolvendo crianças (ou menores) devem ser relatadas ao Conselho Tutelar, aos pais ou aos responsáveis; para os Comandantes de Unidades /CPU (Polícia Militar) são escritos os BO relativos a crimes militares e infrações administrativas; outras situações são registradas para conhecimento do órgão responsável pelo Sistema de Defesa Social ou prestadores de serviços públicos, como por exemplo: TELEMIG (empresa de telefonia), Serviço de Limpeza Urbana, Juizado da Infância e da Adolescência, Ministério Público, etc.

O endereçamento das mensagens, representado pelos vocativos no início de cada texto (“Sr. Delegado de Polícia”, “Ao Sr. Delegado de Polícia D.E.A.V.”, “Ao Sr. Major CMT da 8ª Cia.”) já prepara o leitor para um texto apresentando informações. Seria possível, pelo encaminhamento, que se pensasse num documento de solicitação, mas em se tratando do que é, aplicando-se o conhecimento de mundo advindo da nossa prática social, já se lêem essas introduções como uma abertura para as informações mais detalhadas, pertinentes ao incidente/acidente registrado no BO. É de se esperar também que essa simples frase, colocada isolada no início do histórico, signifique, discursivamente falando, que a partir desse momento, considera-se a autoridade invocada como uma nova personagem no desenvolvimento dos fatos. Esse aspecto é confirmado, por exemplo, no final do BO4, quando o policial escreve: “Não houve acordo no local, a ocorrência segue para futuros fins.”

A expressão “Delegado de Polícia” anuncia ao leitor uma situação de conflito, já traz implícita uma idéia que será explicitada no final do texto quando o policial afirma que não houve acordo entre os envolvidos; isso indica que haverá continuidade no caso e que será necessária também uma autoridade constituída para as devidas providências e arbitramento.

Quando o registro é feito ao Comandante da Cia. (BO5), o objetivo é informar a ocorrência, mas não se espera que essa autoridade vá dar algum parecer ou resolver nenhuma pendência, mesmo porque só são encaminhados a ele os BOs relativos a ocorrências em que já aconteceu o acordo entre as partes ou a casos em que nada mais há a fazer, além de arquivar o documento.

Note-se que o histórico do BO Modelo traz o vocativo em destaque, uma linha acima de onde se inicia o texto. O segundo texto também destaca o vocativo do corpo do texto, apresenta-o em letra de forma (ao contrário do corpo do texto, que vem em letra cursiva) e, além disso, o policial reforçou cada letra, repassando a caneta sobre os traços. É interessante observar que esses dois textos são encaminhados ao Delegado de Polícia; com esse encaminhamento, o leitor é preparado para uma determinada situação: houve algo relativo a crime ou infração penal. Será diferente com o BO5, que é dirigido ao Comandante da 8ª Cia.; por esse encaminhamento o recebedor sabe que a ocorrência não trará envolvimento com a Justiça, é apenas o registro de um fato, digamos, de um incidente sem conseqüências graves. Nesse terceiro histórico, o autor não destaca o vocativo, coloca-o na mesma linha do texto; a demarcação que faz é apenas constatada pela letra maiúscula com que inicia seu relato. Quando faz isso, o policial distancia-se do que é preconizado e manifesta uma marca pessoal.

Especialmente quanto à **aceitabilidade**, queremos apontar que textos desse gênero mostram as leis culturais de determinados povos. Em certas civilizações, talvez não houvesse necessidade de se chamar uma "autoridade" para escrever o que alguém está dizendo (alguns povos nem têm a escrita...). Mostram também que há um código legal ou de ética, a ser cumprido o que, de certo modo, está implícito nas frases "Adianto-vos que o condutor do V2 assumil (sic) os danos de ambos veículos" (BO5); "foi celebrado o acordo entre as partes" (BO Modelo); não havendo o (acordo) que se deseja, "a ocorrência segue para devidos fins" (BO4). Estando registrada nos três históricos a realização, ou não, do acordo, percebe-se que essa informação é importante e deveria ser esperada ou desejada pelo recebedor do texto; ou seja, pode-se pensar que já faz parte do nosso universo cultural a prática desse comportamento.

A **informatividade**, para um leitor de BO, poderá se apoiar no fato de que o redator anotou os dados dos envolvidos, relatou como se deu o evento, de forma

impessoal, objetivamente, fez com que o texto parecesse uma ata, em resumo, preencheu a folha como é determinado pela Instituição. Para cumprir com cuidado este aspecto, o policial tem de ter habilidade para joeirar informações; muita informação é deduzida pelas circunstâncias de produção, pelo compartilhamento de saberes, pela intertextualidade. Aplicar bem esse padrão de textualidade pode ser um meio “oficial” de o policial se isentar.

Assim, dados como “o condutor do V1 apresentava sinais de alcoolismo”, ou “o condutor do V1 tentou evadir após abalroar o V2”, ou mesmo “apesar dos danos, os envolvidos resolveram sem problemas a questão”, podem ser considerados como informações relevantes – as duas primeiras indispensáveis –, tendo-se em mente as funções sociais que o BO deve cumprir, os leitores institucionais aos quais se dirige e, portanto, as conseqüências que tais informações devem gerar. Se o redator acrescentasse à última frase uma proposição tal como “pois se reconheceram como amigos de infância”, estaria imprimindo a seu texto certa dose de imprevisibilidade, porque este último dado ultrapassa o tipo de informação que se espera num Boletim de Ocorrência. Já uma informação como “a motorista do V1, uma jovem alta e esbelta, muito bonita”, surpreendente e capaz de elevar a taxa de informatividade do BO, seria completamente inadequada. Nesse gênero textual, um bom índice de informatividade se estabelece quando o texto apresenta os dados necessários ao cumprimento de suas funções, sem ultrapassar indevida ou levemente as expectativas consolidadas na prática e na lei, mas também sem omitir informações relevantes para os possíveis desdobramentos.

Às vezes, no entanto, a falta de um ou mais termos, que possa(m) ser depreendido(s) pelo conhecimento que o leitor tem do gênero e de todo o contexto que envolve esse tipo de interlocução, faz tanto efeito (ou até mais) quanto se tivesse sido explicitado. Por exemplo, se o policial escreve que “os veículos foram liberados aos condutores no local do acidente”, pode-se saber que os documentos estavam em ordem e os veículos devidamente legalizados a trafegar; se houvesse, por exemplo, inadimplência com relação a taxas (IPVA, seguro, etc.) ou se fosse o caso de veículo em mau estado de conservação, ele seria apreendido.

Nos Boletins em análise, nesta seção, pode-se apontar, por exemplo, no BO5, aspectos do processamento da informatividade, considerando-se interactantes com conhecimentos prévios acerca da legislação e com experiência prática sobre o

trânsito urbano de veículos. A partir de trechos como “Segundo o condutor do V2 o mesmo estava transitando [...] vindo assim a se destralir e veio a chocar com seu veículo na trazeira do V1 que estava estacionado no local”, é possível inferir, mesmo que não haja informação explícita, escrita no Boletim, que o motorista do V2 é o causador do acidente, porque bateu na traseira de um carro estacionado.

Vale lembrar aqui a importância do cuidado com esse princípio de textualização, em razão da insatisfação revelada nos comentários do juiz e do perito quanto à imprecisão das informações registradas.

No que se refere à **intertextualidade**, uma primeira manifestação desse fator nos Boletins de Ocorrência diz respeito à sua relação com outros gêneros textuais em circulação na sociedade, que são relativamente tomados como modelos: a fisionomia dos textos sugere uma ata, gênero que também serve para registrar o que aconteceu em determinado lugar, em geral uma reunião, o que não deixa de ser também o encontro dos envolvidos com o policial. As linhas são preenchidas do começo ao fim. Não há espaço entre as frases, não se marca o parágrafo afastando a primeira palavra da margem ou mesmo saltando uma linha. O final do texto também configura essa dimensão da intertextualidade relativa ao gênero de texto em que se espelham os BO, lembrando o estilo cartorial de uma ata: “Diante dos fatos relato-vos esta para vosso conhecimento”. “Concordam plenamente com os dizeres escritos neste BO conforme seguem as assinaturas dos envolvidos.”

Outra dimensão da intertextualidade é a associação, implícita, com o código de trânsito: alguém bateu num carro parado, não porque não saiba dirigir, mas porque se distraiu com algo que caíra do banco. O outro motorista registrou que o carro estava estacionado, e que depois de “horas” foi chamado. Isso serve para mostrar que seu veículo, efetivamente, não poderia ter ocasionado o incidente (BO5).

Tudo o que se pode atribuir à situacionalidade, intencionalidade, aceitabilidade, intertextualidade e informatividade é fundamental na determinação de elementos constitutivos da materialidade lingüística dos BO, ou seja, são elementos que configuram sua **coesão**.

No que se refere à “materialidade lingüística”, é marcante o formato padronizado dos textos e a exigência e empenho da PM quanto ao uso da variedade

“cultura” da língua. Certamente isso se deve ao fato de que certos componentes textuais como a “forma composicional” (cf. Bakhtin) ou “superestrutura” (cf. van Dijk) e o “estilo” (cf. Bakhtin) ou “microestrutura” (cf. van Dijk) vão sendo estabelecidos historicamente nas práticas sociais de linguagem (como diria Bronckart, 1999), privilegiando o que se considera como adequado e necessário para que o texto cumpra seu objetivo, tendo em vista o contexto em que o material vai circular (incluam-se aí as personagens que produzem e que recebem o material lingüístico). Isso pode explicar as orientações e restrições de produção impostas que dão origem ao gênero “Boletim de Ocorrência”. Como curiosidade, sugerimos a leitura de uma “Petição Original”, no Anexo J deste trabalho. É um documento antigo, com traços de um Boletim de Ocorrência, mas com estilo bem diferente do modelo com que estamos lidando.

Além do que já foi mencionado quanto à presença de vocativo e à semelhança com textos do gênero *ata*, outro aspecto relativo à estrutura composicional dos BO, derivada de suas funções sociais, é natureza de relato. As frases, às vezes, são declarativas, como é o caso do início dos textos em que os autores escrevem:

BO Modelo – “Accionados pelo COPOM comparecemos à BR 381, próximo à portaria da USIMEC, onde fomos informados pelas testemunhas que [...]”;

BO4 – “Cumprindo Determinação do Cpcia 23º Comparecemos ao P.O.V. 23.1, onde se encontrava os condutores deste B.O. envolvidos em acidente trânsito. Em contato com o condutor do V01 (XXX nnnn) este me relatou a seguinte versão do acidente: [...]”;

BO5 – “Compareceu a esta Cia. os condutores citados neste BO [...]”.

No que se refere à tessitura microestrutural, como o BO é dirigido a um superior hierárquico, o que é demonstrado pelo encaminhamento no início dos textos (“Ao Sr. Delegado de Polícia”, no texto 1; “Ao Sr. Delegado de Polícia D.E.A.V.”, no texto 2; “Ao Sr. Maj. Cmt. da 8ª Cia.”, no texto 3), manda o estilo lingüístico policial-militar, que seja empregado o pronome “vós”, o que não é usual na língua de civis, a não ser em casos muito específicos como, por exemplo, no jargão jurídico.

É oportuno mencionar que muitos Boletins apresentam, no início do texto, não um endereçamento como os que aparecem nesses três que estão sendo comentados, mas trazem um vocativo e esse vocativo, assim como os endereçamentos, deve ser visto como um nítido aspecto prosódico, o que é considerado importante por Beaugrande na questão da coesão. A prosódia, conforme explica Beaugrande (*Shopping as an Art Form*), é marcada por valores dados às palavras, distribuídos no texto pela entonação; isto é, pelas marcas de fraco/forte ("*pace and pitch*") do texto, de suas variadas pausas e acentos. Essa modulação dada às palavras, inclusive, de certo modo, obedecendo a sua posição na sentença, serve para realçar termos e valorizar determinados aspectos.

Ainda quanto à interação entre estilo e função social do BO, vê-se que as sentenças não são longas, certamente com o objetivo de se fazerem mais facilmente inteligíveis pelos leitores e, com isso, evitar mal entendidos. Sua cadeia temática está também vinculada às funções desse gênero de texto, aliando vocabulário pertinente às áreas de trânsito, jurídica e médica, tendo em vista as possibilidades de encaminhamento do texto:

- a. Da área de trânsito – direção bairro/centro, parada obrigatória, condutores, veículo, abalroar, abalroado, transitando, conversão, estacionado, capô, farol, amassamento, pneu, roda etc.
- b. Da área jurídica – testemunhas, no texto 1; acordo, nos textos 1 e 2; assumil (sic) os danos de ambos veículos (expressão que subentende um acordo numa possível disputa entre os envolvidos), no texto 3.
- c. Da interseção entre a área do trânsito e a jurídica: perito. Neste caso, o perito é aquele que tem conhecimentos técnicos e autoridade constituída para registrar dados, através de medições, fotografias, perguntas, observações relativas ao ambiente, à sinalização, etc., com o objetivo de analisar cientificamente e produzir um laudo sobre o acidente, o que não pode ser feito pelo policial.
- d. Da área médica: HMC (Hospital Marcio Cunha), foram socorridos, escoriações generalizadas, fraturado a perna, internado em observação (texto 1); os atendidos no HPS (Hospital de Pronto Socorro), sob os cuidados do hospital, em observação (texto 2).

No que se refere ao padrão de língua, exigência institucional enfaticamente abordada no *Guia*, há nos textos da amostra uma mistura que se apresenta nos aspectos sintático e lexical. Notam-se claramente as estruturas típicas de um jargão formal predeterminado, ensinado, ensaiado em cursos que a PM proporciona aos seus integrantes, mas aparece também o uso pessoal, característico do sujeito que escreve, como se verá pelos exemplos que se seguem. Nos mesmos exemplos, outras partes dos textos identificam o jargão oficial e a norma culta.

O BO Modelo, encontra-se redigido de modo a reproduzir as variedades culta e oficial e quase todo ele é exemplo desses aspectos, inclusive quando emprega oportunamente o recurso sintático do *aposto* para dar clareza ao que informa: “fomos informados pelas testemunhas que o V1, uma bicicleta, vinha pela rodovia...”. Outros trechos mostram o emprego do português padrão no nível do vocabulário: “O perito compareceu ao local do acidente e os veículos envolvidos foram retirados da pista para liberação da pista e fluidez do tráfego”; “O condutor do V2 também compareceu ao HMC, onde foi celebrado o acordo entre as partes envolvidas, perante testemunhas ficando o condutor do V2, responsável em ressarcir os danos causados no V1. Participaram também desta intervenção policial os militares de número [...]”.

Observa-se neste último exemplo o uso incorreto da vírgula, com omissão depois de “testemunhas” e emprego inadequado depois de V2; mas é bom que se realce que o emprego desse artifício da língua escrita envolve aspectos além das questões afetas a variedades lingüísticas nos níveis lexical e sintático. Essa e outras situações de emprego incorreto ou inadequado de estratégias típicas da escrita vão aparecer nos três textos, em contraponto ao esforço de escrever “corretamente”.

Marcas da variedade padrão manifestam-se no segundo histórico em alguns trechos, mas são entrecortadas por alguns desvios da gramática normativa. Podem-se citar exemplos tais como: “Em contato com o condutor do V01 [...] este me relatou a seguinte versão do acidente: Que trafegava pela [...]”, “[...] foi surpreendido pelo V02 que também trafegava pela rua Cel Pedro P. Penido porem, no sentido contrário vindo assim a acontecer a colisão [...]”; “[...] este alega que iria prosseguir pela rua Cel Pedro P. Penido. Apos tal fato ocorrido e devido o acidente o condutor do V02 e o passageiro foram socorrido [...]”. Como se vê, nesse texto, não

foi possível manter uniformemente um padrão lingüístico. Ou melhor, há um padrão; talvez seja o que vai caracterizar esse gênero textual, que é o de misturar estruturas feitas, quase que chavões aprendidos nos cursos e modelos de BO, com o idioleto escrito do policial que redige o texto.

A possibilidade de se considerar essa “miscigenação” lingüística como uma característica desses textos é reforçada no texto nº 3, com marcas de língua culta misturadas com desvios ou problemas gramaticais. Trechos assim aparecem em: “Compareceu a esta Cia. os condutores citados neste BO que segundo a condutora do V1 [...]”; “[...] um objeto que estava em cima do banco do passageiro caiu e o mesmo abaixou-se para pegá-lo vindo assim a se destrair e veio a chocar com seu veículo [...]”; “Diante dos fatos, relato-vos esta para vosso conhecimento”.

Observe-se, ainda, a inconsistência lingüística nos seguintes exemplos:

- a. no BO5 – “Compareceu a esta Cia os condutores citados neste BO”, em contraposição a “seguem as assinaturas dos envolvidos”, no final do texto;
- b. no BO4 – “onde se encontrava os condutores deste veículo” e “o condutor do V02 e o passageiro foram socorrido”, em contraposição a “sendo atendidos com as fichas”.

Como se vê, as escorregadelas cometidas contra a gramática normativa, dão ao texto um caráter de dialeto popular e estabelecem um registro lingüístico híbrido. Porém, esse deslize não acontece no texto 1, que é um modelo apresentado no Curso da PM acima referido: “Accionados pelo COPOM, comparecemos [...] fomos informados [...] veículos envolvidos foram retirados [...] escoriações generalizadas [...]”.

Com relação aos desvios da norma padrão, há ainda exemplos relativos, especialmente, à ortografia, envolvendo troca de letras, acentuação, uso indevido ou não-uso de letras maiúsculas: *porem, ate, capo, para-choque* (e também *parachoque*), *Radiador Furado* (texto 2); *havia cido abalroado, rua dos violões, assumil, irma, trazeira, rua dos bandolins* etc. (texto 3). Esse aspecto mostra que os escritores não são fluentes no português padrão escrito, tanto em gramática quanto na ortografia e mostra também como a circunstância investe de poder uma pessoa

que, sendo analisada quanto a seu grau de escolaridade, não seria bem considerada socialmente.

Finalmente, a propósito da **coerência**, começamos por apontar que o usuário que constrói o documento lança mão de padrões textuais disponíveis em sua memória. O usuário que reconstrói o documento, virtualmente, reconhece os padrões escolhidos e pode, dessa forma, processar as informações de modo mais produtivo. Ressalte-se que não falamos de autores e intérpretes empíricos, mas de personagens mobilizados por esses indivíduos empíricos.

A coerência nos BOs se manifesta ao sermos capazes de explicitar o sentido do material escrito produzido pelo policial. Vê-se que os textos comunicam as conseqüências de um ato que demonstra desatenção, imperícia, descuido, etc. de alguém; no caso, um, ou ambos, o(s) envolvido(s). No entanto, isto não está dito claramente, o autor pode apenas deixar pistas lingüísticas que fazem o leitor como que trabalhar num jogo de quebra-cabeças e, então, compreender o sentido que se quer dar àquele conjunto de palavras; é o que acontece por exemplo, no BO Modelo, onde se lê que “uma bicicleta vinha pela rodovia [...] quando em frente à portaria saía um outro veículo [...] que não observou o sinal de Parada Obrigatória, [...] vindo a abalroar o V1 [...]”. O leitor deverá reconstruir a cena e empregar conhecimentos prévios (saber, no caso, que existe uma lei reguladora do trânsito e que, nela, está preconizado que uma placa anunciando “parada obrigatória” tem de ser obedecida pelo motorista). Às vezes, o que se pode entender é que não é tão fácil determinar de quem é a responsabilidade do ocorrido, como se pode ver pelo texto dois.

É interessante observar, no mesmo BO, o emprego de algumas palavras e expressões que, pertinentes ao gênero, caracterizando inclusive a macroestrutura semântica, sendo analisadas com mais profundidade, suscitam interessante raciocínio: “Danos generalizados” parecem de menor proporção que “lateral esquerda parcialmente destruída” – a palavra “destruída” é bem forte, ainda que modalizada pelo advérbio “parcialmente”. E considerar que os danos generalizados foram na bicicleta e a lateral destruída é do caminhão... Seria um problema de emprego de palavras, porque o texto teria sido inventado, ou realmente o caminhão teve uma lateral destruída por uma bicicleta?

Um outro curioso emprego de palavras, apareceu no BO Modelo e no BO4: o uso e a regência do verbo *socorrer*. No primeiro, diz o autor que “O condutor

do V1 [...] foi socorrido ao Hospital Márcio Cunha” e no segundo está escrito que “o condutor do V2 e o passageiro foram socorrido ate ao HPS”. Parece que o sentido que se tem dado ao verbo mencionado é o de “transportar” a vítima. Pode-se deduzir que é este o sentido adotado porque o primeiro texto foi escrito como modelo. Este é um aspecto que poderá ser pesquisado em outros boletins de ocorrência. Se se for considerar o sentido que consta no dicionário, tem-se a impressão de que as pessoas receberam atendimento médico (ou de alguma outra pessoa) durante o encaminhamento para o hospital.

Ampliando o estudo, além desses sete princípios de textualização, segundo Beaugrande, pode-se trabalhar ainda com três critérios para avaliar os textos.

O primeiro deles é a **eficiência**. Pela maneira com que é conduzida a redação do documento, e seguindo a orientação da Instituição para que o autor não se posicione, que seja claro, conciso, cria-se um texto de leitura fácil; o que é desejável, pois ele tem de ser facilmente processado. Isso só não acontece quando o agente não cumpre as regras que recebe como orientação. Ou quando, por exemplo, escreve como um policial que foi citado num curso: “V1 bateu em V2 e vazou.” Mesmo assim, pode-se saber o que aconteceu e que o responsável (aliás, o irresponsável) não tinha condições de se apresentar – seria habilitado? O carro seria roubado? Emprestado? Só não se pode tomar nenhuma providência: quem é V2? Ele cometeu a infração, mas não permaneceu no local, não se sabe quem é o motorista, qual é o veículo e por que “o dito cujo” “vazou” (fugiu). Às vezes, a compreensão torna-se um pouco mais difícil, quando é necessário apresentar detalhes referentes à direção, conversão, mão de direção, presença e localização de placas orientadoras, de cruzamentos em múltiplas vias – algo como aconteceu no BO4, quando o policial explicou a razão da colisão entre os veículos. Uma pessoa que não conhece a região teve mais dificuldade de compreender como se deu a ocorrência do que uma pessoa que conhece bem o cruzamento.

O segundo critério é a **eficácia**. Considerando as circunstâncias, a forma como foi construído, é de se supor que os textos realmente atinjam o que se propõem. Avalio que os Delegados de Polícia que receberão o histórico do BO Modelo e do BO5 terão condições de, a partir da leitura, tomar as providências cabíveis e que o Cmt. da 8ª Cia, ao ler o Boletim de Ocorrência, ficará ciente do fato

e satisfeito com a finalização. Do mesmo modo agem os que assinam, uma vez que “concordaram plenamente com os dizeres”. É interessante, no entanto, apontar aqui uma questão relacionada à autenticidade dos textos. No Histórico do BO Modelo, que acreditamos ser um texto criado com o propósito de instrução, surgiu uma dúvida apontada quanto ao fator “coerência”, mencionado acima, quando perguntamos se realmente o caminhão teria tido uma lateral destruída por uma bicicleta. Se esse texto tivesse de ser assinado pelos envolvidos, alguém teria feito esse questionamento, ou então – talvez – o policial não teria registrado dessa forma. Esse tipo de dúvida não apareceu nos dois textos autênticos, o que pode mostrar a fidedignidade do autor dos BO4 e BO5 quanto ao relato dos envolvidos nas ocorrências.

Há que se considerar também o sentido contratual que se firma ao ser feito o registro policial; é exatamente porque é um policial que está registrando que aquilo passa a ter validade. Efetivamente, a associação da lavratura do ato num documento oficial é que garante a verdade, ou seja, um estado de coisas, que, de determinado modo, ficou estabelecido, não podendo sofrer modificações. Segundo a informação de um policial, que trabalha no setor de arquivamento de boletins, muitas pessoas vão à Companhia pedir para modificar alguma parte em seu Boletim de Ocorrência (talvez depois de terem se lembrado, ou de terem sido alertadas sobre algo que não disseram, ou que disseram e não deveriam ter dito), mas esse tipo de interferência não é permitido. Conforme consta no *Guia*, na pág. 17, sob a rubrica Importante, “Somente em casos excepcionais e através de procedimento administrativo, Sindicância, o Comandante autorizará a alteração de um BO, devendo também serem científicas as partes envolvidas.”

Em cada situação, pelo papel, fica declarado que um veículo bateu no outro, houve danos e, no caso do BO Modelo e do BO5, um dos envolvidos assumiu a responsabilidade de pagar os estragos de ambos os carros. Pelo que se sabe dos hábitos e costumes de nossa sociedade, com essa atitude, a pessoa que se responsabiliza não está fazendo uma gentileza, ou mostrando um ato de despojamento, está implicitamente assumindo a culpa pelo aconteceu. Mesmo porque, num dos casos, pelo relato, ele bateu no outro carro por trás e, pela lei, ele é o culpado. Vê-se, com o assumir espontaneamente a responsabilidade, que essa pessoa também não deseja envolvimento com a Justiça.

O terceiro critério é a **adequação à situação**. Os Boletins de Ocorrência são textos que compelem seus leitores a se posicionar. Mesmo que o receptor não tenha nada com a história, ao ler o que está escrito, há uma tomada de posição. Muitas vezes, o leitor se coloca no lugar de um dos envolvidos; e também analisa e critica, de um certo modo, o papel do policial. Todas as pessoas que escrevem este tipo de texto dizem que ele tem de ser “imparcial”. Mas nem sempre se permanece imparcial ao lê-lo. A imparcialidade pode se manifestar na escrita, na transposição do oral para o escrito, quando o policial procura ser um tradutor perfeito do que ouve. Mas este tipo de documento não foi feito para resultar numa leitura imparcial; se não, como um juiz julgaria um caso em que houve realmente um culpado de fatos graves? Alguma(s) informação (ou informações) deverá(ão) transparecer na retextualização da versão passada pelos envolvidos que funcione como uma pista para que se defina a responsabilidade. A imparcialidade é do redator, mas o texto – se for verdadeiro e fidedigno – provavelmente apontará alguma responsabilidade. Essa é uma boa questão para se apresentar a juízes, advogados, peritos de seguradoras: se o policial deve ser imparcial, como descobrir pistas para definir culpados? Foi uma reflexão em torno dessa questão que tentamos suscitar no item 4.1.4 acima.

Uma desconstrução da escrita destes textos revelaria o que está velado, oculto por força de convenção. Ao receber a determinação de ser imparcial, de procurar escrever apenas o que as pessoas dizem, de seguir um modelo pré-estabelecido, o autor do texto configura-o de modo a manter uma uniformização. Nesse modelo, o que é ético é deixar subentendido: fulano é culpado, foi desatento, não sabe dirigir, é irresponsável, merece ser punido, tem de pagar os prejuízos, etc. Desconstruir essa escrita seria dizer isso tudo. Ou seja, o texto oficial fala sem falar. Quem quiser entendê-lo que trate de ouvir suas vozes, reconhecer sua (do Boletim de Ocorrência) agenda, que reconheça seus clichês, sua gramática e, principalmente, que desvende seu discurso.

4.3 Considerações sobre a análise

Fechando a análise, esperamos, com a articulação dos pontos de vista da Semiologia e da teoria da textualidade / textualização de Beaugrande, ter

demonstrado a complexidade desse ato de linguagem e caracterizado as grandes dificuldades que o sujeito produtor enfrenta ao redigir o BO, deixando mais claro por que entendemos que, nesse caso específico, a cena discursiva se configura como uma arena de luta – jogo e conflito.

4.4 Palavra aos docentes

A análise de Boletins de Ocorrência pôde demonstrar, à luz de fundamentos da Semiolingüística, que é básico para o produtor de um texto ter em mente seu parceiro no ato de linguagem que se propõe desenvolver. A clareza quanto ao destinatário pretendido (que é sobre quem o produtor tem domínio) e certo conhecimento de quem é o interpretante (cujo domínio é frágil) podem fazer a diferença no encaminhamento do *enjeu*. Sabe-se que, além desses, há outros fatores que interferem, como o conteúdo e a situação em que se desenrola a *mise en scène*.

Já que, na escola, as situações de produção de texto são, na grande maioria das vezes, propostas didáticas (e não produções autênticas de textos, que atendam a uma real necessidade), é preciso que o produtor/aprendiz desenvolva uma certa competência para simular, o mais amplamente possível, a *mise en scène* em que se desenvolveria seu ato de linguagem, numa verdadeira situação de uso. Ele tem de se colocar como o locutor sendo capaz de projetar seu TUd e, também, perceber toda a circunstância de discurso em que seu texto seria produzido/interpretado.

A prática escolar demonstra já ter cristalizado o trabalho da redação como uma atividade que se realiza através de modelos (o que é importante). Mas é necessário que o aluno tenha condições de selecionar esses modelos adequadamente e que os reconheça como resultado de um ato de linguagem realizado por sujeitos envolvidos interativamente, mesmo não sendo numa relação face a face. O que queremos dizer é que, ainda que o aprendiz saiba que seu texto será levado a efeito em uma atividade monológica, precisa entender que ele e seu pretense interlocutor devem ser personagens dispostos a participar do jogo linguageiro, a estabelecer e manter um contrato de fala, com uma intenção e uma aceitabilidade percebidas mutuamente. É também necessário que, antes de mais

nada, tenha oportunidade de ter os modelos apresentados pela escola como referência, servindo para uma análise ampla que lhe dê as justificativas, razões e explicações sobre porque tal texto é desse jeito e não de outro, e que não considere esses modelos apenas um material para uma paráfrase, ou "fôrma" onde deverá colocar o que quer dizer.

O que estamos apontando inicialmente é que, através de uma imersão no mundo letrado, conduzido por uma metodologia que reconheça os alcances reais de uma análise de texto no nível discursivo, o aprendiz da língua escrita (a qual tem suas especificidades, assim como tem as suas a língua oral, conforme mostramos no início neste trabalho) poderá, entre outras coisas, internalizar as regularidades que permeiam o uso dessa modalidade da língua. O que já é um grande passo no caminho da compreensão do contrato. Conforme Machado (1998, p.53), tais regularidades "contribuem para determinar:

- as marcas de identidade dos sujeitos e das diferentes vozes (polifonia) que se manifestam em seus ditos;
- os universos de referência e de crenças, que caracterizam os imaginários sociais destes sujeitos;
- as maneiras de falar e/ou escrever, segundo as situações de comunicação."

Além das regularidades, deve-se facilitar ao aprendiz a percepção de que há manobras individuais possíveis (e desejáveis) para o melhor ajustamento de seu texto à situação; mostrar e dar a ele a prerrogativa de se colocar como voz principal num coro de vozes que estão subentendidas num texto (no seu texto), fazê-lo ver que deve ser indivíduo no coletivo.

Através de atividades apresentando moldes e regras, a escola estabelece um contrato do tipo "faça como eu digo, assim você não erra"; isso é cômodo para o docente, é cômodo para o aluno, que apreende logo o que e como deve ser dito (dito na escola!). Mas aqueles que alçam vôos inesperados podem até ser punidos, como se pode ver pela (lamentável) intervenção feita pela professora, imbuída naturalmente do papel de ensinar a língua padrão, no texto de um aluno de terceira série do ensino fundamental, de uma escola pública.

Faremos a transcrição do texto para facilitar os comentários e anexaremos a cópia do original. É bom esclarecer que o texto teve seu início apresentado pela professora, que solicitou aos alunos que o terminassem. A orientação foi a seguinte: "A estória de Fernanda está apenas começada. Complete-a, de acordo com o início da estória. Dê, também, um título à estória" (o trecho em itálico a seguir é a parte que a professora ofereceu aos alunos como início). Vejamos, então, o texto (ou a "estória") que o aluno produziu.

As mãos de comida

[título escolhido pelo aluno]

*Fernanda aprendeu a cozinhar com sua mãe.
Agora, a menina já sabe fazer uma porção de comidas.
Ontem, na hora do almoço, Fernanda foi para a cozinha preparar
peixe frito.*

E na hora do almoço todos exclamaram juntos

– Que delícia de peixe!

Mas seu irmão Fabiano de 2 anos disse:

– O Nanda é flito ou cuzinhado?

[A professora sublinhou as palavras "flito" e "cozinhado" e corrigiu: frito e cozido.]

Sua irmã foi logo dizendo:

– É frito, irmãozinho.

Que bom! Ela com 10 anos e depois de 10 virou a cozinheira dos jogadores de futebol.

Ela falou: – Neto, não enche o saco! A comida está boa.

– Esse arroz, peixe e feijão está torrado? Não, torrado não, queimado

E mais quatro Renato Gaúcho, Bebeto, Moacir, Tafaírel

E reclamam para sempre."

Dissemos acima que a professora interferiu de modo "lamentável", ao "corrigir" a redação do aluno. Referimo-nos à situação de traduzir as palavras do irmãozinho de dois anos ("flito" e "cozinhado") pelas formas "frito" e "cozido", o que mostra sua preocupação com que apareça no texto somente o que é considerado correto, numa perspectiva de língua padrão, falada e escrita, deixando de levar em conta que o irmãozinho tinha apenas dois anos de idade⁷. A docente não percebeu que o produtor trazia uma voz alheia, o que é natural, ainda mais numa narrativa; ela

⁷ Note-se que no alto da folha a professora escreveu: "Rodrigo observe: parágrafos, pontuação, ortografia" e no verso, ela comentou: "Rodrigo, você já fez composições melhores". Com isso estamos querendo mostrar a vaguidão das observações da docente. Se Rodrigo pudesse observar sozinho os problemas de seu texto com relação ao que ela apontou na parte formal, ele provavelmente não teria errado (?); e por que outras composições foram melhores que esta? É muito interessante também notar a ilustração que Rodrigo colocou ao final do texto.

pré-julgou o aluno, acreditou mais no erro do que no acerto. Provavelmente não esperava que o aluno fosse capaz de usar uma estratégia como o discurso direto, respeitando o “dono da voz”. Além disso, o encaminhamento dado pela professora para que o exercício fosse feito obrigou Rodrigo a se posicionar num lugar pouco confortável para ele: falar sobre fazer comida? O que o EU teria a dizer sobre isso? Ele deu logo um jeito de escrever sobre o que lhe interessava; depois de satisfazer o “contrato” – é isso que a professora quer – fez uma manobra (não com muito jeito), deu voz a si mesmo e trouxe um assunto de que deve ter muito mais conhecimentos: o futebol. E associou bem as duas coisas – a sua predileção e o exercício escolar – colocando jogadores de futebol (na época, todos do Clube Atlético Mineiro) a reclamarem da comida feita pela “cozinheira Fernanda”.

Rodrigo também não sabia a quem escrever, e nem por que deveria escrever um texto falando de comida. Qual seria a finalidade daquele texto?

Não sabemos exatamente qual o perfil do TUD projetado pelo aluno, porém, como se pôde observar, não correspondeu inteiramente ao TUD instituído pela interpretante. Com este exemplo, estamos reforçando a idéia de que é necessário trabalhar a produção de texto considerando que é preciso ir além de um produto escrito. Os aprendizes devem entender o processo que perfaz o ato de linguagem; através dessa compreensão, será mais fácil aplicar as convenções.

Um outro aspecto que deve ser considerado nesse foco do ensino-aprendizagem da produção de texto, é que, por uma série de razões, que merecem ser discutidas, mas não serão tratadas aqui, a escola tem a característica de estruturar seus programas de ensino, basicamente, pelo livro didático (LD) que adota. Porém, esse material nem sempre se atualiza realmente. Muitas vezes o que se encontram são reedições com algumas alterações de pouco ou nenhum significado importante, acontecendo o que Beaugrande (2002, p.4) mostrou ter cuidado quando anunciou seu “A new introduction to the study of text and discours”, dizendo que seu livro não era uma daquelas novas edições que atualizam cosmeticamente a edição antiga e ampliam a lista de referências. Expandir listas de referências e citar teorias inovadoras são os cosméticos mais usados nas reedições de livros didáticos. Muitas vezes os Manuais, escritos para dar suporte aos professores na utilização do livro, trazem promessas de trabalho fundamentado em teorias as mais modernas e mais conceituadas no meio acadêmico e,

conseqüentemente, no âmbito das escolas de ensino fundamental e médio, mas que não são efetivamente cumpridas ao longo do material didático. No entanto, se o professor lê o Manual e não tem condições de criticá-lo, vai considerar que, ao colocar em prática o que está ali, estará aplicando o que lhe foi anunciado.

Por exemplo, uma coleção de livros didáticos⁸, para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, anuncia no seu Manual do Professor que o material está fundamentado em teorias que “vêm sendo amplamente discutidas por educadores brasileiros, a partir das propostas de Vygotsky sobre a aquisição do conhecimento e do trabalho realizado por Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Liliana Tolchinsky, entre outros. Também orientam as atividades deste livro as teorias da lingüística moderna, como a ‘lingüística enunciativa’, a ‘lingüística textual’ e a ‘análise do discurso’”. No entanto, não foram encontradas atividades pertinentes a essa afirmação sobre as teorias lingüísticas e a referência bibliográfica apresentada (mais de vinte livros) não trazia um só nome da área do que a autora do livro didático chama de “lingüística moderna”.

Certos termos, como as teorias, caem (de modo superficial) no gosto dos autores de LD, dos pedagogos, dos pais e dos professores. Como aconteceu, por exemplo, com o enfoque teórico referindo-se à textualidade, cujos conceitos tais como “coerência”, “coesão”, “intertextualidade” são insistentemente considerados. Nessa coleção a que nos referimos acima, a textualidade tem um destaque especial; mas não é convenientemente realizada. O LD apresenta inúmeros textos que se relacionam pelo tema; mas não efetiva o trabalho de (re)conhecimento textual, procurando explicitar condições de produção, desvelando os parceiros envolvidos em atividades languageiras com aquele material lingüístico, as artes e “manhas” do tecido textual, como, porque, a propósito de que aquele texto existiu daquela forma; simplesmente coloca os textos afins (seja pelo tema, seja pelo gênero/tipo) em seqüência e pede tarefas tais como, numa seção de “estudo da textualização”, listar de características de gêneros textuais, do diálogo, pontuar, apontar situações de “coesão e coerência” (mas não faz pensar na justificativa para essa coerência ou coesão, ou a falta delas). Na parte destinada propriamente dita à produção de texto, depois de apresentar um modelo do gênero pretendido, solicita ao aluno que

⁸ Por uma questão ética, preferimos não identificar a coleção, já que não é nosso objetivo apontar positiva ou negativamente qualquer obra em utilização na escola. No entanto, o exemplo trazido a seguir poderá ser identificado, uma vez que o comentário está publicado em material produzido pelo MEC.

produza o seu texto. Não é a intertextualidade a serviço de um uso, ou presente num ato de linguagem, é a intertextualidade (mal usada) a serviço da metalinguagem, ou da reprodução de um texto, às vezes, sem sentido para um usuário/aprendiz da língua escrita (como nos pareceu ser o caso do texto do Rodrigo).

O comentário não é nosso, particular. Essas observações são comuns no Guia de Livros Didáticos, material produzido pelo MEC, e encaminhado às escolas públicas, para que os professores selecionem as coleções que gostariam de adotar. No Guia de 2004, para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, o seguinte comentário (p. 230) reflete o perfil da maioria dos trabalhos com produção de texto:

“As propostas de produção textual apresentam variedade de temas e gêneros e procuram orientar o aluno quanto à temática a ser desenvolvida, à estrutura global do texto e ao respeito às convenções da escrita (pontuação, ortografia, paragrafação). Entretanto, privilegiando ‘o que’ e ‘como’ escrever, deixam de preparar o aluno para saber tomar decisões quanto a esses aspectos, levando em conta ‘para que’ e ‘para quem’ produzir o texto, em que esfera social e em que veículo ele deverá circular. Em geral não há uma definição dos objetivos, os interlocutores se restringem aos colegas de sala, os textos são redigidos e permanecem apenas no caderno, salvo raras exceções.”

Queremos destacar dois aspectos dessa transcrição. O primeiro diz respeito a “deixar de preparar o aluno para saber tomar decisões quanto a esses aspectos...”. Isso nos parece se relacionar com as manobras possíveis, diante das regularidades da linguagem num determinado contexto social. Tem a ver com o contrato, com os parceiros do *enjeu* discursivo. Mas esses aspectos, no material escolar, não estão organizados didaticamente com a profundidade e articulação que a semiolinguística apresenta. Mesmo que o professor tenha uma certa clareza do que devam ser “condições de produção” (outra expressão recorrente nos meios escolares), terá dificuldade em realizar um bom trabalho, pois quase não há, pedagogicamente falando, material bem preparado para isso.

O que é desejável do aluno é que ele seja capaz de reconhecer “situações languageiras codificadas que representam as práticas sociais próprias de uma dada comunidade e se instituem em rituais sociolinguageiros” (Charaudeau, 1983, p. 86). São essas situações que configuram os protagonistas através do contrato, o que é fundamental para que se estabeleça o *enjeu* discursivo do ato de linguagem. Segundo Charaudeau (*idem, ibidem*) é tal reconhecimento que funda o

ato num gênero discursivo. Estamos falando aqui da competência situacional do sujeito envolvido na *mise en scène*.

Mas não é só isso. Há também que se preocupar com a competência discursiva, que é, *grosso modo*, saber “fabricar efeitos discursivos múltiplos” numa dada situação, levando em conta o contrato que se estabeleceu no momento da produção do texto.

E ainda, conforme a teoria de Charaudeau, há a competência lingüística, onde se inscrevem as ordens de organização da matéria languageira, com os aparelhos enunciativo, argumentativo, narrativo e descritivo. É nesse lócus que se funda o estatuto semântico de marcas lingüísticas. Por exemplo, uma conjunção poderá ser interpretada como um operador lógico, no aparelho argumentativo, não sendo somente considerada “uma conjunção”, “um conectivo”, “um elemento de coesão”; um advérbio será considerado como localização daquilo de que se fala, no aparelho descritivo, ou seja, servirá para caracterizá-lo e não apenas mostrar um lugar.

O que a escola tem feito é solicitar reproduções textuais, ensinar terminologias, trabalhar muito mais com a metalinguagem. O que seria desejável é que se estabelecesse uma abordagem semiolingüística do material com que se trabalha. Segundo Machado (1998, p. 52) “o que caracteriza tal tipo de abordagem é o estudo das particularidades de construção e funcionamento do discurso-objeto da análise” (grifo nosso).

O destaque feito a esse primeiro aspecto foi para mostrar que “tomar decisões” significa procurar “ser dono” do ato de linguagem, ter clareza do que se circunscreve numa circunstância de discurso.

O segundo aspecto da transcrição apresentada acima prende-se ao primeiro, mas realça o interlocutor. Geraldi (1995, p. 5) diz que há necessidade de se “pensar o ensino de língua à luz da linguagem” e que o “lugar privilegiado para isso é a interlocução, entendida como espaço de produção de linguagem e de constituição de sujeitos.” Mais adiante (idem, p.6) ele afirma que

“a linguagem não é o trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico seu [do sujeito] e dos outros e é para os outros e com os outros que ela se constitui. Também não há sujeito dado, pronto, que entra na interação, mas um sujeito se completando e se construindo nas suas falas”.

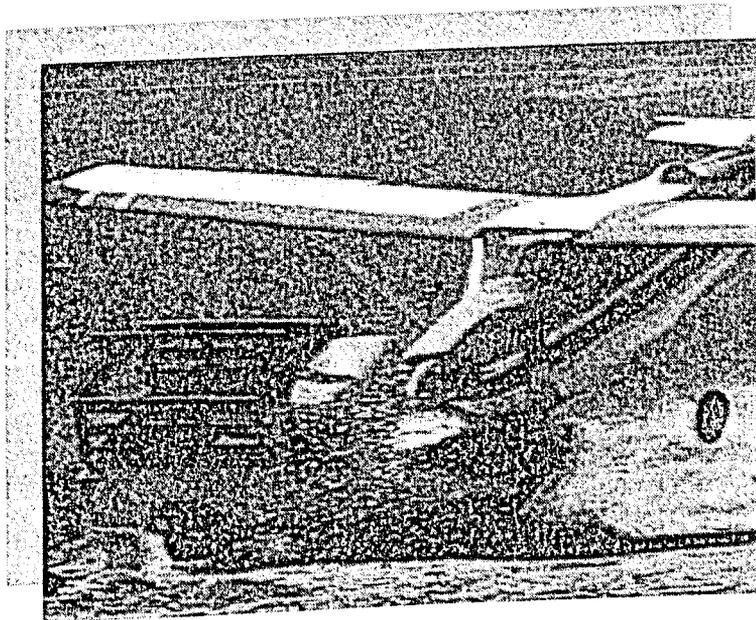
Se alguém precisa ou deseja dizer algo, certamente é a um outro indivíduo. Isso determina de que modo produzir o material linguageiro para que seja possível ao outro aceitá-lo, construir uma coerência, perceber a intenção, entrar e fazer parte do jogo. E esse aspecto é preciso ser considerado na perspectiva mesmo do jogo: o ato de linguagem é uma aposta; o produtor ainda tem que lidar com a possibilidade de que a intencionalidade do seu ato comunicativo não será percebida pelo outro. Trazendo as palavras de Dias (1998, p. 22), “fogem completamente ao seu controle [do produtor] os efeitos que de fato seu discurso obterá nas instâncias de percepção”. Isso não é considerado na escola; ela ainda trabalha na perspectiva da mensagem acontecendo simetricamente: alguém escreve para um outro que interpreta exatamente o que se teve intenção de dizer.

Muitos outros exemplos podem ser encontrados no Guia; julgamos, no entanto, que basta esse nosso sinal de alerta. O que se tem feito nas escolas, usando a metáfora de Beaugrande, já citada neste texto, é abordar a ponta do iceberg lingüístico. Não é sem razão que a escola parece, às vezes, estar nas condições de um Titanic.

LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho realizado a partir de questões a respeito do uso da linguagem, com base em indicações sugeridas pelas circunstâncias de produção e pelo próprio material textual, procuramos explicações teóricas que pudessem fundamentar a qualidade de um determinado gênero discursivo, observando sua produção em situação real de uso.

O texto a que nos referimos é o registro de uma ocorrência de trânsito, feita por um policial militar, que atua nessas circunstâncias como autoridade institucionalizada. O material resultante desse ato tem valor em processos e encaminhamentos dados aos casos, seja isso feito por um delegado de polícia, um perito de companhias seguradoras, um juiz, ou mesmo por definições de acordo entre as partes. Essa circunstância determina o uso da linguagem em situação de serviço, fazendo com que a produção tenha um caráter definido e interferindo na construção organizacional do texto bem como na linguagem aí empregada. Notamos que, tanto no boletim que originou o trabalho bem como nos outros consultados, houve uma recorrência do emprego de jargão, representado por estruturas recomendadas e orientações sobre como utilizar estruturas lingüísticas de modo a tornar o texto imparcial, presentes num *Guia de Orientação para Redação do Boletim de Ocorrência*, preparado pela própria Polícia Militar de Minas Gerais.

Essa recorrência de uma certa variedade lingüística foi configurada por polifonia, através de emprego do discurso direto e indireto e do uso de aspas, informações que pressupõem textos e aspectos legais, emprego de palavras e estruturas constantes do *Guia*.

Não nos ocupamos de problemas considerados pela norma culta. Não era nosso objetivo investigar o nível de domínio gramatical do(s) produtor(es) de texto da Polícia Militar. O que desejávamos era descobrir até que ponto as circunstâncias extra-lingüísticas poderiam interferir no texto, e quais seriam elas, já que o material produzido cumpria a finalidade a que se propunha, tendo sido criado no momento em que as situações de produção poderiam não ser favoráveis, tendo em vista o

perfil que caracteriza uma ocorrência de trânsito. O texto teria de ser imparcial, mas ao mesmo tempo não poderia ser inócuo nem banal.

As explicações que buscávamos nos foram dadas de modo satisfatório pela teoria adotada. Baseamo-nos principalmente na Análise do Discurso, de onde destacamos a Semiologia, de Patrick Charaudeau, por considerar que esta proposta engloba aspectos que nos interessavam, pois discute amplamente os fatores que compõem uma situação de uso da linguagem.

Apresentamos também, de modo mais superficial, outras teorias e campos do saber, buscando demonstrar as várias possibilidades que se poderiam considerar como foco de análise, ao mesmo tempo que comprovamos a afirmação de Charaudeau ao considerar que a linguagem é multidimensional.

As reflexões teóricas a respeito do Boletim de Ocorrência em questão, sustentadas pela teoria adotada puderam comprovar nossa hipótese de que as situações extra-lingüísticas interferem na produção de modo significativo, determinando inclusive a forma como se apresenta o resultado de um ato de linguagem.

Vimos com clareza a importância da relação EU/TU, e pudemos constatar que a manifestação do jargão, através da forma como se dá a polifonia e o emprego de clichês é um fator positivo no *enjeu discursivo*, visto que facilita a interlocução, pois os seres actantes dessa situação compartilham os saberes e têm expectativas compatíveis com o tecido textual, condições importantes para o exercício de produzir sentido.

A análise comparativa do Boletim de Trânsito com um Boletim de Acidente Aeronáutico demonstrou que, além da questão lingüística apontada acima, no que se refere à exigência de um determinado jargão, seus destinatários e, principalmente, suas finalidades diferentes também são determinantes na tessitura do material lingüístico.

Ao final da análise do(s) boletim(ns) selecionado(s), foi possível considerar que a competência semiolingüística conforme proposta por Patrick Charaudeau estava configurada no material que estudamos (o boletim que deu

origem ao estudo) e demonstrava a razão da eficiência e eficácia desse tipo de texto, conforme foi caracterizado na análise da textualidade/textualização do modelo constante do *Guia*.

Uma aplicação prática, que vem ao encontro do interesse básico deste estudo, pode ser feita ao dizermos que a preparação do policial que faz a ocorrência ultrapassa as questões puramente gramaticais, estejam essas questões no nível da palavra, da frase, ou do texto. Vai além da questão da correspondência de som/letra para o registro ortográfico.

Por outro lado, relativizar as possibilidades de manobras na construção do material linguageiro e até mesmo fornecer "moldes" que façam o texto se inscrever em certos meios de circulação, mostrar a importância de se colocar no lugar do outro, reconhecer o interpretante e estabelecer com clareza o destinatário, são aspectos positivos a serem trabalhados nos cursos de preparação dos militares. Essa "receita" é, em parte, adequada às propostas escolares, visto que na escola há que se trabalhar o domínio da norma culta no campo gramatical, enquanto se abrem oportunidades para o domínio da escrita, considerada como uma habilidade de uso social.

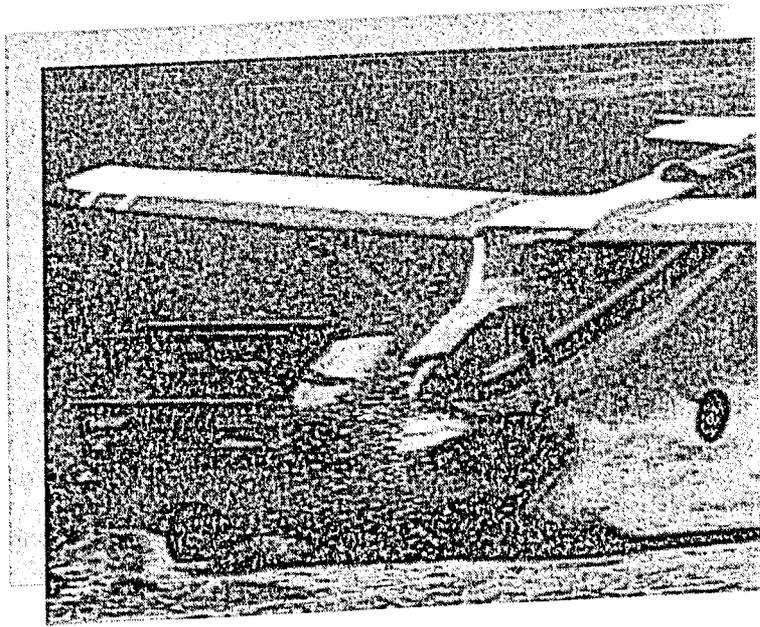
As considerações feitas em torno do trabalho escolar, de forma geral, reforçaram as conclusões a respeito dos motivos que fizeram o BO ter uma qualidade positiva, e ao mesmo tempo revelaram o já sabido. A escola privilegia a metalinguagem sobre o ato de escrever e não leva em conta o exercício da produção de texto como um ato de linguagem com todos os fatores a ele inerentes, nem percebe que, para que esse ato aconteça numa *mise en scène* bem sucedida, é preciso que dê condições ao aprendiz de pôr em ação a competência semiolinguística, como o fez o policial ao considerar quem eram seus interpretante e destinatários, em que circunstâncias seu texto seria lido, o que teria a dizer, quais eram as restrições sócio-lingüísticas que a situação lhe impunha, que regularidades lhe eram impostas no plano da construção do texto e qual o grau de liberdade teria para realizar suas manobras, de modo a se posicionar como um indivíduo numa coletividade lingüística e sócio-histórica.

Concluimos este trabalho dizendo que a aposta no estudo de um material que, à primeira vista, parece-nos simples de ser produzido, conduziu-nos a uma expedição proveitosa, no caminho pautado pela Semiologia, e que as aventuras vividas ao buscarmos teorias diferentes para mostrar a amplitude que se tem ao estudar um texto, trouxe-nos um ganho compensador, que será maior ainda se puder ajudar a prática docente e fazer as atividades de produção de texto serem mais úteis aos aprendizes da língua escrita.

LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou transmitido sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos ou quaisquer outros.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Virgínia C.S.F. *A decisão interpretativa da fala em depoimentos judiciais*. Recife: UFPE, 1992 (dissertação de Mestrado).
2. AMOSSY, Ruth. "Pathos, sentiment et raison". In: PLANTIN, Christian; DOURY, Marianne; TRAVERSO, Véronique. *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 319.
3. AMOSSY, Ruth. L'éthos au carrefour des disciplines: rhétorique, pragmatique, sociologie des champs. In: AMOSSY, R. (sous la dir. de). *Images de soi dans le discours*. Lausanne/Paris: Delachaux et Niestlé S.A., 1999.
4. ANSCOMBRE, J-C et al. *Théorie des topoï*, Paris: Editions Kimé, 1995.
5. ARMANGAUD, Françoise. La pragmatique du troisième degré, la théorie des actes de langage. In: _____. *La Pragmatique*. 3 éd., Paris: P.U.F., 1985.
6. ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. Caso encerrado. Análise semiolinguística de uma reportagem político-policial impressa. O caso PC Farias. In: MACHADO, Ida Lúcia et al. (org.) *Teorias e práticas discursivas; Estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da FALE-UFMG/Carol Borges, 1998.
7. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3.ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000.
8. BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9.ed., São Paulo: Hucitec, 1999.
9. BAKHTINE, Mikhail; VOLOCHINOV, V.N. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Trad. fr. Paris: les Éditions de Minuit, 1977 (1ère éd. 1929).
10. BATISTA, Antônio Augusto, G.; GALVÃO, Ana Maria O. Práticas de leitura, impressos, letramentos: uma introdução. In: BATISTA; GALVÃO (Org.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. (Linguagem e educação).
11. BEAUGRANDE, R.-A de. *A new introduction to the study of text and discourse – The agenda of ecologism*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. (Preprint). cap. I, II, III e IV.
12. BEAUGRANDE, R.-A de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

13. BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de lingüística geral I* (trad. Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri). Campinas: Pontes, 1988.
14. BENVENISTE, Émile. Estruturalismo e lingüística. In: _____. *Problemas de lingüística geral II* (trad. Eduardo Guimarães et al.). Campinas, SP: Pontes, 1989, p.11-28.
15. BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de lingüística geral II* (trad. Eduardo Guimarães et al.). Campinas: Pontes, 1989, p.81-90.
16. BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. *Elementos de comportamento organizacional*. (trad. De José Henrique Lamendorf). São Paulo: Pioneira, 1992.
17. BRANDÃO, M. Helena N. *Introdução à análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1993.
18. BRASIL, Ministério da Aeronáutica. *Relatórios finais de acidentes aeronáuticos*. Aviação Civil. n. 8, vol. II. 1975 a 1979.
19. BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. (trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha). São Paulo: EDUC, 1999.
20. CALAZANS, Flávio M. A. *Propaganda subliminar multimídia*. São Paulo: Summus, 1992. (Novas Buscas em Comunicação; v. 42).
21. CAMPOS, Edson N. *O recado do morro e as vozes do texto*. Belo Horizonte: PUC/MG, Congresso Internacional João Guimarães Rosa, p. 25-28, ago. 1998.
22. CARDOSO, Sílvia H. B. A teoria polifônica de Ducrot e a análise do discurso. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, v. 8, n.1. jan./jun. 1999.
23. CARLOS, S. A. O processo grupal. In: STREY, Marlene N. (et al.) *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.199-206.
24. CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de Português*. São Paulo: Contexto, 2000.
25. CHABROL, Claude; EMEDIATO, Wander. Problématique de l'argumentation, théorie des *topoi* et représentation intrinsèques ou/et extrinsèques. Ms/sd.
26. CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. (coord. de trad. Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2004.

27. CHARAUDEAU, Patrick. "Une analyse sémiolinguistique du discours". In: MAINGUENEAU, Dominique. *Langages* n° 117. Paris: Larousse, 1995. p.96-111
28. CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo et al. (org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG-Carol Borges, 1999. p. 27-43.
29. CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
30. CHARAUDEAU, Patrick. *Langages et discours*. Paris: Hachette, 1983.
31. CHARAUDEAU, Patrick. L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit. Ms/sd.
32. CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo et al. (Org.). *Análise do discurso: Fundamentos e Práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da FALE-UFMG, 2001, p. 23-38.
33. CHARAUDEAU, Patrick. Une théorie des sujets du langage. Ms/sd.
34. CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. (trad. Maria Manuela Galhardo). Lisboa: Difel, 1990. p.121-139.
35. CITELLI, Adilson. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.
36. COSTA VAL, Maria da Graça. *Entre a oralidade e a escrita: o desenvolvimento da representação de discurso narrativo escrito em crianças em fase de alfabetização*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG, 1996. (tese de doutoramento).
37. COSTA VAL, Maria da Graça. O desenvolvimento do conhecimento lingüístico-discursivo: o que se aprende quando se aprende a escrever? O desenvolvimento do conhecimento lingüístico-discursivo: o que se aprende quando se aprende a escrever? *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, v.5, n.1, p.83-104, jan./jul. 2001.
38. COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
39. COSTA VAL, Maria da Graça. Repensando a textualidade. In: AZEREDO, J. Carlos (org.). *Língua portuguesa em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 31-54.

40. COSTA VAL, Maria da Graça. Texto, textualidade e textualização. IN: CECCANTINI, J. L. Tápias; PEREIRA, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. *Pedagogia cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa*. v.1. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p.113-124.
41. CRUZ, Amadeu R. Análise semiolinguística da publicidade de bebidas alcoólicas. Estudo do conteúdo erótico, sexual e suas correlações com o machismo. In: MARI, Hugo et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG-Carol Borges, 1999. p. 379-402.
42. CRUZ, Amadeu R. Análise semiolinguística da representação do negro em propagandas de medicamentos em revistas médicas. In: MACHADO, Ida L. et al. (org.). *Teorias e práticas discursivas*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1998. p.187-212.
43. CUNHA FILHO, Ten. Cel. José Vitoriano da. *Guia de orientação para redação de BO*. Ipatinga: 14° BPM, jun. 2000.
44. CUNHA, João L. et al. *Técnica de redação de relatório de ocorrência policial*. Belo Horizonte: PMMG, 1987 (monografia).
45. DUCROT, Oswald. Distinction du présupposé et du sous entendu. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.
46. DUCROT, Oswald. Les échelles argumentatives. Paris: Minuit, 1980.
47. DUCROT, Oswald. Topoi et formes topiques. In: ANSCOMBRE, J-C et al. *Théorie des topoi*, Paris: Editions Kimé, 1995. p. 85-100.
48. ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes. 1993. (Coleção Tópicos).
49. ECO, Umberto. *Pós-escrito a O nome da rosa*. (trad. Letizia Zini Antunes e Álvaro Lorencini). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
50. FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1996. (Repensando a Língua Portuguesa).
51. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de Texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1999.
52. FISH, Stanley. Is there a text in this class? In: __. *Is there a text in this class? The authority of interpretative communities*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995. p.303-321.

53. FRANCHI, Carlos. "Linguagem – atividade constitutiva". *Almanaque – Cadernos de literatura e ensaio*. 5: 9-27, São Paulo: Brasiliense, 1977.
54. FULGÊNCIO, Lúcia; LIBERATO, Yara. *Como facilitar a leitura*. São Paulo: Contexto (coleção Repensando a Língua Portuguesa), 1992.
55. GARDIN, B. 'Machine à dessiner' ou 'machine à écrire'? La production collective d'une formulation. in "Parole(s) ouvrière(s)", *Langages*, n.93, p.84-98, 1989.
56. GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
57. GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
58. GIBSON, W. Authors, speakers, readers, and mock readers. *College English*, vol. 11, n. 5, 1950, p.265-9.
59. GOMES, M. Carmen A. Modos de organização do discurso: análise de um anúncio do whisky J&B em revista masculina. In: MACHADO, Ida; CRUZ, Amadeu; LYSARDO-DIAS, Dylia. *Teorias e práticas discursivas: estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALÉ-UFMG/Carol Borges, 1998. p. 173-186.
60. GRICE, H. Paul. Lógica e conversação. In DASCAL, M. *Pragmática*. Campinas: IEL/UNICAMP, 1981. (Coleção *Fundamentos em Lingüística*, vol. IV, p. 81-103).
61. GUARESCHI, L.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
62. GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias, relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. F. *Psicologia social comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 81-99.
63. Habermas, J. *Théorie de l'agir communicationnel*. T. I et II. Paris: Fayard, 1987.
64. HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. (3.ed. rev. ampl.). Petrópolis: Vozes, 1992.
65. ILARI, Rodolfo. *A Lingüística e o ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
66. KOCH, Ingedore V. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

67. LEWIN, Kurt. *Problemas de dinâmica de grupo*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
68. LYSARDO-DIAS, Dylia. "O saber-fazer comunicativo". IN: MACHADO, Ida et al. (Org.). *Teorias e práticas discursivas – Estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG-Carol Borges, 1998, p.17-24.
69. LYSARDO-DIAS, Dylia. Clichê e leitura na história em quadrinhos. In: MARI, H. (Org.) *Categorias e práticas de análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG, 2000. p.175-183.
70. MACHADO, Ida Lúcia. A análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. In: MACHADO, Ida et al. (Org.). *Teorias e práticas discursivas – Estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG-Carol Borges, 1998, p.111-120.
71. MACHADO, Ida Lúcia. A semiolinguística de Patrick Charaudeau: uma interessante opção de análise discursiva. *Contexto*. Vitória: Departamento de Línguas e Letras da UFES, ano II, n. 01 e 02, 1º e 2º semestres de 1992, p.26-31.
72. MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: A semiolinguística. In: MARI, Hugo et al. (Org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo da Análise do Discurso da FALE/UFMG, 2001, p.39-62.
73. MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. (trad. Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha). São Paulo: Cortez, 2001.
74. MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.
75. MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. (trad. Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima). Belo Horizonte: UFMG. 2000 (1ª reimpressão).
76. MAINGUENEAU, Dominique. "Présentation". IN: MAINGUENEAU, Dominique *Langages – Les analyses du discours em France*. Paris: Larousse, 1995. nº 17, p. 5-11.
77. MARCUSCHI, Luiz Antônio. *A questão metodológica na análise da interação verbal: os aspectos qualitativo e quantitativo*. Recife: UFPE, s/d. (versão preliminar inédita)
78. MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Cognição, explicitude e autonomia no texto falado*. Recife: UFPE, 1998. (versão preliminar inédita)

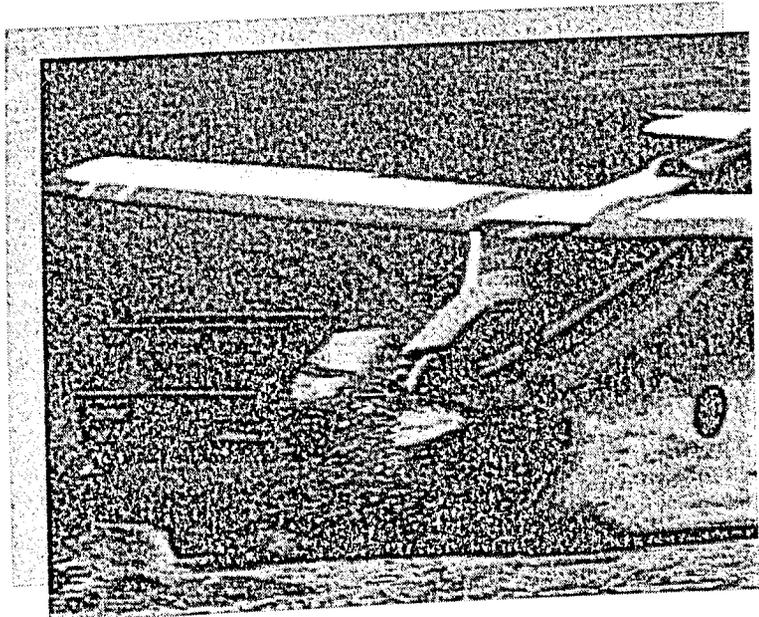
79. MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita; atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
80. MATTE BON, Francisco. *Gramatica comunicativa del español*. Madrid: Edelsa, Tomo II, 2000, p. VIII.
81. MENEZES, William A. Entre a “mudança” e a “conservação” – proposta de análise contrastiva de dois discursos de FHC. In: MACHADO et al. (org.) *Teorias e práticas discursivas*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Núcleo de Análise do Discurso: Carol Borges, 1998.
82. MIRANDA, Neusa Salim. *A configuração das arenas discursivas no discurso institucional: professores versus professores*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG, 2000. (tese de doutorado inédita)
83. OLMSTED, Michael S. *O pequeno grupo social*. São Paulo: Herder, 1970.
84. OLSON, David. O problema da interpretação: como recuperar a intenção comunicativa. In: _____. *O mundo no papel. As implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. (trad. Sérgio Bath. Revisão téc. Rodolfo Ilari). São Paulo: Ática, 1997. p.131-157.
85. OLSON, David. O que a escrita não representa: como interpretar um texto. In: _____. *O mundo no papel. As implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. (trad. Sérgio Bath. Revisão téc. Rodolfo Ilari). São Paulo: Ática, 1997, p.107-130.
86. OLSON, David. Uma história da leitura: do espírito do texto às intenções do autor. In: _____. *O mundo no papel. As implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. (trad. Sérgio Bath. Revisão téc. Rodolfo Ilari). São Paulo: Ática, 1997. p.159-174.
87. PAGÈS, Robert. Image de l'émetteur et du récepteur dans la communication. Bull. Os. 1955 VIII, n° 7-8, 452-460.
88. PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.
89. PÉCORA, Alcir. *Problemas de redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
90. PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988, p.45-6. In: VIANNA, Antonio Carlos (Coord.). *Roteiro de redação*. São Paulo: Scipione, 1999. p.33.
91. PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

92. PICHON-RIVIÈRE, Henrique. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
93. POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Boletim de Ocorrência. In: *Guia de Orientação para Redação do Boletim de Ocorrência*. Ipatinga: 14º BPM/Belo Horizonte: 5º BPM do 8º Comando Regional de Policiamento da Capital da Polícia Militar de Minas Gerais, 2000.
94. PRETI, Dino. *Sociolingüística – os níveis de fala*. 9.ed. São Paulo: Edusp, 2000. (Coleção Campi).
95. RIFATERRE, Michel. *Fonction du cliché dans la prose littéraire. Essais de stylistique structurale*. Paris: Flammarion, 1970
96. SANTOS, Andréa Cattermol I. *Os processos fóricos (anafóricos e metafóricos) na construção da rede de referentes textuais*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG, 2003 (dissertação de mestrado).
97. SINCLAIR, Melinda. Are academic texts really decontextualized and fully explicit? A pragmatic perspective on the role of context in written communication. *TEXT*, v.13, n.4, p.529-558. 1993.
98. SOARES, Magda B.; FAZENDA, Ivani. Metodologias não-convencionais em teses acadêmicas. In: FAZENDA, Ivani (Org.). São Paulo: Cortez, 1992. p.119-128.
99. SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
100. SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
101. TOLKIEN, J. R. R. *O senhor dos anéis*. (trad. Lenita Maria Rimoli Esteves, Almiro Pisetta). São Paulo: Martins Fontes, 4a. tiragem, 2002.
102. VIEHWEGER, Dieter. Savoir illocutoire et interprétation des textes. In: CHAROLLES, M., FISHER, S.; JAYEZ, J. (Eds.). *Le Discours: Représentations et Interprétations*. Presses Universitaires de Nancy, 1990. p. 41-51.
103. ZAMMUNER, V. Argumentative discourse. In: CHAROLLES, M., FISHER, S.; JAYEZ, J. (eds). *Le Discours: Représentations et Interprétations*. Presses Universitaires de Nancy, 1990, p.111-125.

LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



ANEXOS

ANEXO A**BO1****(BO que originou o trabalho)**

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

Segundo versão do condutor do V1 (Pálio), trafegava pela Av. Princesa Isabel e de frente ao nº 11 havia um FIAT/Uno estacionado e após passar o FIAT/Uno o V2 (Corsa) que trafegava atrás de seu veículo, deu uma freada brusca com arrastamento de pneus e deslocou para a direita vindo a abalroar a lateral direita de seu veículo. Danos aparentes do V1 (Pálio) amassamento da porta direita.

Condutor do V1 (Pálio) = assinatura.

Segundo a versão do condutor do V2 (Corsa), trafegava pela Av. Princesa Isabel e ao se aproximar do nº11, o V1 (Pálio) que trafegava à sua frente foi deslocando para a contra-mão de direção e voltou repentinamente para a mão de direção vindo a abalroar a lateral esquerda de seu veículo, parando a alguns metros a frente. Danos aparentes do V2(Corsa) para-lama dianteiro esquerdo.

Condutor do V2 (Corsa) = assinatura.

ANEXO B

Formulário de "Boletim de Ocorrência" utilizado atualmente pela PMMG

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

BOLETIM DE OCORRÊNCIA		BQ Nº	Fl. / /
UNIDADE POLICIAL		MUNICÍPIO	
DESTINATÁRIO		DATA EMISSÃO	

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO

FORMA DA COMUNICAÇÃO: COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA?

1. VIA CENTRO DE COMANDO DE BARRIO 2. DIRETAMENTE AO QUARTO POLICIAL 3. DEMONSTRAÇÃO PESSOAL 4. DIRETAMENTE AO POLICIAL 5. POLICIAL DE PAROUZ COM A ESCOLHA DE UM UNIFORMADO

DADOS DA OCORRÊNCIA

PROVAVEL, DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL

LOCAL (AV, RUA, ETC)

NÚMERO: COMPLEMENTO BARRIO MUNICÍPIO

PONTO DE REFERÊNCIA (COORDENADAS GEOGRÁFICAS) LATITUDE LONGITUDE

DATA DO FATO HORA DO FATO HORA DO LOCAL HORA FINAL PREFEITO DA VIZINHA CAUSA PROVAVEL INSTR. - TAB 5 MOTIVO PRESUMIDO - TAB 6

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO	COD. NAT. - TAB 1 ENVOLV. - TAB 7 COND. FISICA - TAB 8 REL. VIT/AUTOR - TAB 9 COR - TAB 10 SEXO <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F ESTADO CIVIL - TAB 11 NACIONAL. - TAB 12 NATURALIDADE/UF
	NOME COMPLETO APELIDO TELEFONE
	ENDEREÇO (AV, RUA, NÚMERO, ETC) BARRIO
	MUNICÍPIO UF DATA NASC IDADE APAREN. OCUPAÇÃO ATUAL
ENVOLVIDO	PN MÃE
	Nº DOC. DE IDENTIFICAÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR UF ESCOLARIDADE - TAB 13 CPF/CNPJ
	PESO ESTIMADO ALTURA ESTIMADA COR OLHOS - TAB 14 COR CABELO - TAB 15 CABELO - TAB 16 CICATRIZ - TAB 17 <input type="checkbox"/> Dm <input type="checkbox"/> Em TATUAQ. - TAB 17 <input type="checkbox"/> Dm <input type="checkbox"/> Em TIPO TATUAQ. - TAB 18 DEF. FIS. - TAB 19 CALVICIE: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	PRELAÇÃO APR. - TAB 27 SINTOMA DE: <input type="checkbox"/> EMBRIAGUEZ <input type="checkbox"/> USO SUB. TÓXICAS <input type="checkbox"/> Policial <input type="checkbox"/> Militar MATRICULA/Nº PDE/CARGO ORGÃO DE LOTAÇÃO UF POLICIAL EM SERVIÇO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ENVOLVIDO	COD. NAT. - TAB 1 ENVOLV. - TAB 7 COND. FISICA - TAB 8 REL. VIT/AUTOR - TAB 9 COR - TAB 10 SEXO <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F ESTADO CIVIL - TAB 11 NACIONAL. - TAB 12 NATURALIDADE/UF
	NOME COMPLETO APELIDO TELEFONE
	ENDEREÇO (AV, RUA, NÚMERO, ETC) BARRIO
	MUNICÍPIO UF DATA NASC IDADE APAREN. OCUPAÇÃO ATUAL
ENVOLVIDO	PN MÃE
	Nº DOC. DE IDENTIFICAÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR UF ESCOLARIDADE - TAB 13 CPF/CNPJ
	PESO ESTIMADO ALTURA ESTIMADA COR OLHOS - TAB 14 COR CABELO - TAB 15 CABELO - TAB 16 CICATRIZ - TAB 17 <input type="checkbox"/> Dm <input type="checkbox"/> Em TATUAQ. - TAB 17 <input type="checkbox"/> Dm <input type="checkbox"/> Em TIPO TATUAQ. - TAB 18 DEF. FIS. - TAB 19 CALVICIE: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	PRELAÇÃO APR. - TAB 27 SINTOMA DE: <input type="checkbox"/> EMBRIAGUEZ <input type="checkbox"/> USO SUB. TÓXICAS <input type="checkbox"/> Policial <input type="checkbox"/> Militar MATRICULA/Nº PDE/CARGO ORGÃO DE LOTAÇÃO UF POLICIAL EM SERVIÇO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ENVOLVIDO	COD. NAT. - TAB 1 ENVOLV. - TAB 7 COND. FISICA - TAB 8 REL. VIT/AUTOR - TAB 9 COR - TAB 10 SEXO <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F ESTADO CIVIL - TAB 11 NACIONAL. - TAB 12 NATURALIDADE/UF
	NOME COMPLETO APELIDO TELEFONE
	ENDEREÇO (AV, RUA, NÚMERO, ETC) BARRIO
	MUNICÍPIO UF DATA NASC IDADE APAREN. OCUPAÇÃO ATUAL
ENVOLVIDO	PN MÃE
	Nº DOC. DE IDENTIFICAÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR UF ESCOLARIDADE - TAB 13 CPF/CNPJ
	PESO ESTIMADO ALTURA ESTIMADA COR OLHOS - TAB 14 COR CABELO - TAB 15 CABELO - TAB 16 CICATRIZ - TAB 17 <input type="checkbox"/> Dm <input type="checkbox"/> Em TATUAQ. - TAB 17 <input type="checkbox"/> Dm <input type="checkbox"/> Em TIPO TATUAQ. - TAB 18 DEF. FIS. - TAB 19 CALVICIE: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	PRELAÇÃO APR. - TAB 27 SINTOMA DE: <input type="checkbox"/> EMBRIAGUEZ <input type="checkbox"/> USO SUB. TÓXICAS <input type="checkbox"/> Policial <input type="checkbox"/> Militar MATRICULA/Nº PDE/CARGO ORGÃO DE LOTAÇÃO UF POLICIAL EM SERVIÇO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

CODIFICAÇÃO/DIAO 01/94
DESCRIÇÃO/DIAO 01/94

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Este documento é protegido por direitos reservados. Proibida a reprodução ou a distribuição em qualquer forma, eletrônica ou mecânica, sem a autorização prévia do autor. Lei nº 9.610/1998.

TABELAS AUXILIARES DE OCORRÊNCIAS

TAB 2. COMPLEMENTO - NATUREZA

01.01. Animais
01.02. Animais domésticos/domesticados
01.03. Cão/Bovino
01.04. Gado Equino
01.05. Outros animais
02.00. Pessoa/física
03.00. Cliente da Instituição comercial, bancária/financeira
04.00. Combustíveis/derivados
Embarcações aéreas/aquáticas/terrestres
05.01. Aeronaves
05.02. Balões
05.03. Balões
05.04. Canoas
05.05. Helicópteros
05.06. Jatos
05.07. Balões de sustentação
05.08. Tronco
05.09. Veículos terrestres (passageiros)
05.10. Outros Veículos Automotores (Descontinuar no Histórico)
Carregadores de carga
06.01. Carga de Cimento
06.02. Carga de Betão
06.03. Carga de Materiais
06.04. Carga de Equipamentos
06.05. Outros Cargas/Equipamentos (Descontinuar no Histórico)
Passageiros
07.01. Passageiros de ônibus coletivo
07.02. Passageiros de ônibus intermunicipal
07.03. Passageiros de ônibus estadual
07.04. Passageiros de ônibus/ferrovários
07.05. Passageiros/Aviãos comerciais
07.06. Passageiros/Aviãos particulares (Descontinuar no Histórico)
Passageiros
08.01. Transporte de carga
08.02. Tábua
08.03. Transporte de passageiros
08.04. Colônias/Colômbias
08.05. Outros Transportes
Comércio
09.01. Comércio varejista
09.02. Comércio atacadista
09.03. Comércio eletrônico
09.04. Comércio de bens de consumo
09.05. Comércio de serviços
09.06. Comércio de bens de consumo duráveis
09.07. Comércio de bens de consumo não duráveis
09.08. Comércio de serviços pessoais
09.09. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.10. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.11. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.12. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.13. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.14. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.15. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.16. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.17. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.18. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.19. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.20. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.21. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.22. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.23. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.24. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.25. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.26. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.27. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.28. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.29. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.30. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.31. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.32. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.33. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.34. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.35. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.36. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.37. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.38. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.39. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.40. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.41. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.42. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.43. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.44. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.45. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.46. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.47. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.48. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.49. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.50. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.51. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.52. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.53. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.54. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.55. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.56. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.57. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.58. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.59. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.60. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.61. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.62. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.63. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.64. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.65. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.66. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.67. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.68. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.69. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.70. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.71. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.72. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.73. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.74. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.75. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.76. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.77. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.78. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.79. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.80. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.81. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.82. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.83. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.84. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.85. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.86. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.87. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.88. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.89. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.90. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.91. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.92. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.93. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.94. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.95. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.96. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.97. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.98. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.99. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis
09.100. Comércio de bens de consumo duráveis e não duráveis

TAB 4. COMPLEMENTO - LOCAL

01.01. Condomínios
01.02. Condomínio fechado
01.03. Condomínio residencial
01.04. Condomínio comercial/industrial
01.05. Apartamentos
01.06. Edifícios/comerciais
01.07. Casas de Lazer
01.08. Casas residenciais
01.09. Casas comerciais/industriais
01.10. Casas de Lazer
01.11. Casas residenciais
01.12. Casas comerciais/industriais
01.13. Casas de Lazer
01.14. Casas residenciais
01.15. Casas comerciais/industriais
01.16. Casas de Lazer
01.17. Casas residenciais
01.18. Casas comerciais/industriais
01.19. Casas de Lazer
01.20. Casas residenciais
01.21. Casas comerciais/industriais
01.22. Casas de Lazer
01.23. Casas residenciais
01.24. Casas comerciais/industriais
01.25. Casas de Lazer
01.26. Casas residenciais
01.27. Casas comerciais/industriais
01.28. Casas de Lazer
01.29. Casas residenciais
01.30. Casas comerciais/industriais
01.31. Casas de Lazer
01.32. Casas residenciais
01.33. Casas comerciais/industriais
01.34. Casas de Lazer
01.35. Casas residenciais
01.36. Casas comerciais/industriais
01.37. Casas de Lazer
01.38. Casas residenciais
01.39. Casas comerciais/industriais
01.40. Casas de Lazer
01.41. Casas residenciais
01.42. Casas comerciais/industriais
01.43. Casas de Lazer
01.44. Casas residenciais
01.45. Casas comerciais/industriais
01.46. Casas de Lazer
01.47. Casas residenciais
01.48. Casas comerciais/industriais
01.49. Casas de Lazer
01.50. Casas residenciais
01.51. Casas comerciais/industriais
01.52. Casas de Lazer
01.53. Casas residenciais
01.54. Casas comerciais/industriais
01.55. Casas de Lazer
01.56. Casas residenciais
01.57. Casas comerciais/industriais
01.58. Casas de Lazer
01.59. Casas residenciais
01.60. Casas comerciais/industriais
01.61. Casas de Lazer
01.62. Casas residenciais
01.63. Casas comerciais/industriais
01.64. Casas de Lazer
01.65. Casas residenciais
01.66. Casas comerciais/industriais
01.67. Casas de Lazer
01.68. Casas residenciais
01.69. Casas comerciais/industriais
01.70. Casas de Lazer
01.71. Casas residenciais
01.72. Casas comerciais/industriais
01.73. Casas de Lazer
01.74. Casas residenciais
01.75. Casas comerciais/industriais
01.76. Casas de Lazer
01.77. Casas residenciais
01.78. Casas comerciais/industriais
01.79. Casas de Lazer
01.80. Casas residenciais
01.81. Casas comerciais/industriais
01.82. Casas de Lazer
01.83. Casas residenciais
01.84. Casas comerciais/industriais
01.85. Casas de Lazer
01.86. Casas residenciais
01.87. Casas comerciais/industriais
01.88. Casas de Lazer
01.89. Casas residenciais
01.90. Casas comerciais/industriais
01.91. Casas de Lazer
01.92. Casas residenciais
01.93. Casas comerciais/industriais
01.94. Casas de Lazer
01.95. Casas residenciais
01.96. Casas comerciais/industriais
01.97. Casas de Lazer
01.98. Casas residenciais
01.99. Casas comerciais/industriais
01.100. Casas de Lazer

TAB 7. ENVOLVIMENTO

01.00. Autor
01.01. Condutor
01.02. Neticado
01.03. Representante legal
01.04. Secretário
01.05. Securitista
01.06. Sempite
01.07. Testemunha
01.08. De identificação
01.09. Presença de Ipsi
01.10. Presença de outros
01.11. Presença de outros
01.12. Presença de outros
01.13. Presença de outros
01.14. Presença de outros
01.15. Presença de outros
01.16. Presença de outros
01.17. Presença de outros
01.18. Presença de outros
01.19. Presença de outros
01.20. Presença de outros
01.21. Presença de outros
01.22. Presença de outros
01.23. Presença de outros
01.24. Presença de outros
01.25. Presença de outros
01.26. Presença de outros
01.27. Presença de outros
01.28. Presença de outros
01.29. Presença de outros
01.30. Presença de outros
01.31. Presença de outros
01.32. Presença de outros
01.33. Presença de outros
01.34. Presença de outros
01.35. Presença de outros
01.36. Presença de outros
01.37. Presença de outros
01.38. Presença de outros
01.39. Presença de outros
01.40. Presença de outros
01.41. Presença de outros
01.42. Presença de outros
01.43. Presença de outros
01.44. Presença de outros
01.45. Presença de outros
01.46. Presença de outros
01.47. Presença de outros
01.48. Presença de outros
01.49. Presença de outros
01.50. Presença de outros
01.51. Presença de outros
01.52. Presença de outros
01.53. Presença de outros
01.54. Presença de outros
01.55. Presença de outros
01.56. Presença de outros
01.57. Presença de outros
01.58. Presença de outros
01.59. Presença de outros
01.60. Presença de outros
01.61. Presença de outros
01.62. Presença de outros
01.63. Presença de outros
01.64. Presença de outros
01.65. Presença de outros
01.66. Presença de outros
01.67. Presença de outros
01.68. Presença de outros
01.69. Presença de outros
01.70. Presença de outros
01.71. Presença de outros
01.72. Presença de outros
01.73. Presença de outros
01.74. Presença de outros
01.75. Presença de outros
01.76. Presença de outros
01.77. Presença de outros
01.78. Presença de outros
01.79. Presença de outros
01.80. Presença de outros
01.81. Presença de outros
01.82. Presença de outros
01.83. Presença de outros
01.84. Presença de outros
01.85. Presença de outros
01.86. Presença de outros
01.87. Presença de outros
01.88. Presença de outros
01.89. Presença de outros
01.90. Presença de outros
01.91. Presença de outros
01.92. Presença de outros
01.93. Presença de outros
01.94. Presença de outros
01.95. Presença de outros
01.96. Presença de outros
01.97. Presença de outros
01.98. Presença de outros
01.99. Presença de outros
01.100. Presença de outros

TAB 11. DEFICIÊNCIA FÍSICA

01. Ausência de peso
02. Ausência de altura
03. Ausência de comprimento
04. Ausência de largura
05. Ausência de profundidade
06. Ausência de volume
07. Ausência de massa
08. Ausência de densidade
09. Ausência de elasticidade
10. Ausência de resistência
11. Ausência de flexibilidade
12. Ausência de agilidade
13. Ausência de velocidade
14. Ausência de força
15. Ausência de potência
16. Ausência de resistência
17. Ausência de elasticidade
18. Ausência de flexibilidade
19. Ausência de agilidade
20. Ausência de velocidade
21. Ausência de força
22. Ausência de potência
23. Ausência de resistência
24. Ausência de elasticidade
25. Ausência de flexibilidade
26. Ausência de agilidade
27. Ausência de velocidade
28. Ausência de força
29. Ausência de potência
30. Ausência de resistência
31. Ausência de elasticidade
32. Ausência de flexibilidade
33. Ausência de agilidade
34. Ausência de velocidade
35. Ausência de força
36. Ausência de potência
37. Ausência de resistência
38. Ausência de elasticidade
39. Ausência de flexibilidade
40. Ausência de agilidade
41. Ausência de velocidade
42. Ausência de força
43. Ausência de potência
44. Ausência de resistência
45. Ausência de elasticidade
46. Ausência de flexibilidade
47. Ausência de agilidade
48. Ausência de velocidade
49. Ausência de força
50. Ausência de potência
51. Ausência de resistência
52. Ausência de elasticidade
53. Ausência de flexibilidade
54. Ausência de agilidade
55. Ausência de velocidade
56. Ausência de força
57. Ausência de potência
58. Ausência de resistência
59. Ausência de elasticidade
60. Ausência de flexibilidade
61. Ausência de agilidade
62. Ausência de velocidade
63. Ausência de força
64. Ausência de potência
65. Ausência de resistência
66. Ausência de elasticidade
67. Ausência de flexibilidade
68. Ausência de agilidade
69. Ausência de velocidade
70. Ausência de força
71. Ausência de potência
72. Ausência de resistência
73. Ausência de elasticidade
74. Ausência de flexibilidade
75. Ausência de agilidade
76. Ausência de velocidade
77. Ausência de força
78. Ausência de potência
79. Ausência de resistência
80. Ausência de elasticidade
81. Ausência de flexibilidade
82. Ausência de agilidade
83. Ausência de velocidade
84. Ausência de força
85. Ausência de potência
86. Ausência de resistência
87. Ausência de elasticidade
88. Ausência de flexibilidade
89. Ausência de agilidade
90. Ausência de velocidade
91. Ausência de força
92. Ausência de potência
93. Ausência de resistência
94. Ausência de elasticidade
95. Ausência de flexibilidade
96. Ausência de agilidade
97. Ausência de velocidade
98. Ausência de força
99. Ausência de potência
100. Ausência de resistência

TAB 21. SITUAÇÃO DO MATERIAL

01. Aproveitado
02. Utilizado para outros fins
03. Destinado à reciclagem
04. Destinado à venda
05. Reciclado
06. Reciclado
07. Outros (Descontinuar no Histórico)

TAB 3. TIPO DE LOCAL

01. Aeroporto
02. Aeroporto
03. Aeroporto
04. Aeroporto
05. Aeroporto
06. Aeroporto
07. Aeroporto
08. Aeroporto
09. Aeroporto
10. Aeroporto
11. Aeroporto
12. Aeroporto
13. Aeroporto
14. Aeroporto
15. Aeroporto
16. Aeroporto
17. Aeroporto
18. Aeroporto
19. Aeroporto
20. Aeroporto
21. Aeroporto
22. Aeroporto
23. Aeroporto
24. Aeroporto
25. Aeroporto
26. Aeroporto
27. Aeroporto
28. Aeroporto
29. Aeroporto
30. Aeroporto
31. Aeroporto
32. Aeroporto
33. Aeroporto
34. Aeroporto
35. Aeroporto
36. Aeroporto
37. Aeroporto
38. Aeroporto
39. Aeroporto
40. Aeroporto
41. Aeroporto
42. Aeroporto
43. Aeroporto
44. Aeroporto
45. Aeroporto
46. Aeroporto
47. Aeroporto
48. Aeroporto
49. Aeroporto
50. Aeroporto

TAB 8. MOTIVO PRESUMIDO

01. Motivo Presumido
02. Motivo Presumido
03. Motivo Presumido
04. Motivo Presumido
05. Motivo Presumido
06. Motivo Presumido
07. Motivo Presumido
08. Motivo Presumido
09. Motivo Presumido
10. Motivo Presumido
11. Motivo Presumido
12. Motivo Presumido
13. Motivo Presumido
14. Motivo Presumido
15. Motivo Presumido
16. Motivo Presumido
17. Motivo Presumido
18. Motivo Presumido
19. Motivo Presumido
20. Motivo Presumido
21. Motivo Presumido
22. Motivo Presumido
23. Motivo Presumido
24. Motivo Presumido
25. Motivo Presumido
26. Motivo Presumido
27. Motivo Presumido
28. Motivo Presumido
29. Motivo Presumido
30. Motivo Presumido
31. Motivo Presumido
32. Motivo Presumido
33. Motivo Presumido
34. Motivo Presumido
35. Motivo Presumido
36. Motivo Presumido
37. Motivo Presumido
38. Motivo Presumido
39. Motivo Presumido
40. Motivo Presumido
41. Motivo Presumido
42. Motivo Presumido
43. Motivo Presumido
44. Motivo Presumido
45. Motivo Presumido
46. Motivo Presumido
47. Motivo Presumido
48. Motivo Presumido
49. Motivo Presumido
50. Motivo Presumido

TAB 16. COR DOS OLHOS

01. Azul
02. Castanho
03. Verde
04. Preto
05. Outros (Descontinuar no Histórico)

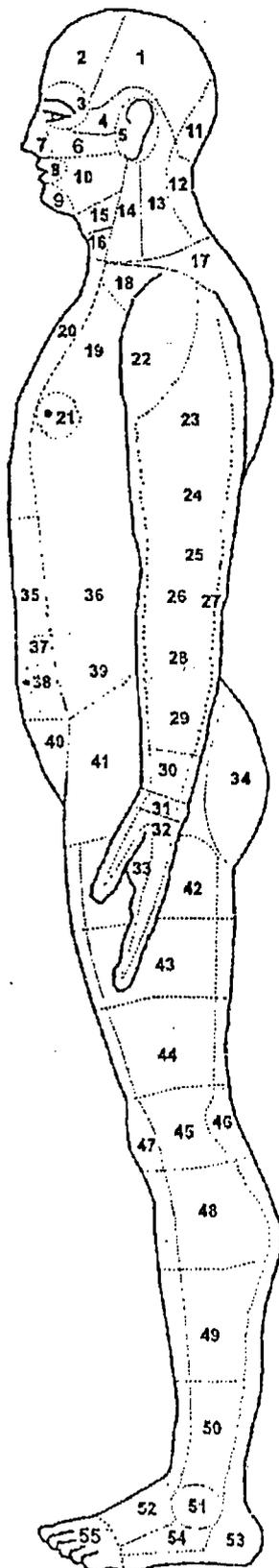
TAB 12. NACIONALIDADE

01. Brasileira
02. Brasileira
03. Brasileira
04. Brasileira
05. Brasileira
06. Brasileira
07. Brasileira
08. Brasileira
09. Brasileira
10. Brasileira
11. Brasileira
12. Brasileira
13. Brasileira
14. Brasileira
15. Brasileira
16. Brasileira
17. Brasileira
18. Brasileira
19. Brasileira
20. Brasileira
21. Brasileira
22. Brasileira
23. Brasileira
24. Brasileira
25. Brasileira
26. Brasileira
27. Brasileira
28. Brasileira

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Todos os direitos reservados e protegidos
 Este arquivo não pode ser reproduzido ou
 transmitido sejam quais forem os meios
 empregados: eletrônicos, mecânicos,
 fotográficos ou quaisquer outros.

CROQUI

TABELA 17 - CROQUI - CARACTERÍSTICAS PARTICULARES



- 01 . Parietal
- 02 . Frontal
- 03 . Orbitária
- 04 . Temporal
- 05 . Auricular
- 06 . Malar/Zigomática
- 07 . Nasal
- 08 . Labial
- 09 . Mentoniana
- 10 . Masseterina/Bucinadora
- 11 . Occipital
- 12 . Nuca
- 13 . Supra-clavicular
- 14 . Carotidiana
- 15 . Supra-Hioideia
- 16 . Infra-Hioideia
- 17 . Escápulo-umeral
- 18 . Clavicular e infra-clavicular
- 19 . Hemitorax
- 20 . Esternal
- 21 . Mamária
- 22 . Deltoidiana
- 23 . Terço superior do braço
- 24 . Terço médio do braço
- 25 . Terço inferior do braço
- 26 . Lateral do cotovêlo
- 27 . Cotovêlo
- 28 . Terço superior do ante-braço
- 29 . Terço médio do ante-braço
- 30 . Terço inferior do ante-braço
- 31 . Punho
- 32 . Dorsal da mão
- 33 . Palmar da mão
- 34 . Glútea
- 35 . Epigástrica
- 36 . Hípodôndrio
- 37 . Abdominal
- 38 . Umbilical
- 39 . Flanco
- 40 . Pélvica
- 41 . Quadril
- 42 . Terço superior da coxa
- 43 . Terço médio da coxa
- 44 . Terço inferior da coxa
- 45 . Face lateral do joelho
- 46 . Poplíteia
- 47 . Joelho
- 48 . Terço superior da perna
- 49 . Terço médio da perna
- 50 . Terço inferior da perna
- 51 . Maleolar
- 52 . Dorsal do pé
- 53 . Calcâneo
- 54 . Lateral do pé
- 55 . Artelhos

TABELAS ALTERNATIVAS - TRÂNSITO

TAB 28 . SITUAÇÃO DO VEÍCULO/PLACAS

- 01 . Placa recuperada
- 02 . Placas furtadas/roubadas
- 03 . Veículo apreendido por crime de trânsito
- 04 . Veículo apreendido por crime relacionado a narcóticos
- 05 . Veículo apreendido por infração de trânsito
- 06 . Veículo apreendido por decisão judicial/Administrativa
- 07 . Veículo apreendido por adulteração/clonagem de placa
- 08 . Veículo furtado/roubado
- 09 . Veículo recuperado
- 10 . Veículo removido
- 11 . Veículo retido
- 12 . Veículo liberado
- 13 . Veículo custodiado
- 99 . Outros (Discriminar no histórico)

TAB 29 . ESPÉCIE

- 01 . Carga
- 02 . Coleção
- 03 . De competição
- 04 . De tração
- 05 . Especial
- 06 . Misto
- 07 . Passageiro

TAB 30 . CATEGORIA

- 01 . Aluguel
- 02 . Aprendizagem
- 03 . Oficial
- 04 . Particular
- 05 . Representação diplomática, de repartições consulares de carreira ou organismos internacionais.

TAB 31 . DISPOSITIVO DE SEGURANÇA

- 01 . Bolsa de ar (Air Bag)
- 02 . Cadeira p/ estacionamento
- 03 . Capacete com protetor visual
- 04 . Capacete sem protetor visual
- 05 . Cinto de segurança
- 06 . Ignorada
- 99 . Outros (Discriminar no histórico)

TAB 32 . TIPO DE SOCORRO

- 01 . Ambulância
- 02 . Veículos de terceiros
- 03 . Veículo envolvido
- 04 . Vtr da PMMG
- 05 . Vtr de outro órgão
- 06 . Vtr do CBMMG
- 07 . Recusou socorro
- 99 . Outros (Discriminar no histórico)

TAB 33 . TACÓGRAFO

- 01 . Existente
- 02 . Inexistente
- 03 . Inoperante
- 04 . Será manutenção (troca de discos)
- 08 . Ignorado
- 99 . Outros (Discriminar no histórico)

TAB 34 . SINALIZAÇÃO

- 01 . Animais na pista
- 02 . Faixa de pedestre
- 03 . Parada obrigatória
- 04 . Passagem proibida
- 05 . Ponto de ônibus
- 06 . Semáforo
- 07 . Sentido/Conversão proibida
- 08 . Sentido obrigatório
- 09 . Travessia de pedestre
- 99 . Outros (Discriminar no histórico)

TAB 35 . ÁREA DO ACIDENTE

- 01 . Comercial
- 02 . Escolar
- 03 . Industrial
- 04 . Residencial
- 05 . Rural
- 99 . Outros (Discriminar no histórico)

TAB 36 . CONDIÇÕES DO TEMPO

- 01 . Bom
- 02 . Chuva
- 03 . Nebula
- 04 . Nublado
- 99 . Outros (Discriminar no histórico)

TAB 37 . TIPO PAVIMENTAÇÃO DA VIA

- 01 . Asfalto
- 02 . Concreto
- 03 . Calçamento
- 04 . Encascalhamento
- 05 . Terra
- 99 . Outros (Discriminar no histórico)

TAB 38 . CARACTERÍSTICAS DA VIA

- 01 . Ative
- 02 . Com obstáculo separando a via
- 03 . Cruzamento
- 04 . Curva
- 05 . Declive
- 06 . Depressão
- 07 . Local plano
- 08 . Outros
- 09 . Passagem
- 99 . Sem obstáculo

TAB 39 . CONDIÇÕES DA VIA

- 01 . Acostamento inexistente
- 02 . Acostamento impraticável
- 03 . Acostamento praticável
- 04 . Boas condições
- 05 . Buraco/Valeta
- 06 . Material na pista
- 07 . Moftada
- 08 . Oleosa
- 09 . Seca
- 99 . Outros (Discriminar no histórico)

TAB 40 . TIPOS DE ACIDENTE

- 01 . Abaloamento
- 02 . Atropelamento de pessoa
- 03 . Atropelamento de animal
- 04 . Capotamento
- 05 . Tombamento
- 06 . Queda de Pessoa de Veículo
- 07 . Queda/Vazamento de carga de veículo
- 08 . Queda de veículo
- 09 . Saída de pista
- 10 . Incêndio em veículo
- 11 . Submersão de veículo
- 12 . Soterramento
- 13 . Colisão de veículo Frontal
- 14 . Colisão de veículo na traseira
- 15 . Colisão de veículo lateral
- 16 . Choque
- 99 . Outros tipos (Discriminar no histórico)

TABELA 41 EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS

10.00. VEÍCULOS AUTOMOTORES E ÔNIBUS ELÉTRICOS

- 10.01 . pára-choques, dianteiro e traseiro
- 10.02 . protetores das rodas traseiras dos caminhões
- 10.03 . espelhos retrovisores, interno e externo
- 10.04 . limpador de pára-brisa
- 10.05 . lavador de pára-brisa
- 10.06 . pala interna de proteção contra o sol (pára-sol) para o condutor
- 10.07 . faróis principais dianteiros de cor branca ou amarela
- 10.08 . luzes de posição dianteiras (faroletes) de cor branca ou amarela
- 10.09 . lanternas de posição traseiras de cor vermelha
- 10.10 . lanternas de freio de cor vermelha
- 10.11 . lanternas indicadoras de direção dianteiras de cor âmbar e traseiras de cor âmbar ou vermelha
- 10.12 . lâmpada interna de marcha à ré, de cor branca
- 10.13 . faros refletores (caladióptrico) laterais, de cor vermelha
- 10.14 . lâmpada de iluminação da placa traseira, de cor branca
- 10.15 . velocímetro
- 10.16 . buzina
- 10.17 . freios de estacionamento e de serviço, com comandos independentes
- 10.18 . pneus que ofereçam condições mínimas de segurança

- 10.19 . dispositivo de sinalização luminosa ou refletora de emergência, independente do sistema de iluminação do veículo

10.20 . extintor de incêndio

- 10.21 . registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, nos veículos de transporte e condução de escolares, nos de transporte de passageiros com mais de dez lugares e nos de carga com capacidade máxima de tração superior a 19t
- 10.22 . cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo
- 10.23 . dispositivo destinado ao controle de ruído do motor, naqueles dotados de motor e combustão
- 10.24 . roda sobressalente, compreendendo o aro e o pneu, com ou sem câmara de ar, conforme o caso
- 10.25 . macaco, compatível com o peso e carga do veículo
- 10.26 . chave de roda
- 10.27 . chave de fenda ou outra ferramenta apropriada para a remoção de caletas
- 10.28 . lanternas delimitadoras e lanternas laterais nos veículos de carga, quando suas dimensões assim o exigirem
- 10.29 . cinto de segurança para a árvore de transmissão em veículos de transporte coletivo e carga

20.00 . PARA OS REBOQUES E SEMI-REBOQUES

- 20.01 . pára-choque traseiro
- 20.02 . protetores das rodas traseiras
- 20.03 . lanternas de posição traseiras, de cor vermelha
- 20.04 . freios de estacionamento e de serviço, com comandos independentes, para veículos com capacidade superior a 750 quilogramas e produzidos a partir de 1997
- 20.05 . lanternas de freio, de cor vermelha
- 20.06 . iluminação de placa traseira
- 20.07 . lanternas indicadoras de direção traseiras, de cor âmbar ou vermelha
- 20.08 . pneus que ofereçam condições mínimas de segurança
- 20.09 . lanternas delimitadoras e lanternas laterais, quando suas dimensões assim o exigirem.
- 30.00 . PARA OS CICLOMOTORES
- 30.01 . espelhos retrovisores, de ambos os lados
- 30.02 . farol dianteiro, de cor branca ou amarela
- 30.03 . lâmpada, de cor vermelha, na parte traseira
- 30.04 . velocímetro
- 30.05 . buzina
- 30.06 . pneus que ofereçam condições mínimas de segurança
- 30.07 . dispositivo destinado ao controle de ruído do motor.

CODIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS

TABELA 1

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Todos os direitos reservados e protegidos
 pela Lei 9.610/1998.
 Não pode ser reproduzido ou
 transmitido em qualquer forma ou por
 quaisquer meios, mecânicos,
 eletrônicos ou outros.

A00.000 . OCORRÊNCIAS DECORRENTES DAS AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

- A01.000 . Doença mental
- A02.000 . Pessoa fugitiva ou estraviada
- A03.000 . Parturiente
- A04.000 . Pessoa ferida ou enferma
- A05.000 . Vítima de calamidade
- A06.000 . Pessoa indigente
- A07.000 . Animal morto em via pública
- A08.000 . Animal em via pública (ferido ou não)
- A09.000 . Fio ou poste de rede elétrica partido / caído
- A10.000 . Lixo, buraco, entulho, árvore caída ou material de construção obstruindo ou dificultando o trânsito nas vias públicas.
- A11.000 . Via ategada
- A12.000 . Sinalização de trânsito defeituosa, obra de serviço, danificada ou ilegítima
- A13.000 . Falta de iluminação pública.
- A14.000 . Mau atendimento por órgãos públicos
- A15.000 . Recusa de pessoas relacionadas com as condições carcerárias
- A16.000 . Violação de posturas municipais
- A17.000 . Reuniões com assoc. comunitárias e entidades diversas
- A18.000 . Visita tranquilizadora
- A99.000 . Outras (Discriminar no histórico)

B00.000 CRIMES CONTRA A PESSOA

- B01.000 . Aborto criminoso
- B02.000 . Rixa
- B03.000 . Ameaça
- B04.001 . Homicídio Tentado
- B04.002 . Homicídio Consumado Doloso
- B04.003 . Homicídio Consumado Culposo (Trânsito)
- B04.004 . Homicídio Consumado Culposo (Outros)
- B05.000 . Sequestro e cárcere privado
- B06.001 . Lesão Corporal Dolosa
- B06.002 . Lesão Corporal Culposa (Trânsito)
- B06.003 . Lesão Corporal Culposa (Outros)
- B07.000 . Trabalho escravo
- B08.000 . Violação de domicílio
- B09.000 . Abandono de incapaz
- B10.000 . Maus tratos
- B11.000 . Omissão de socorro
- B12.000 . Perigo de contágio venéreo
- B13.000 . Fabricação e tráfico de munição ilegal
- B14.000 . Constrangimento ilegal
- B15.000 . Induzimento / instigação / auxílio a suicídio
- B16.000 . Infanticídio
- B17.000 . Calúnia
- B18.000 . Difamação
- B19.000 . Injúria
- B20.000 . Anúncio de meio abortivo
- B21.000 . Perigo para a vida ou saúde de outrem
- B31.000 . Porte de arma
- B32.000 . Vias de fato / agressão
- B33.000 . Alto verbal
- B99.000 . Outras contra a pessoa (Discriminar no histórico)

C00.000 . CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

- C01.000 . Dano
- C02.000 . Furto consumado
- C04.000 . Furto qualificado consumado / arrombamento
- C05.000 . Roubo consumado
- C06.000 . Furto tentado
- C08.000 . Furto qualificado tentado / arrombamento
- C11.000 . Roubo tentado
- C13.000 . Latrocínio
- C14.000 . Saques e estabelecimento
- C15.000 . Extorsão
- C17.000 . Extorsão mediante sequestro
- C18.000 . Introdução ou acionamento de animal em propriedade alheia
- C20.000 . Exploração da produtividade pública / Usurpação
- C21.001 . Alteração de Limites
- C21.002 . Esbulho possessório (Invasão de Imóvel)
- C21.003 . Águas
- C21.009 . Outras de usurpação
- C22.000 . Estelionato
- C23.000 . Apropriação indébita
- C24.000 . Registrar-se a sair da despesa em restaurante / hotel / meio de transporte.
- C25.000 . Falsificação
- C31.000 . Falsificação / venda de gazeta ou instrumento empregado usualmente na prática do crime de furto
- C32.000 . Posse não justificada de instrumento de emprego usual na prática do crime de furto
- C99.000 . Outras.

D00.000 . CRIMES CONTRA OS COSTUMES, A PAZ, A FÉ PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

- D01.000 . Alertado violento ao pudor
- D02.000 . Favorecimento à prestação
- D03.000 . Corrupção de menor
- D04.001 . Estupro Tentado
- D04.002 . Estupro Consumado
- D05.000 . Rapto
- D07.000 . Interdição para servir à lascívia de outrem
- D08.000 . Aus abscondo
- D09.000 . Casa de prostituição
- D10.000 . Ruffianismo
- D11.000 . Tráfico de mulheres
- D16.000 . Jogo de bicho
- D17.000 . Mendicância
- D18.000 . Servir bebida alcoólica a menores de 18 anos, incapazes, embriagados ou proibidos judicialmente
- D19.000 . Incitação ao crime
- D20.000 . Exercício ilegal de profissão ou atividade
- D21.000 . Obstrução ou barreira
- D22.000 . Moeda falsa e crimes assimilados
- D23.000 . Falsidade documental
- D23.001 . Carteira Nacional de Habilitação (CNH)
- D23.002 . Documento público
- D23.003 . Documento particular (pessoal)
- D23.999 . Outros documentos
- D24.000 . Preenchimento para falsificação de moeda
- D25.000 . Preenchimento para falsificação de documentos
- D26.000 . Uso de documento falso
- D26.001 . Carteira Nacional de Habilitação (CNH)
- D26.002 . Documento público
- D26.003 . Documento particular (pessoal)
- D26.999 . Outros documentos
- D27.000 . Falsa identidade
- D28.000 . Provocação de tumulto / conduta inconveniente
- D29.000 . Falso alarme
- D29.001 . Armação de bomba
- D29.009 . Outros falso alarme
- D30.000 . Simulação da qualidade de funcionário público
- D31.000 . Jogo de azar
- D32.000 . Vadiagem
- D33.000 . Importunação ofensiva ao pudor
- D34.000 . Embriaguez
- D35.000 . Recusa de moeda de curso legal
- D36.000 . Perturbação do trabalho ou do sossego alheio
- D37.000 . Uso ilegítimo de uniforme
- D38.000 . Perturbação da tranquilidade
- D39.000 . Apologia de crime ou de fato criminoso
- D40.000 . Falsidade ideológica
- D41.000 . Alertado contra a liberdade de trabalho e boicoteagem violenta
- D43.000 . Frustração de direito assegurado por Lei Trabalhista
- D44.000 . Invasão de estabelecimento e subseqüente
- D45.000 . Assédio Sexual
- D99.000 . Outras

E00.000 . CRIMES CONTRA A RICOINLUMIDADE PÚBLICA

- E01.000 . Dileito de arte de feje
- E02.000 . Dileito de doença ou prag
- E03.000 . Purga de desastre ferroviário
- E04.000 . Charlatanismo
- E05.000 . Carandismo
- E06.000 . Omissão de caução na guarda ou condução de animais
- E07.000 . Amostragem ou colocação peigosa
- E08.000 . Emissão abusiva de função, vapor ou gás
- E09.000 . Estoramento ou poluição de água potável, de substâncias alimentícias ou medicinais
- E10.000 . Surtos de prag
- E11.000 . Crime de exploração
- E12.000 . Fábica, funcionamento, aquisição, posse de material substancial ou engenho explosivo sem autorização
- E13.000 . Transporte de material, substância ou engenho explosivo sem autorização
- E14.000 . Adulteração / Obstrução de Pisca
- E99.000 . Outras

L00.000 . TRÂNSITO URBANO / RODOVIÁRIO

- L01.000 . Auto Abandonado
- L02.000 . Acionamento de trânsito
- L03.000 . Omissão de socorro em acidente
- L04.000 . Abandono de local de acidente
- L05.000 . Embriaguez ao volante
- L06.000 . Velocidade e suspensão ou proibição de dirigir
- L07.000 . Depista de condutor não autorizada
- L08.000 . Falta de habilitação ou permissão pl dirigir
- L09.000 . Entrega de direção a pessoa não habilitada
- L10.000 . Excesso de velocidade
- L11.000 . Abusar local de crime
- L12.000 . Invasão de trânsito
- L13.000 . Manter-se volante
- L15.000 . Direção perigosa de veículo
- L99.000 . Outras ocorrências de trânsito

M00.000 . CRIMES REFERENTE A SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES OU QUE DETERMINEM DEPENDÊNCIA FÍSICA OU PSÍQUICA

- M01.000 . Exploração do plantio / cultivo / colheita
- M02.000 . Fabricação, aquisição, venda, posse ou guarda de equipamento de produção, fabrico ou transformação de substância entorpecente
- M03.000 . Induzimento / instigação ou auxílio ao uso de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica
- M04.000 . Incendiar ou danificar o uso indevido ou o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes
- M05.000 . Comércio alou fornecimento (tráfico)
- M06.000 . Aquisição / posse ou guarda para uso próprio de substância entorpecente
- M99.000 . Outras

N00.000 . CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OUTROS CRIMES

- N01.000 . Usurpação de função pública
- N02.000 . Resistência
- N03.000 . Desobediência
- N04.000 . Desacato
- N05.000 . Corrupção passiva
- N05.000 . Corrupção ativa
- N07.000 . Contrabando ou descaminho
- N08.000 . Facilitação ou promoção de fuga
- N09.000 . Molim de preso
- N10.000 . Evasão mediante violência contra a pessoa
- N11.000 . Recusa de dados sobre a própria identificação ou qualificação
- N12.000 . Comunicação falsa de crime ou contravenção
- N13.000 . Favorecimento real
- N14.000 . Favorecimento pessoal
- Crimes eleitorais
- N15.001 . Boca de urna
- N15.002 . Panfletagem proibida
- N15.003 . Propaganda proibida
- N15.004 . Procedimento irregular de membro da seção de votação
- N15.005 . Venda de bebida alcoólica
- N15.006 . Transporte de eleitores
- N15.009 . Outros crimes eleitorais
- N16.000 . Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos
- N17.001 . Restrição ao acesso a cargos
- N17.002 . Restrição ao acesso a estabelecimentos
- N17.003 . Restrição ao acesso em escolas
- N17.004 . Restrição em locais de hospedagem
- N17.005 . Racismo no atendimento
- N17.006 . Restrição em meios de transporte
- N17.009 . Outros crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor
- N18.001 . Infrações contra as relações de consumo
- N18.002 . Publicidade enganosa
- N18.003 . Publicidade prejudicial ou peigosa
- N18.004 . Obstar / impedir o acesso às informações
- N18.005 . Recusar a correção de informações
- N18.006 . Recusar entrega de termo de garantia
- N18.007 . Recusar entrega de Nota Fiscal ou documento equivalente
- N18.009 . Outras infrações contra as relações de consumo
- Relativas à proteção da criança e do adolescente
- N19.001 . Subtração de criança / adolescente
- N19.002 . Venda de filhos / pupilos
- N19.003 . Tráfico de criança / adolescente
- N19.004 . Falsificação / reprodução pornográfica
- N19.005 . Fotografia / publicação pornográfica
- N19.006 . Entrega de arma / munição / explosivo a criança / adolescente
- N19.007 . Venda / fornecimento de fogos de artifício
- N19.009 . Outras referentes à proteção da criança e do adolescente
- N99.000 . Outras de crimes contra a administração pública e outros crimes

T00.000 . DIVERSAS DE POLÍCIA

- T01.000 . Encontro de cadáver / ferido
- T02.000 . Perda de documento
- T03.000 . Objeto encontrado / localizado
- T04.000 . Suicídio
- T05.000 . Requisição de força pela autoridade judiciária
- T06.000 . Fuga de preso
- T07.000 . Tentativa de fuga
- T99.000 . Outras

ANEXO C**BO2**

Acionados pelo COPOM, comparecemos ao local retromencionado onde segundo a vítima um FIAT 147, placa XXXnnnn de cor marrom chocou-se contra a grade da residência da vítima causando danos na grade e no passeio vindo este a evadir do local sem dar qualquer tipo de satisfação. Diante dos fatos registro esta para futuros fins.

ANEXO D**BO3**

Sra Cmt da 10^a. Cia, segundo o relato do condutor do V1 o mesmo trafegava sentido Centro-bairro, à Av. Tereza Cristina, 960, próximo à Via Expressa, qdo o V2 freiou, no semáforo e ele (V1) mesmo freiando veio a chocar no V2, que não teve dano algum. Os danos ocorridos no V1 foram amassamento do capô e pontas dos paralamas esquerdo e direito amassadas. O condutor do V2 ficou liberado para trabalhar, assinando assim apenas o condutor do V1:
(segue assinatura)

Em tempo: o condutor do V2 também compareceu neste Batalhão. Registro para devidos fins.

ANEXO E**BO4**

AO SR DELEGADO DE POLÍCIA D.E.A.V.

Cumprindo Determinação do Cpcia 23° Comparecemos ao P.O.V. 23.1, onde se encontrava os condutores deste B.O. envolvidos em acidente trânsito. Em contato com o condutor do V01 (XXXnnnn) este me relatou a seguinte versão do acidente: Que trafegava pela rua Coronel Pedro P. Penido no sentido B. União/B. Cidade Nova e no momento em que iria convergir a esquerda no cruzamento desta rua com a rua Tabelião Ferreira de Carvalho foi surpreendido pelo V02 (YYYnnnn) que também trafegava pela rua Cel Pedro P. Penido porem, no sentido contrário vindo assim a acontecer a colisão, segundo versão do condutor V02 (YYYnnnn) este trafegava pela rua Cel Pedro P. Penido no sentido Centro/Bairro momento em que no cruzamento desta rua com a rua Tabelião F. de Carvalho o veículo 01 veio a colidir o seu veículo, este alega que iria prosseguir pela rua Cel. Pedro P. Penido. Apos tai fato ocorrido e devido o acidente o condutor do V02 e o passageiro foram socorrido ate ao H.P.S. sendo atendidos com as fichas de no. XXX e XXX respectivamente. Danos aparentes do V01: Amassamentos do capô, Parachoque dianteiro, farol e seta lado esquerdo quebrado. Grade frontal, Radiador Furado. Danos aparentes do V02: Amassamentos do capo, parachoque dianteiro, grade, paralamas dianteiro lado esquerdo , quebras do Farol e Seta do lado esquerdo. Adiantovos que os atendidos no HPS ficaram sob os cuidados do hospital em observação. Não houve acordo no local a ocorrência segue para futuros fins. As partes leram e assinam concordando com o relato acima descrito.

ANEXO F**BO5**

AO SR. MAJ CMT DA 8° CIA.

Compareceu a esta Cia os condutores citados neste BO que segundo a condutora do V1 seu veículo estava estacionado no endereço supra de frente a residência de sua irma e que apos algumas horas a mesma foi solicitada por um vizinho dizendo que seu veículo havia sido abalroado pelo V2. Segundo o condutor do V2 o mesmo estava transitando na rua dos violões e que ao fazer uma conversão para a direita na rua dos bandolins e que um objeto que estava em cima do banco do passageiro caiu e o mesmo abaixou-se para pegá-lo vindo assim a se destrar e veio a chocar com seu veículo na trazeira do V1 que estava estacionado no local. Adiantovos que o condutor do V2 assumil os danos de ambos os veiculos. Segundo a condutora do V1 seu veículo teve os seguintes danos aparentes. Amassamento na tampa trazeira, amassamento no para choque trazeiro, amassamento da placa trazeira, quebra da fechadura da tampa trazeira, quebra das lanternas de placa trazeira. Segundo o condutor do V2 seu veículo teve os seguintes danos aparentes, um pequeno amassamento no capô e empeno do mesmo, quebra do farol dianteiro do lado esquerdo, quebra da lanterna dianteira do lado esquerdo, quebra das garras do para choque dianteiro do lado esquerdo, amassamento da roda dianteira do lado direito, e teve o pneu estourado e rasgado pelo meio fio. Diante dos fatos relatovos esta para vosso conhecimento. Concordam plenamente com os dizeres escritos neste BO. Conforme seguem as assinaturas dos envolvidos.

ANEXO G**Questionário apresentado aos alunos do Curso de Extensão para a PMMG ministrado pelo Unicentro Newton Paiva (curso de redação para soldados, cabos e sargentos)**

Data: 02 de dezembro de 2000
Turma: Sábado/manhã.

Caro aluno,

Como você já sabe, estamos realizando um trabalho escolar, no nível de pós-graduação, com vistas a apontar aspectos que podem ser complicados para a compreensão na leitura de um Boletim de Ocorrência de Trânsito. As perguntas que vêm a seguir vão ajudar a esclarecer um pouco a questão. Contamos com você porque sua experiência é importante.

Obrigada pela colaboração.

Perguntas

- 1) Qual a importância de um Boletim de Ocorrência?
- 2) Quem é a pessoa para a qual você escreve o texto do BO?
- 3) Você acha que são necessários cuidados especiais para redigir o texto do BO? Por quê?
- 4) Você acha que acontecem situações em que a pessoa que está contando o que aconteceu pode construir frases meio malucas ou incompreensíveis, sem sentido ou de difícil compreensão ?
- 5) Se isso acontece, você considera um problema para você? Como soluciona esta situação?
- 6) Como você se assegura de que o que escreveu foi realmente o que a pessoa quis contar?
- 7) O autor do BO sabe que o falante tem uma intenção?
- 8) O autor do BO tem como objetivo registrar essa intenção?
- 9) O autor do BO tem clareza de como registrar essa intenção?
- 10) Quem lê o BO sabe que o falante teria uma intenção?

ANEXO H

Modelo de Histórico constante do *Guia de Redação (BO Modelo)*

Sr. Delegado de Polícia

Acionados pelo COPOM comparecemos à BR 381, próximo à portaria da USIMEC, onde fomos informados pelas testemunhas que o V1, uma bicicleta, vinha pela rodovia direção Bairro/Centro, quando em frente à portaria saía um outro veículo, V2 caminhão MB1113, que não observou o sinal de Parada Obrigatória, saindo de repente, vindo a abalroar o V1 no lado direito. O condutor do V1, Antônio Barbosa Filho, foi socorrido ao Hospital Márcio Cunha pela testemunha do campo 5. O perito compareceu ao local do acidente e os veículos envolvidos foram retirados da pista para liberação da pista e fluidez do tráfego. Deslocamos então para o HMC onde constatamos que o condutor do V1 sofreu escoriações generalizadas pelo corpo, além de ter fraturado a perna direita, permanecendo internado em observação. O condutor do V2, Márcio Nunes, nada sofreu. O V1 teve danos generalizados. O V2 teve sua lateral esquerda parcialmente destruída. O condutor do V2 também compareceu ao HMC, onde foi celebrado acordo entre as partes envolvidas, perante testemunhas, ficando o condutor do V2, responsável em ressarcir os danos causados no V1. Participaram também desta intervenção policial os militares de número 00000000 e 00000000.

ANEXO I

Histórico de um acidente com aeronave

A aeronave havia decolado de Alfenas (SNFE) por volta das 06:00 horas (hora local) com destino a Caxambu (SNBX) a fim de buscar o proprietário da referida aeronave e transportá-lo até Divinópolis (SNDV). Após o pouso em Caxambu, o piloto efetuou o corte dos motores e aguardou durante trinta minutos a chegada dos passageiros. Após o embarque de 03 (três) passageiros, a aeronave decolou de Caxambu com destino a Divinópolis, realizando o vôo visual no FL075. Ao chegar à vertical de seu destino, as condições meteorológicas de teto não eram apropriadas para a operação VFR. Neste momento o piloto decidiu alternar para a localidade de Belo Horizonte (SBBH). Quando a aeronave estava já em contato com a TWR-BH em seus procedimentos para o pouso, iniciando inclusive o alinhamento para uma final da cabeceira 13 do aeródromo da Pampulha, houve a parada do motor direito, o piloto fez os procedimentos de emergência, mas em seguida houve, também, a parada do motor esquerdo. Com os dois motores em pane, o piloto realizou um tráfego de emergência e fez um pouso com os trens recolhidos na área descampada do VOR BHZ que fica a 2,4 NM da cabeceira 13. O piloto e os 03 (três) passageiros ficaram ilesos. A aeronave teve danos às hélices, ponta da asa esquerda e partes inferiores da fuselagem.

(Este boletim é composto de 10 folhas do formulário oficial e mais 10 anexos).

ANEXO J

Petição original, copiada de um manuscrito do século XIX, existente no
arquivo da Câmara Municipal de Florianópolis

Ilmo. Sr. Juiz da Páz

Diz José Soares da Cunha, morador no Mirim, fazenda de Santana da Villa Nova, que sendo casado como Ana Maria do Rosário, em face da igreja, no ano do Império Constitucional de 1833, á vista de Deus e de todo o mundo, por sinal que foram padrinhos e testemunhas Antonio da Rocha e Joaquim de Avila, succedeu que no dia 3 de Fevereiro do corrente ano constitucional de 1834, pelas 8 ou 9 horas da noite, ou as que na verdade eram, pois alli ninguém tem relógio certo, a não ser Manoel Teixeira da Silva e o compadre Manoel Borges, um outro tem trocou por uma égua mas que não regula, o suplicante e mais moradores se regula pelo sol, que quando está claro regula certo. Indo a dita Mulher muito queta para fiar algodão em casa de sua vizinha Gertrudes, viuva de Manoel Corrêa, cuja viuva é muito capáz e não há que se diga, exceto ser decente, só se for alguma destas desavergonhadas linguarudas siganas, que tem muitas nesta Freguezia, no que se for preciso o suplicante ás denunciará pra V.S. lhe cair em cima, com todos os Códigos da Polícia do Império, e assim não lhes valerá empenho nem padrinhos nem rebolices das ordenações, porque graças á Deus, já foram abolidas as réplicas e tréplicas; quando lhe saiu na estrada, junto ao córrego, o desaforado José Bento, filho de Joaquim Bento, que se o senhor Juiz de Páz soubesse cumprir com suas obrigações, o faria prender, autua-lo e pô-lo em Angola, e de repente arrumou uma forte e tremenda umbigada na mulher do suplicante, que logo derrubou-a e ficou sem sentidos, com as partes pudentes á mostra e lhes cuspiu em cima, cujas partes só o suplicante compete ver, como cousa de sua propriedade e que recebeu no dia do casamento até a morte, e como chorasse e gritasse, acudiu a viuva Mariana, que lhe esfregou arruda e benzeu, para com muito custo ficar bôa, o suplicante não requereu logo, ato de corpo de delito por ser a pancada em baixo da barriga, entre o umbigo e aquela parte mimosa da geração, que só o suplicante e a parteira podiam ver, e mais ninguém; logo que o réo fez a maldade, fugiu e anda dizendo que foi brincadeira. É porque a umbigada foi por maltenção e richa muito velha, para experimentar se a mulher do suplicante se deixava ficar como pata para elle galar, porém vá galar para o inferno, pois a mulher do suplicante não é destas vadías e sim virgem e horada, que só tem matrimônio com o suplicante e mais ninguém, apesar de ser muitas vezes seduzida e namorada por pessoas de carácter e de fardas agaloadas, prometendo-lhe patações e cordões de ouro, porém ela sempre firme e contente, sem fazer caso disso, pois sabe que o suplicante tem atraz da porta uma cotia e um umbigo de boi com que lhe havia de ir ao lombo, e por isso o suplicante por cabeça de sua mulher quer hoje fazer citar o tal de desaforado José Bento, para jurar as testemunhas, que o suplicante apresentar do desacato, do atrevimento, do desafôro e da pouca vergonha da umbigada que arrumou na mulher do suplicante, que foi uma grande felicidade della não estar peijada, senão eram duas mortes, porque ella abortaria; e logo o suplicante provar o que alega, ser o reu julgado pelos senhores deputados e jurados que se acham agregados na Laguna, e pelo senhor Juiz de Direito, afim de ser degredado para Lages, com galés e seja acompanhado com escolta de permanentes, que pelo caminho lhe vão dando umbigadas de cipó bem curtido. O suplicante, espera que o senhor Juiz de Páz desagrará sua honra atrozmente ultrajada por um bigorilhas sem educação.

Mirim da Laguna, 28 de Março de 1834.

Ass. José Soares da Cunha.